



HISTÓRIAS DA EDUCA O EM PERSPECTIVA:

impressos, institui es,
disciplinas e patrimônio educativo



João Paulo Gama Oliveira
Luana de Jesus Santos
Marília Marques Cruz Silva Accioly
Vitória Lídia Silva dos Santos
(Orgs.)



Cria o Editora

Escola Normal
Sauda o



HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA:

**impressos, instituições,
disciplinas e patrimônio educativo**

João Paulo Gama Oliveira

Luana de Jesus Santos

Marília Marques Cruz Silva Accioly

Vitória Lídia Silva dos Santos

(Orgs.)



Criação Editora
Aracaju | 2024

Copyright 2024 by Organizadores

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei de regência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do autor, título da obra, editora, edição e paginação.

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico
Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

048q	<p>Oliveira, João Paulo Gama et al. (Org.) Histórias da educação em perspectiva: impressos, instituições, disciplinas e patrimônio educativo/ Organizadores: João Paulo Gama Oliveira; Luana de Jesus Santos; Marília Marques Cruz Silva Accioly; Vitória Lídia Silva dos Santos. - 1. ed. - Aracaju, SE: Criação Editora, 2024. 378p. figs; tabs.; quadros; fotografias. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-8413-562-2</p> <p>1. História da Educação. 2. Formação de professores 3. Impressos escolares. 4. Produção estudantil. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores. IV. Vários autores</p> <p>CDD 370.71 CDU 377.8</p>
------	---

A presente obra contou com financiamento da FAPITEC/SE por meio do Edital FAPITEC/SE/FUNTEC N° 11/2023 – PRAEV EM ÁREAS ESTRATÉGICAS.

UM PROJETO, UM EVENTO, UM LIVRO E MUITAS HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO PARA (COM) PARTILHAR

Em 1984, Maria Thetis Nunes lançava sua obra *História da Educação em Sergipe*. 40 anos depois, seu livro tornou-se um clássico para todos/as interessados/as no assunto, chegando à sua terceira edição. A obra marcou gerações de pesquisadores da história da educação que têm encontrado em Sergipe um terreno fértil para a pesquisa, ensino e extensão na área.

Neste âmbito, o presente livro mostra como, quatro décadas depois da publicação de Thetis Nunes, o número de pessoas que buscam pesquisar o passado educacional no Brasil, com ênfase em Sergipe, aumentou e se consolidou, seja na graduação e, sobretudo, na pós-graduação. Articulando a graduação com os Departamentos de Educação e História da UFS, além dos Programas de Pós-Graduação em Educação e o ProfHistória, como também o Centro de Excelência Atheneu Sergipense e o Colégio de Aplicação, foram realizados o “XII Seminário do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense: o patrimônio educativo em questão” e o II Workshop “Os jornais estudantis em Sergipe”, ocorridos na UFS em outubro de 2024, de modo

que os capítulos que se encontraram aqui foram selecionados a partir dos trabalhos apresentados no evento conjunto.

A ação é fruto do trabalho do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas) e deriva de dois Projetos que se intercalam. Um Projeto de Pesquisa aprovado na Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021 - Faixa A - Grupos Emergentes Processo: 404241/2021-2, intitulado como “Os jornais estudantis em Sergipe (1874-1959): práticas educativas pela ótica dos discentes do secundário”, tendo a Universidade Federal de Sergipe como instituição executora em parceria com a Universidade Federal de Pelotas e a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (Seduc/SE). Juntamente com o Projeto aprovado no Edital FAPITEC/SE/FUNTEC N° 11/2023 - PRAEV EM ÁREAS ESTRATÉGICAS.

Aqui cabe um agradecimento a todos os integrantes dos Projetos e do Grupo de Pesquisa Hescolar (História da Educação: sujeitos, patrimônio e práticas educativas/UFS/CNPq), que contribuíram de maneira direta nos três anos de pesquisa, como também na organização e realização do evento. Agradecimento também a todo o Comitê Científico composto pelos seguintes docentes: Aaron Cerqueira (DHI/UFS); Adriana Andrade Santos (Semed/PPGED/UFS); Ana Márcia Barbosa dos Santos Santana (Codap/UFS); Eva Maria Siqueira Alves (Cemas/UFS); Gizele de Souza (UFPR); Joaquim Tavares da Conceição (Codap/UFS); João Paulo Gama Oliveira (Dedi/UFS); Lisiane Sias Manke (Ufpel); Magno Francisco de Jesus Santos (UFRN); Monica Iumi (UFMG); Nadja Santos Bonifácio (Seduc/SE); Patricia Brunet Carvalho de Andrade (Seduc/PPGED/UFS); Rosa Fátima de Souza Chaloba (Unesp/Araraquara); Ro-

selusia Teresa de Moraes Oliveira (DED/UFS); Rosemeire Marcedo Costa (DED/UFS); Simone Paixão Rodrigues (Dedi/UFS) e Virgínia D'Avila (UPE).

Na obra, os/as leitoras encontrarão pesquisas qualificadas na área da História da Educação divididas em três eixos: “Imprensa e impressos estudantis”; “Instituições educativas, disciplinas e intelectuais da educação” e “Patrimônio educativo: espaços de memória, acervos e fontes”. Vejamos a seguir quais capítulos integram cada um dos eixos.

Na primeira parte, consta o maior quantitativo de pesquisas acerca dos impressos, com ênfase nos jornais estudantis e escolares. Reginaldo Giassi abre os trabalhos ao escrever *Manifestações nacionalistas no jornal escolar Luz (Imaruí/SC 1941 -1945)*. O autor analisou como esse jornal, do Grupo Escolar Carlos Gomes, desempenhou papel significativo para a promoção de um discurso nacionalista entre os anos de 1941 a 1945. Na sequência, Douglas Costa, em *A importância da imprensa na ação reformadora de Martinho Lutero*, apresenta uma breve biografia de Lutero e realiza uma discussão acerca do surgimento e influência da imprensa para a disseminação da Reforma Protestante.

Em “*Na gloriosa faina de escrever*”: *temáticas dos jornais estudantis de Aracaju/SE (1874-1915)*, Luana Santos e João Paulo Oliveira abordam a instrução pública pela ótica dos discentes, uma das temáticas presentes nos jornais estudantis produzidos por alunos do Atheneu Sergipense entre o final do século XIX e o início do XX. Ana Márcia Santana e Simone Paixão Rodrigues utilizaram o jornal como objeto e fonte, dialogando com o conceito de “cultura escolar”, de Viñao Frago, no intuito de compreender como os alunos protagonizaram seu cotidiano e se fi-

zeram ver a partir do seu impresso, em *A voz da arcádia: órgão oficial da arcádia literária do Atheneu Sergipense*.

Valéria Santana, em *Jornal estudantil como elemento da “cultura escolar” do Atheneu Sergipense*, mostrou como a cultura de produção de jornais estudantis do Atheneu Sergipense serviu de “vitrine” para as práticas realizadas no ensino secundário. Já em *A difusão da imagem heroica de Tiradentes por meio do jornal escolar Correio do Colegial*, Lisiane Manke e Mara Alflen analisaram as narrativas históricas sobre a imagem de Tiradentes, publicadas no jornal escolar *Correio do Colegial*, que contribuíram para a formação de determinada cultura histórica, ao vinculá-lo à independência do Brasil e ao ideário republicano.

Em *O Jornal Escola Normal e a “cultura escolar” do Instituto de Educação Rui Barbosa de Aracaju/SE (1956)*, Suelen Santos, Vitória Lídia Santos e João Paulo Gama Oliveira tomam como fonte primordial o próprio jornal, mais especificamente as quatro edições publicadas no ano de 1956, para analisar aspectos presentes na formação de professoras em Sergipe. Dáleth Domingos e Aaron Reis investigaram o jornal *Correio do Colegial* para compreender a representação de personagens históricas femininas nos artigos produzidos por secundaristas do Colégio Jackson de Figueiredo, em *A representação histórico-feminina no jornal Correio do Colegial (1938-1960)*. Ainda analisando o jornal *Correio do Colegial*, Suelen Santos busca compreender as representações dos estudantes sobre a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente sobre os ensinamentos morais, patrióticos e cristãos.

No eixo “Instituições educativas, disciplinas e intelectuais da educação” consta o estudo de Adriana Santos intitulado

Fragmentos da administração escolar: matizes de Thetis Nunes como dirigente do Atheneu Sergipense (1951-1955), no qual a pesquisadora destaca a atuação de Thetis Nunes, ressalta seu engajamento com a educação brasileira e seu forte senso de liderança na congregação do Atheneu Sergipense, composta de 21 membros do sexo masculino. Juselice Alencar refletiu sobre as ações, os desafios e as experiências vivenciadas pelas professoras gestoras do Colégio de Aplicação, no primeiro quartel do século XX, em *Gestão feminina no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe*. Conclui os trabalhos a pesquisa: *Curso de preparação de economia doméstica rural em Maruim, Sergipe (1949-1973)*, no qual Janyne Pereira e Joaquim Tavares da Conceição analisaram o curso de preparação de economia doméstica rural da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José (APMASJ), instituição voltada ao acolhimento de crianças e adolescentes pobres no município de Maruim, estado de Sergipe.

Na última parte da obra, “Patrimônio educativo: espaços de memória, acervos e fontes”, temos o trabalho: *Arquivo escolar e patrimônio: a salvaguarda do acervo escolar do Colégio Estadual Murilo Braga (CEMB)*, no qual um conjunto de alunas do curso de Pedagogia do Campus Professor Alberto Carvalho da Universidade Federal de Sergipe da cidade de Itabaiana, sob a liderança de Simone Paixão Rodrigues, relata as ações desenvolvidas no projeto “Acervo do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvaguardar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969)”, no período de setembro de 2022 a dezembro de 2023. Em perspectiva semelhante, Anne Emílie Cabral, em *A organização física dos documentos permanentes*

do Colégio de Aplicação da UFS (CODAP), mostrou o trabalho de salvaguarda documental coordenado pelo professor Joaquim Tavares da Conceição, que criou, em 2016, o Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap). De outra forma, Joseni Reis discute sobre os *Desafios e possibilidades de pesquisas educacionais no acervo documental do DEDC-XII - UNEB*, contando com uma apresentação e problematização dos levantamentos, ainda iniciais, feitos no acervo do Departamento de Educação Campus XII - Uneb, além de apontar os desafios no processo de organização para a implantação de um Centro de Memória da Educação. Os três capítulos tratam diretamente da organização de acervos educacionais, respectivamente, em distintos espaços geográficos, diferentes instituições educativas, mas unidas pelo trabalho com o patrimônio educativo.

Nessa parte, contamos ainda com o trabalho: *Colégio Tiradentes (1961-1963): formação da cultura escolar*, pesquisa assinada por Bianca Gomes, Rafaela Cruz e Cristiano Ferronato, em que os autores mostram as fontes como auxiliares na reconstrução histórica e compreensão dos processos educativos que envolvem os docentes do Colégio Tiradentes. Temática que dialoga com o estudo de Andreza Andrade, que apresentou aspectos do perfil discente do Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite extraídos dos registros civis dos alunos do ensino primário, matriculados no marco temporal compreendido entre 1954 e 1974, em *Aspectos do perfil discente do Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite (1954-1974)*.

Saindo de Aracaju e chegando ao interior de Sergipe, Marília Accioly e João Paulo Oliveira objetivam analisar a função da

caixa escolar do Grupo Escolar Padre Dantas, como instrumento de incentivo aos alunos, sem recursos financeiros, a permanecerem na instituição educativa, em “*Material fornecido aos alunos*”: *balancetes da Caixa Escolar Anita Cardoso – Maruim/SE (1940 e 1950)*. Por fim, Virna Santos, em *Histórias de escolas e patrimônio escolar: uma revisão de literatura*, revisa a literatura especializada sobre a história e o patrimônio escolar, buscando subsídios para atender à investigação sobre o patrimônio do Colégio Estadual Dr. Manoel Luiz da cidade de Aracaju/SE.

Diante do que foi brevemente apresentado, nota-se que em *Histórias da educação em perspectiva: impressos, instituições, disciplinas e patrimônio educativo* o/a leitor/a encontrará os resultados de um Projeto que foram divulgados em um salutar evento, cujos trabalhos são agora publicizados. Esperamos, com o fim dessa empreitada, fazer ecoar essas histórias e também suscitar outras histórias possíveis e necessárias para refletirmos cada vez mais acerca do passado educativo em Sergipe, no Brasil e também em diálogos transnacionais. Histórias que retomem os clássicos, como a quadragenária obra *História da Educação em Sergipe*, de Maria Thetis Nunes, como também lance novas perspectivas de pesquisa que as histórias da educação ainda podem nos possibilitar (com)partilhar.

João Paulo Gama Oliveira

Aracaju/SE, Outubro de 2024

SUMÁRIO



Um projeto, um evento, um livro e muitas histórias da
educação para (com)partilhar5

1 Imprensa e Impressos Estudantis

Manifestações Nacionalistas no Jornal Escolar Luz (Imaruí/Sc 1941-1945)... 17
Reginaldo Paulo Giassi

A Importância da Imprensa na Ação Reformadora de Martinho Lutero 37
Douglas Lima da Costa

“Na Gloriosa Faina de Escrever”: Temáticas dos Jornais
Estudantis de Aracaju/SE (1874-1915)..... 59
Luana de Jesus Santos; João Paulo Gama Oliveira

A Voz da Arcádia: órgão oficial da arcádia literária do Atheneu Sergipense 75
Ana Márcia Barbosa dos Santos Santana, Simone Paixão Rodrigues

Jornal Estudantil como elemento da “Cultura Escolar”
do Atheneu Sergipense..... 93
Valéria Costa Moraes de Santana

A Difusão da Imagem Heroica de Tiradentes por Meio do
Jornal Escolar Correio do Colegial..... 113
Lisiane Sias Manke, Mara Inês Alflen

O Jornal Escola Normal e a “Cultura Escolar” do Instituto
de Educação Rui Barbosa de Aracaju/Se (1956).....137
Suelen Maria Andrade Santos, Vitória Lídia Silva dos Santos

A Representação Histórico-Feminina no *Jornal Correio*
do Colegial (1938 - 1960) 159
Dáleth Monte Domingos, Aaron Sena Cerqueira Reis

Correio do Colegial: O Educandário Jackson de Figueiredo
na Segunda Guerra Mundial179
Suelen Maria Andrade Santos

2 Instituições Educativas, Disciplinas e Intelectuais da Educação

Fragmentos da Administração Escolar: matizes de Thétis Nunes
como dirigente do Atheneu Sergipense (1951-1955) 203
Adriana de Andrade Santos

Gestão Feminina no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe...215
Juselice Alves Araujo de Alencar

Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural
em Maruim, Sergipe (1949-1973)231
Janyne Rossana Barbosa Pereira, Joaquim Tavares da Conceição

3 Patrimônio educativo: espaços de memória, acervos e fontes

Arquivo Escolar e Patrimônio: A Salvaguarda do Acervo
Escolar do Colégio Estadual Murilo Braga (CEMB)..... 247
*Juliana da Cruz Santos, Kaiane Rezende Barros, Marina Mendonça Oliveira
Vitória Carvalho Martins, Simone Paixão Rodrigues*

A Organização Física dos Documentos Permanentes do
Colégio de Aplicação da UFS (Codap).....267
Anne Emilie Souza de Almeida Cabral

Desafios e possibilidades de Pesquisas Educacionais no Acervo
Documental do DEDC-XII-UNEB.....281
Joseni Pereira Meira Reis

Colégio Tiradentes (1961 - 1963): constituição da memória docente.....297
Bianca S. Martins Gomes, Rafaela Matos de S. Cruz, Cristiano Ferronato

Aspectos do perfil discente do Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite
(1954-1974)..... 313
Andreza Cristina da Silva Andrade

“Material fornecido aos alunos”: balancetes da Caixa Escolar Anita Cardoso -
Maruim/SE (1940 e 1950).....333
Marília Marques Cruz Silva Accioly, João Paulo Gama Oliveira

Histórias de Escolas e Patrimônio Escolar: uma revisão de literatura.....351
Virna Fabíola Ferreira Santos

Escola Normal

Carmelita Fontes
(3º classico)

Será o reflexo desta luz po-
tente na continua espiral
das coisas altas.
Não temas dizer a verda-
de: prefero-a sempre à men-
tra: aquela nos faz coçar
porque é dura proferi-la: esta
nos deixa uma sensação
ridícula do que é capaz uma
alma mesquinha que se de-
za vencer por uma tendên-
cia inferior do homem.
Se grande, estudante, se
forte! Tu que és hoje uma
centelha, uma parte, seras
amanhã um farol, o alerce
da construção moral de
tua Pátria!

Sobre Música

Será realizada no próxi-
mo dia 9, quarta-feira, a pri-
meira conferência da série
que fazemos realizar no Ins-
tituto Histórico e Geográ-
fico de Sergipe, conforme
anunciamos na quinta pa-
gina.
Será proferida pelo co-
nhecido e estimadíssimo
meatre Dr. Felício Bezerra,
que falara aos meços sergi-
pianos, a respeito da música

Serão apresentadas ao
público culto de nossa
terra, no próximo mês de
dezembro, duas grandes
óperas, pelo elenco do
TEATRO DO COLÉGIO
ESTADUAL DE SERGIPE,
recentemente erigido
pela professora Maria
Thetis Nunes, elenco este,
que conta com os mais
destacados cartazes do
nosso meio.

"OS PALHAÇOS"

Ópera dramática em dois
atos, livreto e música de
Rugiero Leoncavallo.
"MADAME BUTTER-
FLY" Ópera em dois
atos, livreto de Illica e
Giacosa, música de Gio-
como Puccini; ambas tra-
duzidas para o português.
Estas apresentações,
não serão feitas como tan-
to desejávamos no Audi-
tório do Colegio Estadu-

al, no em
trabalhand
guir o Cin
ria por um
adaptável
estes pois a
espécioso, a
requisitos
pazes de a
sas necessi
Para es
ções, o cas
Colégio Est
gipe conta
sima colabo
toridades e
res, e dos
e discente
tal; como t
logas estu
hã, para o
no dia 5 ú
ca do todo
cessário, o
llington No
desta gran
estudantil.
TRO DO
TADUAL

var-nos a apreciar a mais
bela das artes.
Que todos os Estudantes
do Colegio Estadual e
amantes da musica compa-
nham a Casa de Serape no
próximos dia 9, e o que espe-

Orgão mensal dos alunos do
Grupod Escolar "Carlos Gomes"
Diretor = Epitácio Bittencourt
Gerentes = Estanislau Pascerri
Reporteres = H. Ramos e P. Acórd
Ano - II
Imarar, 30 de Maio de 1942



O dia 11 de maio

O dia 11 de maio
de maio foi comemorado
nossa primeira
de Dr. Nereu Ramos, flor
tem sido um
muito bom
por ele, o Estado de Santa
tem progredido muito
este chefe devemos

(1)

IMPRENSA E IMPRESSOS ESTUDANTIS





MANIFESTAÇÕES NACIONALISTAS NO JORNAL ESCOLAR LUZ (IMARUÍ/SC 1941-1945)

REGINALDO PAULO GIASSI

INTRODUÇÃO

Os jornais escolares (JEs) são ferramentas pedagógicas utilizadas pelas instituições educacionais para informar e envolver a comunidade escolar em eventos, atividades e temas importantes relacionados as escolas. Podem ser redigidos “por professores para professores, feito para alunos por seus pares ou professores, feito pelo Estado ou outras instituições” (Bastos, 2002, p. 49), e são lançados regularmente, com uma diversidade de conteúdos, que incluem desde notícias da escola até temas sociais, culturais e ambientais escritos pelos/as estudantes. Essas publicações buscam despertar o interesse dos/as leitores/as e estimular a participação de todos os membros da comunidade escolar em sua produção.

Por essa razão, neste artigo, buscou-se analisar como o jornal Luz, do Grupo Escolar (GE) Carlos Gomes, desempenhou papel significativo para a promoção de um discurso nacionalista entre os anos de 1941 a 1945. Esse recorte temporal contempla o contexto do Estado Novo (1931-1945), período em que se compreendeu a educação como um meio de fortalecer a identidade nacional¹ (Hall, 2006). Situado em Imaruí/SC, o GE foi inaugurado em 21 de setembro de 1940 (Santa Catarina, 1940, p. 2) e, dois anos depois, em 1942, criou-se o Curso Complementar². Em 2001, converteu-se este em Escola de Ensino Fundamental Municipal e, em 2010, passou a se chamar Centro de Educação Infantil, atendendo alunos/as das séries iniciais.

As fontes para a pesquisa propostas neste artigo estão acessíveis no Arquivo Público de Santa Catarina (Apesc)³, no fundo documental Escolas e Grupos Escolares. Nesse acervo, apresentam-se relatórios de inspeção, atas de reuniões pedagógicas, planos de aula detalhados, cópias dos jornais de diversas escolas e GEs catarinenses, entre outros documentos escolares. Desde 2019, membros⁴ do grupo de pesquisa “Ensino de História, Memória e Culturas” têm se dedicado ao projeto intitulado “Jornais escolares como culturas de memória: vestígios de presentes

- 1 De acordo com Hall (2006), a identidade nacional é essencialmente uma narrativa. Essas narrativas, por sua vez, constituem um discurso que frequentemente reflete interesses específicos e, acima de tudo, poder. Dessa forma, a identidade nacional se apoia na manutenção do poder.
- 2 Disponibilizavam-se os cursos complementares, popularmente conhecido como normal primário, em anexo aos GEs, a fim de capacitar professores para o ensino em escolas isoladas.
- 3 Localizado na Rua das Camélias, 345, Kobrasol, São José - SC, 88102-480.
- 4 A equipe de colaboradores conta com o Professor Vitor Marcelo Vieira e três graduandos em História, bolsistas de Iniciação Científica (IC), Carlos Henrique Gesser, Eduardo Mafei Estácio Dutra e Ryan Venera Martins.

passados entre práticas culturais e políticas” (Santa Catarina, 1930-1960). O objetivo desse trabalho consiste em digitalizar e catalogar um inventário de jornais de escolas primárias e secundárias de Santa Catarina, analisando alguns desses exemplares produzidos por e para estudantes entre as décadas de 1930 e 1960. A primeira edição do Catálogo dos Jornais Escolares Catarinenses, composta por uma coleção de 1256 títulos datados entre 1895 a 1975, é um dos resultados desse projeto. A versão preliminar e *online*⁵ desse catálogo, lançada ao fim de 2023, tem como objetivo divulgar esses jornais para pesquisadores/as, professores/as e estudantes interessados em explorar a história de suas escolas, por meio desses documentos. A pesquisa desenvolvida durante o doutorado pelo autor, a qual este artigo constitui recorte, também contemplou consulta no acervo do Apesc, porém enfocaram-se três JEs específicos: O Estudante Orleanense, do GE Costa Carneiro, de Orleans/SC; O Amigo, do GE Professor Venceslau Bueno de Palhoça/SC; e Luz, do GE Carlos Gomes de Imaruí/SC. Selecionaram-se esses jornais considerando-se as suas contribuições para a construção de um discurso patriótico e para a consolidação da nacionalização do ensino em Santa Catarina na primeira metade da década de 1940, bem como a importância de constituírem séries longas (superior a cinco anos), que, fornecem um registro detalhado das mudanças e continuidades ocorridas no contexto educacional catarinense. Este artigo, especificamente, concentra-se na discussão do JE Luz.

5 Disponível em: <https://jornaiscolarescatarinenses.webnode.page/catalogo/>. Acesso em: 26 de abr. de 2024.

Por meio do apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da coordenação da Professora Cristiani Bereta da Silva⁶⁶, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), localizaram-se, até o momento, 47 edições do JE Luz no Apesc. Publicaram-se esses exemplares entre os meses de abril de 1941 e outubro de 1947. Neste artigo, examinaram-se 35 edições lançadas de forma regular ao longo de cinco anos, de abril de 1941 a novembro de 1945, intervalo que de tempo abrange o Estado Novo no Brasil. Infelizmente, o GE não conseguiu preservar suas cópias produzidas durante esse período, todos os exemplares, como informado, foram localizados no Apesc. Para facilitar a compreensão, dispuseram-se os números selecionados para pesquisa na tabela 1.

Tabela 1 – exemplares do jornal Luz localizados

Anos	Mês/número edição	Páginas	Exemplares
1941 (Ano I)	Abr./2, Ago./5 de 14-08, Ago./5 de 30-08, Set./6, Out./7.	4	05
1942 (Ano II)	Fev./1, Mar./2, Abr./3, Mai./4, Jun./5, Jul./6, Set./8, Out./9.	4 ou 8	08
1943 (Ano III)	Fev./1, Mar./2, Maio/4, Jun./5, Jul./6, Ago./7, Set./8 e Out./9.	2 ou 4	08
1944 (Ano IV)	Fev./1, Mar./2, Abr./3, Maio/4, Jun./5, Jul./6, Ago./7, Set./8, Nov./10.	4	09
1945 (Ano V)	Jul./5, Ago./6, Set./7, Out./8, Nov./9	4	05
1946 (Ano VI)	Abr./1, Maio/2, Jun./3, Jul./4, Set./6, Out./7.	4	06
1947 (Ano VII)	Maio/1, Jun./2, Jul./3, Ago./4, Set./5, Out./6.	4	06
TOTAL			47

Fonte: elaborada pelo autor com base nos 47 jornais escolares encontrados no Apesc.

66 Houve também, em relação ao projeto, apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), além das bolsas de produtividade em pesquisa e de IC do CNPq, por meio de chamadas públicas específicas para a infraestrutura dos grupos de pesquisa da Udesc.

Observando os dados da Tabela 1, é possível identificar padrões na frequência, organização e produção do jornal Luz. O jornal inicia sua edição a cada ano em fevereiro, com o número 01, e encerra em novembro, com o número 10. Embora haja algumas lacunas, destaca-se o ano de 1944, com nove edições. Os anos de 1942 e 1943 também são representativos, com oito exemplares cada.

Todas as edições contaram com a participação dos/as alunos/as das quatro classes primárias, e, a partir de 1942, igualmente dos dois anos do curso complementar.

A análise do jornal Luz, no contexto da nacionalização, revelou conexões entre cultura escolar e identidade nacional. Segundo Julia (2001, p. 10), a cultura escolar engloba “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar; e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Isso significa que os temas abordados serviam para disseminar os valores nacionais defendidos pelo regime, enquanto permitiam que aos/as alunos/as participassem ativamente para a construção de sua identidade como cidadãos/as brasileiros/as.

Por essa razão, neste artigo, explorou-se o impacto do JE Luz na retórica patriótica e na promoção do nacionalismo em Santa Catarina. Em retrospecto, o jornal Luz emerge como um registro histórico que permite compreender as dinâmicas sociais e educacionais de um período marcado por intensas mudanças políticas e culturais, iniciado no começo do século XX e intensificado durante o Estado Novo, entre 1941 e 1945, ao ilustrar como se utilizou a educação como um instrumento de nacionalização.

NACIONALISMO NA CULTURA ESCOLAR POR MEIO DO JORNAL ESCOLAR LUZ

As primeiras instruções oficiais do Estado de Santa Catarina para a elaboração de um JE foram comunicadas por meio da Circular n.º 07, de 12 de abril de 1937. O Departamento de Educação (DE), administrado pelo professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade, elaborou um documento que visava estabelecer diretrizes para garantir que os JEs refletissem os princípios educacionais e promovessem uma comunicação mais eficaz no ambiente escolar. Essas regras deveriam servir como um guia e eram destinadas a orientar professores/as e alunos/as na produção de seus materiais. No quadro 1, apresentam-se essas diretrizes de forma objetiva e concisa.

Quadro 1 – instruções para confecção de um jornal escolar

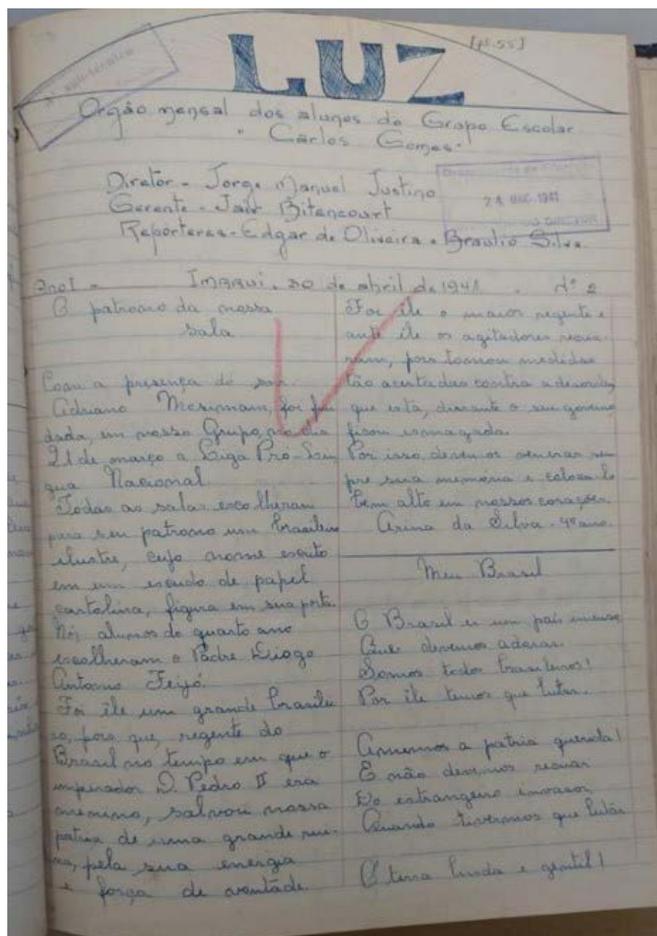
Artigo	Descrição da Norma
01	Todo jornal terá um nome que será de livre escolha dos escolares.
02	O corpo redatorial que será escolhido por eleição, se comporá de um diretor, um gerente e dois repórteres.
03	No cabeçalho do jornal, além do nome, virá o número, que representará a ordem da tiragem; o ano, que representará o tempo de existência do jornal.
04	O nome dos alunos que compõem o corpo redatorial.
05	A data e o nome do lugar onde funciona a escola, bem como o nome do município.
06	Remeter, cada número publicado, dois exemplares para este Departamento.

Fonte: Trindade, 1937, p. 27.

A rigorosa padronização das etapas de produção, que inclui o número, o ano, o nome dos/as alunos/as do corpo editorial e da escola no cabeçalho, é uma prática que resultaria em uma identidade visual mais consistente e em informações mais organizadas. Por outro lado, enviar duas cópias da edição do jornal para o DE amplia a visibilidade do esforço dos/as estudantes e permite acompanhar e avaliar, de forma mais criteriosa, o conteúdo produzido nas escolas e GEs. Além disso, contribuiria, significativamente, para a construção de um inventário, que atualmente faz parte do acervo permanente do Apesc e que constitui o objeto e as fontes deste artigo.

Na figura 1, apresenta-se a capa da edição mais antiga encontrada no Apesc do JE Luz, datada de abril de 1941. Realizou-se sua produção de forma manuscrita, e é possível observar que sua estrutura segue as prescrições estabelecidas na Circular n.º 07/1937. O material apresenta informações como o local de produção do órgão mensal, os nomes do diretor, gerente e repórteres, além do ano, cidade, data e número da edição. A disposição dos conteúdos na capa segue uma divisão em duas colunas, com um artigo e um poema. Essa análise revela que os responsáveis pela produção do JE Luz se esforçaram para seguir as normas estabelecidas.

Figura 1 – Capa do jornal escolar Luz



Fonte: Luz, abril de 1941, p. 1.

Escreveram-se os textos à mão, em papel almaço, com medidas de 21cm de largura por 28cm de altura, com até 8 páginas. Posteriormente à análise do conteúdo dos jornais, observou-se a frequência das notas relacionadas ao nacionalismo. Embora

nem todos os exemplares abordassem o tema, esses casos foram minoritários em comparação àqueles que, de alguma forma, tratavam do assunto. Identificaram-se 124 textos, correspondendo a 37,7% de todas as matérias publicadas sobre o tema. Se esse número fosse dividido entre os 35 jornais, cada um teria em média de 3 a 4 publicações. Isso demonstra a importância que o nacionalismo possuía como tema a ser divulgado pelos jornais (conforme tabela 2).

Tabela 2 – Categorias de análise do nacionalismo nos exemplares do jornal escolar Luz

Categorias	Quantidade de textos publicados
Patriotismo/Símbolos Nacionais	59
Biografia de Personalidades da História Tradicional	44
Civismo/Cidades	21
Outros	205
Total	329

Fonte: elaborada pelo autor com base nos 35 JEs selecionados para pesquisa e encontrados no Apesc.

A quantificação e categorização desses dados sobre patriotismo e civismo em relação às biografias de figuras nacionais específicas permitem compreender como esses conceitos se interconectam e influenciam para formar a percepção do nacionalismo. Essa análise revela as tendências editoriais e a forma como o nacionalismo era transmitido, celebrado e, por vezes, questionado pelos integrantes do jornal. A abordagem dessas matérias, portanto, serve como uma ferramenta para a compreensão da construção de uma identidade nacional e a disseminação dos ideais nacionalistas na cultura escolar do GE Carlos Gomes pelo JE Luz.

As práticas descritas no Luz, desempenham um papel importante como ferramentas pedagógicas para a promoção do nacionalismo, uma vez que destacam momentos marcantes da história do Brasil, como a Guerra do Paraguai, o Dia do Fico, a Independência, além de celebrar o aniversário de personalidades ilustres, como Duque de Caxias, Nereu Ramos e Getúlio Vargas. Essas narrativas também mostram uma série de eventos significativos, como cerimônias de inauguração, festividades locais, protocolos de civilidade e demonstrações de patriotismo. Por exemplo, a edição de setembro de 1941, Castro relata as comemorações do dia sete de setembro:

em todo o Brasil, comemora-se esta data gloriosa, pois foi a partir dela que todo o povo brasileiro ficou livre de Portugal. Nesta cidade, foi comemorado o 7 de setembro, seguindo o seguinte o programa: de manhã houve muitos recitativos e foram cantados diversos hinos no Grupo Escolar, onde também cantamos o grande Hino Nacional brasileiro. Depois, fizemos o desfile e fomos para a prefeitura Municipal. Ao chegarmos, cantamos o Hino Nacional e muitas meninas fizeram discursos, sendo que uma delas falou sobre a data. À noite, também ocorreram muitos recitativos e discursos, com um aluno fazendo uma prelação sobre a data (Castro, 1941, p. 1).

A comemoração da independência do Brasil constitui, de fato, uma expressão de patriotismo e um compromisso com o nacionalismo. Os eventos realizados nesse dia pelos/as estudantes exaltam o amor à pátria, destacando a importância da memória histórica e do Hino Nacional para a população local.

Segundo Matos (1943, p. 3), essas ações refletem o sentimento de liberdade conquistado quando o “Brasil ficou livre do julgo português”. Embora receba menos atenção nas publicações, a relevância do Sete de Setembro não deve ser subestimada, conforme a tabela 3 abaixo, relativa ao impacto que esse feriado tem na comunidade escolar.

Tabela 3 – Patriotismo/Símbolos Nacionais

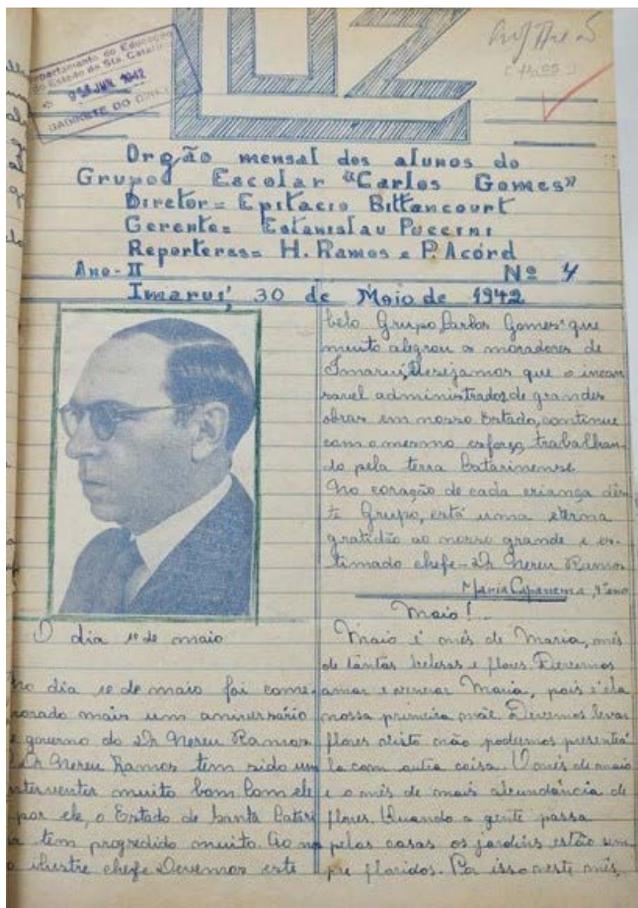
Menção	Data	Quantidade
Lições de Moral	Abr./41 2x, Mar./42 2x, Abr./42, Jun./42 2x, Set./42 2x, Fev./43, Maio/43, Jun./43, Jul./43, Set./43, Out./43, Mar./44, Mai./44 2x, Jul./44 e Nov./44.	20
Meu Brasil	Abr./41, Mar./42, Jul./42, Out./42, Maio/43, Set./43 2x, Out./43, Fev./44 2x e Maio/44.	11
Homenagens	Ago./41, Set./41, Out./41, Abr./42 2x, Maio/42 e Nov./45.	07
Bandeira/ Hino Nacional	Abr./41, Fev./42, Mar./42, Fev./43, Maio/43 e Out./43.	06
Desfiles/Guerras	Jun./43, Mar./44, Jul./44, Nov./44 e Jul./45.	05
Matéria Escolar	Set./42, Jul./43, Ago./43, Set./43 e Set./45	05
Dia da Independência	Set./41, Set./42, Ago./43, Set./44 e Out./45.	05
TOTAL		59

Fonte: elaborada pelo autor com base nos 35 JEs selecionados para pesquisa e encontrados no Apesc.

Já a edição de maio de 1942 destaca na capa uma figura de Nereu Ramos, personagem central na história política de Santa Catarina. Ramos foi um dos principais articuladores para a implementação de políticas nacionalistas, que tinham como objetivo, além fortalecer a identidade nacional, integrar as diversas comunidades de imigrantes do estado. O texto que acompanha a publicação celebra o aniversário de seu mandato e a gratidão

do povo de Imaruí pelo progresso que o GE Carlos Gomes representava à comunidade. O destaque dado ao Interventor e ao GE como ícones da modernidade também indicam como as políticas governamentais influenciavam as comunidades e as visões sobre suas lideranças.

Figura 2 – Figura de Nereu Ramos na capa do jornal escolar Luz



Fonte: Luz, maio de 1942, p. 1.

No recorte do jornal Luz acima, observa-se como a cultura escolar espelha as dinâmicas políticas da época, refletindo questões sociais e históricas do contexto em que está inserida. A biografia de líderes políticos que influenciam o desenvolvimento social e a coesão entre os/as cidadãos/ãs é evidenciada nos artigos, moldando as perspectivas e os valores expressos. Seus/uas redatores/as, ao selecionarem os assuntos, a linguagem e o ângulo de abordagem, engajam-se em um processo de interpretação e representação da realidade ao seu redor, alinhados às correntes de pensamento nacionalista. Como a estudante do 1º ano Capanema que escreveu:

desejamos que o incansável administrador de grandes obras em nosso Estado continue com o mesmo esforço, trabalhando pela terra catarinense. No coração de cada criança deste Grupo, está uma eterna gratidão ao nosso grande e estimado chefe Dr. Nereu Ramos (Capanema, 1942, p.1).

Empregou-se a insígnia do trabalho para fortalecer a narrativa de um Estado unido e progressista, em conformidade com os princípios do nacionalismo de Ramos. A menção ao “incansável administrador de grandes obras” (Capanema, 1942, p. 1) e à “eterna gratidão ao nosso grande e estimado chefe” (Capanema, 1942, p. 1) evidencia o respeito e a admiração que esse personagem da história tradicional catarinense inspirava. Contudo, é essencial contextualizar que essas representações do progresso nem sempre foram inclusivas e democráticas, pois, muitas vezes, as políticas implementadas durante o Estado Novo tinham um caráter autoritário e centralizador.

Assim, a construção da identidade nacional brasileira é como um quebra-cabeça intrincado, no qual cada figura histórica acrescenta nuances diferentes. Por exemplo, Nereu Ramos (representado em cinco artigos no jornal Luz) teve um papel significativo para a política de nacionalização em Santa Catarina, utilizando a educação escolar pública e particular como principal ferramenta para nacionalizar regiões colonizadas, sobretudo por alemães e italianos. Duque de Caxias (com sete artigos) é venerado como o patrono do Exército Brasileiro, simbolizando disciplina e honra militar, elementos que se relacionam com o conceito de nação. Tiradentes (com quatro artigos), por sua vez, é mártir da Inconfidência Mineira, que ocorreu ao término do século XVIII e representou a luta pela liberdade e justiça no coração dos/as brasileiros/as. Getúlio Vargas (com oito artigos), figura emblemática na história do Brasil, é reconhecido por sua contribuição para a modernização do país e pela implementação de políticas trabalhistas que ainda hoje têm um impacto significativo. Nesse contexto, ao promover o nacionalismo como meio de unificar a nação, Vargas, assim como outros, podem ser retratados e lembrados conforme as perspectivas e interpretações de diferentes grupos e indivíduos envolvidos nesse processo de construção da identidade nacional brasileira. Toda a reverência a esses líderes pode ser contabilizada por meio da tabela 4.

Duque de Caxias foi frequentemente retratado como um monumento (Le Goff, 1990), fruto de um cuidadoso processo de idealização e exaltação de suas ações. Um endeusamento, comum na construção de heróis nacionais, em que a humanidade do indivíduo é, muitas vezes, ofuscada por uma imagem quase mítica. Anselmo (1945, p. 2) destaca essa tendência ao exortar

que “todos nós filhos do Brasil devemos imitar este grande soldado que serviu muito a nossa pátria” e emular as qualidades percebidas em Caxias como um modelo de virtude e dedicação à nação. A maneira como essas personalidades eram lembradas e homenageadas revelam muito sobre os valores que o nacionalismo buscava alcançar.

Tabela 4 – Biografia de Personalidades da História Tradicional

Menção	Data	Quantidade
Getúlio Vargas	Abr./41, Abr./42 2x, Jul./42, Fev./43, Fev./44 e Abr./44 2x	08
Duque de Caxias	Jul./43, Ago./43 2x, Ago./44 2x, Set./45 e Nov./45	07
Nereu Ramos	Maió/42, Jul./42, Fev./43, Mar./43 e Jul./43	05
Tiradentes	Abr./42 2x, Jul./42 e Ago./45	04
Carlos Gomes	Jul./42, Maio/43 e Ago./43	03
D. Pedro II	Set./41 2x.	02
Floriano Peixoto	Mar./44 2x	02
Padre Anchieta	Jul./45 2x	02
Rosa Maria da Fonseca	Out./42 e Set./44	02
Santos Dumont	Out./42 2x	02
Anita Garibaldi/ Clara Camarão/Florisbela	Jun./43	01
Castro Alves	Set./41	01
Diego Feijó	Abr./41	01
Francisco Manoel Cardoso	Out./41	01
Jeronimo Coelho	Out./45	01
Olavo Bilac	Ago./41	01
Rui Barbosa	Set./43	01
TOTAL		44

Fonte: elaborada pelo autor com base nos 35 JEs selecionados para pesquisa e encontrados no Apesc.

Por fim, realizou-se uma análise da categoria Civismo/Cidades, outro tema recorrente nas páginas do JE Luz. Esse civismo consiste em artigos que tratam de respeitar os valores, as instituições e as práticas políticas do país. Estavam diretamente ligados à educação, sendo fundamentais para que os/as alunos/as compreendessem sobre seus direitos e deveres, a importância do envolvimento cívico e como suas ações poderiam embater na sociedade. O civismo também se manifestava na forma como os/as estudantes interagem com o espaço urbano, segundo as normas da cidade e participando de iniciativas para destacar a qualidade de vida da comunidade local.

O civismo, manifestado por intermédio da valorização de instituições locais, é um sentimento que transcende a mera afeição por um lugar; ele se entrelaça com as tradições da comunidade. Imaruí, conforme descrita por Silva (1943, p.1-2), com suas “duas grandes coletorias e uma bonita prefeitura. A frente desta está situada a praça Dr. Getúlio Vargas. Ao Norte, localiza-se a matriz cujo padroeiro era São João Batista”, é um reflexo do orgulho cívico. A praça, nomeada em homenagem ao presidente brasileiro, e a matriz dedicada ao santo, conhecido por sua história de fé, são exemplos de como o espaço urbano e a religiosidade se combinam para criar um senso de pertencimento e responsabilidade cívica.

Ao destacar os aspectos de Imaruí, Silva não está simplesmente relatando fatos; ela está envolvendo os/as leitores/as em uma narrativa que exalta a identidade local e, por extensão, a identidade nacional e demonstra que o JE é uma ferramenta de nacionalização que ressoa os valores e as aspirações do Estado Novo. Com isso, os redatores/as do Luz contribuíram com 21

reportagens que reforçaram o senso de união e pertencimento, promovendo o engajamento cívico e o interesse coletivo. Categorizaram-se essas atuações, que exemplificam como o JE Luz influencia a formação cívica e a valorização da identidade nacional por meio da cultura escolar, na tabela 5.

Tabela 5 – Civismo/Cidades

Menção	Data	Quantidade
Cidade	Maió/42, Mar./43, Jun./43, Ago./43, Set./43, Out./43, Mar./44, Nov./44, Set./45, Out./45 e Nov./45.	11
Civismo	Set./41, Abr./42, Maio/42, Set./42, Fev./43, Jun./43, Jul./43, Set./43, Fev./44 e Abr./44.	10
TOTAL		21

Fonte: elaborada pelo autor com base nos 35 JEs selecionados para pesquisa e encontrados no Apesc.

Esses números demonstram, mais uma vez, como o JE Luz destacou-se, como um instrumento de nacionalização, alinhando-se com os ideais do Estado Novo no Brasil de construir uma identidade nacional unificada. Ao mesmo tempo, ele respeitou e celebrou a singularidade de Imaruí, exaltando a sua diversidade cultural como um componente vital da nação. A promoção do civismo e do patriotismo, portanto, implicou uma manifestação do compromisso do jornal com a educação cidadã, buscando incentivar e fortalecer um sentimento de pertencimento à nação ao atuar como um importante instrumento no processo de construção da cultura escolar do GE Carlos Gomes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância dos JEs transcende a simples comunicação de eventos correntes. Eles atuam como um valioso arquivo histórico e educativo que reflete as nuances culturais e educacionais de sua época. A análise dos 35 periódicos, neste artigo, revela a complexidade das relações entre educação e nacionalismo, especialmente em momentos de intensas mudanças políticas. O período de 1941 a 1945, durante o qual o Luz teve suas primeiras edições publicadas, representa um desses momentos complexos na história brasileira, quando o Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas, promoveu uma intensa campanha nacionalista.

O jornal Luz, nesse contexto, constituiu veículo para a disseminação de valores nacionalistas, influenciando a formação de jovens estudantes e moldando a percepção da comunidade escolar sobre a identidade nacional. O GE Carlos Gomes, em particular, foi um exemplo de como as instituições educacionais podiam ser centros de propagação ideológica, intencionalmente ou não, por meio de seus jornais. Além disso, esses periódicos ofereceram uma abertura para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais que permeavam a cultura escolar, permitindo uma apreciação mais profunda do papel da educação para a formação cívica e a construção da memória coletiva.

Durante o Estado Novo, em Santa Catarina, as manifestações de nacionalismo no JE Luz refletiram as políticas educacionais e a propaganda governamental da época (Silva, 2014). O jornal adotou uma linha editorial que ressoava com os ideais nacionalistas promovidos pelo governo, o que refletiu na valorização da cultura e história brasileira, a exaltação de símbolos

e heróis nacionais, e a promoção de uma identidade nacional unificada. O jornal Luz também abordou assuntos que destacaram a importância da unidade nacional e da soberania do Brasil, além de cobrir eventos cívicos e datas históricas relevantes para o país.

Portanto, o JE Luz, como parte da cultura escolar do GE Carlos Gomes, serviu não apenas como um meio de informação, mas também como um instrumento de formação ideológica, alinhado com os objetivos do regime vigente. Por meio de suas páginas, contribuiu para a disseminação de valores e crenças que reforçaram a narrativa nacionalista desejada pelo Estado Novo, que buscou moldar a percepção dos/as jovens estudantes e da comunidade escolar. Assim, o jornal Luz desempenhou um papel importante para construção de uma cultura pátria e a formação cívica dos/as alunos/as, influenciando suas visões sobre o Brasil e seu papel na sociedade.

REFERÊNCIAS

ANSELMO, Tereza. O dia do Soldado. **Luz**, Imaruí, n.º 9, novembro de 1945, p. 2.

BASTOS, Maria Helena Camara. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 2002, p. 47- 75.

CAPA. **Luz**, Imaruí, n.º 4, maio de 1942, p. 1. CAPA. **Luz**, Imaruí, n.º 2, abril de 1941, p. 1.

CAPANEMA, Maria. O dia 1º de maio. **Luz**, Imaruí, n.º 4, maio de 1942, p. 1.

CASTRO, Jorge Justino de. Sete de setembro. **Luz**, Imaruí, n.º 6, setembro de 1941, p. 1.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Tradução Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação. São Paulo: SBHE, 2001, p. 9-43.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MATOS, Osvaldina Vieira. Sete de setembro. **Luz**, Imaruí, n.º 7, agosto de 1943, p. 3.

SANTA CATARINA. **Decreto n.º 1028 de 03 de novembro de 1941**. Cria o curso complementar anexo ao GE Carlos Gomes a partir de 1942. Disponível em: <https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/index.php/diario-oficial-do-estado-de-santa-catarina-ano-8-n-2134-de-04-11-1941>. Acesso em: 30 de abr. de 2024.

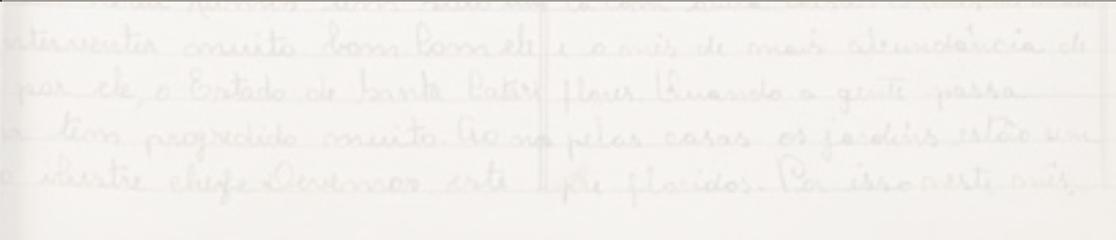
SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina n.º 1854 de 23 de setembro de 1940**. Inauguração do Grupo Escolar Carlos Gomes. Disponível em: <https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/index.php/diario-oficial-do-estado-de-santa-catarina-ano-7-n-1854-de-23-09-1940-2>. Acesso em: 21 de abr. de 2024.

SILVA, Alice. A Cidade de Imaruí. **Luz**, Imaruí n.º 9, outubro de 1943, p. 1-2.

SILVA, Cristiani Bereta da. História Nacional e a construção do “Espírito Brasileiro” (Santa Catarina – décadas de 1930 e 1940). In: SILVA, Cristiani Bereta da. (Org.). **Educar para a nação: cultura política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940**. Curitiba: CRV, 2014, p. 19-42.

SILVA, Cristiani Bereta da et al. **Catálogo dos jornais escolares catarinenses**. 1ª Edição, dFlorianópolis, 2023. Disponível em: <https://jornaiscolarescatarinenses.weebnode.page/catalogo/>. Acesso em: 26 de abr. de 2024.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerrada da. **Circular n.º 07**, de 12 de abril de 1937. Destinada aos senhores professores. Assunto: instrução para o jornal escolar. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1941, p. 27.



A IMPORTÂNCIA DA IMPRENSA NA AÇÃO REFORMADORA DE MARTINHO LUTERO

DOUGLAS LIMA DA COSTA

INTRODUÇÃO

A Reforma Protestante foi um movimento religioso que se originou na Alemanha do século XVI e que ganhou força espalhando-se pelo Ocidente, tendo como principal artífice Martinho Lutero. O objetivo deste trabalho é abordar a relevância do surgimento da imprensa na difusão dos ideais deste reformador. A revisão da literatura foi dividida em duas etapas: no primeiro momento, apresenta-se, brevemente, a biografia de Lutero e, no segundo, realiza-se uma discussão acerca do surgimento e influência da imprensa para a disseminação das ideias de Lutero no movimento da Reforma Protestante. Nesse período, devido ao Renascimento, ocorreu uma ruptura na sociedade

medieval, que paulatinamente engendrou mudanças, tais quais: a secularização, a autodeterminação do sujeito, o surgimento da burguesia, entre outros. Sobre esse cenário, assinala Hegel (1999):

A Reforma surgiu da *decadência da igreja*. Essa decadência não foi ocasional, mero *abuso* de poder e domínio. Abuso é a forma habitual de se denominar uma decadência. Pressupõe-se que a base seja boa, a instituição em si perfeita, mas as paixões, os interesses subjetivos, enfim, a vontade ocasional dos homens tenha usado aquele bem como um meio para o seu próprio benefício, e que não há nada a se fazer a não ser afastar essas ocasionalidades. Em tal representação, salva-se a instituição, e o mal que a corrompe aparece como algo apenas exterior. O abuso de uma coisa boa que ocorre de forma ocasional se limita a uma particularidade, mas um caso de corrupção generalizada afetando uma instituição tão grande e abrangente como a Igreja já é outro assunto (Hegel, 1999, p. 473).

Nascido em 10 de novembro de 1483, na pequena cidade de Eisleben, no estado alemão de Saxônia-Anhalt, Lutero viveu em uma época marcada por profundas transformações na Europa, a exemplo das artísticas e intelectuais, impulsionadas, sobretudo, por ideais renascentistas. A biografia do teólogo se concentra principalmente em uma experiência espiritual que teve em algum momento de sua vida, além de alguns detalhes significativos sobre sua educação e formação acadêmica. Devido a uma terrível tempestade que o atingiu inesperadamente no meio de uma floresta, Lutero decidiu se tornar monge e ingres-

sar formalmente na Ordem dos Apóstolos, na qual é consagrado sacerdote e, após aprofundamento de seus estudos, tornou-se teólogo. Sobre o monge agostiniano menciona Mondin (1981, p. 28-29):

Martinho Lutero (1483-1546) nasceu em Eisleben, na Saxônia. Conseguida a láurea em filosofia, começou a frequentar a faculdade de direito quando, abalado por um terrível acontecimento (a morte de um amigo, atingido por um raio quando atravessavam juntos um bosque), mudou de ideia e resolveu tornar-se monge. Em 1505 entrou para a Ordem dos Agostinianos, na qual foi ordenado sacerdote dois anos depois de terminados os estudos teológicos. [...] No dia 31 de outubro de 1517, véspera da festa de Todos os Santos (solenidade que atraía para a igreja de Wittenberg uma imensa multidão, por causa das mais de nove mil relíquias que nela estavam guardadas), Lutero afixou nas portas da igreja noventa e cinco teses.

Antes disso, o percurso histórico trilhado pelo personagem em estudo revela que Martinho Lutero entrou para o convento de Erfurt aos 22 anos em 1505, onde viveu por alguns anos, essa experiência crucial do claustro fora definitiva no toar da vida e do pensamento do jovem Lutero, conforme Febvre (2012, p. 25) "(...) não tivesse vivido no convento por mais de quinze anos, não tivesse tido a experiência pessoal, dolorosa, da vida monástica, ele não teria sido Martinho Lutero". Foi na solidão, recluso do mundo, mas ainda dentro do mundo, sob o manto da própria inquietação pessoal que suas maiores reflexões vieram à tona.

Essa experiência religiosa lhe marcaria definitivamente. Não à toa, Febvre (2012) apresenta a face de um reformador de personalidade pouco conhecida nos livros de história, não um retrato biográfico propriamente dito, sua análise sobre os diversos momentos da vida do monge agostiniano soa quase como uma análise psicológica das causas que permitiram Lutero tornar-se quem foi para a História. Nesse sentido, o autor esclarece:

Sobre a biografia de Lutero propriamente dita, do nascimento ao ingresso na vida religiosa, escreveu-se muitíssimo, como se pode imaginar. A tendência era clara. O que se queria era revisar os relatos, demasiado lacrimosos, das antigas biografias. Não, os pais de Lutero não eram tão pobres como se dizia; seu pai terminou na pele, algo adiposa, de um abastado empreiteiro. Não, o menino não foi tão duramente maltratado como se afirmava, e seria vão comover-se em excesso com a sorte do pequeno Martinho a mendigar seu pão entoando cânticos... Isso tudo não passa, na verdade, de interpretações sem interesse. Probabilidades, impressões pessoais, não raro preconceitos... Da mesma forma, sobre o ingresso no convento, foram feitas, em abundância, dissertações sem fim, discussões sem conclusão possível. Quais eram, exatamente, os sentimentos de Lutero no dia em que caiu um raio na estrada de Stotternheim, raio que não matou, por sinal, um Alexis relegado ao reino das quimeras? Se o mestre em artes da Universidade de Erfurt entrou para o convento, terá sido, ou não, porque havia feito um voto? E, tendo-o pronunciado - mas será que o pronunciou? - e dele podendo ser liberado - mas será que podia? - preferindo, porém, cumpri-lo, por que motivos, então, por que

secretas razões se apegou a essa opção extrema? (Febvre, 2012, p. 53).

A figura de um Lutero humano, repleto de conflitos internos, ambiguidades e questionamentos, germinou nele uma preocupação primeira no que diz respeito à própria salvação. Amadurecendo aquele jovem monge, também brotaram dúvidas acerca dos rigores que eram impostos e das penitências exigidas como forma de se chegar a Deus. Febvre (2012, p. 30) pontua que ele era um “monge acima do comum, Lutero se curvava, dócil, aos rigores da regra”, mas essa ferrenha doutrina ao invés de lhes aproximar de Deus, parecia afastar-lhe cada vez mais.

No decorrer de seus trabalhos, Lutero comenta a Epístola aos Romanos. Seus escritos sobre o Apóstolo Paulo o tornam mais consciente do significado dos desejos de reforma religiosa que, na verdade, tiveram origem antes dele, na Igreja da Baixa Idade Média (Léonard, 1963). Após o período de recolhimento no convento, o monge agostiniano, em 1508, fora convidado para a Universidade de Wittenberg, onde a sua luta contra o papado seria travada à medida que eruiu-se e ali tornou-se professor. Ao estudar as Sagradas Escrituras, o Lutero já inquieto e temente pela própria salvação passou a enxergar, por intermédio de suas próprias incursões, a verdade que não havia encontrado no claustro nem nas longas penitências cumpridas.

A sua angústia seria acrescida após viajar a Roma e presenciar pessoalmente tudo aquilo que condenou enquanto esteve no monastério, Febvre (2012, p. 33) avalia que “em Roma, em 1510, o que lhe aparecera em toda a sua nudez fora a terrível

miséria moral da Igreja. Virtualmente, estava feita a Reforma. O claustro e Roma, já em 1511, haviam tornado Lutero luterano...”. A partir de então as suas convicções ganharam força e Lutero, ainda obediente à Igreja, não ansiava por uma separação, mas assumiu o compromisso de promover uma reforma profunda em suas práticas.

Além de Lutero, outros personagens discutiram os problemas da Igreja, a exemplo de Calvino, na França; de Zwinglio, na Suíça; de John Knox, na Escócia, entre outros (Boto, 2017). Na Suíça, deu-se sob a liderança do reformador Ulrich Zwinglio: sua praticidade e objetividade conquistaram a burguesia mercantil. Além disso, ele atuou na reforma da Confederação Helvética, estabelecendo as bases teológicas e intelectuais (Dalabrida, 2018).

Por sua vez, Lutero estava convicto de seu chamado e o cenário para a Reforma estava posto, não havendo mais possibilidade para reconciliação. Os desafios colocados pela Reforma Protestante foram produto do seu tempo, da instável Alemanha¹ do século XVI, dos escândalos em que a Igreja Católica se envolveu, dos interesses de nobres e reis que romperam com a autoridade papal e de forças intelectuais e políticas que compunham o tecido social. Conforme descrição de Rosa (2004), as razões prementes para a eclosão da Reforma foram:

1 Nesse período a Alemanha não era propriamente um estado moderno como hoje concebemos, este consolidou-se apenas em 1871 após a unificação. Assim, utilizamos Alemanha apenas para fins didáticos, no entanto, estamos nos referindo aos povos franco-germânicos reunidos em microestados, reinos e principados daquele período. Ver mais em Kitchen (2013).

- 1º a corrupção em que havia caído grande parte do clero; entre os vícios apontavam-se: a simonia, a avareza, a degradação dos costumes, a ambição política, etc.;
- 2º os protestos de Wiclef, na Inglaterra, e João Huss, na Boêmia, nos séculos XIV e XV, contra o desvio da Igreja de suas primitivas crenças;
- 3º o desenvolvimento do espírito crítico da corrente humanista que acentuou o valor da personalidade e da individualidade livre ante qualquer coação exterior (Rosa, 2004, p. 139).

O despertar de Lutero ao questionar as práticas da Igreja Católica e o próprio *modus operandi* salvífico, colocando em xeque o fio condutor que unia os homens a Deus, ou seja, a autoridade do Papa como mediador entre os homens e o divino, desperta uma consciência *sui generis* que advoga, agora, a possibilidade de cada sujeito, por si mesmo, conquistar o galardão da salvação no além-vida. Por isso, Lutero afiança (1998):

Vemos, então, que a um cristão basta a fé, e ele não necessita de nenhuma obra para ser justo. Uma vez que se ele não necessita mais de nenhuma obra é porque certamente está desobrigado de todos os mandamentos e todas as leis, e se está desobrigado, ele certamente será livre. Essa é a liberdade cristã: é unicamente a fé, é ela que faz, não que nos tornemos ociosos ou maus, mas que não necessitemos de obra alguma para obtermos a justiça e a bem-aventurança (Lutero, 1998, p. 45).

Estavam postas as bases da sua teologia, a salvação pela fé mediante a justificação pela graça, ou, nas palavras de Hegel

(1999, p. 346), “[...] este é o conteúdo essencial da Reforma: o homem está determinado por si mesmo a ser livre”. Nesse sentido, agora, mais maduro, Lutero publicara, em 1520, três obras de grande relevância para o seu plano reformista, são elas: o Discurso à Nobreza Cristã, pleiteando, junto aos príncipes, a reforma da Igreja e também a reforma das universidades como parte de um projeto de mudança geral da sociedade política; Da Liberdade do cristão, na qual fortalecia o sentimento de liberdade individual das classes mais baixas, especialmente a camponesa; e Sobre o Cativo Babilônico da Igreja, páginas que denunciavam ferozmente a doutrina e as práticas do papado. Por meio dessas obras, foram postos os pilares que orientariam os novos cristãos.

Quando o Concílio de Trento (1545) foi convocado, a divisão tornou-se premente. Hegel (1999, p. 479) menciona que, “[...] a partir da negação da autoridade da Igreja, a separação tornou-se necessária. O concílio de Trento estabeleceu os fundamentos da Igreja Católica, e depois desse concílio não era mais possível a união”.

Ademais, a preocupação de Lutero, além da salvação dos homens, foi expressa no tipo de formação que era concebida a este novo cristão. Carvalho (2004, p. 245) diz que “[...] o comportamento de um protestante, por exemplo, indica que tipo de formação, de educação, ele experimenta ao longo de sua vida”. Para tanto, não bastava tornar acessíveis as escrituras, era preciso fazê-las compreender por todos. Nesse sentido, a Reforma abraça como princípio não apenas a conversão, mas a formação integral do sujeito que permitiria aos seus adeptos a elevação de suas condições moral e social. De acordo com Boto (2017):

A Reforma protestante propugna a escolarização como ferramenta para a leitura da Bíblia, sem interposição de nenhum sacerdote, favorecendo a religiosidade das populações. Os reformadores voltavam-se também para a vida civil, acreditando no potencial da educação para a prosperidade dos povos. Favorecia-se um ensino coletivo, que deveria ser dirigido pelas municipalidades. [...] O aprendizado escolar seria racionalizado com o modelo dos colégios calvinistas que pretendem imprimir ordem e disciplina em uma escola que é vista como o lugar de preparo da juventude para o mundo do trabalho. Com a Reforma, haverá um deslocamento da reflexão pedagógica para advogar uma escola secularizada, racionalizada, institucionalizada e civilizadora (Boto, 2017, p. 71-72).

Ao pregar às portas da Igreja de Wittenberg, o reformador trouxe para o debate questões caras aos novos tempos, como a autodeterminação ou autonomia do sujeito, a liberdade de acesso e compreensão das Escrituras, a salvação mediante a justificação pela fé, e não mais por obras, como assinalava a Igreja Católica, segundo Altmann (1994, p. 33), “[...] a justificação por graça e fé implica um radical princípio de igualdade entre os seres humanos e de valorização de cada um deles diante de Deus”, esse ponto crucial define o pensamento teológico do reformador como alguém que esteve na vanguarda da construção do princípio universal de igualdade entre os homens que efetivou-se apenas alguns séculos depois com a Revolução Francesa.

Assim, compreendendo o contexto em que estava inserido e para fins de efetivar a sua ideia de reforma, Lutero apresentou teorias para além do campo religioso. Avalia-se que sua atua-

ção foi além da teologia, por meio de suas bases teóricas, em que demonstrou preocupação com as questões da Igreja, da política e com o futuro do povo alemão. Afirmar que sem Lutero não haveria Reforma seria uma presunção histórica ante a tantos personagens que encabeçaram o movimento, no entanto, a sua incessante atuação desencadeou importantes acontecimentos que manteve em curso as ideias reformistas. Sobre o papel desempenhado por Lutero, assinala Hegel:

Deixando de lado os indivíduos, ele atacava as instituições como um todo: a vida em conventos, o domínio temporal dos bispos, etc. Seus escritos questionavam não apenas ordens isoladas do papa e dos concílios, mas todo o processo de tomada de decisões, ou seja, a autoridade da Igreja. Lutero repudiou essa autoridade e introduziu em seu lugar a Bíblia e o testemunho do espírito humano. Todavia, o fato de a Bíblia ter se tornado o próprio fundamento da Igreja cristã é da maior importância: cada um deve instruir-se com ela e cada um pode então determinar a sua consciência. Essa é a imensa alteração do princípio: toda a tradição e o edifício da Igreja tornam-se problemáticos, e o princípio da autoridade da Igreja é anulado. A tradução da Bíblia feita por Lutero foi de valor inestimável para o povo alemão, que com isso recebeu um livro nacional que nenhuma outra nação do mundo católico tem (Hegel, 1999, p. 478).

O que se pretende destacar é que Lutero e os reformadores estabeleceram pilares para uma interpretação bíblica prática, com o objetivo de restaurar a igreja através da reinterpretação

hermenêutica das Escrituras. O que havia de novo em Lutero era que ele via na fonte dos escritos sagrados o canal para o reencontro com Deus e não nas obras ou no Papa como até então estava concebido. Ao denunciar os problemas da Igreja, Lutero, diferentemente de seus antecessores, desencadeou uma série de acontecimentos que não mais poderiam ser desconsiderados ou esquecidos. Altmann (1994, p. 29) pontua que a ação do pensador interveio em três aspectos: “[...] a) na Igreja e espiritualidade; b) na relação entre fé e mundo; c) na sociedade, política e economia”.

No que diz respeito à transição do período medieval para o moderno, ela não se deu de forma automática, mas por meio de um longo e gradual processo. Com isso, pretende-se lembrar que o conjunto de ideias que agora se apresenta não é um original absoluto, no sentido de criar algo do nada, ele tem suas raízes na Antiguidade Clássica e no cristianismo medieval. Do ponto de vista social, a transição do feudalismo para o mercantilismo, a atuação dos movimentos heréticos, o desenvolvimento das cidades, a intensificação das cruzadas e navegações, dentre outros, são acontecimentos que marcam essa etapa de migração. Todavia, no sentido intelectual e mesmo do pensamento, isso não se opera de forma imediata mediante uma ideia de superação, mas de sucessão ou decorrência de elevação do próprio espírito humano. No que concerne a esse momento histórico, Huizinga (1985) pondera:

A transição do espírito característico do declínio da Idade Média para o humanismo foi muito mais simples do que à primeira vista somos levados a supor. Habitados a opor o humanismo à Idade Média supomos muitas vezes que

a adesão ao novo sistema implicou o repúdio do outro. É-nos difícil imaginar que o espírito pudesse cultivar as antigas formas de pensamento e de expressão medievais e aspirar ao mesmo tempo à visão antiga da razão e da beleza. Mas é assim mesmo que temos de conceber o que se passou. O classicismo não apareceu por súbita revelação; cresceu entre a vegetação luxuriante do pensamento medieval. Antes de ser uma inspiração o humanismo foi uma forma. E, por outro lado, os modos característicos do pensamento da Idade Média persistem por muito tempo durante o Renascimento (Huizinga, 1985, p. 240).

O protestantismo trouxe uma perspectiva moderna ao propor um cristianismo em consonância com a cultura e a sociedade emergentes e que tinha como pilar a liberdade e autodeterminação do sujeito. Conforme Kung (2004, p. 243), “[...] na verdade, a idade moderna, no sentido estrito [...] já havia começado um século e meio antes da Revolução Francesa – com uma nova fé na razão do homem, que agora é quem decide em todas as questões da verdade”. O elemento novo dessa religião é, com base nas Escrituras, estabelecer uma nova forma de ascese do sujeito ao sagrado e de sua existência no plano temporal. Weber (2004) assim condensa:

A ascese cristã, que de início fugira do mundo para se retirar na solidão, a partir do claustro havia dominado eclesialmente o mundo, enquanto a ele renunciava. Ao fazer isso, no entanto, deixou de modo geral intacta a vida cotidiana no mundo com o seu caráter naturalmente espontâneo. Agora ela ingressa no mercado da vida, fe-

cha atrás de si as portas do mosteiro e se põe a impregnar com sua metódica justamente a vida mundana de todo dia, a transformá-la numa vida racional no mundo, não deste mundo, não para este mundo. (Weber, 2004, p. 139).

A partir de Lutero lê-se uma Bíblia em língua nacional à qual todas as pessoas alfabetizadas podiam ter acesso. Não era mais necessário que a Igreja se referisse a ela e fosse alimentada por ela: a leitura torna-se pessoal, individual. Os fiéis tinham agora os meios para aceder a uma fé autônoma. Os pregadores protestantes aplicaram à Bíblia os métodos do humanismo que deram um lugar dominante à linguística (gramática e léxico), bem como à análise histórica dos escritos. Nesse trilhar, a imprensa e o livro impresso entram como elementos cruciais na consolidação do protestantismo, como veremos adiante.

A INFLUÊNCIA DA IMPRENSA NA AÇÃO REFORMADORA DE LUTERO

A transição da Idade Média para a Moderna foi assim efetuada por meio da ação do espírito humano. O indivíduo, ao questionar a autonomia de si mesmo, torna-se mais confiante em sua capacidade de exercer o próprio controle da vida e passa a viver por sua própria força interior, amparado pela graça divina. Lutero, envolvido nesses acontecimentos sociais, sabia com quem falar e de que forma falar acerca de suas proposições. Para isso, deu especial tratamento ao estudo e ensino das línguas. Consoante com Lutero (2018, v. 5, p. 316), “[...] onde, porém, há conhecimento das línguas, aí as coisas se desenvolvem com

frescor e vigor, e a Escritura é trabalhada; aí a fé se encontra sempre de forma nova por meio de outras e mais outras palavras e obras”. Sobre a importância da transição dessa tradição oral para a escrita, analisa Antônio Frago:

Ao difundir-se a alfabetização e o texto escrito, por intermédio da imprensa, mudam as relações com o mesmo: a função de mediador desaparece e as condições de comunicação, de coletivas, passam a ser individuais. [...] As duas vítimas desses processos são o velho e o padre. O primeiro perde a utilidade de sua memória; o segundo, o segredo de seu prestígio e o núcleo de seu poder como elo entre o escrito e o oral (Frago, 1993, p. 34-35).

Lutero percebeu que não seria possível efetivar o seu projeto de acesso às Escrituras sem que antes houvesse a alfabetização dos leigos. Para Cavalcante (2017, p. 79), “[...] a mentalidade protestante, considerando como primordial o acesso irrestrito às Escrituras, ressaltou fortemente alfabetização generalizada, tendo uma participação significativa nesse processo de renovação”. Em Lutero viu-se uma iniciativa pedagógica que privilegiada o texto escrito. Lindberg (2017, p. 129) menciona que “Lutero iniciou seu trabalho de tornar o Evangelho acessível às pessoas, uma tradução legível e precisa da Bíblia foi um estímulo em relação à educação universal”, para Lutero, a bússola do cristão estava na própria Escritura.

Em alguns de seus escritos, a exemplo de *Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha para que Criem e Mantenham Escolas*, publicado em Wittenberg, em 1524, Lutero contou com as ilustrações de Lucas Cranach (1472- 1553) em seus impressos.

Esse recurso didático-pedagógico, inovador para a época, viria a inculcar nas pessoas, mediante a fixação imagética, a mensagem anunciada, haja vista a falta de letramento da população, de modo que, associado ao uso da imprensa recém-criada, o seu chamado seria disseminado rapidamente.

Segundo Lienhard (1998, p. 95), “[...] a mensagem de Lutero espalhou-se rapidamente, através dos escritos e da pregação: pode-se qualificar a Reforma como filha da imprensa”. Além disso, Keim (2010, p. 229) destaca o seguinte: “[...] a educação no movimento revolucionário liderado por Lutero foi impulsionada pelos textos impressos [...] que motivaram as famílias a se alfabetizarem e assumirem posição contra e a favor dos argumentos apresentados naquele documento”.

Antes, porém, no fim do século XIV havia na Europa a impressão mediante xilogravuras, Susanne Schuster (Leppin; Schneider-Ludorff, 2021, p. 568), menciona que: “essa técnica, no entanto, era limitada, já que era preciso confeccionar uma nova matriz para cada página e somente se podia imprimir um lado do papel.”. Nesse período, a aquisição de livros se dava mediante transcrição do original que costumava ser realizada por monges copistas no interior dos mosteiros, um trabalho lento e custoso, segundo Jérôme Basché:

Graças a essas modificações e a uma melhor organização dos scriptoria, onde os monges que se dedicam às cópias dos manuscritos trabalham agora em equipes, partilhando entre si as diversas seções de uma mesma obra, a produção de livros aumenta de modo considerável (estima-se que cerca de 50 mil manuscritos foram copiados na Europa no século IX) (Baschet, 2006, p. 75).

No entanto, esse controle da Igreja sobre o espólio de obras escritas e de sua reprodução, assegurou-lhe por muitos séculos, o domínio educacional e sua hegemonia cultural, seja porque somente os clérigos tinham acesso a um tipo específico de formação, seja porque o latim elevado como língua oficial da Igreja não era de conhecimento do povo, logo, tem-se nesse período a escrita e interpretação dos textos bíblicos como patrimônio praticamente exclusivo da Igreja Católica.

Esse cenário viria a mudar somente a partir do século XV com Johannes Gutenberg, conhecido historicamente como o “pai da imprensa”, por ter desenvolvido o primeiro modelo de impressora tipográfica, em que pese não ter sido o primeiro a efetuar a impressão de textos, segundo Rodrigues (2012, p. 189) “(...) sua ideia de um tipo móvel de metal, que podia juntar-se a outros para formar palavras, frases encadeadas em linhas ordenadas, foi o modelo que obteve maior sucesso, em vista de sua eficiência e economia”, vindo a ser o primeiro a produzir uma “bíblia móvel” conhecida como “Bíblia de Gutemberg”:

Depois do aparecimento da Bíblia de Gutemberg em 1456, prelos com tipo móvel foram rapidamente montados por toda Europa. Por volta de 1490, a imprensa tinha sido introduzida em todos os países do Ocidente; antes de 1501 já 110 lugares diferentes se orgulhavam de possuir oficinas de impressão, desde Estocolmo e Lubeque a Toledo e Lisboa, de Budapeste e Cracóvia a Oxford (Aston, 1968, p 69-70).

Esse período de transição do século XV para o XVI, marcado pela intensa agitação política e cultural, especialmente na Alema-

nha, permitiu a Lutero o acesso às ferramentas necessárias para a sua atuação. Como mencionamos anteriormente, Lutero surge no cenário de intensa crise da Igreja Católica e justamente valendo-se da escrita e da imprensa irá desenvolver a sua estratégia de atuação conclamando a todos contra os abusos da Igreja Católica ao afixar as 95 teses – evento que marcou o início da Reforma Protestante – na porta da igreja de Wittenberg em 31 de outubro de 1517.

Nessa discussão, não se pode esquecer da imprensa de tipos móveis, que havia sido criada por Gutenberg, por volta de 1450, na Alemanha. Aperfeiçoada, a imprensa era um meio de fazer circular as ideias rapidamente, o que facilitou a divulgação das ideias reformistas. Will Durant, autor de *A Reforma*, chega a afirmar que “Gutenberg tornou Lutero possível” (Klug, 1998, p. 22).

A estratégia adotada, inicialmente, não foi de reprodução de textos densos, mas de folhetos acompanhados de ilustrações fazendo uso do impacto visual para atingir a todos, especialmente, as camadas populares que não sabiam ler nem escrever. Desenvolveu-se aqui um tipo específico de publicação de cunho propagandístico que denunciava os problemas da Igreja Católica e defendia os ideais reformistas:

Nos anos 1520, publicaram-se muitos panfletos para convencer o povo simples de que Lutero estava certo, ou errado, e as gravuras satíricas levavam as mensagens aos lares. O próprio Lutero tinha clara consciência do valor propagandístico da gravura impressa. “Em todas as paredes (escreveu certa vez), em todos os tipos de papel e

baralhos, os padres e monges devem ser retratados de tal forma que o povo sinta repugnância ao ver ou ouvir falar do clero” (Burke, 1989, p. 281).

Nesse sentido, a Reforma assume um status para além do religioso e pulveriza na Europa uma atmosfera de questionamentos e críticas que penetraram outros campos da vida. A imprensa foi o fio condutor que ajudou a retirar os textos escritos dos claustros, levando-os aos leigos e laicos para formulação de suas próprias críticas e convicções, gerando impulso na propagação das ideias reformistas, segundo Belo (2002, p. 40) “(...) a verdade é que nenhuma inovação ligada ao livro marcou tão fortemente a cultura letrada da época contemporânea como a invenção da tipografia”, com o livro impresso veio também o desejo da instrução, da interpretação e da liberdade de pensamento. Assim, com a imprensa vê-se uma nova aquiescência cultural a partir do sentido e significado que o livro impresso assumiu no contexto da recém-chegada Idade Moderna. Sobre isso sumariza Bacelar:

Tal como influenciou profundamente a reforma do pensamento religioso e do método científico, as inovações da imprensa desafiaram igualmente o controle institucional. A imprensa estimulou a procura e o credo numa verdade fixa e verificável, assim como abriu caminho aos homens para o livre arbítrio e o direito de escolher individualmente percursos intelectuais e religiosos (Bacelar, 1999, p. 4).

Nesse caminho, Lutero e outros reformadores puderam se beneficiar de tais técnicas para difundir os seus escritos e propagar

os seus ideais, conforme Oliveira (1989, p. 117) “a primeira edição da tradução do Novo Testamento feita por Lutero, no ano de 1522, com 5.000 exemplares, esgotou-se em três meses”. A reprodução de exemplares em grande quantidade em um curto espaço de tempo, diferentemente do livro manuscrito, também possibilitou este feito. Lutero destaca-se nesse processo pelo alto volume de obras reproduzidas, segundo Febvre e Martin (2000, p. 376) “entre essas obras, os livros de Lutero são particularmente numerosos; pode calcular-se que, no seu total, representam mais de um terço dos textos alemães vendidos entre 1518 e 1525”, segundo Atkinson (1987, p. 205) “no seu auge Lutero produzia uma obra a cada quinze dias” e graças a imprensa, pela primeira vez na história um grande número de pessoas puderam ter acesso simultâneo a textos escritos.

Para fazer valer o princípio do livre exame das Escrituras, fazia-se necessário colocá-las em circulação. Nesse sentido, com a consolidação da Reforma diversas obras foram produzidas e difundidas a exemplo dos catecismos de Lutero, Bíblias, livros litúrgicos, entre outros. À medida em que mais textos eram produzidos e reproduzidos, impulsionava-se a leitura e alfabetização da população. Assim, a valorização da Bíblia como instrumento necessário ao conhecimento da fé deu força à popularização do livro impresso e andou de mãos dadas com o crescimento da imprensa, tornando o livro impresso pedra angular nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História da Reforma Protestante assim como a História da Imprensa estão temporalmente interligadas. Ao passo em

que o livro manuscrito, deu lugar ao livro impresso, obras e textos cristãos, especialmente, aqueles utilizados pelos artífices da Reforma Protestante repercutiram e puderam chegar aos leitores antes proscritos do acesso às Escrituras Sagradas.

Com a imprensa de caracteres móveis, o livro impresso é reproduzido em menor custo e em larga escala, assim, o livro assumiu o papel de veículo condutor da fé reformada e permitiu a Lutero e demais reformadores disseminarem as suas ideias em toda a Europa, logo, qualquer estudo que busque compreender a Reforma Protestante deve pautar a influência da imprensa neste movimento.

Por fim, tem-se o livro impresso como um dos grandes primados deste período que influenciou a cultura e deu vazão à transição da oralidade para a fonte escrita em maior proporção que nos séculos anteriores. Como outra consequência do trabalho desenvolvido com a tradução e divulgação da Bíblia e outros textos escritos por Lutero e seus contemporâneos, podemos destacar a alfabetização ante a possibilidade de acesso à leitura pelas camadas populares.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Walter. **Lutero e Libertação**: Releitura de Lutero em perspectiva latino- americana. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

ASTON, Margaret. **O Século XV**. Lisboa: Editorial Verbo, 1968.

ATKINSON, James. **Lutero y el nacimiento del protestantismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

BACELAR, Jorge. **Apontamentos sobre a história e desenvolvimento da imprensa**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Lisboa, 1999. Disponível em: http://bocc.ufp.pt/pag/bacelar_apontamentos.pdf Acesso em: 03 jul. 2024.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal - Do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BELO, André. **História e livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BOTO, Carlota. **A liturgia escolar na idade moderna: cultura em classes, por escrito**. Campinas: Papirus, 2017.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARVALHO, Alonso Bezerra de. **Educação e Liberdade em Max Weber**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004, 312 p. (Coleção Fronteiras da Educação).

CAVALCANTE, Ronaldo. **As relações entre protestantismo e modernidade: história e memória**. São Paulo: Paulinas, 2017. (Coleção iguais e diferentes).

DALLABRIDA, Norberto. As Reformas religiosas e o nascimento da escolarização ocidental. **Comunicações**, v. 25, n. 2, p. 207-223, 2018. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/3535>>. Acesso 04 jul. 2024.

FRAGO, Antonio Viñao. Do analfabetismo à alfabetização: análise de uma mutação antropológica e historiográfica. In: FRAGO, A. V. **Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. p. 29-68.

FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Tradução de Dorothee de Bruchard. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2000.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da história**. Tradução Maria Rodrigues e Hans Harden. 2. ed. Brasília: UnB, 1999.

HUIZINGA, Johan. **O declínio da Idade Média**. Tradução: Augusto Abelaira. 2 ed. Lisboa: Ed. Ulisseia, 1985.

KEIM, Ernesto Jacob. A Educação a Revolução Social de Martinho Lutero. **EccoS - Revista Científica**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 219-238, 2010. DOI: 10.5585/eccos.v12i1.1907. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/1907>. Acesso em: 04 jul. 2024.

KITCHEN, Martin. 2013. **História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje**. São Paulo: Cultrix.

KLUG, João. **Lutero e a Reforma Religiosa**. São Paulo: FTD, 1998.

KUNG, Hans. **Os grandes pensadores do Cristianismo**. Lisboa: Presença, 2004.

LÉONARD, Émile G. **História do Protestantismo**, Presses Universitaires de France, Paris 1963.

LIENHARD, Marc. **Martim Lutero: Tempo, Vida e Mensagem**. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

LINDBERG, Carter. **História da reforma**. Tradução: Elissamai Agostinho Bauleo. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

LUTERO, Martinho. **Da liberdade do cristão (1520)**: prefácios à Bíblia. Trad. Erlon José Paschoal. São Paulo, UNESP, 1998.

LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas: ética - fundamentos - oração - sexualidade - educação - economia**. Tradução: Martin N. Dreher. 3 ed. atualizada. v. 5. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2018.

MONDIN, Battista. **Curso de filosofia**. Tradução do italiano de Benôni Lemos. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

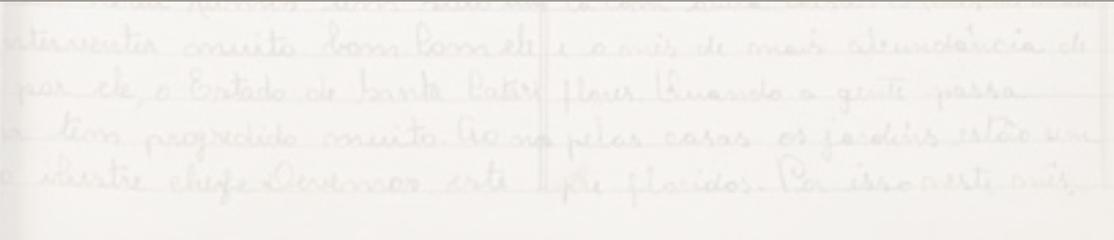
OLIVEIRA, José Teixeira de. **A fascinante história do livro: de Gutenberg aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1989.

RODRIGUES, Marcos Henrique Camargo. Gutenberg e o letramento do ocidente. **Revista Educação e Linguagens**. Campo Mourão, vol. 1, n.1, ago./dez. 2012.

ROSA, Maria da Glória de. **A História da Educação Através dos Textos**. São Paulo: Cultrix, 2004.

SCHUSTER, Susanne. Imprensa in LEPPIN, Volker e SCHNEIDER-LUDORFF, Gury. **Dicionário de Lutero**. São Leopoldo-RS: Editora Sinodal, 2021.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



“NA GLORIOSA FAINA DE ESCREVER”: TEMÁTICAS DOS JORNAIS ESTUDANTIS DE ARACAJU/SE (1874-1915)¹

LUANA DE JESUS SANTOS
JOÃO PAULO GAMA OLIVEIRA

INTRODUÇÃO

Assumptos literários, moraes e religiosos, e notícias escolhidas, constituirão o objecto das publicações do Porvir (O

-
- 1 O presente artigo deriva da dissertação de mestrado “O estudante prepara-se para reagir nas batalhas do porvir”: escritos nos jornais estudantis secundaristas de Aracaju/SE (1874-1915)”, desenvolvida com bolsa CAPES, escrita pela primeira autora, sob orientação do segundo autor. Para saber mais, ver Santos (2024). Trabalho que também integra o Projeto “Os Jornais estudantis em Sergipe (1874-1959): práticas educativas pela ótica dos discentes do secundário” que conta com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Chamada CNPq/MCTI/FNDCT n.º 18/2021- UNIVERSAL Processo: 404241/2021-2.

Porvir, n.º 1, 1874, p. 1).

O *Necydalus* é o órgão dos estudantes do nosso gynasio, e, como tal, dedicado em primeiro logar aos seus interesses, para depois ser um jornal literário e humorístico. Isto, porem, não impede que, por vezes, noticie fatos ordinários ocorridos que os commentemos mesmo (*O Necydalus*, Ano II, n.º 27, 1910, p. 1).

Culto á poesia, á arte, á literatura, á beleza, á mulher – eis o seu programma, e, de certo, todo um programma digno de adhezões e de enthusiasmo. (*O Atheneu*, ano 1, n.º 1, 1915, p. 3).

As epígrafes citadas mostram como era a abordagem de cada jornal estudantil entre o final do século XIX e início do XX. Ao evidenciar aspectos culturais que pertenceram a determinada época, os estudantes destacam o seu compromisso com temáticas que representam uma parcela da sociedade sergipana e alguns acontecimentos educacionais. Literatura, religião, fatos ordinários, poesia, arte, ciência e instrução são os temas mais evidentes desses suportes da “cultura escolar” (Benito, 2017), presente no *Atheneu Sergipense*² no final do século XIX e início do XX. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho consiste

2 “A instalação solene da instituição educativa ocorreu em 3 de fevereiro de 1871, sendo comentada na imprensa local, reunindo parcela expressiva da intelectualidade de outrora. [...] Nas primeiras décadas de vida e, sobretudo, ao longo da primeira metade do século XX, o *Atheneu Sergipense*, por meio dos diferentes sujeitos, angariou espaço de relevo na sociedade local, constituindo-se como uma significativa “Casa de Educação Literária” que abrigou parte da intelectualidade sergipana, como membros dos corpos docente e discente.” (Alves; Oliveira; Costa, 2021, p. 4). Para mais informações sobre o *Atheneu Sergipense*, ver Alves (2005).

em apresentar a abordagem sobre a instrução pública pela ótica dos discentes, uma das temáticas presente nos jornais estudantis produzidos por alunos do Atheneu Sergipense (1874-1915).

Dentro do recorte temporal de produção desses dos jornais O Porvir (1874), O Necdalus (1909-1911) e do O Atheneu (1915), o Brasil mudou o regime político do Império para a República, promoveu a Abolição da Escravatura, entre outros marcos que promoveram modificações na estrutura política, social e cultural que afetou também a instrução pública e o que estava sendo debatido nas instituições educativas e, conseqüentemente, nos jornais estudantis. Em Sergipe, essas mudanças, principalmente no âmbito educacional, também se fizeram presentes, para Nunes (2006):

Como acontecia no país, em Sergipe também, manifestou-se a preocupação dos dirigentes pelos problemas educacionais, (...), abrindo novos rumos à educação sergipana, e iniciando-se uma nova etapa de sua história. Mesmo as sucessivas modificações, muitas vezes prejudiciais, que a foram atingidos, demonstrariam, porém, a importância e o desafio que os problemas educacionais já apresentavam para o governo provincial. (Nunes, 2006, p. 276).

Nos impressos em tela, as questões de valorização da intelectualidade e da ciência, bem como o desenvolvimento da nação, aparecem de maneira explícita e recorrente através dos assuntos abordados pelos estudantes. Alves (2005), ao tratar sobre o Atheneu Sergipense como uma *Casa de educação literária*, acentua a relação entre o desenvolvimento da nova capital com o que ocorria na instituição educativa, mostrando que:

A cidade de Aracaju e o Atheneu Sergipense partilham histórias de crescimentos e transformações, nem sempre paralelos, mas indissociáveis, uma vez que, dentre outros argumentos, seus agentes, professores, diretores, alunos, funcionários, pertenciam também aos grupamentos familiar, político e administrativo da cidade, atuando concomitantemente, em via dupla. (Alves, 2005, p. 52).

É possível perceber como se dava essa relação entre esses diferentes agentes pela perspectiva dos estudantes. Essa “via dupla”, por sua vez, pode ser visualizada nos escritos dos discentes secundaristas ao descreverem sobre o cotidiano da cidade e da escola, menções sobre políticos, além das questões educacionais. Para tanto, torna-se necessário compreender a aptidão da cultura escrita que

(...) caracterizava-se pela predileção, pela retórica, a expressão, a sensibilidade linguística, o bom gosto e o estilo, a valorização dos sentimentos que exprimiam a natureza humana, o autoconhecimento (Souza, 2008, p. 95).

Pensando nos assuntos abordados pelos estudantes visualiza-se também aquilo que Benito (2017) enfatiza sobre a produção da cultura da escola, construída dentro dos espaços das instituições, assim, os assuntos publicados nos jornais caracterizam-se como elementos do cenário da educação formalizada. Nessa perspectiva, a partir da análise dos jornais estudantis *O Porvir*, *O Necydalus* e *O Atheneu*, foi construído o quadro a seguir:

Quadro 1 - Temáticas presentes nos jornais estudantis de Aracaju/SE (1874-1915)

Jornal	Assuntos abordados	Temáticas
O Porvir (1874)	Religiosidade (festividades, textos, trechos bíblicos); Reformas no ensino, Sentimentos (felicidade, amor, inveja, caridade), Avanços (artes, ciências e instrução); Datas comemorativas e traduções.	Ciência; Instrução; Imprensa e Literatura.
O Necdalus (1909-1911)	Formaturas; Férias; Exames e Concursos, reformas de ensino, objetos da escola (quadro, livros, gabinetes, fardamento) Nome de professores, Disciplinas, Nome dos alunos, Nomeações, Visitas, Viagens; Aniversários; Falecimentos; Outros jornais, características de Aracaju/SE, Religiosidade (festejos, missas e candomblé); Textos literários, infraestrutura escolar, discursos.	Instrução; Personagens públicos; Críticas; Literatura; Estudantes; Rituais escolares.
O Atheneu (1915)	Literatura: poesia, adivinhas e anedotas, Religiosidade, Reformas no ensino, Notícias (Sergipe, Bahia e Rio de Janeiro); Anúncios (aulas, farmácia).	Instrução, Notícias, Anúncios, Literatura; Contexto histórico.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da análise de O Porvir (1874) e O Necdalus (1909- 1910) e O Atheneu (1915).

Podemos observar no Quadro 1 que as temáticas mais enfatizadas pelos estudantes são os aspectos que envolvem a instrução pública, literatura, ciência e religiosidade. Mesmo tratando de jornais de diferentes períodos, essas quatro temáticas são as que têm mais ênfase. Assuntos como: notícias, aniversários, visitas e anúncios também aparecem nos três impressos.

Ao analisar jornal por jornal, nota-se que O Porvir aborda em seus textos temáticas de caráter formativo, envolvidos na ideia de valorização da intelectualidade e das questões sociais do homem. Já O Necdalus, veicula uma maior quantidade de questões sociais, mas que não perde em nenhum dos seus números

o aspecto de caráter estudantil, sempre abordando aspectos do cotidiano da escola em consonância com o que acontecia no meio político-social no seu período de produção. Por fim, O Atheneu aponta especificamente para questões educacionais e algumas informações sobre o que acontecia em outros estados brasileiros, a exemplo, da Bahia e do Rio de Janeiro. Nesse trabalho, de maneira particular, abordaremos algumas das notícias sobre o desenvolvimento da Instrução Pública em Sergipe e sobre os aspectos da ciência e da religião pela ótica dos estudantes/redatores.

INSTRUÇÃO PÚBLICA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS ESTUDANTIS DE ARACAJU/SE

Ao concordar com o entendimento de que “A imprensa, por atingir muitas pessoas, foi posta à serviço da formação do povo brasileiro como principal meio de compartilhamento de ideias, de educação e de padrões necessários ao período” (Martinieli, 2020, p. 392), compreendemos que os jornais se constituem como “objeto de disseminação e propagação” de ideias, valores e a própria identidade institucional, na consolidação da instrução pública que circulou em Sergipe e em outros estados brasileiros.

A instrução ganhou espaço nas discussões político-sociais e, por diversas vezes, tomou as páginas dos jornais estudantis como uma maneira de consolidação das ideias discutidas socialmente. Por meio dos escritos dos próprios “atores/estudantes”, nota-se como a instrução, os valores morais e cívicos, bem como a ciência, eram entendidos como o caminho mais adequado para a formação da intelectualidade. Leiamos a seguir um trecho de O Porvir que dialoga com tal entendimento:

Figura 1: “Astro fulgente da luz” – A instrução pela ótica dos redatores do O Porvir (1874)



A instrução é a maior riqueza do homem na vida temporária. Ele deve, pois, esforçar-se para possuí-la em summo grau.

O homem que vem à luz tem de caminhar do berço à eternidade atravessando os escuros do sepulchro: precisa de uma guiadora não, de um pharol que não se apague. Essa não, esse pharol é a instrução que gera a sabedoria.

É pela instrução que o homem pode granzear uma posição elevar-se acima dos seus igueas, merecer o tributo da admiração, conquistar a glória por todos os séculos vindouros. [...]

Por falta de instrução ha se perdido muito tesouro intellectual.

Estudemos, portanto: entreguemos o nosso espirito as sciencias; e quando tivermos chegando ao fim a que nos propozermos, lastimaremos a ignorância em que jaziamos. [...]

A instrução é como um astro fulgente de luz reflectindo nos jardins, nos cômodos, nos bosques, o qual dá encanto as flores, prateia as tremulas aguas, lustra as areias moveidias, apurora o verde das folhas; a ignorância é como a noite, que tudo encobre com o seu manto pesado.

E quem será que trilhando as urzes de uma vida material, porem reconhecendo a supremacia do espirito, não deseje o que reconhece mais sobre?

Quem submergido nas trevas, não deseja uma lâmpada que dissipe a escuridão? Ninguém. [...]

A instrução é tudo; sem ella o homem não passa da ordem das alimárias; não se engrandece na vida; não fulgura na sociedade; não pratica a virtude, porque não a pode conhecer.

A vontade é dominada pela intelligência.

A que abyssmo não stirárá ella a pobre humanidade sem a luz da instrução?

Manoel A. Machado.

Fonte: O Porvir, Ano I, nº 2, 1874. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória. Fotografia da autora.

No excerto exposto, identifica-se a valorização da instrução pelos escritos do estudante onde, para ele, o aluno que almeja crescer no meio intelectual e social deve utilizar a pena como sua arma. “É pela instrução que o homem pode granzear uma posição, elevar-se acima de seus igueas, merecer o tributo da admiração, conquistar a glória para todos os séculos vindouros”. Somando esses escritos à tentativa de melhoria do ensino secundário em terras sergipanas para que os estudantes pudessem alçar voos intellectuais.

Esse trecho também expõe o entusiasmo que os alunos tinham quanto à instrução ser o caminho para elevar-se socialmente, demarcada como “guiadora”. Um outro ponto que chama a atenção na escrita é a indicação de que, por meio dela, pode “conquistar a glória por todos os séculos”, e remete, portanto, à

ideia de perpetuar o seu nome na história, assim como outros personagens que vieram antes deles.

Nesse mesmo excerto, nota-se a existência de trechos como “aperfeiçoamento do homem”, “elevação da sua alma”, que são expressões utilizadas para que o seu público leitor possa entender e sentir que, como outros personagens citados no trecho, eles também podem vencer a ignorância, pelo viés da instrução, ao compreender que: “O homem ignorante dorme sempre descuidoso no seio de suas ruínas, e o instruído não cessa de velar nos meios de sua salvação”. Escritos como esses relacionam-se ao ideário do desenvolvimento da ciência e aos avanços dos povos instruídos, nos quais “A difusão de nações científicas, das habilidades de leitura, escrita e cálculo e dos conteúdos de natureza moral e cívica consubstanciavam um projeto cultural para o povo [...]” (Souza, 2008, p. 89).

A presença dos estudantes e a abordagem das temáticas que eles utilizavam em seus textos representam uma parcela da sociedade que cultivava as letras. Em Sergipe,

multiplicava-se a publicação de jornais, e até os fins do império haviam circulado na capital, nos quais se pode acompanhar o desenrolar da sociedade sergipana através do que escreveram jornalistas, poetas, cronistas, bem como as lutas partidárias marcantes da política da Província. (Nunes, 2022, p. 264).

Assim, entende-se como a instrução pública fazia parte desse circuito de formação intelectual atrelada também a escrita nos jornais estudantis secundaristas no oitocentos. Por meio da escrita nos jornais, esses estudantes ganhavam notoriedade

social e alguns continuavam na carreira jornalística, do magistério e política.

Já ao tratar sobre o aperfeiçoamento do ensino secundário, no início do século XX, em terras sergipanas, identifica-se em O Necdalus aspectos que envolvem a instrução pela ótica dos estudantes. Os “atores/redatores” estavam envolvidos nos debates e manifestavam interesse em todos os âmbitos que envolviam a instrução, fosse ela nos níveis primário, secundário ou elementar. Era necessário estar envolvidos com as questões político-sociais para descrever e apresentar para o leitor informações que consolidassem sua identidade.

Ainda no âmbito da Instrução Pública e da busca pela melhoria do ensino secundário, faz-se presente nos escritos a reivindicação dos estudantes sobre a construção do prédio e destaca suas inquietações sobre a funcionalidade na qual

(...) a distribuição das cadeiras, o atropelo dos matérias, e a opressão do tempo das aulas, do mesmo modo que lembramos a nomeação dos lentes substitutos para diversas materias do curso (O Necdalus, Ano II, n.º 46, 1910, p. 1).

Os escritos permitem problematizar os obstáculos existentes para o funcionamento adequado da principal instituição de ensino secundário de Sergipe no início do século XX e como os estudantes estavam atentos a tais dificuldades.

Identifica-se, também, as questões sobre a instrução primária em passagens nas quais os alunos do ensino secundário mostram que estavam acompanhando outras discussões sobre a educação. Em um momento em que na capital de Sergipe o ensino de primeiras letras ainda era ministrado aos moldes das

escolas isoladas, sendo que o primeiro grupo escolar foi construído em 1910, anexo a Escola Normal (Oliveira, Oliveira, Alves, 2024). Os alunos descrevem suas impressões, vejamos:

Figura 2 - “A nossa Instrução Primária” – Reivindicações dos secundaristas para melhorias do ensino primário em Sergipe (1910)



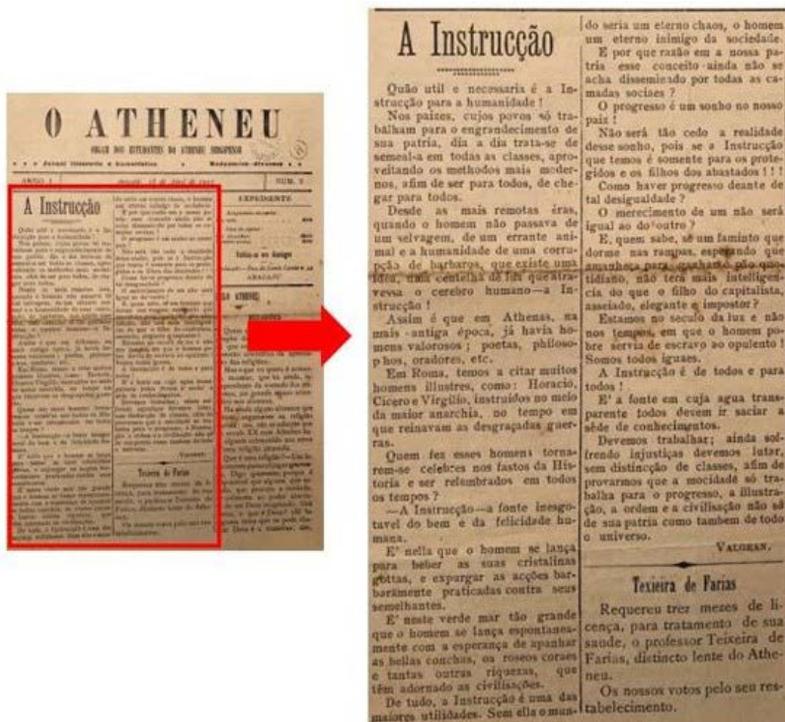
Fonte: O Necdalalus, Ano II, n.º 46, 1910. Acervo da Biblioteca Pública Epiphânio Dória. Fotografia da autora.

Na descrição da Figura 2, os estudantes destacam que “A nossa pequenina terra representante-se, de há muito tempo, duma reforma radical na sua instrução primaria.”, tratam também da falta de professores, os dias letivos refutados e chamam a atenção para o dirigente do Estado.

Em outro exemplo sobre a instrução pública, no jornal O Atheneu, também se localiza o enaltecimento e as cobranças no

estado de Sergipe. Nesse, os estudantes sinalizam essa modalidade social como fonte de glórias vindouras. Vejamos:

Figura 3 - “A instrução é de todos e para todos!” - A instrução pública pela ótica dos redatores do O Atheneu (1915)



Fonte: O Atheneu, Ano I, n.º 3, 1915. Acervo da Fundação da Biblioteca Nacional. Fotografia da autora.

No período da Primeira Guerra Mundial, a instrução destacava-se ainda mais como fundamental para a transformação do homem “selvagem” e “ignorante”. No excerto da Figura 3 exposta, verifica-se a ênfase dada a instrução desde os seus primórdios, enfatiza-se nomes de personagens que a história guarda e desta-

ca que só pela instrução e desenvolvimento de suas habilidades intelectuais os seus nomes seriam perpetuados, abrindo assim a possibilidade de ascensão pela instrução. Destacam ainda, que “A instrução é de todos e para todos”, indicando o desejo de disseminação da formação intelectual e desenvolvimento do progresso.

Chama atenção o destaque dado a essa temática nas primeiras páginas dos jornais, mais um aspecto que denota o significado do tema para os estudantes, a voz era disseminada e posta a circular para que tanto eles quanto outros agentes fossem mobilizados. Em outros textos de maneira implícita a temática da instrução pública pode ser visualizada com a abordagem sobre a melhoria, cobranças aos governantes e a imposição das normativas, como se verá a seguir.

As reformas e as preocupações que envolveram a instrução estavam na pauta dos estudantes, de algum modo contribuindo com a formação de uma identidade estudantil, na qual os redatores validavam a instrução como uma “luz” ou “farol” que conduz um povo ao progresso. As instituições de ensino tiveram um significativo papel na formação dessa ideia. Benito (2017, p. 77) ressalta que:

Como instituição social, a escola abriga entre seus muros situações e ações de copresença, que resultam em interações dinâmicas. A sustentabilidade e continuidade de tais interações dependem precisamente da pressão, tácita ou explícita, exercida sobre os sujeitos ou atores que participam da experiência compartilhada por meio da força coesiva e normalizadora do ritual firmemente estabelecido pelos usos e costumes, que o criam e o mantêm, na média ou longa duração.

Essas interações dinâmicas abordadas pelo autor podem ser compreendidas também por meio das práticas de escritas nos impressos e, desse modo, os jornais estudantis podem ser considerados parte integrante do Atheneu Sergipense que “traduz” problemas sociais pela ótica dos estudantes, sujeitos que compartilham suas experiências e ideias na imprensa estudantil. Souza (2008, p. 127) sinaliza que “a escola secundária se dava a perceber como centro de cultura e civilização e seus alunos eram dignos representantes dessa posição elevada”, a forma de escrita, a organização, o zelo pelo ato de escrever e a maneira como os estudantes eram representados são componentes que acentuam essa representação social.

As reformas também faziam parte do cotidiano das instituições de ensino e suas alterações implicavam na vida dos estudantes de maneira direta. Em *O Porvir*, *O Necdalus* e *O Atheneu*, observam-se algumas das reformas educativas de cada período de publicação dos impressos estudantis.

Tais apontamentos indicam que os “atores/redatores” estavam envolvidos nos debates contemporâneos sobre a instrução, reformas e outros temas relacionados à educação, com interesse no ensino primário, mas com ênfase nas questões do secundário e do próprio Atheneu Sergipense.

Era necessário escrever e publicar sobre questões político-sociais para apresentar ao leitor informações que consolidassem sua identidade. Desse modo, as escritas dos estudantes do secundário não se restringiam às questões próprias da escola, mas também do seu entorno, do Brasil e de outras partes do mundo. Estudantes que tratavam da cultura da escola e também de temáticas próprias da cena pública aracajuana, entre o final do XIX e início do XX.

Como sinalizado no quadro 1, muitas outras temáticas tornaram-se objetos de escrita dos estudantes nos três jornais. Muitas outras questões podem ser analisadas a partir da escrita desses estudantes que contribuíram para o desenvolvimento da intelectualidade, bem como a disseminação do que havia de novo em dado período.

Nas linhas dos jornais é possível localizar questões sobre os sujeitos, as práticas escolares, os objetos, as interações estabelecidas entre a instrução e a imprensa. Considera-se os jornais um campo de pesquisa que possibilita diferentes análises de estudos sobre a História da Educação e sobre a circulação dos impressos.

Diante de um conjunto de jornais “literários, humorísticos e recreativos”, diversas são as temáticas abordadas por esses estudantes no final do século XIX e no início do século XX, aquilo que para eles merecia destaque e repercussão na imprensa estudantil. Para além da divulgação de um ideal, como visto até aqui, os estudantes buscavam escrever sobre as suas experiências escolares, sociais e políticas. Busca-se aqui, problematizar as temáticas comuns entre esses impressos que circularam em períodos distintos, mas que estão interligadas em alguns aspectos.

A similaridade desses impressos aponta para os temas mais recorrentes nas discussões sobre a instrução pública (primária e secundária), sobre os rituais da escola (formaturas, exames, concursos, prática de escrita) e sobre temáticas sociais (ciência, religião). São discursos que utilizam dessas temáticas para elucidar o cenário da formação intelectual dos redatores e dos seus leitores. Assim, enveredamos então por dois pontos que possibi-

lita analisar a “cultura empírica da escola” por meio dos jornais estudantis: as temáticas e a relação com outros impressos.

As temáticas aqui apresentadas representam alguns dos assuntos abordados pelos estudantes sobre as questões que envolvia o seu cotidiano e que foram expressadas nas páginas dos jornais estudantis. Como apresentado no quadro 1, existem outras temáticas a serem analisadas, os jornais estudantis possibilitam para o pesquisador um leque quase inesgotável de objetos de estudo.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. M. S. **O Atheneu Sergipense**: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908). Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

ALVES, E. M. S.; OLIVEIRA, J. P. G.; COSTA, R. M. (Orgs.). **Álbum Atheneu Sergipense** (recurso eletrônico). Aracaju: Códice, 2021. Disponível em: AlbumAtheneu2021.pdf. Acesso em: 26.6.2024

CHATIER, R. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas. In ROCHA, João Cezar de Castro. **Roger Chathier A força das representações: história e ficção**. Chapecó/SC. Argos, 2011.

BENITO, Agustín Escolano. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Trad. Heloísa Pimenta Rocha e Vera Lúcia Gaspar da Silva. Campinas: Alínea, 2017.

MARTINELLI, L. P. **Pelos estudantes e para os estudantes**: a instrução e a literatura nos periódicos estudantis brasileiros (1870-1880). Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2020.

NUNES, T. **Sergipe Colonial II**. Aracaju/Sergipe: Seduc, 2006.

OLIVEIRA, J. P. G.; OLIVEIRA, R. T. M.; COSTA, R. M. **Educação Primária**: instituições práticas educativas em Sergipe no início do século XX. Editora UFS, São Cristóvão/SE, 2024.

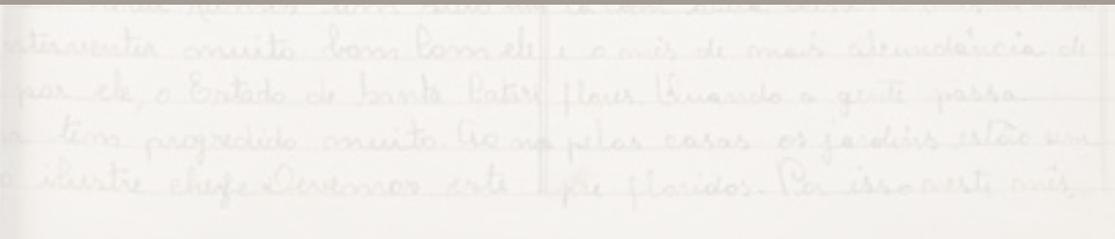
SANTOS, L. J. **“O estudante prepara-se para reagir nas batalhas do porvir”**: escritos nos jornais estudantis secundaristas em Aracaju/Se (1874-1915). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2024.

SOUZA, R. F. de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, C. V. **A “República das letras” em Sergipe (1889-1930)**. (Monografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE. 2001.

Fontes

O Atheneu, Ano I, n.º 1, 1915, p. 3 Acervo da Fundação da Biblioteca Nacional. *O Atheneu*, Ano I, n.º 4, 1915, p. 2 Acervo da Fundação da Biblioteca Nacional. *O Atheneu*, Ano I, n.º 3, 1915, p. 2 Acervo da Fundação da Biblioteca Nacional. *O Necdalys*, Ano I, n.º 3, 1909. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória. *O Necdalys*, Ano II, n.º 46, 1910. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória. *O Porvir*, Ano I, n.º 3, 1874, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória. *O Porvir*, Ano I, n.º 2, 1874, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória.



A VOZ DA ARCÁDIA: ÓRGÃO OFICIAL DA ARCÁDIA LITERÁRIA DO ATHENEU SERGIPENSE¹

ANA MÁRCIA BARBOSA DOS SANTOS SANTANA
SIMONE PAIXÃO RODRIGUES

INTRODUÇÃO

Mesmo diante do alargamento de possibilidades de fontes e objetos de investigação no escopo das pesquisas realizadas no campo da História da Educação, é perceptível que, em tais estudos, há uma tendência no sentido de priorizar análises sobre o universo educacional, a partir dos sujeitos que compõem o qua-

1 Esta pesquisa vincula-se ao projeto “Os jornais estudantis em Sergipe (1974-1959): práticas educativas pela ótica dos discentes do secundário. CNPq/FNDCT N. 18/2021.

dro hierárquico do corpo diretivo e/ou docente das instituições de ensino, da legislação ou da trajetória dos docentes.

Em boa parte de tais pesquisas, o aluno é visto através de um enquadramento permeado por características peculiares à concepção que a escola e a sociedade têm sobre o universo estudantil. Tal concepção é construída por meio de um conjunto de fontes produzidas pela escola sobre seu corpo discente, que, na maioria das vezes, silenciam o protagonismo juvenil presente no cotidiano escolar e/ou outros espaços.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar o jornal estudantil *A Voz da Arcádia*, que circulou na cidade de Aracaju (Sergipe), no ano de 1958. Na análise, tomaremos o jornal como objeto de estudo e fonte e dialogaremos com o conceito de Cultura Escolar (Frago, 2000), no intuito de compreendermos como os alunos protagonizaram seu cotidiano e se fizeram ver a partir de seu impresso.

O jornal aqui analisado, ora como objeto de estudo, ora como fonte, é um jornal estudantil, vinculado à Arcádia Literária do Atheneu Sergipense (ALAS), uma associação estudantil literária fundada, em 26 de setembro de 1956, por um grupo de alunos secundaristas dissidentes do Grêmio Cultural Clodomir Silva².

De acordo com os estatutos da Arcádia Literária do Atheneu Sergipense, aprovados em 27 de outubro de 1962 e publicados no Diário Oficial de Sergipe, em 06 de dezembro do mesmo ano, essa associação estudantil, naquele momento, denominada Arcádia Estudantil do Colégio Estadual de Sergipe, tinha como

2 Ver Rodrigues, 2015.

objetivo colaborar e divulgar a cultura literária, artística e científica no meio estudantil de Sergipe.

Rodrigues (2015) assevera que a fundação dessa agremiação estudantil e literária ocorreu porque seus fundadores, que eram sócios do Grêmio Literário Clodomir Silva, discordaram da aproximação dessa associação com as questões políticas e o abandono das atividades literárias e, por essa razão, provocaram a separação da Secretaria de Letras, Artes e Ciências, também denominada de Departamento Cultural, dando origem à Academia Cultural Clodomir Silva. A autora esclarece que, segundo Iroíto Dorea Leó, um dos fundadores da Arcádia Literária do Atheneu Sergipense, os alunos dissidentes do grêmio não pretendiam criar outra associação estudantil e sim, restaurar a Secretaria de Letras, Artes e Ciências.

De fato, em 16 de maio de 1956, a Academia cultural Clodomir Silva foi restaurada e, em 26 de setembro do mesmo ano, tornou-se independente do grêmio dando origem à Arcádia Estudantil do Colégio Estadual de Sergipe, que teve como objetivo colaborar e divulgar a cultura literária, artística e científica no meio estudantil de Sergipe. A criação dessa associação estudantil literária recebeu o apoio dos professores e diretores e, com o tempo, as atividades literárias passaram a ser exclusivas dos arca-des. O Grêmio Literário Clodomir Silva gradativamente perdeu sua identidade com letras, artes e ciências, e após a fundação da Arcádia em 1956, passou a ser identificado como uma associação ligada ao movimento político e social da classe de estudantil (Rodrigues, 2015, p. 211).

A Arcádia Literária do Atheneu Sergipense foi criada pelos alunos Iroíto Dorea Leó, Diana Leal, Juarez Oliveira, Leonardo Alencar, Lígia Leite, Antônio Bispo e Salvador Oliveira, a sede situava-se em uma das salas da instituição de ensino. A referida agremiação era composta por sócios efetivos, denominados de Arcades, além dos sócios honorários, beneméritos e amigos. Para se tornar um Arcade, o estudante deveria estar matriculado no Atheneu Sergipense e defender uma tese sobre o patrono da cadeira que ocuparia em caso de aprovação pelos sócios.

Os patronos da cadeira da Arcádia eram intelectuais, políticos, escritores e cientistas brasileiros, dentre os quais estavam: Santos Dumont, Sílvio Romero, Tobias Barreto, Clodomir Silva, Carvalho Neto, Rio Branco, Carlos Gomes, Olavo Bilac, José de Alencar, Horácio Hora, Casimiro de Abreu, Osvaldo Cruz, João Ribeiro, José Bonifácio, Laudelino Freire, Siqueira Maciel, Gonçalves Dias, Rui Barbosa, Castro Alves, Euclides da Cunha, Machado de Assis, Hermes Fontes, Maximiniano Maciel, Tomás Antônio Gonzaga, Armindo Guaraná, Francisco Camerino, Raimundo Correia, Álvares de Azevedo, Elisiário Pinto, Bittencourt Sampaio, Padre Antônio Vieira, José Sampaio, José Lins de Rêgo, Visconde Taunay e Cruz e Souza.

A posse do arcade ocorria sete dias após a aprovação da sua tese. Devidamente empossado, o discente deveria obedecer aos estatutos e ao regimento da ALAS, comparecer às sessões ordinárias, extraordinárias e secretas. As sessões ordinárias ocorriam aos sábados e como sócios efetivos presentes em número de seis. As sessões extraordinárias e secretas seriam definidas no regimento da Arcádia.

Segundo o artigo 11 dos Estatutos, a Arcádia Literária do

Atheneu Sergipense poderia aceitar auxílios ou subvenções particulares ou oficiais. Possivelmente, tais subvenções e auxílios foram utilizados para manutenção e aquisição de patrimônio da agremiação. O parágrafo único do artigo 12 declarava que a ALAS só poderia ser extinta por meio de voto expresso da maioria dos sócios efetivos. Possivelmente, essa agremiação passou por processos diversos que acabavam diminuindo o ritmo de suas atividades, suspensão e fechamentos temporários. A ALAS encontra-se com as suas atividades encerradas desde o ano de 2013 e parte da sua documentação e mobiliário estão salvaguardados no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)³.

Ao longo da sua existência, a Arcádia Literária do Atheneu Sergipense marcou o cenário estudantil, literário e cultural da cidade de Aracaju/SE. Suas finalidades e atividades dialogavam com a cultura escolar do Atheneu Sergipense. Em meio ao “conjunto de teorias, ideias, princípios, normas, orientações, rituais, inércias, hábitos e práticas - modos de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos” (Frago, 2000, p. 2-3), presentes no cotidiano escolar, essa agremiação se constituiu como um elemento não só da cultura escolar, mas da cultura juvenil dos alunos secundaristas, ao longo de mais de cinco décadas.

Os árcades realizaram reuniões, concursos e encontros

3 Idealizado e criado em 2005 pela pesquisadora Eva Maria Siqueira Alves, professora aposentada da UFS, por meio de financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC), criou e coordenou o Projeto “Centro de Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS). Atualmente, o CEMAS, está sob a coordenação de João Paulo Gama Oliveira, professor adjunto da UFS. Esse centro é responsável por salvaguardar um patrimônio educativo que diz respeito à vida da instituição e das pessoas que passaram pelo Atheneu Sergipense.

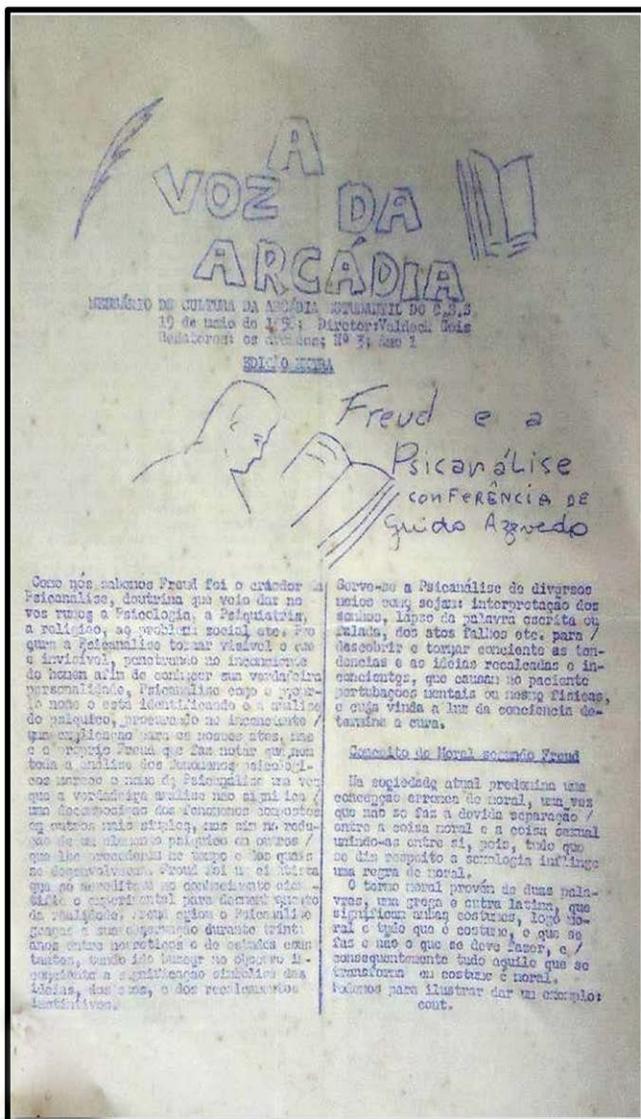
literários, solenidades de posse, palestras, eventos comemorativos em homenagem aos sergipanos e brasileiros ilustres, exposições, doações de livros, grupo de jovens, festas e homenagens ao dia do professor e à Semana da Pátria, fundaram uma biblioteca e um programa de rádio, produziram jornais e foram referenciados entre colegas, professores e pelo diretor escolar como os jovens das letras que incentivavam a cultura. Os jornais estudantis foram espaços onde os jovens estudantes expressaram suas ideais, crenças e suas criações literárias, é o que veremos sobre o jornal “A Voz da Arcádia”, o próximo tópico que será apresentado.

A VOZ DA ARCÁDIA: MATERIALIDADE, EXPEDIENTE E TEMÁTICAS

O jornal estudantil “A Voz da Arcádia”⁴, órgão oficial da Arcádia Literária do Atheneu Sergipense, circulou pela primeira vez, no dia 09 de março de 1958. Os quatro primeiros números do jornal foram publicados em papel ofício, com texto mimeografado na cor azul, conforme mostra a Figura 1 a seguir. Na primeira página do primeiro número do jornal consta o expediente, que trazia as informações de identificação do impresso. No cabeçalho, logo após o nome do jornal, constava a informação de que era um mensário de cultura da Arcádia Estudantil do Colégio do Estado de Sergipe.

4 Durante a realização desta pesquisa foram localizados dois jornais pertencentes aos órgãos oficiais da Arcádia Literária do Atheneu Sergipense, são eles: “A Voz da Arcádia” (1958) e *Árcade* (1961).

Figura 1 - A Voz da Arcádia, nº 3, Ano 1, 1958.



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

No mesmo local, também havia a data de publicação, o nome do Diretor e a informação que os redatores eram estudantes. Os números do jornal utilizados nesta pesquisa, bem como seus respectivos anos de publicação, números, datas, diretores e redatores foram os seguintes:

Quadro 1 - Identificação do jornal A Voz da Arcádia.

Ano	Número	Data	Diretor	Redatores
01	01	03/1958	Valdeci Góis	Estudantes/ árcades
01	02	09/04/1958	Valdeci Góis	Estudantes/ árcades
01	03	19/05/1958	Valdeci Góis	Estudantes/ árcades
01	04	14/06/1958	Valdeci Góis	Estudantes/ árcades

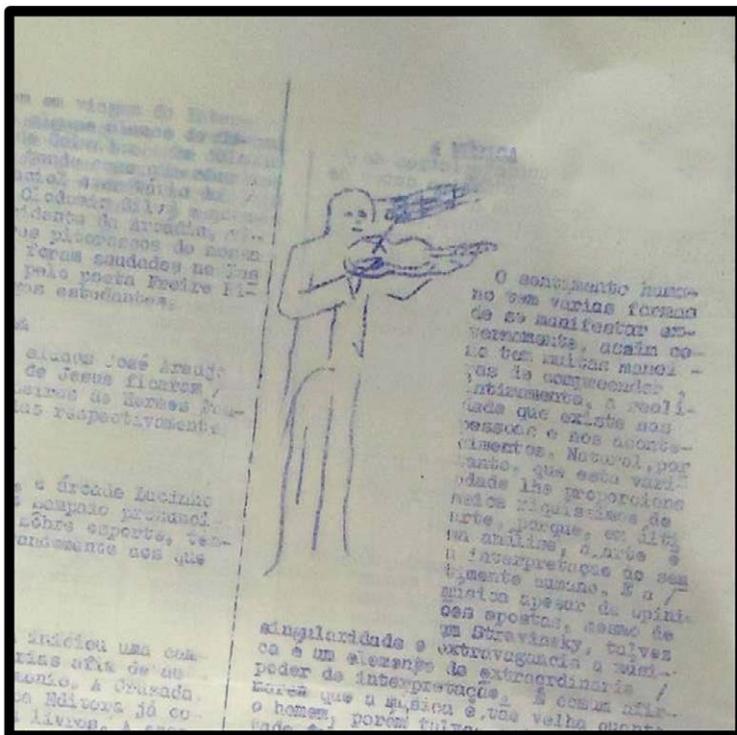
Fonte: Quadro elaborado com os dados do Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

As páginas estavam divididas em duas colunas que se subdividiam em, no mínimo, duas partes e no máximo, em quatro. As divisórias das colunas serviam para demarcar mudanças de assunto, seções ou sequência dos textos. Por ser um jornal publicado na versão mimeografada, as poucas ilustrações não tinham boa visibilidade. Eram desenhos feitos à mão que faziam referência ao assunto abordado no texto (Figura 2).

De distribuição gratuita, e por ser de produção mimeografada, a tiragem era muito pequena e circulava, especialmente, entre os membros daquela associação literária, podendo chegar às mãos de alguns estudantes das escolas localizadas em Aracaju/SE. Quanto ao seu conteúdo, percebemos que as publicações estavam coerentes com a principal finalidade da ALAS, pois a divulgação da cultura geral foi recorrente nas quatro edições aqui analisadas. Temas como: arte sergipana, aniversário de Aracaju, Psicanálise, música, Língua Portuguesa, noticiários diversos, poemas, homenagens às mães, esportes e noticiários

sobre as atividades da Arcádia marcaram as páginas do jornal em questão.

Figura 2 - Ilustração do texto "A Música" - A Voz da Arcádia, n.º 4, Ano 1, 1958.



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Os noticiários sobre a Arcádia foram os textos com maior número de publicações. Todas as edições do jornal veiculavam notícias sobre a posse de membros, defesas de teses, convites de festas e conferências. Os redatores teciam comentários sobre as conferências que ocorreram ou que, ainda, não tinham ocorrido, como é possível perceber no noticiário do n.º 3 do jornal:

A voz da Arcádia publicará em edição extra, a conferência do árcade Guido Azevedo, sobre Freud e a Psicanálise, conferência esta que abriu maravilhosamente o ciclo de palestra deste ano da Arcádia (A Voz da Arcádia, n.º 3, 19/05/1958, p. 4).

No próximo dia 17 a árcade Giselda Morais dará sequência ao ciclo de conferência pronunciando um trabalho sobre a taquigrafia e filatelia. Estuda a Arcádia juntamente com a nossa colega Giselda a possibilidade da mesma abrir um curso de taquigrafia. Mais um passo da Arcádia na divulgação da cultura em geral (A Voz da Arcádia, n.º 3, 19/05/1958, p. 4)

O ciclo de conferências que a Arcádia realizava não só era divulgado, expressivamente, como também as conferências proferidas foram publicadas na íntegra nos jornais posteriores. Na análise das conferências publicadas, revelou-se que os alunos tinham um bom conhecimento sobre o assunto abordado. A conferência sobre a Psicanálise proferida pelo árcade Guido Azevedo, foi publicada em quatro colunas do jornal. No texto, o autor traz alguns dados biográficos de Sigmund Freud e discute as técnicas da Psicanálise, o conceito da moral e do sonho defendido pelo renomado psicanalista. Escreveu o autor:

Na sociedade atual predomina uma concepção errônea de moral, uma vez que se faz a devida separação / entre a coisa moral e coisa sexual unido-as entre si, pois tudo que se dis (*sic*) respeito a sexologia inflige um regra moral. [...]

Para ilustrar podemos dar um exemplo: Sabemos muito bem que há dez anos atrás nenhuma mulher em Aracaju tomava banho de mar vestida de mallot, decorridos estes anos elas tomam normalmente sem abalar a moral de ninguém. Quer dizer / o que dez passados era imoral / passou a ser hoje moral porque se tornou costume. A mesma maneira é a questão sexual se ainda não nos acostumamos a encará-la de um modo diferente a este que nós estamos acostumados ela é uma coisa imoral [...] (A Voz da Arcádia, n.º 3, 19/05/1958, p. 4).

O exemplo usado pelo autor Guido Azevedo para explicar a compreensão do conceito de moral revela um esforço no sentido de cruzar as informações recolhidas para a produção do texto com fatos do seu cotidiano. O traje de banho feminino, não só serviu como ilustração das ideias do autor, como também demonstra a sua compreensão de que os valores morais estavam sujeitos às mudanças, conforme os valores e costumes de uma sociedade. É perceptível como o autor estava preocupado em prender a atenção de seus ouvintes com exemplos do seu cotidiano.

Assim como o texto mencionado, os demais textos escritos pelos alunos eram assinados com o nome e sobrenome, seguidos do nome do patrono da cadeira literária que o aluno ocupava na associação Arcádia Literária. Vale lembrar que para ocupar uma cadeira na Arcádia o aluno se candidatava e defendia uma tese sobre a vida e a obra do patrono da cadeira à qual estava se candidatando.

A identificação dos nomes dos patronos da Arcádia Literária do Atheneu Sergipense e a exigência de defesa de tese sobre eles para compor a cadeira de arcades indicam que os alunos

pesquisavam sobre a vida e a obra dos homenageados e patronos das cadeiras. Nesse sentido, percebemos que os árcades da Arcádia eram alunos que tinham conhecimento sobre o universo da intelectualidade brasileira. De modo que os escritos que publicavam nos jornais demonstravam certa intimidade com a escrita e as temáticas discutidas.

No artigo intitulado “A Música”, publicado no jornal n.º4, a autora, Maria da Conceição Rezende, ao falar sobre a música como uma das artes humanas mais significativas, demonstrou seus conhecimentos sobre as composições clássicas. Afirmou a autora:

Apreciando bastante a música clássica, citarei na minha opinião o protótipo da musicalidade humana: João Crisóstomo e Wolfgang Amadeus Mozart, que é para mim, a expressão mais característica do classicismo [...] (A Voz da Arcádia, n.º 4, 14/06/1958, p. 4).

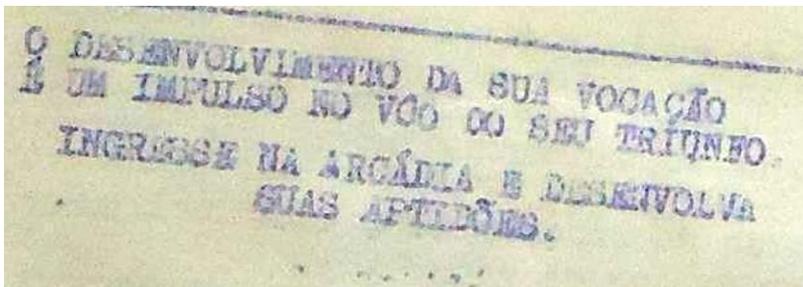
No decorrer do texto, Maria da Conceição faz questão de não só anunciar que gosta de música, como, principalmente, que é uma apreciadora dos vários estilos musicais. Chama atenção a sua preocupação em destacar a importância da boa música e de como ela é a verdadeira expressão de arte. Em outro artigo intitulado “Resumo da Língua Portuguesa”, de autoria do aluno José de Araújo Filho, registrou-se a origem desse idioma e como ele se tornou instrumento de dominação portuguesa.

Percebemos nos dois artigos que os alunos, ao redigirem seus textos, tinham uma preocupação de historicizar a temática para demonstrar o seu domínio e conhecimento no assunto. Outro ponto importante, presente na maioria dos artigos publicados

no jornal, é o fato dos autores escreverem os textos de forma explicativa e concluí-los sempre com uma mensagem de incentivo para a leitura e de dedicação e aperfeiçoamento cultural.

O apelo à leitura e ao conhecimento da cultura também foi registrado em pequenas frases que ilustravam as páginas dos jornais. Quando os redatores do jornal publicavam que o “desenvolvimento da sua vocação é o impulso do seu triunfo. Ingresse na Arcádia e desenvolva suas aptidões” (A Voz da Arcádia, n.º 4, 14/06/1958, p. 4), propagavam a ideia de que o aluno árcaide tinha oportunidade de descobrir e aperfeiçoar as vocações nas letras, nas músicas e no esporte.

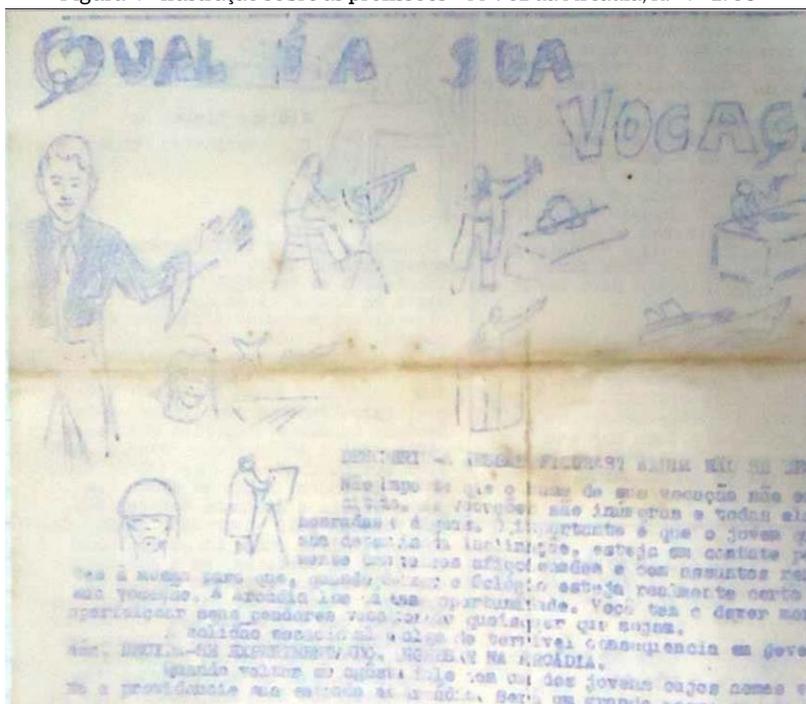
Figura 3 – A Voz da Arcádia, n.º 4 - 1958



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Na última página do n.º 4 do jornal, o tema vocação foi discutido em um pequeno texto ilustrado com desenhos de diversas profissões. O autor do texto, que não se identificou, ao discorrer e ilustrar sua opinião sobre a temática evidencia que, no Colégio do Estado de Sergipe e na Arcádia, o aluno tem a grande oportunidade de desenvolver suas vocações e tomar a decisão sobre a profissão que pretende seguir no futuro.

Figura 4 - Ilustração sobre as profissões - A Voz da Arcádia, n.º 4 - 1958



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Entre artigos, frases curtas escritas, ao longo das páginas dos jornais, percebemos que os alunos tinham uma forte preocupação em demonstrar que o ambiente da Arcádia era propício ao amplo acesso à cultura e ao conhecimento. Em alguns textos, a escrita chegava a se mostrar apelativa. É visível nas páginas do jornal “A Voz da Arcádia” a preocupação em registrar e divulgar as atividades da Arcádia e do Atheneu Sergipense, como forma de legitimação das finalidades de ambas as instituições.

Nesse impresso estudantil há predominância de um estilo de escrita formal com função informativa, em especial, nos

artigos que continham temáticas sociais e culturais. Na seção *Intervalo*, cuja finalidade era a publicação de charadas, os redatores na primeira publicação apresentaram um texto sobre a origem das charadas nos impressos brasileiros. Em seguida, informaram que para publicação no jornal só seriam aceitas charadas que motivassem o leitor a manusear dicionários, que provocassem reflexão e solucionassem problemas. A exigência no sentido de que as charadas motivassem a pesquisa e o desenvolvimento do conhecimento indicam, mais uma vez, o quanto o jornal “A Voz da Arcádia” conjugava-se com a finalidade da sua associação literária.

A leitura de cada palavra, frase e texto publicados no jornal, cuja autoria pertencia aos alunos do Atheneu Sergipense leva-nos a conhecer, um pouco, do universo estudantil de outrora. Por meio de seus escritos, os alunos registraram seus conhecimentos, suas aptidões, ideias e valores.

Tais registros analisados à luz do conceito de cultura escolar põem em relevo evidências de um conjunto de normas e práticas educativas que permeavam a transmissão de saberes e garantiam o desenvolvimento de comportamentos fundamentados em valores e concepções promovidos pela escola e pelas instituições associativas estudantis presentes na cultura juvenil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa historiografia educacional confirma que os jornais estudantis compuseram o cenário das instituições de ensino brasileiras. Ao longo da história, alunos e alunas do ensino pri-

mário, secundário e superior se organizam com ou sem apoio dos professores das suas respectivas instituições, para criarem seus jornais, seu canal de comunicação dentro e fora dos muros escolares, com seus pares e com a sociedade.

Em Sergipe, em meados dos anos de 1870, já circulava entre os alunos secundários, talvez, o primeiro jornal estudantil sergipano, “O Porvir”, órgão oficial da Sociedade “O Porvir”⁵, associação estudantil do Atheneu Sergipense. Possivelmente, este jornal e essa associação foram os primeiros sinais da organização estudantil que tinha entre seus objetivos a promoção da cultura literária, por meio do incentivo à escrita e à leitura.

A promoção da cultura literária não só se fez presente no jornal “A Voz da Arcádia”, como, principalmente, foi instrumento mobilizador da criação da sua associação, a ALAS. Sendo o desenvolvimento da leitura e da escrita sua principal finalidade, em suas páginas os alunos autores exercitavam a escrita, a leitura e o senso crítico. Nos poemas, artigos, charadas, contos escritos e publicados é perceptível o quanto o zelo pela literatura e pelo conhecimento foi priorizado e cultivado entre os autores.

“A Voz da Arcádia”, nosso objeto e fonte, revelou-nos não só esse zelo e cultivo, mas também, o diálogo constante entre a escola e a sociedade, demonstrando como a cultura escolar mobiliza, cria, transforma e agrega práticas que extrapolam os limites da sala de sala. Ainda que seu nome o apresente como a voz do árcade e que nas publicações a presença autoral do aluno é única, o Atheneu Sergipense se fez presente em cada texto,

5 Durante a realização desta pesquisa foram localizados dois jornais pertencentes órgão oficiais da Arcadia Literária do Atheneu Sergipense, são eles: “A Voz da Arcádia” (1958) e “Árcade” (1961).

quando a cultura escolar se materializava através das palavras escritas.

REFERÊNCIAS

A VÓZ DA ARCÁDIA. Aracaju/SE: ano 1, n. 1, mar. 1958.

A VÓZ DA ARCÁDIA. Aracaju/SE: ano 1, n. 2, 9 abr. 1958.

A VÓZ DA ARCÁDIA. Aracaju/SE: ano 1, n. 3, 19 mai. 1958.

A VÓZ DA ARCÁDIA. Aracaju/SE: ano 1, n. 4, 14 jun. 1958.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense**: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos: 1870- 1908. Programa de Estudos. Pós- Graduação em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado).

AMARAL, Giana Lange. Os impressos estudantis em investigações da cultura escolar nas pesquisas histórico-institucionais. In: **História da Educação**. Pelotas, n. 11, p. 117- 130, abr. 2002.

OLIVEIRA, João Paulo; MANKEE, Lisiane Sias; OLIVEIRA, Roselusia Teresa Moraes; RODRIGUES, Simone Paixão (orgs.). **Escritas estudantis na imprensa periódica da educação** (séculos XIX e XX). Jundiá-SP: Paco Editorial, 2024.

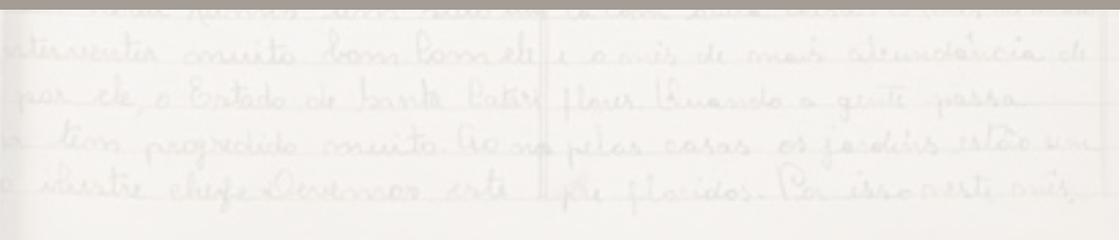
RODRIGUES, Cibele de Souza. **O Porvir, jornal literário e recreativo**: propriedade de uma associação de estudantes do Atheneu Sergipense (1874). 2016. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2016.

RODRIGUES, Cibele Souza. **Letras Estudantis em Sergipe**: cultura escolar em impressos de alunos secundaristas de Aracaju na década de 1930. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2020.

RODRIGUES, Simone Paixão. **Com a palavra, os alunos**: associativismo discente no grêmio literário Clodomir Silva (1934 – 1956). 2015. 337 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2015.

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. **O Necdalus**: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1909-1911). 2009. 224 p. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2009.

VIÑAO FRAGO, Antonio. El espacio y el tiempo escolares como objecto histórico. **Contemporaneidade e Educação (Temas de História da Educação)**, Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Cultura Escolar, ano 5, n. 7, 2000.



JORNAL ESTUDANTIL COMO ELEMENTO DA “CULTURA ESCOLAR” DO ATHENEU SERGIPENSE¹

VALÉRIA COSTA MORAES DE SANTANA

INTRODUÇÃO

Segundo Alves (2005), passados 15 anos da mudança da capital da Província de Sergipe para Aracaju (1855-1870), no governo do tenente-coronel Francisco Cardoso Junior, eis que sob o comando de Manuel Luiz Azevedo D’Araujo, Inspetor Geral da Instrução Pública de Sergipe, foi autorizada a fundação do Atheneu Sergipense, por meio do Regulamento Orgânico da Instrução

1 Este artigo faz parte da dissertação de Santana (2024) e deriva do Projeto “Os jornais estudantis em Sergipe (1874 - 1959): práticas educativas pela ótica dos discentes do secundário”. Projeto que conta com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Chamada CNPq/MCTI/FNDCT n.º 18/2021- UNIVERSAL Processo: 404241/2021-2.

Pública da Província de Sergipe de 24 de outubro de 1870 para a sociedade sergipana.

O Atheneu Sergipense abriu suas portas para receber os primeiros alunos em 3 de fevereiro de 1871 (Alves, Oliveira, Costa, 2021). O dia teve uma programação elaborada pela congregação da instituição, com missa votiva, presença de autoridades e discurso proferido pelo professor da casa, Geminiano Paes de Azevedo (1837 - 1915) - (Ata da Congregação do Atheneu Sergipense, 3 de fevereiro de 1871, CEMAS, 481FASS01). A instituição oferecia dois cursos: o de Humanidades, com duração de quatro anos, que preparava o aluno para ingressar no ensino superior em outras províncias; e o Normal, com duração de dois anos, que capacitava os professores para o magistério, como também para a obtenção do título de normalista (Alves, 2005, p. 5).

Ao dar início às atividades, este estabelecimento de ensino teve um quantitativo de 117 alunos matriculados no Curso de Humanidades e apenas 4 no Curso Normal (Alves, 2005, p. 44), tendo como missão ofertar oportunidades aos jovens sergipanos para assim tornarem-se “intelectuais de prestígio”. Passados mais de 70 anos de sua fundação, a instituição contou com a matrícula de alunas como Yêda de Araújo Tavares, Avany Torres de Souza, Carmelita Fontes e Giselda Moraes, discentes que escreveram em jornais estudantis e se tornaram profissionais de destaque nos vários setores que atuaram no desenrolar das suas histórias na sociedade sergipana. Vejamos uma imagem do prédio do Atheneu Sergipense, fundado na década de 1950 e continua a abrigar as aulas de ensino médio da instituição.

Figura 1 - Atheneu Sergipense (1950)



Fonte: Álbum Atheneu Sergipense (Alves, Oliveira, Costa, 2021, p. 28)

Dentro dessa instituição de ensino surgiram agremiações e jornais estudantis ao longo da sua história. O artigo *Vitrines Estudantis: as associações e jornais estudantis do Atheneu Sergipense*, de autoria de Rodrigues, S. e Alves (2014), aborda o surgimento das agremiações e jornais estudantis no Atheneu Sergipense, sendo apresentado um quadro com 18 impressos escritos por alunos, que circularam em Sergipe. Destes impressos, 11 foram criados e produzidos por alunos do Atheneu Sergipense e 7 foram identificados como órgão oficial das associações estudantis dessa instituição, ou seja, o Atheneu Sergipense era uma referência quando o assunto era jornal e associação estudantil. As pesquisadoras mostram como os estudantes utilizavam os impressos para se fazerem ouvir e destacam como surgiram nessa instituição educacional, além de sublinhar o associativismo voluntário que se tornou parte da cultura escolar, permeando ao longo dos anos a formação do estudante para o estudante.

Os jornais estudantis são entendidos como elemento da “cultura escolar” do Atheneu Sergipense, provocando importantes reflexões sobre o conceito de “cultura material escolar e a preservação de suas fontes” (Benito, 2017, p. 120). Chama-se atenção para a preservação das fontes do patrimônio material e imaterial das escolas, pois é mediante a salvaguarda desse patrimônio que podemos acessar elementos da cultura escolar das instituições de ensino e assim analisar suas histórias.

A partir da escrita nesses impressos, os discentes registravam práticas de ensino e expressavam diferentes práticas culturais pertencentes à sua formação no ensino secundário. O Atheneu Sergipense preocupou-se em agregar ao seu ensino literário e científico a prática jornalística estudantil, desenvolvida por estudantes que treinavam suas habilidades literárias e artísticas por meio da composição de jornais como, por exemplo, O Porvir (1874), O Necdalus (1909 - 1911), A Vóz do Ateneu (1934/1936/1937), A Voz do Estudante (1942/1944/1945/1946), O Atheneu (1953/1954) e O Eco (1959).

O Porvir, o primeiro jornal estudantil criado por alunos do Atheneu Sergipense em 1874, estabelece nessa instituição de ensino uma prática pedagógica que muito contribuiu para mostrar à sociedade sergipana quem eram seus alunos, que aspiravam a ser intelectuais e o que pensavam a respeito da educação, cultura, política e economia, nas quais estavam inseridos. De acordo com Rodrigues, C. (2016, p. 56-57), “no ano de 1874, então, surge o primeiro jornal estudantil do Atheneu Sergipense, O Porvir. No impresso é possível visualizar entre alguns escritos o valor atribuído à imprensa como meio de desenvolvimento da sociedade”.

A dissertação de Rodrigues, C. (2016) explorou O Porvir, destacando que a partir dele floresceu uma cultura da imprensa estudantil na mocidade daquela instituição de ensino secundário. Para a pesquisadora os jornais “estudantis, por exemplo, mostram-se, além de disseminadores de leitura, fontes de informação sobre a cultura escolar, com particularidade sobre cotidiano e práticas educativas institucionais” (Rodrigues, C., 2016, p. 77). Já na sua tese, Rodrigues, C. (2020, p. 56-57) afirma:

[...] pude perceber o impresso também como resultado da ação dos sujeitos que fizeram a escola naquele momento. Considerei-o decorrente da cultura material escolar daquele espaço, fazendo parte, desse modo, da história discente em Sergipe no século XIX, sendo possível reconstruir-se alguns aspectos do cotidiano escolar dos alunos, considerando, dessa forma, um contributo aos esclarecimentos de algumas práticas vigentes na instituição. O Atheneu Sergipense “guarda” histórias que compõem variados momentos da vida dos sujeitos que por ele passaram. A escola centenária registra um considerável número de impressos estudantis produzidos por seu aluno, contribuindo, sobremaneira, para a construção da História da Educação de Sergipe.

Conforme a citada autora, “os estudantes envolvidos nos jornais estudantis publicavam assuntos relacionados ao ambiente escolar, mas também se mostravam atentos aos acontecimentos de outras esferas – posições claras de uma cultura que permeava as escolas secundárias daquele momento” (Rodrigues, C., 2020, p. 57). O que nos auxiliou a pensar que a escri-

ta dos jornais estudantis no Atheneu Sergipense a partir desse momento se torna uma constituinte de algumas práticas pedagógicas dessa instituição de ensino secundário.

De 1909 a 1911 circulou no Atheneu Sergipense *O Necdalus*², outro jornal estudantil que deixou marcas na história do ensino secundário com a prática de escrita dos seus alunos, como retratado por Vidal (2009). Os redatores e colaboradores também se mobilizavam diante de questões sociais, bem como sobre temas educacionais, tomando a literatura como um dos centros do periódico. A pesquisa realizada por esta autora identificou qual a concepção que os estudantes tinham a respeito dos temas educacionais. A autora constatou que o jornal estimulou os jovens na produção da escrita e que estes tinham no impresso a possibilidade de ascensão intelectual e social.

Ao descrever e refletir a participação feminina no jornal *O Necdalus*, onde as alunas Josepha Mont'Alegre, Elphidea Freire, Aurélia Leite e Annita D. Rollemborg, Vidal (2009, p. 114) retrata a “força” das alunas em demonstrar através das suas escritas uma educação para além das prendas domésticas. Apesar da maioria das publicações contemplarem temáticas religiosas e sentimentais, com sonetos e artigos religiosos, existia a preocupação em desenvolver textos que abordavam a importância do ato de ler e escrever para estas alunas que intentavam com suas produções nesse impresso estudantil fazer parte da intelectualidade sergipana no início do século XX.

Os estudos de Rodrigues, C. (2016) e Vidal (2009) tratam, também, dos jornais estudantis, como um suporte para a prática

2 Os jornais estudantis de Aracaju: *O Porvir* (1874), *O Necdalus* (1909-1911), além de *O Atheneu* (1953), são objeto de estudo da dissertação de Santos (2024).

da escrita ligada ao cotidiano estudantil desde o final do século XIX e início do XX. Aspectos estes que corroboram com os apontamentos de Souza (2008, p. 130) ao afirmar que: “As agremiações e a imprensa lançavam os jovens estudantes na vida pública, divulgando a vida escolar para a sociedade e debatendo na escola fatos e problemas sociais”. A citada autora reafirma que nas primeiras décadas do século XX a vida estudantil nos estabelecimentos de ensino secundário brasileiros era marcada pelo conagraçamento intelectual, a criação de grêmios e associações estudantis, a prática de esportes, as sessões artístico-culturais e uma pulsante imprensa, veiculando criações literárias e debates políticos. Tudo isto, presente nas análises dos impressos estudantis pertencentes ao Atheneu Sergipense na primeira metade do Novecentos.

Diante disso, percebemos o quanto foi significativo para os alunos secundaristas do Atheneu Sergipense criarem seu veículo de comunicação, no qual podiam praticar seus escritos e dar visibilidade às temáticas pesquisadas e debatidas por eles na sociedade sergipana. Os estudos de Rodrigues, S. (2015) e Rodrigues, C. (2020) evidenciaram a importância da criação das associações estudantis nas décadas de 1930 e 1940 para manutenção dos jornais estudantis, a exemplo dos grêmios estudantis nas escolas de ensino secundário de Sergipe, incluindo o Atheneu Sergipense.

Foi possível observar que no jornal estudantil *A Vóz do Ateneu* (1934-1937), primeiro jornal do órgão oficial do Grêmio Literário Clodomir Silva, que circulou a partir do primeiro semestre de 1934, não havia escritas das alunas secundaristas, aparecendo estas escritas na edição do *A Voz do Estudante* de

1942, possivelmente devido a institucionalização da Educação Feminina com a Reforma Capanema em abril deste mesmo ano. Além do que as mulheres na década de 1940 também passaram a frequentar o ensino secundário em um número mais expressivo, pois, anterior a citada reforma, o ensino secundário tinha matrícula majoritariamente masculina.

Nas páginas do livro *Na Fogueira: memórias* (1998), de Joel Silveira, aluno e fundador do Grêmio Literário Clodomir Silva, localiza-se que este foi criado em 10 de janeiro de 1934. Expostas as estratégias pensadas pelo estudante Joel Silveira e seus associados para a criação desse grêmio, o diretor do Atheneu Sergipense, ainda que temendo as represálias por parte da política partidária e do governo ao qual as normas da escola estavam atreladas, aceitou o desafio proposto por esses alunos que enxergavam nessa criação uma forma de visibilidade da sua intelectualidade, o que favorecia sua entrada em postos de trabalhos privilegiados na sociedade das décadas 1930 e 1940 (Rodrigues, S.,2015). O cenário estudantil descrito por Dantas (2022, p. 116) nesse período era de que:

Na área estudantil, o movimento pela democratização espraiava-se, encontrando crescente entusiasmo dos jovens. No Atheneu, o Grêmio estudantil Clodomir Silva publicava seu jornal *Voz do Estudante* cada vez animado com o novo amanhã que estava para nascer.

Os alunos nas sessões ordinárias, extraordinárias e solenes do Grêmio Literário Clodomir Silva (GLCS) não perdiam a oportunidade de praticar a oratória por meio de seus discursos eloquentes, faziam leitura de estudos sobre os intelectuais ser-

gipanos, recitavam poemas autorais, desenvolvendo desta maneira atividades com fins literários e culturais, explicitando as práticas educativas que desenvolviam a partir das recomendações dos seus docentes (Rodrigues, S., 2015). Este tipo de exercício intelectual também servia para futuras metas empreendidas por esses alunos em relação aos “lugares” sociais, políticos e econômicos que desejavam ocupar na sociedade sergipana das décadas de 30 a 50 do século XX.

De acordo com Rodrigues, S. (2015, p. 285):

Os jornais *A Voz do Ateneu*, *A Voz do Estudante* e *O Atheneu*, órgãos oficiais do grêmio, configuraram-se como “artefato cultural” legitimamente estudantil, produzido por alunos e para os alunos, sendo a maioria das publicações de autoria dos discentes. Esses impressos, diferentemente de outros jornais estudantis, não tinham nenhuma representação docente, ou seja, toda a equipe diretiva e os redatores eram alunos e sócios do grêmio. A investigação dos jornais do grêmio traz à tona o papel do aluno como produtor do seu cotidiano escolar e socializador de aprendizagens e valores.

As publicações nos jornais estudantis *A Voz do Estudante*, *O Atheneu* e *O Eco*, pertencentes ao Atheneu Sergipense, tornam-se peças importantes no estudo da cultura escolar que perpassaram por essa instituição, servindo como vitrines para o entendimento das práticas educativas executadas no seu cotidiano do século XX.

Souza (2008, p. 127) relata que os secundaristas do século XX “faziam parte de uma plêiade intelectual versada em letras, rapa-

zes e um número circunscrito de moças vivenciavam inúmeras oportunidades de se exercitarem na arte da escrita”. No caso dos estudantes do Atheneu Sergipense, eles liam, produziam e declamavam poesias, dentro e fora das salas de aulas, praticando essa cultura ornamental em saraus, nas agremiações literárias e na imprensa estudantil. Portanto, confeccionavam os citados jornais estudantis também para essa prática de leitura e escrita.

Isso provoca importantes reflexões sobre o conceito de “cultura material escolar e a preservação de suas fontes” (Benito, 2017, p. 120). Chama atenção para a preservação das fontes do patrimônio material e imaterial das escolas, pois é mediante a salvaguarda desse patrimônio que podemos acessar elementos da cultura escolar das instituições de ensino e assim analisar suas histórias. Finalidade que buscamos cumprir ao voltar nosso olhar para os jornais estudantis do Atheneu Sergipense como fonte para elucidar as escritas das alunas secundaristas nos impressos estudantis *A Voz do Estudante*, *O Atheneu* e *O Eco* (Santana, 2024).

ESCRITAS FEMININAS NOS JORNAIS ESTUDANTIS DO ATHENEU SERGIPENSE

Imbuídas dos ideais que debatiam no ensino secundário do Atheneu Sergipense, como também em outros espaços sociais, as alunas organizaram suas escritas no impresso estudantil *A Voz do Estudante* de 1942, deixando em suas páginas registros dos acontecimentos que circulavam em seu cotidiano escolar e social. Essa edição traz textos de estímulo a participação de todos para continuação desse impresso, estímulo a participação feminina na escrita das colunas, críticas a guerra, a Tomada da

Bastilha e a falta de instrução/alfabetização do povo. Ressaltavam a luta estudantil com escritas associadas às práticas do ensino secundário do Atheneu Sergipense ao escreverem poemas literários, romances, textos ufanistas e de crítica à guerra, regimes de governos, como o fascismo e nazismo, respectivamente na Itália e Alemanha.

Foi possível constatar o desenvolvimento da intelectualidade para além das prendas do lar, ou outras tarefas que eram prioritariamente atribuídas às mulheres. Isso evidenciou-se na coluna *Estudantes* da aluna Carmelita Fontes do 3º Clássico no jornal O Atheneu, Ano I, N.º 1:

Figura 2 – *Estudantes*³ - texto da aluna Carmelita Fontes (1953)



Fonte: O Atheneu, Ano I, N.º 1, 1953. Acervo digital do Projeto “Os jornais estudantis de Sergipe (1874-1959): práticas educativas pela ótica dos discentes do secundário” (UFS/CNPq).
Original na Biblioteca Pública Epiphânio Dória.

3 Optamos por transcrever o texto que não está completamente legível. **ESTUDANTES** (Carmelita Fontes – 3º clássico)

Centelha viva de Sergipe, acordaste hoje do sono da indiferença e da inércia dos jovens do teu tempo para uma realidade palpitante no seio da tua Pátria. É sempre uma iniciativa sua um passo à frente, uma promessa que anima, uma palavra que estimula. Testemunhas hoje o valor do teu trabalho, o brio da tua inteligência, a grandeza do teu espírito. Urge, pois, que não vaciles na longa caminhada a que os deveres da tua profissão te destinam: tens de cumpri-los à custa de algum sacrifício e talvez quem sabe de tua vida! Se tens medo de seguir Sôzinho, traça logo uma diretriz (de vida) da qual não tentes fugir. Se descobristes que és alguma coisa, então realiza-te a ti mesmo; não te detenhas muito entre a decisão e a ação para que os outros não façam primeiro aquilo que idealizaste antes que eles. Nunca te des por vencido ainda que sintas o peso da derrota, mas vê que ela foi feita para o mesmo homem capaz de colher a palma da vitória. Sê homem de uma só palavra e de um só parecer diante dos que te escutam; ainda que estejam contra ti e te esmaguem, não conseguirão destruir o homem de caráter que mora em ti. Faze quanto puderes em benefício do teu irmão, dando-te inteiramente como senão te bastasses a ti mesmo, fazendo uma troca viva e quente de alma por alma. Crê, e faze de tua fé o sinal de tua personalidade que te fará distinto entre os confundidos do mundo: enchendo destes são entusiasmo, conquistarás o universo. Procura sempre elevar-te, educando teu coração para os sentimentos nobres e puros, iluminando com sabedoria a tua inteligência e verás o reflexo desta luz portentosa na contínua aspiração às coisas altas. Não temas dizer a verdade; prefere-a sempre à mentira; aquela que nos faz corar porque é duro proferi-la; esta nos deixa uma sensação ridícula do que é capaz uma alma mesquinha que se deixa vencer por tendência inferior do homem. Sê grande, estudante, sê forte! Tu que és hoje uma centelha, uma parte, serás amanhã um farol, o alicerce da construção moral de tua Pátria! (O Atheneu, Ano I, N.º 1, 1953, p.8).

O texto *Estudantes*, da aluna Carmelita Fontes do 3º ano Clássico do Atheneu Sergipense, traz em sua narrativa a preocupação dessa secundarista em revelar uma escrita e leitura cuidadosa pautada na sua formação clássico-literária, além de imprimir a preocupação com uma formação sólida, fazendo alusão ao esforço que tinham que trilhar para construir uma carreira desde o ensino secundário realizado nesse colégio.

No trecho “Urge, pois, que não vaciles na longa caminhada a que os deveres da tua profissão te destinam: tens de cumpri-los à custa de algum sacrifício e talvez quem sabe de tua vida!”

(O Atheneu, Ano I, N.º 1, 07 jul, 1953, p. 8), a aluna Carmelita Fontes, no texto *Estudantes* chama atenção para o compromisso que os secundaristas necessitavam ter para concluírem um ensino secundário nos moldes dos anos 40 e 50, fundamentados no que propunham os programas e a legislação dessas décadas do século XX.

A educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos as diversas classes ou categorias sociais. Teríamos a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina em uma Reforma que alterou o “todo poderoso império do meio” como definiu Dallabrida e Souza (2014).

A Reforma Capanema para o ensino secundário foi iniciada pelo curso Ginásial, o qual constituía um só curso de formação geral. Enquanto os cursos clássico e científico eram apenas uma forma de consolidar e aprofundar a educação já administrada no curso Ginásial. Sendo assim, a aluna inicialmente deveria continuar a prestar o exame de admissão e preencher os critérios pré-estabelecidos em lei, sendo eles: apresentar prova de não ter doença contagiosa e de estar vacinada; ter pelo menos 11 anos completos ou por completar até o dia 30 de junho; ter recebido satisfatória educação primária; e ter revelado, através dos exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos secundários (Brasil, 1942).

A forma de avaliação no ensino secundário tinha um caráter rigoroso que ao mesmo tempo em que colaborava para sua organização e qualidade também possibilitava maior seletividade. Tais avaliações correspondiam na lei aos exames de admis-

são, de suficiência e de licença. Os primeiros, definidos na legislação de 1942, correspondiam à avaliação que o candidato teria que fazer para ter acesso ao ensino público secundário. Quanto aos exames de suficiência, criados em 1942, tinham por finalidade capacitar o aluno de qualquer série para a promoção à série imediata e habilitar o aluno da última série para prestação dos exames de licença. Já os exames de licença, também definidos em 1942, seriam prestados na conclusão dos estudos de primeiro e segundo ciclo, mas foram eliminados em 1946 pelo Decreto-Lei 9.303, de 27/05/1946 (Souza, 2008). O currículo escolar também foi alterado e sua nova formatação conferiu ao ensino secundário a volta marcante da presença das humanidades.

Outra característica marcante dessa Reforma foi imprimir organicidade ao ensino secundário por meio de várias estratégias escolares, como a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. A reforma Capanema alterou a possibilidade de os Estados decidirem sobre currículos e determinou a centralização, não apenas em relação à organização e administração do ensino, mas também em relação à seleção e produção de livros e de materiais didáticos. Acerca da produção dos livros didáticos sabe-se que:

Dentro das escolas as “Leis Orgânicas” procuraram regulamentar o cotidiano de professores e alunos: são visíveis no período de Estado Novo as prescrições de padronização da programação curricular e da arquitetura escolar, do controle do recreio e da disciplina, a adoção das classes homogêneas e do método único de leitura (analítico

global), do uso do uniforme, da verificação do asseio corporal, do incentivo à formação de bibliotecas e clubes de leitura, de clubes agrícolas, exposições, **jornais escolares**, do escotismo, do cinema e rádios educativos, de grêmios e caixas escolares (Hilsdorf, 2003, p. 102-3, grifo nosso).

Este cenário, exposto em detalhes pela autora, remete-nos a criação dos jornais estudantis no período do Estado Novo, em meio a uma série de outras propostas educativas do período. Assim, pudemos ver estampados nas páginas dos jornais do Atheneu Sergipense aspectos da cultura escolar nas palavras das suas alunas.

Também contribui para a compreensão do Ensino Secundário nesse período a pesquisa de Souza (2023) no que se refere aos trabalhos que pautam as temáticas da História das Disciplinas Escolares e da História da Profissionalização Docente em instituições escolares específicas. Por se tratar de um estudo que versa sobre o perfil dos professores de Matemática do Atheneu Sergipense, nos fornece pistas sobre quais conteúdos pertencentes a esta disciplina podemos analisar nos jornais estudantis *A Voz do Estudante*, *O Atheneu* e *O Eco*, impressos do Grêmio Cultural Clodomir Silva, retratando esses impressos estudantis como vitrine das práticas educativas interpretadas e exercitadas pelos secundaristas dessa instituição de ensino.

Foi nesse cenário educacional e contando com disciplinas como Economia Doméstica, Matemática e Canto Orfeônico, entre outras, que as estudantes do Atheneu Sergipense fizeram do hábito de escrever nas páginas dos jornais estudantis *A Voz do Estudante*, *O Atheneu* e *O Eco* entre outros já referendados aqui, uma prática nos seus anos de secundário, visando o atri-

moramento das suas faculdades intelectuais dentro da escola e ao mesmo tempo garantiriam visibilidade na sociedade arcajuana. No caso das alunas, Dantas (2022, p. 190) cita, nesse período histórico, as estudantes que despontaram no campo da poesia experimental e modernista: Núbia Marques (1927-1999), Carmelita Fontes (1933-2020) e Gizelda Moraes (1939-2015), ex-alunas e/ou professoras do Atheneu Sergipense.

Diante do exposto, é possível afirmar que a prática da escrita dos jornais estudantis foi um elemento da “cultura escolar” (Benito, 2017, p. 119) do Atheneu Sergipense. A partir desta ideia, consideramos os jornais estudantis analisados como uma prática cultural dos alunos do Atheneu Sergipense desde a primeira metade do século XX. Mudou-se os propósitos, as agrêmiações, as temáticas trabalhadas, mas existia na escola uma “cultura escolar” que possibilitou a existência de jornais estudantis por mais de oito décadas. Sendo o primeiro de 1874, e o último, aqui analisado de 1959.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos este artigo com o entendimento de que na cultura de produção de jornais estudantis do Atheneu Sergipense, os alunos fizeram desses impressos uma “vitrine” das práticas realizadas no ensino secundário dessa instituição de ensino e, puderam deixar registrado em suas páginas o desenvolvimento da sua intelectualidade científica, literária e cultural, colocando em diálogo aspectos próprios da escola com o seu entorno.

De outra forma, nota-se que de início, em *O Porvir*, nenhuma aluna foi localizada, já em *O Necydalus*, aparecem as escritas

estudantis de algumas discentes. Na década de 1930, notou-se discussões sobre a participação feminina no GLCS, mas não a presença nos escritos dos jornais, o que só foi localizado nos jornais estudantis dos anos 40 do século XX do Atheneu Sergipense.

Desse modo, diante das análises efetuadas conclui-se que a “cultura escolar” na produção dos jornais estudantis do Atheneu Sergipense esteve presente, com diferenciações próprias de cada época, desde a elaboração do primeiro jornal O Povir (1874) até O Eco (1959).

Salientamos assim, a prática da escrita dos jornais estudantis como elemento da “cultura escolar” dessa instituição de ensino. Ou seja, a elaboração dos jornais estudantis esteve presente como elemento da cultura material escolar associada às práticas educativas executadas no interior dessa instituição de ensino, visto que desde a sua fundação os impressos estudantis estavam presentes e associados aos seus órgãos estudantis reiterando o protagonismo estudantil perante a sociedade da primeira metade do século XX.

FONTES E REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA PÚBLICA EPIPHANIO DÓRIA (Sergipe). **Jornal Estudantil O Atheneu**, Aracaju/SE: Ano I, N.º 1, 07 jul. 1953.

BRASIL, Decreto-Lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Secundário**. Rio de Janeiro: Imprensa, 1942.

CENTRO DE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA DO ATHENEU SERGIPENSE (CEMAS) (Sergipe). **Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense** (1871 - 1916). Aracaju, 2024. Ref. 481FASS01.

CENTRO DE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA DO ATHENEU SERGIPENSE (CEMAS) (Sergipe). **Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe**, 24 de outubro de 1870.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense**: uma Casa de Educação Literária, examinada segundo os planos de estudos (1870-1908). Tese. (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

ALVES, Eva Maria Siqueira; OLIVEIRA, João Paulo Gama.; COSTA, Rosemeire Marcedo (Orgs.). **Álbum Atheneu Sergipense** (recurso eletrônico). Aracaju: Códice, 2021. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/14111>>. Acesso em: 14.6.2024

BENITO, Augustín Escolano. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Tradução de Heloísa Pimenta Rocha e Vera Lúcia Gaspar da Silva. Campinas: Alínea, 2017.

DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima de (Orgs.). **Entre o ginásio de elite e o colégio popular**: estudo sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1968). Uberlândia: EDUFU, 2014.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe República** (1989 – 2000). 2 ed. - Aracaju: Editora SEDUC, 2022.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

RODRIGUES, Simone Paixão. **Com a palavra, os alunos**: Associativismo discente no Grêmio Literário Clodomir Silva (1935 – 1956). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

RODRIGUES, Simone Paixão; ALVES, Eva Maria Siqueira. **Vitrines Estudantis: as associações e jornais estudantis do Atheneu Sergipense**. In: **X Congresso Luso- Brasileiro de História da Educação: Percursos e Desafios da História da Educação**, 2014, Curitiba. X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e Desafios da História da Educação, 2014. v. 1.

RODRIGUES, Cibele de Souza. **O Porvir, jornal literário e recreativo**: propriedade de uma associação de estudantes do Atheneu Sergipense (1874). 2016. 104 f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

RODRIGUES, Cibele de Souza. **Letras estudantis em Sergipe**: cultura

escolar em impressos de alunos secundaristas de Aracaju na década de 1930. 2020. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

SANTANA, Valéria Costa Moraes de. **“A escrita das alunas secundaristas nos jornais estudantis do Atheneu Sergipense (1942 – 1959). Dissertação de mestrado (Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2024.**

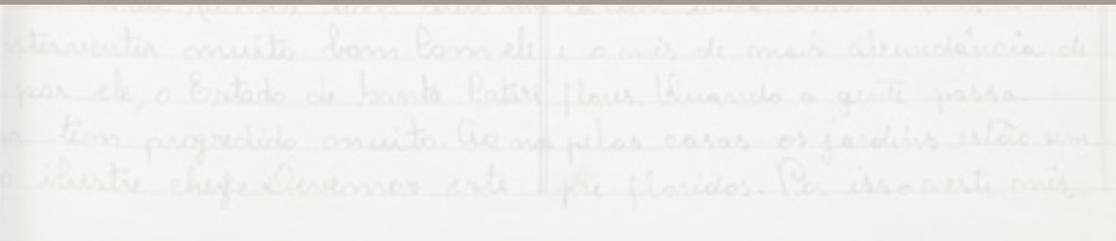
SANTOS, Luana de Jesus. **“O estudante prepara-se para reagir a batalha do porvir”**: Escrito nos jornais estudantis secundaristas em Aracaju/SE (1874-1915). Dissertação de mestrado (Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2024.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XIX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Suely Cristina Silva. SER PROFESSOR DO ATHENEU SERGIPENSE: o concurso da 1ª cadeira de Matemática*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, [S. l.], v. 1, n. 41, p. 81-100, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/18946>. Acesso em: 10 jul. 2023.

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. **O Necydalus**: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1909-1911). 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2009.





A DIFUSÃO DA IMAGEM HEROICA DE TIRADENTES POR MEIO DO JORNAL ESCOLAR CORREIO DO COLEGIAL¹

LISIANE SIAS MANKE
MARA INÊS ALFLEN

INTRODUÇÃO

A formação e circulação de um determinado conjunto de ideias é uma maneira de interpretar e rememorar acontecimentos passados, ou seja, a forma pela qual determinada sociedade se apropria de seu próprio passado, fazendo com que este influencie a identidade e a consciência histórica dessa coletividade. Assim, Rüsen (2016) conceitua “cultura histórica” e este será o conceito norteador deste texto, que se propõe a compreender a maneira

1 A temática discutida neste texto é oriunda do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Jornal Escolar: um herói do Brasil nas páginas do Correio do Colegial (Sergipe, 1938-1959)”, de autoria de Mara Inês Alflen. Contudo, no presente artigo amplia-se o referencial teórico, assim como o conjunto de dados empíricos analisados.

pela qual uma comunidade escolar faz circular ideias sobre a figura de Tiradentes, enquanto herói nacional. De modo mais específico, o artigo objetiva analisar narrativas históricas sobre a imagem de Tiradentes, publicadas no jornal escolar *Correio do Colegial*, que contribuem para formação de determinada cultura histórica, ao vinculá-lo à independência do Brasil e ao ideário republicano. Trata-se de compreender a representação de um sujeito histórico com atuação política no final do século XVIII, que volta à cena histórica em outro momento da história nacional, com a Proclamação da República, quando é vinculado aos atos da independência do Brasil.

Assim, toma-se o *Jornal escolar Correio do Colegial* como fonte de pesquisa, enquanto espaço de constituição e divulgação de uma determinada cultura histórica escolar, uma vez que, era produzido pelos/as estudantes sob a supervisão e orientação dos/as professores/as do Educandário Jackson de Figueiredo, colégio particular e não confessional, situado em Aracaju/SE, com funcionamento entre as décadas de 1930 e 1970². Portanto, embora os textos publicados sejam assinados pelos/as estudantes, refletem os princípios morais elevados pela instituição educacional, por se tratar de produções orientadas pela equipe escolar, possivelmente escritos no contexto áulico, evidencian-

2 O educandário foi criado por Benedito de Oliveira e sua esposa, Judite de Oliveira, na cidade de Aracaju, Sergipe, mais precisamente no ano de 1938. Benedito havia sido auxiliar na direção de outro colégio, o Tobias Barreto, além de diretor do grupo escolar General Valadão, após casar-se com Judite, idealizaram e implantaram o colégio Jackson de Figueiredo. Apesar de apresentar-se como uma instituição não confessional, os proprietários da escola eram católicos fervorosos e deixavam evidente que por meio da religião poderiam elevar o nível espiritual e moral de seus alunos (Pimentel, 2010).

do, assim, a função educacional do periódico.

O referido jornal, publicado de 1938 a 1973, continha uma diversidade de publicações, variando tanto em formato quanto em conteúdo a cada edição. Compreendia desde notícias relacionadas ao desempenho escolar e listas dos melhores alunos, até artigos sobre valores morais, nos quais os textos exploravam experiências escolares, promovendo e difundindo a concepção de aluno/a ideal. Sendo impresso em folhas que mediam 24 cm de largura por 32 cm de altura, possuindo de 4 a 8 páginas, uma característica variável devido à periodicidade da publicação. Inicialmente, sua publicação era mensal durante o calendário letivo, de março a novembro, mas ao longo dos anos essa regularidade foi perdida, resultando em três ou até menos edições anuais.

Embora o jornal tenha circulado até o ano de 1973, para este artigo analisa-se os exemplares publicados de 1938 a 1959, que são as edições com maior presença de narrativas históricas, escritas principalmente por alunos/as do ensino primário. O foco está nos textos com conteúdo histórico, que façam referência a figura de Tiradentes, mesmo ao tratarem de diferentes eventos históricos. No recorte temporal delimitado, foram localizados 24 artigos em que constam narrativas sobre o tema da pesquisa, artigos que estão dispostos ao longo de 92 edições do Correio do Colegial, publicadas de agosto de 1938 a dezembro de 1959.

Após definir o conjunto de fontes que compõem o corpus documental que será analisado, torna-se relevante considerar o universo da pesquisa sobre os impressos estudantis, mesmo que de forma breve. Dentre as denominações para tratar desses periódicos, estão os termos, “jornal estudantil”, “imprensa escolar”,

ou mesmo “jornal escolar”, considerando serem produções escritas por estudantes, com a mediação e orientação da instituição escolar. Como bem destacam Martineli e Machado (2021):

A imprensa escolar era aquela redigida por estudantes dentro da escola, como uma atividade escolar. Por ser uma atividade solicitada na escola, havia a mediação, o direcionamento ou o cerceamento do adulto no processo. A escrita, nesses periódicos, não era, pois, autônoma (Martineli; Machado, 2021, p. 6).

Esse é o caso do Jornal Correio do Colegial, produzido no contexto escolar, sendo possível inferir a conexão entre as aulas de História da instituição educacional e a produção do jornal, como demonstra um texto redigido pelo aluno Valter Campos, da 2ª série, publicado na edição número 3, de outubro de 1938, sobre o heroísmo de Tiradentes:

Nunca é desnecessário relembrar fatos que traduzem heroísmo e grandeza de espírito de quantos, num abnegado amor a Pátria, sacrificaram-se na impetuosidade de suas paixões. A minha bôa e inteligente mestra D. Nadir Ontrão Leite, escolheu para a minha palida dissertação um dos mais brilhantes acontecimentos que a nossa historia podia revelar. Por mais que me esforçasse afim de cumprir a contento a honrosa incumbencia de minha esforçada mestra, não consegui, como bem sabeis, a meta desejada. Eis porque estou dislustrando o brilhantismo das columnas que honrosamente me reservaram neste jornalzinho colegial. Eis porque escrevi estas desenlhavadas palavras, sem retórica e colorido de linguagem.

Não vaciei, eu vos afirmo, porque de chofre acorreram-me as palavras do insigne escritor Coelho Neto: “Ouve e obedece aos teus superiores, porque sem disciplina não pode haver equilíbrio”. Diante do objetivo explanado, escrevi o que vós sabeis melhor do que eu. Limito-me, entretanto, a vos dizer apenas que, devido ao egoísmo, os erros sucedem, crescem, evoluem. Sim, porque a 21 de abril de 1792, fora comndenado à força, por D. João VI, o mineiro José Joaquim da Silva Xavier (...) (Jornal Correio do colegial, n.º 3, outubro, 1938, p. 3, grifos nossos).

O artigo de Valter Campos, a exemplo de outros, permite observar que a escrita dos textos era incentivada, ou até mesmo, direcionada pela “mestra” que conduzia a turma. Sendo escritas produzidas durante as aulas de História, ou como atividades extraclasse, com base nos conteúdos apresentados pelo/a professor/a e/ou presentes nos livros didáticos adotados pela instituição. De acordo com Bastos (2013), o jornal escolar era uma instituição complementar, associada e auxiliadora da escola, que no início do século XX foi estimulada pelos princípios da Escola Nova. Nesse sentido, “destaca-se o jornal escolar elaborado pelos alunos, como atividade de sala de aula ou extraclasse” (Bastos, 2013, p. 7), sendo possível encontrar os vestígios desses jornais no Brasil desde o século XIX. A autora, ainda, ressalta que:

Os impressos de alunos, em diferentes níveis de ensino, são documentos importantes para analisar a cultura escolar e suas práticas. Na historiografia da História da Educação no Brasil encontram-se vários estudos com impressos escolares ou impressos estudantis, mas são pou-

cas as pesquisas que privilegiam aqueles produzidos por alunos, de diferentes níveis de ensino - ensino primário, ensino médio e ensino superior - que decorre da sua pouca conservação, pois muitos deles foram manuscritos (Bastos, 2013, p. 9).

Assim, Bastos aponta para a rarefação de estudos sobre fontes produzidas no ambiente escolar pelos próprios sujeitos que frequentam predominantemente esse espaço: os/as estudantes. Ainda, considerando a natureza dos jornais escolares, embora tão presentes no cotidiano infantil e juvenil, há dificuldades ao pesquisar essas fontes, pois os acervos frequentemente apresentam lacunas temporais, sendo raras as coleções completas e sequenciais (Bastos, 2013, p. 9). O que faz do *Jornal Correio do Colegial* uma exceção, nesse sentido, uma vez que todas as edições se encontram preservadas junto ao acervo da Biblioteca Pública Epiphanio Dória, em Aracaju/SE. Além disso, todas as edições publicadas foram recentemente digitalizadas no âmbito do Projeto “Os jornais estudantis de Sergipe (1874-1959): práticas educativas pela ótica dos discentes do secundário”. Permitindo assim, diferentes olhares sobre o periódico, que se constitui em diversificado conteúdo e forma textual.³

Ainda, é relevante ressaltar que a análise deste jornal apresenta indícios da circulação para além dos muros da escola, como é possível observar em matérias direcionadas “Aos pais”, ou, em

3 Integrantes do Projeto “Jornais Estudantis em Sergipe: Práticas Discentes pela Ótica dos Secundaristas (1870-1959)” (2022-2025), têm analisado o impresso *Correio do Colegial* sobre diversas perspectivas, como em estudos produzidos por: Alflen (2023); Domingos (2023); Santos (2023); Manke e Reis (2024).

seção aparentemente direcionada às mães, ou ainda, artigos que buscavam incentivar a assinatura do jornal. Também há indicativo de troca de jornais entre instituições de ensino, como ocorria entre os colégios Tobias Barreto e Jackson de Figueiredo. O que é relatado em uma matéria que narra o episódio de entrega do jornalzinho “A voz do estudante” ao diretor do Jackson de Figueiredo, que teria ficado impressionado com a organização do periódico e constatado a presença de ex-alunos entre os escritores do jornal (Jornal Correio do Colegial, n.º 35, outubro, 1942, p. 1). Tais evidências indicam que o público que possuía acesso ao jornal Correio do Colegial não se limitava aos estudantes e professores da instituição, sendo, possivelmente, mais amplo.

Disso decorre a compreensão de que o periódico contribuiu para formação de determinada cultura histórica (Rüsen, 2016), assim como seu conteúdo expressa, nas narrativas históricas veiculadas, determinada cultura histórica escolar, ou seja, o modo pelo qual aquela sociedade apropriou-se do passado, em processos de produção, transmissão e recepção do conhecimento histórico escolar.

TIRADENTES: A CONSTRUÇÃO DE UM HERÓI NACIONAL

A Inconfidência Mineira teve suas origens em questões regionais, coincidindo com a influência de ideais europeus e norte-americanos. No século XVIII, membros da elite brasileira que estudaram no exterior, especialmente na Europa e na América do Norte, foram influenciados por esses intercâmbios e trouxeram ideias próprias para o contexto brasileiro (Fausto, 1998, p. 114).

Tais ideais somaram-se ao quadro de insatisfação diante de medidas tomadas pela Coroa portuguesa, como o “Quinto do Ouro”⁴, e o declínio econômico de Vila Rica, que tornavam evidente a insatisfação da elite local. Os inconfidentes eram, em sua maioria, devedores da Coroa e, em 1788, ganhava forma o movimento rebelde, que não chegou a se concretizar de fato. A rebelião deveria ocorrer durante a Derrama⁵, em março de 1789, mas foi suspensa por ato do Visconde de Barbacena, uma vez que este foi informado por Joaquim Silvério dos Reis sobre os planos dos inconfidentes. Silvério dos Reis foi agraciado pela coroa com o perdão de suas dívidas e personificado na história como traidor da conspiração, posteriormente chamado de “inimigo da pátria”. Os denunciados foram presos em Minas Gerais, e Tiradentes, no Rio de Janeiro. O processo foi extenso, sendo concluído apenas em abril de 1792 (Fausto, 1998, p. 116).

A sentença e execução de Tiradentes, em 21 de abril de 1792, foi transformada em um espetáculo de horror, ao ser exemplarmente condenado para conter o clima de rebeldia que se instaurava na colônia. A data de sua execução não seria esquecida tão facilmente, sendo justamente lembrada pelos opositores da monarquia, mais de um século depois, como a morte de um herói e mártir para a população da Colônia. O exemplo de crime passou a ser visto como exemplo de luta: sua fraqueza, vergo-

4 O “Quinto do Ouro” foi um imposto cobrado pela Coroa Portuguesa sobre a produção de ouro em Minas Gerais durante o período colonial brasileiro. Corresponde a um quinto (20%) da produção total de ouro extraído, daí o nome “Quinto” (Fausto, 1998).

5 A Derrama foi uma medida fiscal renovada pela Coroa Portuguesa durante o período colonial brasileiro, especialmente em Minas Gerais, durante o século XVIII. Essa medida foi uma resposta à dificuldade da Coroa em conseguir arrecadar o imposto conhecido como “Quinto do Ouro”, que era um imposto sobre a produção de ouro na região” (Fausto, 1998).

nha e solidão são reinterpretadas, passam a ser de coragem, responsabilidade e sacrifício, pela liberdade do Brasil. O dia 21 de abril se torna feriado e as representações de Tiradentes aderem traços de sacralidade, cada vez mais comparado a Cristo na Cruz (Carvalho, 2017, p. 119).

Assim, a Inconfidência Mineira, passado décadas, é romanizada, como um primeiro movimento pela liberdade do Brasil e pelo fim do sistema monárquico; até mesmo pelo fim da escravidão, já que os inconfidentes (muitos deles, donos de escravos e dependentes dessa produção), alegavam que acabariam com a escravidão quando da Proclamação da República (Fausto, 1998, p. 118). Contudo, é relevante considerar que a construção do imaginário em torno da Inconfidência e de Tiradentes como herói nacional, só ocorre com o fim da monarquia. Desde sua morte até a república, sua imagem é hostilizada, pois foi o líder de oposição à Coroa Portuguesa. Boris Fausto, afirma que:

a relevância da Inconfidência deriva de sua força simbólica. Tiradentes transformou-se em herói nacional, e as cenas de sua morte, o esquartejamento de seu corpo, a exibição de sua cabeça passaram a ser evocadas com muita emoção e horror nos bancos escolares. Isso não aconteceu da noite para o dia e sim através de um longo processo de formação de um mito que tem sua própria história. Em um primeiro momento, enquanto o Brasil não se tornou independente, prevaleceu a versão dos colonizadores (Fausto, 1998, p. 118).

De igual modo, José Murilo de Carvalho, destaca questões acerca da criação do imaginário sobre Tiradentes e a Inconfi-

dência Mineira, principalmente após a transição da monarquia à república no Brasil, na qual a participação popular foi nula, tanto na instauração do novo regime como nos anos recorrentes (Carvalho, 2017, p. 9). O governo instituído pela oligarquia brasileira, no final do século XIX, buscava, determinadamente, ferramentas de legitimação do poder, e assim como outros regimes políticos da modernidade, apela para a construção ideológica (Carvalho, 2017, p. 9). Para atingir um público mais amplo, essa ideologia teria que ser propagada de outras formas que não a escrita, uma vez que se trata de uma sociedade majoritariamente analfabeta. Assim, a construção do imaginário da república apoiou-se em imagens, símbolos e mitos, com inspiração no caso francês, como a adoção da imagem da República com o barrete frígio, que no Brasil não teve tanto sucesso (Carvalho, 2017, p. 10).

Portanto, a construção do novo cenário administrativo calçou-se na difusão e consolidação de um imaginário baseado na luta pela liberdade e na devoção à Pátria. Para tanto, os republicanos não tardaram a mudar os símbolos e heróis do novo regime, os antigos monarcas foram imediatamente substituídos pelos novos nomes que representavam a República dos Estados Unidos do Brasil: Rui Barbosa, Floriano Peixoto, Deodoro da Fonseca, Duque de Caxias, e no topo, Tiradentes, o herói da Independência, posto antes ocupado por D. Pedro I (Schwarcz; Starling, 2015, p. 473). Assim, a construção da imagem de Tiradentes como herói na primeira fase da República se consolidou a ponto de superar os demais ocupantes do panteão cívico, nem Benjamin Constant, nem José Bonifácio se tornaram tão admirados pelos brasileiros.

Tais fatos foram constatados pela historiografia acadêmica como resultado da ciência histórica, na relação dinâmica entre teoria e prática, uma vez que para Rüsen (2010), um elemento essencial da construção do conhecimento histórico é a *práxis*. Assim, no que se refere a imagem de Tiradentes, é possível observar, a partir deste estudo de caso exploratório, o modo pelo qual essas ideias eram colocadas em circulação na vida prática, ou mesmo, em que termos e em quais ocasiões se faziam refletir. Os/As estudantes do Colégio Jackson de Figueiredo, em textos produzidos para o jornal Correio do Colegial, atribuem sentido e significado a construção da narrativa que envolve a experiência humana no tempo, ao evidenciarem, por exemplo, a importância de Tiradentes para além da Inconfidência Mineira. O que será analisado a partir dos dados empíricos na próxima seção deste texto.

TIRADENTES: NARRATIVAS SOBRE UM HERÓI NACIONAL

“A narrativa histórica constitui a consciência histórica com relação entre interpretação do passado, entendimento do presente e expectativa do futuro mediada por uma representação abrangente da continuidade” (Rüsen, 2010, p. 65). Ou seja, ao produzirem narrativas históricas para o jornal escolar os/as estudantes do educandário Jackson de Figueiredo, mobilizavam as três dimensões temporais, o conteúdo da experiência histórica, a interpretação do passado mediada pelo presente, e as perspectivas de futuro, no agir intencional. Nesse sentido, deve-se compreender que tais narrativas foram produzidas por

estudantes de um colégio de elite, localizado no centro da capital do estado de Sergipe, em Aracaju, com possível estabilidade social e econômica na vida privada, contrastada pelo quadro de instabilidade social, política e econômica em cenário nacional e internacional. Pois é necessário lembrar que de 1938 a 1959, período de publicação dos artigos analisados, os/as estudantes vivenciaram os episódios da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na qual o Brasil teve participação de 1942 a 1945; a Ditadura do Estado Novo (1937-1945), e a redemocratização do Brasil com a deposição de Getúlio Vargas; o início do Governo de Juscelino Kubitschek (1956); e o início de um novo conflito, a Guerra Fria, declarada em 1947; isso para citar alguns eventos históricos de grande dimensão.

Diante de tais considerações, as narrativas históricas produzidas por esses/as estudantes apresentam-se com potencial para compreensão da cultura histórica que se difundia naquele momento da vida prática, permeada pela cultura escolar. Para Gontijo (2019, p. 66), o conceito de cultura histórica “refere-se ao modo como as pessoas ou os grupos humanos se relacionam com o passado”, a forma como os sujeitos situam suas experiências no tempo e espaço. Para a autora, o conceito é englobante, pois “envolve variados processos por meio dos quais interpretamos, atribuímos sentido e transmitimos experiências ocorridas em tempo próximo ou distante, direta ou indiretamente”, contribuindo para criar representações históricas (2019, p. 66). Assim, a constituição da cultura histórica se dá na vida cotidiana, em ambientes escolares e não escolares, envolvendo inclusive criações artísticas, pois as mesmas podem representar a maneira como determinada sociedade entende seu passado.

Nesse mesmo viés, é significativo trazer o conceito de consciência histórica, também discutido por Rüsen, que o qualifica para descrever os mecanismos individuais de relação com a experiência humana no tempo. Sendo:

A consciência histórica tem podido ser descrita como uma realidade elementar e geral de explicação humana do mundo e de si mesmo, e assim tem sido elevada à categoria de um tema de investigação próprio, de significado inquestionavelmente prático para a vida. Da consciência histórica há somente um pequeno passo para a cultura histórica. (Rüsen, 2016, p. 53).

À vista disso, entende-se que a consciência histórica opera subjetivamente nos indivíduos, de forma que a relação com essa experiência humana no tempo lhe oriente nas decisões do presente, assim os indivíduos mobilizam seu conhecimento histórico para viver o momento atual. Nesse mesmo sentido, “se pode definir a cultura histórica como a articulação prática e operante da consciência histórica na vida de uma sociedade” (Rüsen, 2016, p. 53). Portanto, os escritos publicados no referido jornal, que tomam a figura de Tiradentes com tema central de suas narrativas, apresentam indícios da cultura histórica que permeava a sociedade à época, em especial no que se refere a construção de referências históricas a serem adotadas como exemplares.

No quadro 1 é possível observar os temas vinculados a figura de Tiradentes, publicados no referido jornal de 1938 a 1959:

Quadro 1 - Relação de artigos sobre Tiradentes

Número e Ano da edição	N.º da pág.	Título dos textos publicados no jornal correio do colegial, e breve comentário sobre o conteúdo deles.
N.º 1 - 1938 agosto	.2	"Tiradentes" - herói da pátria, queria libertar o Brasil do jugo português. Era o "apóstolo da revolução". Narra seu abandono, prisão e morte.
N.º 3 - 1938 outubro	.3	"Fato Histórico" - a matéria fala sobre a inconfidência mineira, articulando o fato histórico à futura independência do Brasil.
N.º 6 - 1939 maio	.3	"No Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe" - passeio da escola ao IHGS. Homenagem a Tiradentes, em sessão solene.
N.º 20 - 1940 outubro	.1	"Tiradentes" - descreve-o como um mártir, assemelhando a narrativa de sua morte a de Jesus. Descreve minuciosamente o momento da execução de Tiradentes.
N.º 32 - 1942 abril	.4	"Inconfidência Mineira" - descreve Tiradentes como herói e exemplo de dignidade para o povo brasileiro. Relata que ao ler essa página da História do Brasil sente-se entusiasmada com o heroísmo de Tiradentes.
	.4	"Tiradentes" - poema saudosos a Tiradentes, que lutou pela liberdade soberana.
	.4	"Tiradentes" - "sabemos que Tiradentes foi mártir da inconfidência de uma conspiração com o fim de fazer a Independência do Brasil!"
N.º 33 - 1942 maio	.4	"Tiradentes" - descrito como líder da Inconfidência Mineira que foi enforcado e esquartejado, grande símbolo da Independência.
N.º 41 - 1943 abril	.2	"Tiradentes" - descrito como líder e por isso executado, enquanto os outros conspiradores, com o perdão de Maria I (rainha) foram poupados, sendo enviados ao degredo na África.
N.º 43 - 1943 junho	.3	"Tiradentes" - narra a execução de Tiradentes, e abordada o suicídio de Cláudio Manuel da Costa, na prisão.
N.º 46 - 1943 setembro	.2	Joaquim José da Silva Xavier "O Tiradentes" - narra a vida de Tiradentes e sua atuação heroica na Inconfidência Mineira. É considerado um protomártir da independência do Brasil, junto com Benjamin Constant e José Bonifácio.
N.º 49 - 1944 abril	.3	"Tiradentes" - poema sobre a morte de Tiradentes, comparando com a morte de Cristo.
N.º 50 - 1944	.3	"José Joaquim da Silva Xavier" - considera que por conta da guerra, os olhares ficam voltados ao velho mundo, mas é necessário dar visibilidade a heróis como Tiradentes.

Número e Ano da edição	N.º da pág.	Título dos textos publicados no jornal correio do colegial, e breve comentário sobre o conteúdo deles.
N.º 57 - 1945 agosto	.2	“Tiradentes” - destaca o grande brasileiro que lutou com seus companheiros para libertar o Brasil da opressão. Narra, com detalhes, como foi o início da inconfidência.
N.º 58 - 1945 novembro	.7	“Tiradentes” - caracteriza Tiradentes como o mártir da Independência, que teve destino trágico por conta da traição de seu companheiro.
N.º 68 - 1948 novembro	.2	“Tiradentes” - destaca o mártir da independência do Brasil
N.º 69 - 1949 agosto	.3	“Tiradentes” - afirma que a conjuração teve inspiração na Independência dos EUA, e Tiradentes foi o mártir da liberdade.
N.º 70 - 1949	.4	“Tiradentes e o Grito do Ipiranga” - considera que os dois eventos têm ligação direta, uma vez que foi graças a Tiradentes que o Brasil ficou independente.
N.º 72 - 1949 novembro	.7	“Proclamação da República” - o autor associa esse acontecimento à Guerra dos Farrapos e a Inconfidência Mineira, como tentativas anteriores de proclamar a República.
N.º 73 - 1950 novembro	.2	“15 de novembro” - o texto aponta a Guerra dos Mascates, a Inconfidência Mineira e a Guerra dos Farrapos como tentativas anteriores de insurgências republicanas no país.
N.º 75 - 1951 agosto	.2	“Inconfidência Mineira” - considera que o evento foi inspirado na Revolução Francesa, uma tentativa de Independência do Brasil, que fracassou devido a traição de Joaquim Silvério dos Reis.
N.º 83 - 1955 primeiro semestre	.2	“A glória de Tiradentes” - aponta a Inconfidência mineira como grande tragédia brasileira, na qual Tiradentes foi traído por um companheiro e teve um fim horrível, sendo o primeiro homem a morrer pela independência.
N.º 88 - 1958 junho	.2	“Tiradentes” - trata sobre a Inconfidência Mineira, trata sobre a cobrança de impostos muito alta que levou as elites locais a reagirem.
N.º 90 - 1959 agosto	.3	“Tiradentes” - narrativa mais extensa sobre a Inconfidência Mineira, sobre a perseguição a Tiradentes e sobre os traidores do movimento, rica em detalhes. O autor afirma que a Independência teria sido em 1789, se não fossem os traidores.

Fonte: produzido pelas autoras.

Os 24 textos apresentados brevemente no quadro 1, evidenciam a forma como a figura de Tiradentes era represen-

tada nas páginas do Correio do Colegial. As narrativas sobre a Inconfidência Mineira, de modo geral, destacam a tentativa de independência para libertar a pátria do domínio português, alegando que estavam sendo escravizados pelos portugueses, e que essa tentativa foi frustrada no início devido à traição de Joaquim Silvério dos Reis. As narrativas mais detalhadas, descrevem Tiradentes sendo procurado e preso no Rio de Janeiro, ressaltando sua religiosidade, ao mencionar que o acusado carregava um terço em suas mãos e que teria olhado para o céu no momento da execução. Interessante observar também, que metade dos textos que tratam de Tiradentes, o associam diretamente à Independência do Brasil, citando-o como o protomártir, mártir, herói da Independência. De igual modo, são combinadas as narrativas da Inconfidência Mineira e da Proclamação da República.

Os textos revelam uma interpretação que sugere que D. Pedro I teria concretizado aquilo que Tiradentes havia idealizado e pelo qual havia sacrificado sua vida, implicando no fato de que o primeiro herói da Independência teria sido Tiradentes. O trecho a seguir exemplifica essa percepção:

Deus por ser Onisciente e Onipotente, brilhou aquele sol tão belo, nêsse dia do martírio de Tiradentes. Eram 8 horas da manhã. Ouviu-se um toque de clarim. Era o condenado que ia sair da prisão e seguir para o patíbulo. Eis que Tiradentes aparece á porta. Estava vestido com um longo camisão de linho que lhe descia até os pés. Tinha as mãos amarradas e entre estas um crucifixo que lhe dava resignação. Tiradentes subiu à forca com uma coragem tão soberba que impressionou até o carrasco, afeito àque-

la vida miserável. O sangue de Tiradentes foi derramado mas não ficou impune. Pedro I depois de muitos anos – o dia 7 de Setembro concluiu a obra que esse herói havia almejado (Jornal Correio do colegial, n.º 20, 1940, outubro, p. 1, grifos nossos).

O texto não é assinado, foi publicado no mês de outubro, mês seguinte às comemorações de Independência, momento no qual as escolas trabalham essa data cívica e homenageiam os heróis do Brasil. Excertos de texto, como este, possibilitam observar, de forma pontual, o modo pelo qual a figura de Tiradentes foi sendo mobilizada a partir das práticas escolares, como símbolo nacional. A exemplo do que é discutido por José Murilo de Carvalho (2017), a respeito do herói republicano que “deveria ser um instrumento eficaz para atingir a cabeça e o coração do povo” (Carvalho, 2017, p. 16). Dentre as figuras históricas, não por acaso, teria sido Tiradentes o escolhido, pois sua história tinha traços de sacralidade, da traição de amigos e de morte sem resistência em defesa de seu povo, o que renderia mais tarde representações que o assemelhariam a Jesus. O texto que segue reproduz os sentidos e significados de tal compreensão:

Quando a junta da Fazenda lançasse a derrama, deveriam acudir a Vila Rica os conjurados que por êle esperariam, nas vizinhanças, e à noite entrariam na cidade em tumulto gritando Viva a Liberdade. Sairia então Freiro Andrada com suas tropas, com o protesto de terminar o motim, trocando suas intenções logo que soubesse que o governador estava preso. Estava tão claro este plano que êles não faziam mistério de nada. Nos livros de história

atuais deveriam ter A Independência do Brasil em 1789, teria se não fôsse aqueles traidores, que delataram a independência de nossas terras. Joaquim Silvério dos Reis primeiro delator conta tudo a Barbacena, que era governador, o qual imediatamente mandou suspender a derrama. Tiradentes, encontrava-se, no Rio, com ânsia de levantar a população da grande metrópole colonial, com o fim de liberdade. Em Vila Rica o governador já sabendo de todos os planos, manda comunicar ao Vice-Rei, inclusive que Tiradentes estava no Rio. Logo mandou o próprio Joaquim Silvério com os ofícios a Luiz de Vasconcelos (Jornal Correio do colegial, n.º 90, 1959, agosto, p. 3).

No texto escrito por Eduardo Antônio Conde Garcia, aluno da 4ª série, Tiradentes é descrito como o herói que libertaria a pátria, se não fosse a traição de Joaquim Silvério dos Reis, que traiu aos seus, assim como Judas traiu Jesus, entregando-o às autoridades. Há, em outras narrativas do jornal, a culpabilização única de Silvério dos Reis pelo fracasso da Inconfidência Mineira, que teria sido tão bem arquitetada que não haveria possibilidade de fracasso. Faz-se visível a preocupação em trazer detalhes do ocorrido, desde a organização do movimento até a morte do líder.

O poema, escrito por José de Fortunado Pinto, corrobora com a representação sacralizada de Tiradentes, tendo sua trajetória fitada na imagem de Jesus crucificado:

Figura 1 - Poema "Tiradentes"



Fonte: Jornal Correio do colegial, n.º 49, 1944, abril, p. 3.

A historiografia a respeito do tema indica que a construção dessa representação de Tiradentes, está associada a construção dos ideários republicanos. A República fez ressurgir o herói da Inconfidência, mesmo frente os princípios de laicidade do Estado, manteve-se a representação sagrada daquele que “cumpria satisfeito a sua sina”. Para Fonseca, com a República, ocorre de fato, uma busca maior pela ideologia de pátria e consolidação das figuras nacionais, inclusive com o repatriamento, em 1930, das cinzas dos inconfidentes que morreram no exílio africano, além da criação do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, Minas Gerais (Fonseca, 2011, p. 74-75).

A Inconfidência Mineira também é associada a tentativas anteriores de Proclamação da República, como abordam os textos intitulados: “Proclamação da República” e “15 de novembro”, publicados no jornal n.º 72 de 1949 e n.º 73 de 1950, respectivamente. Para Ballaroti (2009), a construção da história do Brasil tem seu auge na transição da Monarquia para a República, devido a necessidade de semear na sociedade valores republicanos, criando assim os símbolos e rituais que representam o Brasil do Novo Regime. Os republicanos se apropriaram da imagem de Tiradentes pela necessidade de apagamento do antigo herói nacional, D. Pedro I, que representava a monarquia (Ballaroti, 2009). Assim, a figura de Tiradentes como herói passa a ser fortemente reconhecida e venerada, permeando o imaginário popular e constituindo determinada cultura histórica disseminada por meio da instituição escolar.

É relevante considerar que o presente molda nossa compreensão do passado, quando se interpreta e reinterpreta eventos históricos à luz das preocupações, valores e interesses contemporâneos. A interação dinâmica entre presente e passado é fundamental para a formação da cultura histórica e da consciência histórica de uma sociedade. Essas relações temporais são bem ilustradas no texto de Marcília Guimarães, do 4º ano B, que produz a escrita de uma “narrativa exemplar”⁶:

Nos dias de hoje em que todos os olhares estão voltados para o velho mundo, onde a humanidade está se delgando, ao um lado de uns homens compenetrados de

6 A “narrativa exemplar” visa extrair significado e lições práticas do passado para orientar a ação no presente e no futuro, conforme discute Jörn Rüsen (2010).

seus deveres, lutando para obter a liberdade humana, e de outro homens loucos e embrutecidos querendo dominar o mundo.

Escolhi colegas, dentro dos grandes brasileiros um nome para fazer uma pequena referência. Este nome é Joaquim José da Silva Xavier o Tiradentes.

Todos vós sabeis quem foi êste brasileiro, aquele que com um amor tão nobre deixou que o seu sangue rolasse sobre esta terra bendita e de liberdade para mostrar com êste exemplo edificante, que a liberdade vale mais que a vida (Jornal Correio do colegial, n.º 50, 1944, p. 3).

A estudante faz referência no início do texto, de forma indireta, a II Guerra Mundial, na qual “homens compenetrados de seus deveres” estavam lutando por liberdade, assim como fez Tiradentes, que demonstrou exemplarmente que “a liberdade vale mais que a vida”. A narrativa de Guimarães permite perceber que o passado não é estático, mas um espaço de reflexão e diálogo contínuo com o presente, influenciando e sendo influenciado pelas carências de orientação da vida prática. Assim, os homens de 1944 podiam buscar no passado, e nas figuras heroicas de outrora, inspiração para as ações que o presente lhes exigia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas publicadas no jornal Correio do Colegial refletem certas características da cultura escolar presente no Educandário Jackson de Figueiredo, semelhantes ao *modus operandi* de outras instituições da época. Nessas escolas, o ensino era marcado por um forte ufanismo e nacionalismo, e a exaltação

de heróis nacionais era uma constante, aplicada como orientação para a vida prática dos estudantes. O herói em destaque, Tiradentes, é deslocado de seu tempo e suas perspectivas reais, e a ele são atribuídas outras lutas e outras conquistas, pois nesse contexto representa para os/as estudantes, mais do que um propagandista de uma revolução que não se concretizou, mas sim, a luta pela soberania e pela liberdade do país.

De modo mais amplo, é possível apontar os esforços do Estado em fazer florescer nos jovens de então o sentimento de nacionalidade, de culto aos vultos nacionais, a partir da escola e principalmente do ensino de história, que desempenhou um papel fundamental na propagação e consolidação de uma cultura histórica que tinha como principal objetivo fortalecer a identidade nacional. A produção do jornal *Correio do Colegial* pode ser interpretada como uma iniciativa voltada para a formação identitária dos estudantes, além de uma atividade de aperfeiçoamento da leitura e da escrita. As narrativas sobre eventos e personagens históricos permitem avaliar como os estudantes atribuíam sentido e significado à experiência humana no tempo, assim como, mobilizavam esse conhecimento para orientar-se na vida prática.

REFERÊNCIAS

ALFLEN, Mara Inês. **Jornal Escolar: um herói do Brasil nas páginas do Correio do Colegial (Sergipe, 1938-1959)**. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 58 p., setembro-2023.

BALLAROTI, Carlos Roberto. **A Construção do mito de Tiradentes: de mártir republicano a herói cívico na atualidade**. *Antíteses*, Vol. 2, N.º 3 (Enero), 2009, pp. 201-225. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5026816>. Acesso em: 20. mar. 2023.

BASTOS, Maria Helena Camara. **Escritas estudantis em periódicos escolares**. Porto Alegre: História da Educação, Vol. 17, Nº. 40, maio/ago., 2013, pp. 7-10. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/38763/pdf>. Acesso em: 15. ago. 2023

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DOMINGOS, Dáleth Monte. **O enfeite ao laço do trono**: a representação histórico- feminina no Jornal Correio do Colegial (1938-1960). Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 29 p., 2023.

FAUSTO, Boris. Inconfidência Mineira. In: **História do Brasil**. 6ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

FONSECA, Thais Nívea de Lima e. **História e ensino de história**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GONTIJO, Rebeca. Cultura histórica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (coo). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 55-58, 2019.

JORNAL CORREIO DO COLEGIAL. Aracaju, Sergipe, n.º 3, outubro, 1938. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória, Aracaju/SE.

JORNAL CORREIO DO COLEGIAL. Aracaju, Sergipe, n.º 35, outubro, 1942. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória, Aracaju/SE.

JORNAL CORREIO DO COLEGIAL. Aracaju, Sergipe, n.º 20, outubro, 1940. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória, Aracaju/SE.

JORNAL CORREIO DO COLEGIAL. Aracaju, Sergipe, n.º 90, agosto, 1959. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória, Aracaju/SE.

JORNAL CORREIO DO COLEGIAL. Aracaju, Sergipe, n.º 49, abril, 1944. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória, Aracaju/SE.

JORNAL CORREIO DO COLEGIAL. Aracaju, Sergipe, n.º 50, 1944. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória, Aracaju/SE.

JORNAL CORREIO DO COLEGIAL. Aracaju, Sergipe, n.º 50, 1944. Acervo da Biblioteca Pública Epiphany Dória, Aracaju/SE.

MANKE, Lisiane Sias; REIS, Aaron Sena C. Narrativas históricas produzidas por estudantes secundaristas para o jornal estudantil *Correio do Colegial* (1949 - 1959). In: OLIVEIRA, João Paulo G.; MANKE, Lisiane S.; OLIVEIRA, Roselusia M.; RODRIGUES, Simone P. (Orgs.). **Escritas Estudantis na Imprensa Periódica da Educação (séculos XIX e XX)**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2024.

MARTINELLI, Laís Pacífico; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A produção periódica estudantil oitocentista. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 60, p. 1-29, abr./jun. 2021.

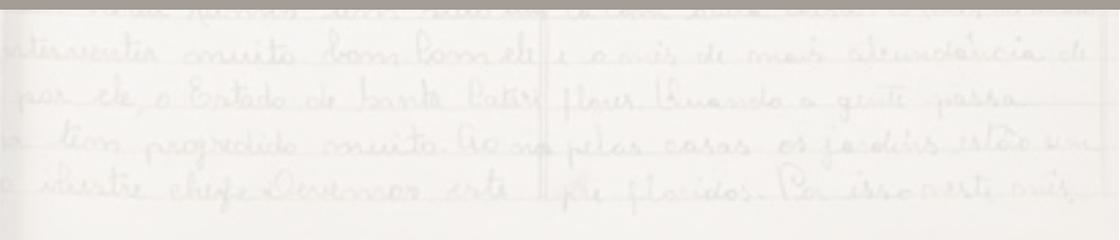
PIMENTEL, Carmen Regina C. **Instruir e educar**: práticas de formação no colégio Jackson de Figueiredo (1938-1980). Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Sergipe, Sergipe, 2010.

RÜSEN, Jörn. O que é cultura histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a história. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora, MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). **Jörn Rüsen**: contribuições para uma teoria didática da história. Curitiba: W.A. Editores Ltda., 2016, p. 53-82.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SANTOS, Suelen Maria Andrade. **Representações da Segunda Guerra Mundial em Aracaju a partir do jornal escolar Correio do Colegial (1939-1945)**. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 37 p., 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das letras, 2015.



O JORNAL ESCOLA NORMAL E A “CULTURA ESCOLAR” DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RUI BARBOSA DE ARACAJU/SE (1956)¹

SUELEN MARIA ANDRADE SANTOS
VITÓRIA LÍDIA SILVA DOS SANTOS

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo analisar o jornal Escola Normal, que se constituiu como um impresso escolar das normalistas do Instituto de Educação Rui Barbosa (IERB) localizado em Aracaju/Sergipe. Tomamos como fonte primordial o próprio

1 O presente estudo é resultado do Projeto “Jornais Estudantis em Sergipe: práticas discentes pela ótica dos secundaristas (1870-1959)” que conta com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Chamada CNPq/MCTI/FNDCT n.º 18/2021- UNIVERSAL Processo: 404241/2021-2.

jornal, mais especificamente das quatro edições publicadas no ano de 1956 e localizadas no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, contraposto com fotografias, pertencentes ao acervo privado de Geraldo Bezerra, filho do diretor da escola no momento de produção do periódico, como também pesquisas sobre a história da referida instituição educacional.

O estudo dos impressos escolares consiste em uma área da História da Educação que se debruça sobre os discentes e seu olhar acerca das práticas escolares e do seu entorno. Nesse sentido, trabalhos dentro dessa temática podem contribuir com o entendimento não só de aspectos do universo educacional, mas também de determinados contextos, histórico e social, por meio dos registros deixados pelos estudantes, suas perspectivas, anseios, insatisfações, eventos frequentados e mesmo como veiculavam, ou não, aquilo que lhe era proposto por docentes e gestores escolares.

Segundo Chartier (1988), com a Nova História Cultural, os historiadores passaram a se interessar por artefatos que, durante muito tempo, guardaram valor apenas como objetos memoriaísticos. Eles foram negligenciados por um modo de entender a História que privilegiava as grandes narrativas e heróis. Atualmente, objetos “estrangeiros” constituem os novos territórios do historiador por meio da anexação dos territórios dos outros. A História Cultural também permite entender, uma ideia descrita por Chartier que é “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1988, p. 16-17). Para ele, o objetivo da História Cultural é identificar como em diferentes contextos uma realidade é construída, pensada e interpretada.

Pensando com Escolano Benito sobre nova história cultural da educação na qual “[...] os atores da educação formal que, além de gerar uma cultura escolar – em boa parte endógena, dentro dos seus próprios cenários de atividade -, adaptam as mudanças suscitadas a partir do exterior das instituições (Benito, 2017, p. 39). Nesse sentido, interpretamos os jornais escritos por estudantes, com a interferência de sujeitos externos, como uma prática cultural que perpassou diferentes espaços e tempos, com adaptações próprias dos seus sujeitos e realidades em diálogo direto com o que está para além dos muros da escola. Os impressos que contém as escritas das alunas, mesmo que com supervisão e direcionamento do diretor da Escola, são também uma “representação” desse grupo de estudantes e futuras professoras, das suas vivências, experiências frutos do meio ao qual estavam inseridas.

No conceito de “representação” de Chartier, um grupo de indivíduos dão significado ao mundo social, entendido como prática cultural, sendo projeções das visões de mundo individuais que dão sentido ao presente tornando o outro inteligível, uma prática social frequentemente utilizada para analisar periódicos por permitir compreender as representações estudantis a partir de relações e práticas mantidas nas instituições de ensino.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (Chartier, 1988, p. 17).

Dentro dessa perspectiva, os passos seguidos para realização deste trabalho foram, inicialmente, a localização dos impressos no acervo digital do Projeto de Pesquisa do qual o texto resulta, sendo o original resguardado no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). A análise do impresso contou com a leitura dos trabalhos do Grupo HESCOLAR (UFS/CNPq), mais enfaticamente com os ensinamentos de Galvão e Moreira (2022) acerca dos preceitos metodológicos de análise de impressos e problematização dos discursos.

Bastos (2015), em amplo levantamento sobre os impressos estudantis, pondera que entre 1930 e 1960 a maioria dos jornais estudantis e de textos livres, como revistas e boletins, era produzida por estudantes de escolas públicas, e uma parte significativa provinha de escolas normais e institutos de educação, instituições de formação de professores. Tais números podem ser atribuídos ao predomínio do movimento da Escola Nova, sendo que os futuros professores eram incentivados a escrever em periódicos para que pudessem orientar seus alunos do ensino primário a fazerem o mesmo, além de serem estimuladas pelas direções das escolas, especialmente entre as décadas de 1920 e 1970.

Jinzenji (2021) analisa a transformação dos alunos em “pequenos jornalistas” e a apropriação das ideias de Célestin Freinet (1896-1906) na escrita de jornais escolares. Freinet (1974) propunha trabalhos coletivos, como a produção de jornais escolares para fins didáticos, abordagem que proporciona aos estudantes uma experiência prática de produção de conhecimento, permitindo-lhes explorar seus interesses e compartilhar suas descobertas com a comunidade escolar. Tal prática se difundiu ao redor do mundo, incluindo o Brasil.

No caso em foco, o jornal Escola Normal não se trata de um texto livre, mas de certa forma congregava estudantes em torno de temas e estimulava a escrita dessas discentes no espaço de uma escola para formar professoras. No Escola Normal é perceptível a presença de outros sujeitos da escola no delineamento das questões que eram expostas e veiculadas no ambiente escolar e, quiçá, fora dele.

Julia (2001, p.10) descreve a “cultura escolar” como um conjunto de normas e práticas “que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. O autor pensa a cultura escolar como objeto histórico a partir das normas e finalidades que regem a escola, do papel desempenhado pelo educador e pela análise dos conteúdos e práticas escolares. Dessa forma, o conceito auxilia no entendimento do jornal Escola Normal como constituinte da cultura escolar do IERB.

Em diálogo com Amaral (2002), entende-se a necessidade de compreender a cultura escolar tendo como fonte o jornal Escola Normal identificando-o como uma prática cultural, observando seus sujeitos e seus produtos, para além do impresso e de sua circulação. Para a pesquisadora:

Os “velhos objetos” de pesquisa, dentre eles as instituições educacionais, ganham nova roupagem, pois passam a ser vistos sob uma outra perspectiva de análise, mais interpretativa e menos descritiva e laudatória. Sem deixar de integrar as escolas no sistema educativo vigente e na comunidade à qual fazem parte, leva também em conta o fato de que os bens culturais são produzidos, pos-

tos a circular e apropriados pelos sujeitos envolvidos no processo (Amaral, 2002, p. 118).

De modo que a pesquisa também contribui para a compreensão da formação das normalistas e aspectos do universo educacional e social que essas mulheres viviam em meados do século XX. Trata-se de futuras professoras, suas práticas de formação e perspectivas vislumbradas por meio dos escritos veiculados em um jornal escolar. Nesse sentido, em um primeiro momento trataremos de aspectos históricos do Instituto de Educação Rui Barbosa, logo depois discutiremos sobre o jornal Escola Normal e a cultura escolar na instituição.

DA ESCOLA NORMAL DE SERGIPE AO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RUI BARBOSA

Segundo Alves (2006), o curso normal nasceu no Atheneu Sergipense em 1870, mas por necessitar de autonomia, ele foi reformado e desvinculado formalmente da instituição em 1874 como uma instituição de formação masculina, apesar de permanecerem tendo os mesmos professores. Apenas em 1877, no governo do Presidente João Pereira de Araújo Pinto, foi fundada a Escola Normal feminina por meio do Regulamento de 9 de janeiro de 1877, sediada no prédio do Asilo Nossa Senhora da Pureza (Santos, 2014 p. 16). Contudo, somente no início do século XX, no governo de José Rodrigues da Costa Dória (1908-1911), que a nova sede da Escola Normal foi construída, tendo como anexo o Grupo Escolar Modelo, onde as normalistas exercitavam seu ofício (Dantas, 2010, p. 34).

Em 1923, a Escola Normal feminina foi nomeada pelo então governador do Estado – Maurício Graccho Cardoso (1922-1926) como “Escola Normal Ruy Barbosa”, em homenagem ao idealizador da reforma do ensino (Costa; Oliveira; Bonifácio, 2022). Cursos Complementares também foram introduzidos na Escola Normal no período de 1916 até o final da década de 1930, com o intuito de não formar apenas para o magistério, mas também para que as normalistas aprendessem a ser “boa dona de casa”, com disciplinas de cuidados domésticos (Freitas, 2003). Já o Curso de Aperfeiçoamento para atualização de professores na Escola Normal, funcionou entre 1936 e 1940, durante o governo de Eronildes de Carvalho, 1935-1937 (eleito) e de 1937 a 1941 (interventor federal) (Costa; Oliveira; Bonifácio, 2022).

Com a implantação da Lei Orgânica do Ensino Normal n.º 8.560, de 2 de janeiro de 1946, as Escolas Normais brasileiras se tornaram curso ginásial de formação de professores primários, de especialização do ensino normal e de administração escolar, além de passarem a chamar-se Institutos de Educação. Assim, a Escola Normal “Ruy Barbosa” passou a ser denominado de “Instituto de Educação Ruy Barbosa” (Costa; Oliveira; Bonifácio, 2022).

A instituição permaneceu na área central da cidade até o ano de 1957 quando foi transferida para uma nova sede, na Rua de Laranjeiras, onde permanece até a contemporaneidade. Com a nova legislação educacional nacional de 2014, a modalidade de ensino Normal foi excluída do Instituto de Educação Rui Barbosa, que passou a oferecer cursos como o de Secretariado e Cuidador de idosos (Costa; Oliveira; Bonifácio, 2022). Mesmo depois de tantas mudanças, é possível constatar a importância histórica da Instituição de ensino.

A história do Curso Normal contribui para os estudos acerca da história da educação sergipana e entendimento da realidade educacional do Estado. Da mesma forma que nos ajuda a entender a educação em uma perspectiva nacional e transnacional na medida em que Sergipe não fica alheia a tais mudanças e projetos educacionais. Além disso, ajuda-nos a compreender e a visualizar o surgimento de novas tendências pedagógicas e preceitos educacionais que buscavam alterar, de algum modo, a educação brasileira, como foi o caso do incentivo à produção de jornais escolares.

A CULTURA ESCOLAR NO JORNAL ESCOLA NORMAL DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RUI BARBOSA (1956)

Segundo Andrade (2007), o jornal Escola Normal funcionava como uma espécie de material didático no qual as alunas poderiam desenvolver o intelecto. Seu nome é o mesmo dado à escola por várias décadas e demonstra traços da cultura escolar da instituição centenária. Apesar das suas poucas edições, tendo sido publicados os números I, II, III e IV, entre 9 de abril e 4 de outubro de 1956, a análise demonstra como o impresso propagou aspectos do cotidiano da escola, tratou de discentes e funcionários, com destaque para o então diretor José Bezerra dos Santos. A seguir pode-se observar a edição de abertura do Escola Normal saudando os leitores, homenageando o então governador do estado de Sergipe, Leandro Maciel, além de dar boas-vindas ao novo diretor.

Figura 1 - Capa do Jornal Escola Normal (1956)



Fonte: Jornal Escola Normal n.º I, Aracaju, 9 de abril de 1956. Acervo do projeto "Jornais estudantis em Sergipe: práticas discentes pela ótica dos discentes do secundário (1870-1959)". Original do IHGSE.

No cabeçalho do Jornal não são apresentadas informações como: nome de redator, editor, valor do mesmo, ou ainda ano e número do periódico, elementos que poderiam auxiliar na compreensão das características e finalidades do impresso. Contudo, é possível observar a presença de várias homenagens ao diretor, cuja foto consta logo na abertura do impresso, e referên-

cias a heróis como a marca do nacionalismo. A saudação inicial é feita a todos os possíveis leitores do jornal e já demonstra seus interesses.

Outro ponto pertinente que deve ser observado é o seu público-alvo ou “leitor visado”. Neste sentido, segundo Galvão e Melo (2019, p. 225) “Trata-se do leitor previsto pelo autor e/ou editor no momento da produção do objeto de leitura”. Diante destas questões as autoras ainda apresentam como o pesquisador pode compreender quem eram os leitores visados/público-alvo do impresso a partir de dois pontos: o primeiro e o mais utilizado é a análise dos textos e o segundo, menos utilizado no campo da História da Educação, é a problematização dos discursos utilizados pelo autor, redator e demais membros. Ao analisar o jornal Escola Normal foi possível observar que a maioria dos textos estavam destinados as “normalistas”, ou seja, para as alunas e suas famílias, indicando sua circulação dentro da comunidade escolar, englobando direção, docentes, discentes e seus familiares. A estrutura gráfica do impresso era feita em colunas com destaque para o diretor.

Na saudação de abertura as normalistas descrevem com orgulho o prédio do IERB, sua grandiosidade e os ambientes onde realizavam suas atividades. As práticas rememoradas fazem parte da cultura escolar que para Julia (2001) é um conjunto de práticas e normas que possibilitam a transmissão de conhecimento. A abertura do jornal proporciona uma reflexão acerca delas: “Vossas professôras, quase tôdas elas por aqui passaram. Aqui também cantaram, aqui também saltaram, mal soava a hora do recreio e aqui também estudaram.” (Jornal Escola Normal, n.º I, ano, p.1).

Em relação a parte de organização, é possível observar sua estrutura com a divisão feita em colunas nas suas quatro páginas. Importante salientar que o impresso foi praticamente encerrado com despedida do diretor José Bezerra do cargo para exercer a função jurídica na cidade de Itabaiana/SE, notícia que veio acompanhada de despedidas e homenagens. A imagem a seguir mostra o dia da despedida do diretor da instituição ao lado das estudantes.

Figura 2 - Em destaque o diretor José Bezerra dos Santos em sua despedida no Pátio da IERB(1956)



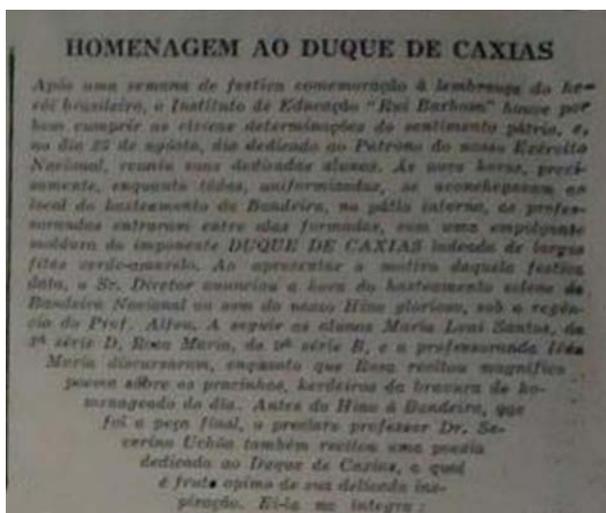
Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Geraldo Bezerra, filho do diretor José Bezerra dos Santos.

Nota-se que o diretor é a única presença masculina em meio a dezenas de normalistas fardadas no pátio do prédio do IERB no centro de Aracaju/SE. Algumas ocupam a escadaria e outras procuram um espaço para serem capturadas pela câme-

ra fotográfica. Embora fosse um momento de despedida, muitas sorriam timidamente e algumas até faziam pose descontraída.

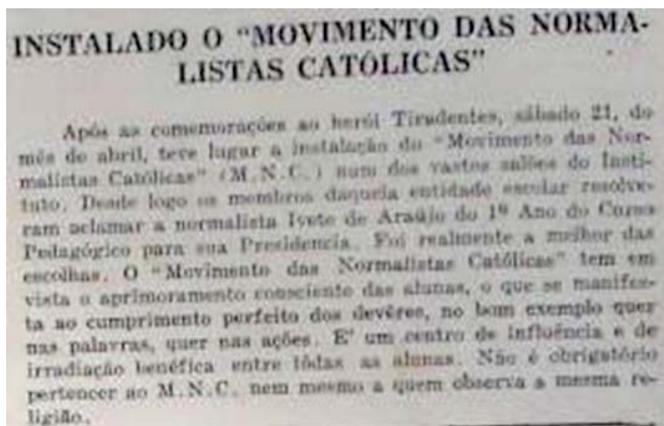
Um importante marco no estudo da História nesse período é a exaltação idealista dos heróis nacionais (Fraga, 2012), presente no jornal por meio de homenagens em eventos escolares justapostos a cerimônias de hasteamento da bandeira e canto do hino nacional, reforçando a presença dos valores cívicos da ordem e do progresso. Duas presenças que chamam atenção no impresso escolar são as de Duque de Caxias e Tiradentes, como dispostos nas imagens a seguir:

Figura 3 - Homenagem ao Duque de Caxias em formato de flâmula no Escola Normal (1956)



Fonte: Jornal Escola Normal n.º III, Aracaju, 1956. Acervo do projeto "Jornais estudantis em Sergipe: práticas discentes pela ótica dos discentes do secundário (1870-1959)". Original do IHGSE.

Figura 4 - Heroicização de Tiradentes (1956)



Fonte: Jornal Escola Normal n.º III, Aracaju, 1956. Acervo do projeto “Jornais estudantis em Sergipe: práticas discentes pela ótica dos discentes do secundário (1870-1959)”. Original do IHGSE.

A mudança do papel dos chamados “heróis” como Duque de Caxias (Jornal Escola Normal, n.º III, ano, p. 3)² e Tiradentes (Jornal Escola Normal, n.º II, ano, p. 4) faz refletir não só sobre as mudanças historiográficas e a História Cultural, mas também como a sociedade interpreta seus feitos, colocando as revoltas populares num lugar subalterno. Num cenário pós-guerra e após o regime autoritário de Vargas, esses heróis ainda carregavam uma função de sociabilidade e civilização latente, também demonstradas nas cerimônias cívicas e no apreço pelos símbolos nacionais que podem ser localizados nos escritos das normalistas. Vejamos fotografias desses momentos:

2 A maioria dos números do jornal Escola Normal, localizados não possuem o ano do jornal, neste sentido, justificasse a falta desta informação ao longo do texto.

Figura 5 - Hasteamento da Bandeira no IERB (1956)



Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Geraldo Bezerra, filho do diretor José Bezerra dos Santos.

Figura 6 - Desfile de 7 de setembro das estudantes do IERB (1956)



Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Geraldo Bezerra, filho do diretor José Bezerra dos Santos.

Os desfiles cívicos e as cerimônias de hasteamento da bandeira são símbolos do patriotismo naquele período, também registrados no Jornal com notas ou em poemas referentes às datas comemorativas. A fotografia indica quais valores aquela sociedade buscava perpetuar, o que era importante transmitir para as próximas gerações e sobreviver no imaginário de uma nova geração. Em diálogo com Galvão e Moreira (2022), é necessário conhecer o contexto sócio-histórico no qual os jornais estão inseridos, visto que é possível observar vieses políticos presentes no impresso como na imagem acima, inseridos num processo de mudança social que deve ser analisado pelo pesquisador para que assim seja possível compreender o imaginário da época, as intenções, medos e anseios daqueles que escreviam em consonância com ideias com os quais tinham contato.

Para que se perceba o papel do estudo dos jornais estudantis, é crucial para a conservação do estudo da memória escolar, necessário pensar sua importância, viabilização, presenças e ausências de memórias do respectivo período. No caso do jornal Escola Normal, de que forma essas memórias foram construídas pelos membros daquela instituição e de que forma elas podem ser interpretadas.

O Jornal noticiava marcos da cidade, como a inauguração do parque Teófilo Dantas, localizado na atual praça Olímpio Campos, e o Cine Vitória onde os alunos frequentavam inclusive para atividades educativas. Além disso, registra-se a presença dos valores cristãos ao ter dentre os três grupos de representação estudantil um grupo chamado “Movimento das Normalistas Católicas (MNC)”, mais afastado de assuntos escolares, com simbologias e discursos referentes ao cristianismo e

exaltação do Papa, um contraponto aos grupos intitulados “Clube Literário das Normalistas (CLN)”, que defendiam a ciência e o progresso e “Clube Esportivo das Normalistas (CEN)” centrado na importância desportiva. Esses grupos tinham eleições e resultados divulgados no jornal, como pode-se ver no *Jornal Escola Normal*, n.º II, ano, p. 2. Os Clubes se faziam presentes com a veiculação das suas bandeiras, sendo explicitado que “nossa bandeira é bem símbolo de nossa convicção religiosa, e por ela pautamos nossa vida de ideal como normalistas” (*Jornal Escola Normal*, n.º III, ano, p. 1), e estavam presentes em discursos de professores, alunos e até mesmo do diretor ao longo do jornal “remexendo a vossa consciência religiosa, vos dei o M.N.C”, “nas diversões dei-vos o C.E.N”, como nas letras o C.L.N” (*Jornal Escola Normal*, n.º IV, ano, p. 1).

Outro ponto pertinente é o papel da memória enquanto construtora da História, visto que é na memória onde o ser humano conserva as informações que podem ser atualizadas ou reinterpretadas a partir de suas funções psíquicas (Le Goff, 1990). O jornal em si é repleto de saudosismos, materializados inclusive numa coluna própria e recorrente chamada “Menina, pergunte a mamãe”, onde a moral cristã e a subserviência da mulher são reforçadas. No impresso as normalistas também publicavam poemas, expunham a participação de orquestras em devoção à pátria ou para homenagear algum professor e reificavam a ideia de que “a maior missão que a sociedade pode confiar à mulher, a missão mais delicada e mais nobre, mais dignificante e mais útil, é a do magistério primário” (*Jornal Escola Normal*, n.º I, ano, p. 3).

Vale ressaltar que os professores também escreviam e eram citados no jornal, tanto por fazer poemas e outros textos,

como por receber homenagens nos intervalos de descanso para esporte, música e preocupação com a “higiene mental” das discentes, atualmente com outros contornos e questões. Eram eles, o Maestro Genaro Plech, homenageado participando de eventos representando a escola, já que instruía as normalistas no coral, e escrevendo sobre música (Jornal Escola Normal, n.º I, ano, p. 4) enquanto o alagoano também era pianista concertista, conferencista e crítico de música (Santos, 2014). Outros docentes nomeiam as chapas concorrentes da liderança dos clubes das normalistas, como Nunes Mendonça³, Eny Caldeira⁴ e Severino Uchôa (Jornal Escola Normal, n.º II, ano, p. 2) além da menção a professores recém-contratados como Olga Coelho Fontes e Alfeu Meneses (Jornal Escola Normal, n.º II, ano, p. 2), também responsável pela cadeira de Música e Canto Orfeônico do Departamento de Educação do Estado (Santos, 2014), homenagens a Glorita Portugal (Jornal Escola Normal, n.º III, ano, p. 4) etc.

Dessa forma, Cunha e Silva (2020) se debruçam sobre jornais escolares produzidos por estudantes do primário de duas escolas situadas na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina/Brasil. As autoras buscaram identificar e analisar as relações de proximidades e distanciamentos ideológicos, contextuais e geográficos. Silva (2013) também problematiza e correlaciona as práticas escolares a partir do jornal *A criança brasileira* com o projeto político de nacionalização de Santa Catarina. Enquanto Cunha (2013) procura destacar, pelas lentes da

3 Para saber mais consulte o livro “Nunes Mendonça: um escolanovista sergipano” (Souza, 2003).

4 Para saber mais consulte o livro “Intelectuais, instituições e reformas da educação no Brasil República” (Silva, 2022).

História da Educação e da Cultura Escrita, a importância desse material manuscrito, analisando-o como um dos integrantes da cultura material escolar e, como tal, um documento que permite apreender indícios de saberes e práticas escolares vigentes no período. Desse modo, a análise do impresso escolar evidencia tanto aspectos do funcionamento interno da própria instituição escolar quanto os propósitos civilizatórios divulgados no escrito.

De maneira semelhante é possível analisar o jornal Escola Normal, suas ideologias, questões sociais, problemas institucionais, bem como a intencionalidade dos seus escritos, visto que é possível reconhecer os valores civilizatórios e patrióticos que emanavam no período e eram materializados no impresso escolar. Além de ser reconhecido como uma importante prática escolar pertencente à cultura escolar daquele período histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foi possível analisar e discutir elementos da cultura escolar do Instituto de Educação Rui Barbosa a partir do jornal Escola Normal, produzido no ano de 1956. O Jornal demonstrou ser uma importante ferramenta para analisar o período histórico, os anseios e idealismos dos estudantes do curso normal a partir do conceito de “representação” do Roger Chartier (1988). Ademais, foi possível observar de que modo o impresso se tornou um meio educativo de uso frequente na formação das normalistas, proporcionando o desenvolvimento da escrita.

Suas práticas escolares puderam ser analisadas conforme seus escritos referentes a passeios, apresentações do coral, par-

ticipação em eventos e escrita de poemas. As noções de civilidade e normas de boa conduta prevaleciam no jornal Escola Normal, levando em consideração o papel das mulheres naquela sociedade e o modo que deveriam se portar. Notou-se também como os heróis nacionais brasileiros criados pelo movimento republicano, como Tiradentes e Duque de Caxias, recebiam homenagens recorrentes no Jornal.

Cabe destacar a influência do diretor José Bezerra dos Santos na construção e execução do jornal, levando em conta que a vida do impresso nasceu com sua posse e morreu com sua despedida do cargo ainda em 1956, quando o impresso veiculou várias homenagens ao diretor.

Portanto, com base no diálogo com Galvão e Melo (2022), concluímos que a análise da imprensa estudantil é crucial para o estudo da memória escolar. Sendo assim, é necessário pensar sua importância, viabilização, silenciamentos e ênfases no mesmo período. No caso do jornal Escola Normal, de que forma essas memórias foram construídas e como elas podem ser interpretadas. Finalizamos por reiterar a importância da preservação dos acervos escolares para que essas memórias não se percam e possam auxiliar no entendimento do nosso passado tão crucial para investigar questões que assolam a educação brasileira até a contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. Curso de humanidades e normal: uma confluência profícuca? In: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2006, Goiânia. IV Congresso Brasileiro de História da Educação: A educação e seus sujeitos na história. Goiânia: Editora da UCG, 2006. p.1-10.

AMARAL, Giana Lange. Os impressos estudantis em investigações da cultura escolar nas pesquisas histórico-institucionais. **História da Educação**. ASPHE/Fae/UFPel, Pelotas (11):117-130. 2002.

ANDRADE, Luana Rocha. **Imprensa Estudantil Feminina em Sergipe**. Monografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE. 2007.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Impressos e cultura escolar. Percursos da pesquisa sobre a imprensa estudantil no Brasil. In: HERNÁNDEZ DÍAZ, José Maria (coord.). **La prensa de los escolares y estudiantes. Su contribución al patrimonio histórico educativo**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2015, p. 21-43.

BENITO, Augustin Escolano. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.

COSTA, Rosemeire Marcedo, OLIVEIRA, João Paulo Gama, BONIFÁCIO, Nadja Santos. O Instituto de Educação Rui Barbosa e seu acervo: primeiras aproximações de um lugar de memória da formação docente em Sergipe. In: **Anais Eletrônicos do XI Congresso Brasileiro de História da Educação - SBHE**, São Paulo, v.11., 2022.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Das mãos para as mentes. Protocolos de civildade em um jornal escolar/SC (1945-1952). In: **Educar em Revista**. Curitiba-Brasil. n. 49. p. 139-159, jul./set. 2013. Editora UFPR.

CUNHA, Maria Teresa Santos; SILVA, Cristiani Bereta da. Jornais escolares: arautos de ensinamentos patrióticos e pacifistas (Santa Catarina/Brasil/1940-1960). Sarmiento. **Revista Galego-Portuguesa de História da Educação**, 24, 127-159. <https://doi.org/10.17979/srgphe.2020.24.0.7131>.

DANTAS, Maria José; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Objetos e projetos pedagógicos na formação docente em Sergipe nas primeiras décadas do século XX. **Revista Educação e Linguagem**. v.13. n.22. São Paulo. 2010. p. 238-258.

ESCOLA NORMAL (1956). n.º I, Aracaju, 9 de abril ESCOLA NORMAL (1956). n.º II, Aracaju.

ESCOLA NORMAL (1956). n.º III, Aracaju.

ESCOLA NORMAL (1956). n.º IV, Aracaju.

FRAGA, André Barbosa. **Os heróis da pátria**: política cultural e história do Brasil no governo Vargas. Niterói. 2012.

FREINET, Célestin. **Técnicas de Educação**. O jornal escolar. São Paulo: Estampa. 1974.

FREITAS, A. G. B. **Educação, trabalho e ação política**: sergipanas no início do século XX. 2003. 310 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000297137>>. Acesso em: 16 set. 2024.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MOREIRA, Kênia Hilda. Impresos estudantis secundaristas como fonte para a História da Educação: potencialidades e desafios no processo de produção de um repertório sobre o Sul de Mato Grosso (Brasil). Universidade Federal de Minas Gerais. **Cadernos de História da Educação**, v.21, p.1-23, e081, 2022.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MELO, Juliana Ferreira de. Análise de impressos e seus leitores: uma proposta teórica e metodológica para pesquisas em história da educação. P.224-256. In: **Historiografia da educação**: abordagens teóricas e metodológicas / organizadores Cynthia Greive Veiga, Marcus Aurelio Taborda de Oliveira. - 1. ed. - Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2019.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução: Gizele de Sousa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n.1, p. 9-43, 2001.

JINZENJI, Mônica Yumi; BORONI, Junia; ANDRÉ, Mariana Gonçalves. **A pedagogia de Célestin e Élise Freinet transpondo fronteiras (Itália, 1974-1980)**. RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo, Campinas, SP, v. 8, n. 00, p. e022011, 2022. DOI: 10.20888/ridpher.v8i00.16719. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/16719>. Acesso em: 16 set. 2024.

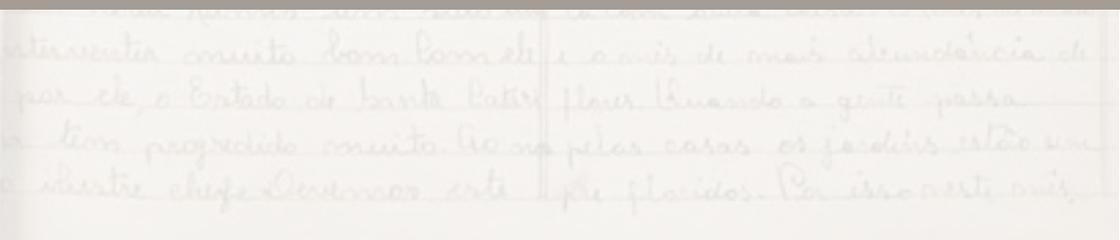
LE GOFF. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão, et al. Campinas. Editora da Unicamp. 1990.

SANTOS, Elias Souza dos. Genaro Plech e Alfeu Meneses: Docentes da Disciplina Canto Orfeônico da Escola Normal de Aracaju. **Anais do Educon**, Aracaju, V. 08, n. 01, p.7-12, set/2014.

SILVA, Cristiani Bereta da Silva. Cultura escolar e cultura política: Projeto de nacionalização e o jornal escolar A criança brasileira (Santa Catarina, 1942-1945). Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil. Porto Alegre. **Revista Hist. Educ. (online)**, v.17, n.40. maio-agosto.2013. p.175-195.

SILVA, João Paulo de Sousa da. **Intelectuais, instituições e reformas da educação no Brasil República**. Editora Paco e Littera. Curitiba. 2022.

SOUZA, Josefa Eliana. **Nunes Mendonça**: um escolanovista sergipano. Editora Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2003.



A REPRESENTAÇÃO HISTÓRICO-FEMININA NO JORNAL CORREIO DO COLEGIAL (1938 – 1960)¹

DÁLETH MONTE DOMINGOS
AARON SENA CERQUEIRA REIS

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, investigamos o jornal estudantil *Correio do Colegial* com o objetivo de analisar as narrativas históricas produzidas por estudantes do Colégio Jackson de Figueiredo, instituição de ensino localizada na cidade de Aracaju, em Sergipe. De modo mais específico, buscamos compreender a representação de personagens históricas femininas nos artigos produzidos por secundaristas.

1 O presente trabalho integra o projeto *Os jornais estudantis em Sergipe (1874-1959): práticas educativas pela ótica dos discentes do secundário*, desenvolvido com subsídios do CNPq (Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021 – UNIVERSAL).

Os estudos acerca da imprensa estudantil, “que tomam, ora como fonte, ora como objeto, impressos de natureza diversa”, têm subsidiado o crescente número de pesquisas no âmbito da História da Educação (Galvão; Melo, 2019, p. 223). Especializada em produções como periódicos (jornais e revistas), livros, livretos e almanaques, esta imprensa compõe “um corpus documental que permite apreender métodos e concepções pedagógicas de um determinado período histórico” (Men; Neves, 2006, p. 2). Particularmente, os jornais produzidos no ambiente acadêmico e/ou escolar contribuem para entrevermos o desenvolvimento do olhar crítico dos nossos estudantes em determinado “lugar social”, tal como nos alerta Certeau (1982).

Em Sergipe, há um conjunto de mais de meia centena de periódicos escritos e protagonizados por estudantes da educação básica entre os séculos XIX e XX. Parte deste material está salvaguardado em instituições como a Biblioteca Pública Epiphany Dória e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, ambos localizados na cidade de Aracaju. De acordo com Gilfrancisco Santos:

Os jornais denominados fonte primária de pesquisa, pelo seu conteúdo e período estudado, trazem várias possibilidades de abordagens. A proposta do estudo sobre o jornalismo estudantil em Sergipe é ir além do aspecto descritivo de cada uma dessas publicações, buscando na interpretação de seus conteúdos, relações mais amplas (Santos, 2017, s/p).

Ao vislumbrar as produções acadêmicas que tiveram como fonte primária a imprensa estudantil sergipana, Oliveira, San-

tos e Santos (2022, 2024) identificaram artigos, monografias, dissertações e teses que revelaram a importância da imprensa escrita para a formação de opinião e inserção da juventude na arte da escrita. Ao analisar o *Correio do Colegial*, ressaltamos o valor da imprensa estudantil sergipana, ao tempo em que enfatizamos a construção das representações sobre as personagens históricas femininas.

Estudar as representações femininas significa entender que as representações das mulheres são, antes de tudo, uma construção social e histórica que envolve séculos de relações de poder, invisibilização e silenciamento. Conforme Priscila Cabral de Sousa:

é possível afirmar que as mulheres foram duplamente relegadas ao esquecimento (...) [porque] na dinâmica social, à mulher foi imposta uma condição de submissão ao homem, e tal situação tornou-se presente na historiografia, negando às mulheres a menção de sua contribuição social na trama histórica (Sousa, 2019, p. 8).

O *Correio do Colegial*, periódico estudantil sergipano, foi objeto de alguns estudos: Pimentel (2014), analisou as práticas educativas do colégio Jackson de Figueiredo; Santos (2023) buscou compreender a influência da 2ª Guerra Mundial nas páginas deste jornal; Alflen (2023) tratou das representações históricas sobre Tiradentes; Manke e Reis (2024) discutiram sobre as narrativas históricas acerca da Independência e da Proclamação da República. Seguindo o caminho trilhado nestas pesquisas, adotamos como recorte o período de 1938, início da sua publicação, e o ano de 1960, quando ocorre uma diminuição nos escritos com conteúdo histórico.

Neste recorte foram localizados 188 textos nos quais suas autoras e autores traziam alguma referência histórica, como acontecimentos, personagens e datas comemorativas (Alflen, 2023). Desses, apenas 10% dos artigos citaram, ainda que superficialmente, figuras históricas femininas. Uma porcentagem pequena considerando o número de artigos, mas significativa se considerarmos a conjuntura histórica que relegava a mulher a um papel secundário na sociedade.

METODOLOGIA

De acordo com a professora Renée Barata Zicman (2012), quando falamos da relação entre História e Imprensa no Brasil, há dois principais campos a serem observados: a História da Imprensa e a História através da Imprensa. Nesse estudo, enfatizamos o segundo campo.

Nas palavras de Zicman (2012), pode-se destacar a importância da Imprensa como fonte para a História por três vantagens: 1) são um arquivo de memória cotidiano, garantindo a cronologia e periodicidade dos fatos históricos; 2) trazem uma disposição espacial da informação; e 3) são os primeiros veículos a sofrerem censura. Esses três pontos tornam a história muito mais social. A narrativa se torna muito mais aberta ao escritor e o ponto de vista de um grande fato histórico pode ser analisado sob diversos pontos através da Imprensa.

Para Galvão e Melo (2019), uma pesquisa em história pode ser feita com todo e qualquer vestígio, indício ou traço deixado pelos homens no tempo. Neste sentido, vale mencionar que a ligação entre História e Imprensa abre à educação a oportu-

nidade de ensinar sem se limitar a lecionar apenas o conteúdo programado e estático descrito nos livros didáticos. Como observado por Gilfrancisco Santos (2017, online), não adianta querer “negar a importância dos ‘jornaizinhos’ estudantis” pois esses jornais mostram a capacidade dos alunos de, desde cedo, “divulgar e defender ideias através da palavra escrita”.

O jornal *Correio do Colegial* foi criado no ano de 1938 sob a mediação e iniciativa dos professores e direção do colégio Jackson de Figueiredo e, embora atualmente se trate de uma instituição de ensino pública, inicialmente teve uma origem particular e não confessional, sendo referência em educação em Aracaju, e tendo como público-alvo os filhos da elite local, além de estudantes internos vindos de outras cidades (Pimentel, 2014; Alflen, 2023; Manke; Reis, 2024). Somente em 1949 passa a oferecer o curso secundário e é apenas em 1980 que o colégio é assumido pelo Estado e se torna uma instituição pública.

Surgindo com o intuito “de fazer com que os alunos aperfeiçoassem sua escrita e ao mesmo tempo informassem as notícias da escola e do Estado” (Pimentel, 2014, p. 103) o *Correio do Colegial* corresponde, possivelmente, ao movimento de renovação pedagógica desencadeado no século XX. Sob a liderança de Célestin Freinet, o movimento denominado Escola Moderna criticava o ensino tradicional pautado na produção de alunos desinteressados, alienados e reprodutivistas. Freinet, ao contrário, abraçava a ideia de que, com a experiência de produzir seus próprios jornais, com escritos próprios, o estudante desenvolveria o “gosto pelo trabalho”, um certo senso de autonomia e habilidades de pesquisa (Freinet, 1974, p. 54 e 62).

O jornal produzido, seja pelo estudante, seja pela escola, não equivale ao jornal convencional a que a maior parte das pessoas está familiarizada, ele possui algumas especificidades. Neste sentido, poderíamos classificar o Correio do Colegial como um “jornal estudantil”, visto que foi escrito pelos estudantes (Jinzenji, 2021; Freinet, 1974), ao mesmo tempo em que compõe a denominada “imprensa escolar”, uma vez que “redigida por estudantes dentro da escola, como uma atividade escolar (...) sob a mediação, o direcionamento e cerceamento do adulto no processo” (Martinelli; Machado, 2021, p. 6).

No contexto em que foi produzido, o Correio do Colegial (1938-1973) apresentava uma abordagem nacionalista, sendo orientado por princípios civilizatórios que visavam a “formação de um cidadão adaptado à ordem social e política vigente” (Fonseca, 2003, p. 55). Existindo entre o período do Estado Novo (quando a censura à imprensa e a propaganda era garantida por lei²) e perseverando até o período da Ditadura Civil-Militar (após a instauração do AI-5³), é compreensível a interferência por parte da Instituição na escolha de temas. Situações como estas se faziam presentes em outros jornais estudantis da época, como fica retratado no livro *Agremiações culturais de jovens intelectuais na imprensa estudantil* de Gilfrancisco dos Santos (2019).

Considerando as múltiplas possibilidades de análise de um jornal estudantil, analisamos no Correio do Colegial a maneira como as figuras históricas femininas foram retratadas nas nar-

2 Garantida pela Lei n.º 1.915/1939 e coordenada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda.

3 Ato Institucional n.º 5 foi um dos 17 decretos emitidos durante ditadura militar de 1964 no Brasil, e dentre outras coisas, impunha censura à imprensa e de outros meios de comunicação

rativas dos estudantes do Colégio Jackson de Figueiredo. Vale ressaltar que, a maior parte das narrativas destacavam o papel historicamente atribuído às mulheres: o de mãe. Mesmo possuindo uma seção específica, a coluna “feminina” reunia textos que, uma vez mais, limitavam a função social das mulheres, ao trazerem receitas culinárias. Em outras palavras, as mulheres eram vistas como “mães” que deveriam “alimentar” sua família.

Buscando transpor esta imagem, investigamos os artigos que apresentavam outros tipos de narrativas, seja em forma de comemoração às datas cívicas, à rememoração de acontecimentos históricos ou ainda em homenagem a personalidades históricas. Neste percurso, foi possível coletar 18 textos que citavam mulheres como protagonistas ou figuras secundárias, a exemplo de Ana Neri, a princesa Isabel, as imperatrizes Leopoldina e Teresa Cristina e a rainha D. Maria I. Portanto, este estudo se justifica pela tentativa de conferir visibilidade às representações femininas, ainda que as mulheres não ocupassem posições de destaque nos relatos historiográficos e, conseqüentemente, nas narrativas históricas produzidas pelos estudantes.

Conforme Michelle Perrot (1995, p. 13), a historiografia fazia pouca questão de trazer as mulheres em suas narrativas ou, quando o faziam, apareciam em um dos extremos, “por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas”. Por este motivo, aventamos a hipótese de que as narrativas produzidas pelos estudantes do Jackson de Figueiredo apresentam representações polarizadas, sendo marcadas, por um lado, pela objetificação da mulher e, por outro, sua santificação como seres “belos, virtuosos ou heroicos”.

RESULTADOS

Há muito tempo na história se observa que o ser humano tem um grande apreço por contar histórias e, desde pequenas, as crianças são acostumadas aos contos de fadas, repletos de princesas e heroínas. De modo leigo, analisar diretamente os artigos escritos pelos estudantes redatores do jornal *Correio do Colegial* é muito próximo de analisar a criação de um personagem fictício, um conto de fadas, um romance ou uma crônica histórica.

Isto, é bom frisar, não apaga a importância da narração, mas dá um enfoque a forma que os escritores parecem enxergar as figuras femininas sobre as quais discorrem. Para Jurandir Mallerba (2016), inclusive, a narrativa histórica se constitui como um modo de explicação do passado, ou mesmo um conjunto de considerações literárias e ficcionais acerca desse passado.

É possível subdividir a presença feminina em três arquétipos que facilmente poderiam ser encontrados em personagens femininas de um romance: a protagonista, a guerreira ou salvadora e, finalmente, o “adorno ao lado do trono”. É desta forma que, neste estudo, percebemos a representação histórico-feminina encontrada nos dezoito textos coletados no *Correio do Colegial*.

Como narrativas históricas, os artigos produzidos pelos alunos do Jackson de Figueiredo constituíam-se a partir de um processo de construção mental capaz de revelar a própria consciência histórica desses discentes (Manke; Reis, 2024). Tais construções eram formuladas nas aulas de História e nos materiais didáticos a que essa juventude tinha acesso.

Sabendo que o livro didático é um dos principais construtores de identidade (Gasparello, 2004), acreditamos que esta ferramenta tenha contribuído com a construção da consciência histórica dos estudantes do Jackson de Figueiredo. Mesmo sem ter acesso aos livros didáticos ou aos programas de ensino do referido colégio, inferimos, pela escrita dos estudantes, uma aproximação com os temas que circulavam em programas e livros didáticos de história da época trabalhada (1938- 1960), sobretudo pela ausência de relatos histórico-femininos.

Ademais, considerando a mediação dos professores e a visão patriótica presente nos artigos, supomos que o colégio Jackson de Figueiredo trazia uma abordagem bastante nacionalista à sala de aula, majoritariamente masculina, com pouca presença de mulheres na história. Isso se refletia no jornal *Correio do Colegial*, ainda que algumas personagens tenham conseguido se sobressair como protagonistas. É o que vemos no quadro a seguir:

Quadro 1 - “Protagonistas femininas” (artigos diretos)

	Edição	Data	Título do artigo	Autor	Menção
1	N.º 3 - Ano 1	Outubro de 1938	A Mulher Brasileira	Luiz Corrêa Lima (4.º ano)	6 mulheres
2	N.º 10 - Ano 2	Setembro de 1939	A Escravatura	Weliton Monteiro (4.º ano)	Princesa Isabel
3	N.º 40 - Ano 6	Março de 1943	Mulheres de Pernambuco	Chiquinha Rodrigues	Clara Camarão
4	N.º 41 - Ano 6	Abril de 1943	A Mãe dos Brasileiros	sem identificação	Ana Neri

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao observar o Quadro 1, destacamos que poucos eram os textos escritos cujo foco fosse uma personagem feminina. Dos quatro artigos, apenas “A Mãe dos Brasileiros” (que discorre sobre a participação de Ana Neri⁴ na Guerra do Paraguai) e “A Escravatura” (que dá enfoque a Princesa Isabel⁵ e sua participação na libertação da escravidão, cabe mencionar, de forma “endeusada”) são artigos que focam em uma única figura feminina.

Em “A Mulher Brasileira” o artigo tem um foco mais geral, mencionando várias figuras femininas importantes da história do Brasil, a exemplo a supracitada Ana Neri e Anita Garibaldi⁶, dentre outras. Já em “Mulheres de Pernambuco”, o artigo é uma homenagem, não dando muito enfoque a uma figura individual, apenas mencionando Clara Camarão⁷.

4 Enfermeira brasileira que prestou serviços voluntários nos hospitais militares de Assunção, Corrientes, Salto, Aquidabã, Curupaiti e Humaitá, durante a Guerra do Paraguai (Grisard; Vieira, 2008, p. 147)

5 Princesa brasileira, cognominada “a Redentora”, filha do imperador Dom Pedro II e da imperatriz Tereza Cristina. Responsável por assinar a Lei Áurea, que acabou com a escravidão no Brasil.

6 Uma das líderes da Revolução Farroupilha, no Brasil, e que lutou na Batalha de Gianicolo, na Itália.

7 Responsável por comandar um exército de mulheres que teve atuação decisiva na batalha de Porto Calvo, em 1637, contra o domínio holandês.

As personagens mencionadas no quadro 1 são consideradas protagonistas, pois o foco das narrativas são as mulheres enquanto indivíduos. Seus feitos e atos, ainda que idealizados ou romantizados, trazem a figura humana muitas vezes escondida atrás da contraparte masculina. Tal representação fica bem elucidada no artigo do estudante do 4º ano, Weliton Monteiro:

D. Isabel achava que a escravatura era uma mancha negra para o Brasil. Ela não podendo libertar os escravos porque o pai não queria, aproveitou a ocasião em que o rei estava na Europa e lançou a primeira Lei que foi a Sexagenária: aquele que tivesse sessenta anos em diante, não era mais sujeito ao cativo (...). Então, a princesa D. Isabel, num rasgo totalmente humanitário, lançou a Lei Aurea: aboliu o cativo! (Monteiro, 1939, p. 1).

Passando para a segunda categoria, entrevemos a personagem “guerreira ou salvadora”, aquela cujo foco é unicamente o grande feito pelo qual ela é lembrada. Embora tenha sua própria história, a figura em questão aparece como, explicando de forma lúdica, “a fada madrinha da Cinderela”, não passando de um ser benevolente ou corajoso que merece menção por um determinado feito. O quadro a seguir apresenta os artigos alocados nesta categoria.

Quadro 2 - “Guerreiras e salvadoras” (menção secundária)

	Edição	Data	Título do artigo	Autor	Menção
5	N.º 4 - Ano 1	Novembro de 1938	Os Escravos	Ezequildes Nunes (2º ano)	Princesa Isabel
6	N.º 41 - Ano 6	Abril de 1943	Tiradentes	Reinaldo Menezes (2º ano B)	D. Maria I
7	N.º 41 - Ano 6	Abril de 1943	Independência do Brasil	Cristiano de Melo Barreto (4º ano)	Imperatriz Leopoldina
8	N.º 42 - Ano 6	Maio de 1943	13 de maio	Raimundo Oliveira (ex-aluno)	Princesa Isabel
9	N.º 44 - Ano 6	Julho de 1943	12 de outubro de 1492, Descobrimto da América	Raimundo Almeida Santos (4º ano B)	Isabel de Castela
10	N.º 57 - Ano 8	Agosto de 1945	13 de 1888 de maio	Willigton Alves Corrêa (4º ano B)	Princesa Isabel
11	N.º 66 - Ano 10 (possivelmente)	Agosto de 1948 (possivelmente)	A Pátria (incompleto, não há acesso ao início)	Virginia Augusta R. Ribeiro (4º ano B)	Imperatriz Leopoldina
12	N.º 73 - Ano 12	Novembro de 1950	Guerra d a Independência	Pedro Antônio de A. Pinto (2ª série ginásial)	Joana Angélica & Maria Quitéria
13	N.º 75 - Ano 13	Agosto de 1951	Inconfidência Mineira	João Augusto Lima Barretto (3ª série do colegial)	D. Maria I
14	N.º 80 - Ano 15	Junho de 1953	Abolição da Escravatura	Antônio Raimundo Regis (4ª série ginásial)	Princesa Isabel
15	N.º 88 - Ano 19	Junho de 1958	Tiradentes	Amenália Nunes (4ª série de 1958)	D. Maria I

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Quadro 2, vemos uma maior presença de representatividade feminina na escrita sobre a história. Os artigos selecionados nesse segundo quadro seguem principalmente três pon-

tos políticos da história do Brasil: a independência do Brasil⁸, a inconfidência mineira⁹ e a abolição da escravatura¹⁰. Há uma breve menção ao descobrimento da América e ao apoio de Isabel de Castela¹¹ para que isto ocorresse.

Reforço que o termo “guerreiras e salvadoras” aqui se configura pelo conceito empregado nos contos de fadas e na literatura de forma generalizada, onde a personagem faz uma breve aparição e soluciona um grande problema segundo o princípio “*Deus Ex Machina*”¹². A exemplo, temos o texto de Amenália Nunes, então estudante do 4º ano:

Tiradentes

[...] O visconde de Barbacena, então governador de Minas, preveniu ao vice-rei de Vasconcelos que andava pelo Rio de Janeiro em propaganda da revolução, o alferes Tiradentes. Êsse foi prêso, e também os outros por onde eram encontrados. Depois foram julgados e condenados à morte. Porém, com o ato de clemência, D. Maria I suavizou as penas de quase todos. Só um, Tiradentes, subiu ao Patíbulo [...] (Nunes, 1958, p. 2, grifo nosso)

-
- 8 Processo histórico de separação entre o então Reino do Brasil e o Reino de Portugal, seu marco, o conhecido “Grito da Independência”, datado de 1822.
- 9 Movimento de caráter republicano e separatista que aconteceu em Minas Gerais entre 1789 e 1792.
- 10 Ocorrida por meio da Lei Áurea, aprovada no dia 13 de maio de 1888 com a assinatura da regente do Brasil, a princesa Isabel.
- 11 Apelidada de “Isabel, a Católica”, foi a Rainha de Castela e Leão, Consorte de Aragão e Imperatriz titular do Império Bizantino. Apoiou a viagem de Cristóvão Colombo, que teve como resultado a revelação da América.
- 12 *Deus ex machina* é uma expressão em língua latina com origem no grego *ἀπὸ μηχανῆς θεός*, que significa literalmente “Deus surgido da máquina”, e é utilizada para indicar uma solução inesperada, improvável e mirabolante para terminar uma obra ficcional.

É só na segunda metade do século XX que, como observado por Souza (2020), muitos grupos sociais até então silenciados passam a ganhar espaço na historiografia. As mulheres, anteriormente, foram ignoradas ou apagadas em seu protagonismo pela historiografia hegemônica. Silenciadas pela história e limitadas por suas condições de vida, pela ausência no mercado de trabalho (no caso da elite, de quem era contada a história), pela ausência na participação política (um problema enfrentado até hoje), pela de produção cultural (que, para citar a presença na literatura, era roubada ou assinada com sobrenomes masculinos), pelo modo de vestir e pelo acesso à educação. Desta forma, em muitos casos, as referências às personagens histórico-femininas surgiam em segundo plano, como um adereço, um adorno ao lado do trono, a exemplo dos artigos reunidos no quadro abaixo:

Quadro 3 - “Um adorno ao lado do trono” (menções breves)

	Edição	Data	Título do Artigo	Autor	Menção
16	Nº 10 - Ano 2	10/08/1939	Para a Semana da Pátria	Chiquinha Rodrigues	Isabel de Castela & Infanta Beatriz
17	Nº 68 - Ano 10	Novembro de 1948	D. Pedro II	João Ismerim Barreto	Imperatriz Leopoldina & Imperatriz Tereza Cristina
18	Nº 72 - Ano 11	Novembro de 1949	D. Pedro II	Miguel Antonio de Aguiar Machado (1ª série ginasial)	Imperatriz Leopoldina & Imperatriz Tereza Cristina

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Quadro 3, temos as representações que sugerem a ideia de um “adorno ao lado do trono”. Como o próprio nome indica, as personagens aqui mencionadas são aquelas que não participam ativamente da História, mas acompanham a contraparte

masculina. Essa personagem é uma mulher sem voz, sem feitos, sendo descrita como mãe ou esposa de uma figura considerada importante para a história, muito embora sua própria trajetória seja diminuída ou apagada. Vejamos, por exemplo, a representação da Imperatriz Leopoldina¹³ que, não obstante sua importância para o processo de independência, é retratada apenas como mãe em artigos que nos remetem a “semana da pátria” e ao seu filho “D. Pedro II”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, objetivamos compreender as representações histórico-femininas em narrativas históricas produzidas por estudantes do colégio Jackson de Figueiredo para o jornal estudantil *Correio do Colegial*. Neste sentido, analisamos as edições que compreendem os anos de 1938 e 1960, disponíveis no acervo digital do projeto “Os jornais estudantis de Sergipe (1874-1959): práticas educativas pela ótica dos discentes do secundário” e originalmente depositados na Biblioteca Pública Epiphany Dória.

Seguindo o percurso trilhado pelos estudos de Alflen (2023) e Manke e Reis (2024), investigamos os 188 escritos que possuíam conteúdos com referências históricas. Mesmo em um conjunto de textos que revelam uma sociedade marcada pelo nacionalismo e valorização dos atos e feitos masculinos, foi possível localizarmos 18 textos que faziam alguma menção às mu-

13 Maria Leopoldina da Áustria, foi uma arquiduquesa da Áustria, a primeira esposa do Imperador Pedro I e Imperatriz Consorte do Brasil de 1822 até sua morte. Uma das responsáveis pelo processo de Independência do Brasil.

lheres. Ainda que poucas, estas narrativas foram significativas para a compreensão das representações estudantis até então construídas sobre o papel da mulher na história brasileira.

Como reflexo da sociedade em que foram produzidas, as narrativas demonstravam que uma mulher só entrava para história em dois casos: por um lado, tendo realizado um grande feito, impossível de ser atribuído a outro agente, como um grande ato de benevolência ou de coragem; por outro lado, ocupando a posição de mãe ou esposa de um homem considerado importante.

No contexto dos artigos aqui selecionados, é importante mencionar que dos 18 textos produzidos pelos estudantes, apenas 4 levam a assinatura feminina: dois são assinados por Chiquinha Rodrigues (que, embora sem informação sobre a série, sabe-se que estudou no Jackson de Figueiredo ao menos de 1939 a 1943, período em que escreveu os dois artigos supracitados); um, assinado por Amenália Nunes (aluna do 4º ano em 1958); e um, escrito por Virginia Augusta R. Ribeiro (aluna do 4º ano B em 1948).

Nos textos de Chiquinha Rodrigues, a questão feminina é destacada em “Mulheres de Pernambuco”, enquanto “Semana da pátria” traz apenas uma menção superficial aos nomes de Isabel de Castela e da Infanta Beatriz. Por sua vez, Amenália Nunes menciona o papel de D. Maria I na absolvição dos envolvidos na inconfidência mineira no artigo “Tiradentes”. Finalmente, Virgínia Augusta R. Ribeiro comenta o papel da Imperatriz Leopoldina na independência do Brasil no artigo “À Pátria” (do qual tivemos acesso a uma parte).

Dentro de um estudo focado na representatividade histórico-feminina, aceitar uma representação feminina unicamente

branca não é, de fato, enxergar a representatividade de modo satisfatório. É surpreendente a presença no *Correio do Colegial* de dezoito artigos que mencionam mulheres históricas, porém, mais surpreendente ainda, é a presença de Clara Camarão, por ser uma mulher indígena. Tirando esta figura, a pouca representatividade histórico-feminina do jornal estudantil em análise, é, majoritariamente, branca.

Ao pesquisar a representatividade feminina no livro didático de História, Nascimento e Lacerda (2021, p. 10) apontam que “a história não é apenas transmissão de acontecimentos subsequentes e neutros, mas é um conjunto de interpretações que refletem o lugar social dos seus autores”. Concordando com estas autoras, observamos que, embora o *Correio do Colegial* possa ter contribuído com a formação cívica e patriótica que se almejava, ele deve ser visto como uma ferramenta específica do seu tempo. Isto não significa que devemos perpetuar estas representações, mas compreendê-las, buscando superá-las.

REFERÊNCIAS

- ALFLEN, Mara Inês. **Correio do Colegial**: os heróis do Brasil nas páginas de um jornal escolar de Sergipe (1938-1959). Orientadora: Lisiane Sias Manke. 2023. 55 f. Monografia (Graduação em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita de história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 (1ª edição: 1975).
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- FREINET, Celestin. **O Jornal Escolar**. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MELO, Juliana Ferreira de. Análise de impressos e seus leitores: uma proposta teórica e metodológica

para pesquisas em História da Educação. In: VEIGA, Cynthia Greive.; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de (Orgs.). **Historiografia da educação: abordagens teóricas e metodológicas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p.223-259.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.

GRISARD, Nelson; VIEIRA, Edith Tolentino de Souza. Ana Néri, Madrinha da enfermagem no Brasil. **Gazeta Médica da Bahia**. vol. 78, 2008, p. 145-147. Disponível em: <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/981/959> Acesso em: 10 jul. 2024

JINZENJI, Mônica Yumi. Apropriações da Pedagogia de Célestin Freinet na Produção de Jornais Escolares (Itália, Década de 1970). In: MOREIRA, Kênia Hilda; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Orgs.). **Impressos que educam**. vol.1. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2021, p. 155-174.

MALERBA, Jurandir (org.). **História e narrativa: a ciência e a arte na escrita histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016

MANKE, Lisiane Sias; REIS, Aaron Sena Cerqueira. Narrativas históricas produzidas por estudantes secundaristas para o jornal estudantil Correio do Colegial (1949 – 1959). In: OLIVEIRA, João Paulo Gama et. al. (Orgs.). **Escritas estudantis na imprensa periódica da Educação (séculos XIX e XX)**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2024, p. 187-204.

MARTINELLI, Laís Pacífico; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A produção periódica estudantil oitocentista. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 60, p. 1-29, e-25671, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/25671> Acesso em: 09 jul. 2024.

MEN, Liliana; NEVES, Fátima Maria. Na História da Educação: investigando o termo historiografia. In: VII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 2006, Campinas. **Anais do VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, v. 1. p. 1-12.

MONTEIRO, Weliton. A Escravatura. **Jornal Correio do Colegial**, Araçaju, n. 10, set. 1939, p. 1.

NASCIMENTO, Rafael Baioni do; LACERDA, Bruna Alves. Livros didáticos de história: uma análise sobre as representações de mulheres. **Instrumento**: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 23, n. 4, p.976-995, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/31508/23984> Acesso em: 09 jul. 2024.

NUNES, Amenália. **Jornal Correio do Colegial**, Aracaju, n. 88, jun. 1958, p. 2.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; SANTOS, Vitoria Lídia da Silva; SANTOS, Suelen Maria Andrade. Escritos sobre impressos estudantis em Sergipe: notas introdutórias (2002-2022). **Boletim do Tempo Presente**, vol. 11, n. 10, out. 2022. p. 57-58. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/18307> Acesso em 09 jul. 2024

OLIVEIRA, João Paulo Gama; SANTOS, Vitoria Lídia da Silva; SANTOS, Suelen Maria Andrade. Imprensa estudantil em Sergipe (2002-2022): da escrita individual a um projeto de pesquisa em grupo. In: OLIVEIRA, João Paulo Gama et. al. (Orgs.). **Escritas estudantis na imprensa periódica da Educação (séculos XIX e XX)**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2024, p. 59-84.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 4, p. 9-28, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733>. Acesso em: 09 jul. 2024.

PIMENTEL, Carmen Regina Carvalho. **Instruir e educar**: práticas de formação no colégio Jackson de Figueiredo (1938-1980). Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Sergipe, Sergipe, 2014.

SANTOS, Gilfrancisco. A imprensa estudantil e a formação de jornalistas em Sergipe. **Observatório da Imprensa**, [S.l.], n. 1295, novembro de 2017. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/memoria/imprensa-estudantil-e-formacao-de-jornalistas-em-sergipe/>. Acesso em: 13 out. 2023.

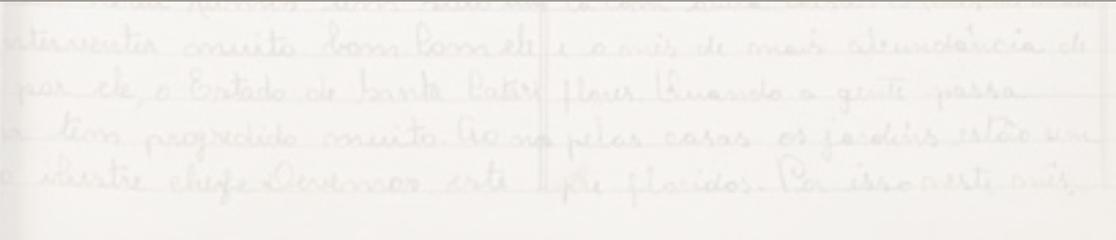
SANTOS, Gilfrancisco. **Agremiações culturais de jovens intelectuais na imprensa estudantil**. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2019.

SANTOS, Suelen Maria Andrade. **Representações da Segunda Guerra Mundial em Aracaju a partir do jornal escolar Correio do Colegial (1939-1945)**. Orientador: João Paulo Gama Oliveira. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2023.

SOUSA, Priscila Cabral de. A história das mulheres no ensino de História: reflexões acerca de uma educação para a igualdade de gênero. In: 30° SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2019, Recife. **Anais do 30° Simpósio Nacional de História**, Recife, 2019, p.1-17.

SOUZA, Clara Marques. Entre avanços e desafios: a representação de mulheres negras em dois livros didáticos de História do ensino fundamental. **REHR**. Dourados, MS, v. 14, n. 27, p. 127-152, jan./jun. 2020.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.]**, v. 4, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>. Acesso em: 13 out. 2023.



CORREIO DO COLEGIAL: O EDUCANDÁRIO JACKSON DE FIGUEIREDO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL¹

SUELEN MARIA ANDRADE SANTOS

INTRODUÇÃO

O Jornal Correio do Colegial foi escrito por estudantes e diretamente supervisionado por docentes e equipe diretora do Educandário Jackson de Figueiredo (EJF), uma escola particular situada no centro de Aracaju. Ao todo, foram localizadas 115 edições publicadas mensalmente entre 1938 e 1973 sob super-

1 O presente estudo é resultado do Projeto “Jornais Estudantis em Sergipe: práticas discentes pela ótica dos secundaristas (1870-1959)” que conta com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Chamada CNPq\MCTI\FNDCT n. 18\2021- UNIVERSAL Processo: 404241\2021-2.

visão do então diretor Benedito Alves de Oliveira, juntamente com sua esposa Judite de Oliveira e, possivelmente, de docentes da instituição.

Entre a mais de meia centena de edições, utilizarei apenas 6 edições publicadas durante o período da Segunda Guerra Mundial, ou seja, entre 1939 e 1945. A época analisada abarca desde o início do conflito e efervescência política mundial, até a entrada do Brasil no prélio e como tal cenário refletiu nos escritos dos discentes a partir do olhar vigilante dos seus professores e diretores. Além desses, possivelmente pais e outros jornais também tinham acesso às publicações do *Correio do Colegial*², o que nos permite a oportunidade de ter contato com uma amostra do pensamento daquela sociedade.

A Segunda Guerra Mundial iniciou-se em 1939, mas somente em 15 de agosto de 1942, o Brasil, especialmente o povo sergipano, teve de lidar com os horrores do combate de perto, quando três navios mercantes foram torpedeados na costa sergipana pelo submarino alemão U-507, deixando centenas de mortos e causando pânico e desconfiança na população local (Silva Júnior; Soares, 2019). Assim sendo, o jornal escolar é analisado a fim de compreender as representações dos estudantes do EJM sobre a Guerra, levando em consideração como os ensinamentos morais, patrióticos e cristãos eram trabalhados na instituição. Tais ideias e finalidades patrióticas eram refletidas nos escritos, mostrando-se um projeto crucial não só para a vali-

2 Alguns aspectos do *Correio do Colegial* já foram estudados por Souza (2010) e Santos (2019) e posteriormente por Alflen (2023) e Domingos (2023). Diferentes perspectivas analíticas acerca do impresso escolar têm sido exploradas por integrantes do Projeto “Jornais estudantis em Sergipe: práticas discentes pela ótica dos secundaristas (1870-1959)” (2022-2025), sobretudo com foco no ensino de História.

dação dos esforços de Guerra, mas um instrumento motriz para a manutenção dela.

Embora os ânimos dos escritores do jornal a respeito do conflito tenham aflorado após os torpedeamentos ocorridos na costa sergipana, seguido da entrada do Brasil na Guerra, é necessário analisar o uso do jornal como ferramenta de fortalecimento do ideário patriótico no período anterior. Para isso, levei em consideração o conceito de representação de Roger Chartier (1990), no qual os indivíduos e grupos projetam sua visão de mundo, nesse caso, no jornal escolar, fazendo dele uma fonte histórica relevante ao servir de vitrine para os seus pares até mesmo em outros círculos sociais nos quais ele tenha adentrado.

No conceito de representação de Chartier (1990), um grupo de indivíduos dá significado ao mundo social, sendo essas projeções das visões de mundo individuais uma prática social frequentemente utilizada para analisar periódicos, por permitir compreender as representações estudantis a partir de relações e práticas mantidas nas instituições de ensino. Desse modo, o jornal escolar torna-se uma peça fundamental para identificar de que maneira a sociedade estudantil vivenciou a guerra e quais eram as suas influências, sejam dos meios midiáticos ou de figuras do espaço escolar que se fazem presentes nos escritos.

Portanto, a pesquisa se propõe a ser uma contribuição para o estudo da Segunda Guerra Mundial em Sergipe e da História da Educação sob novas perspectivas ao colocar as escritas dos discentes em foco. Dessa forma, trabalha-se a percepção do aluno como agente social em diálogo com os ideais do período em que viveu, especialmente de qual modo

se dá essa construção em cenários de crise como guerras e pandemias. Também cabe constatar a viabilidade da pesquisa, uma vez que o *Jornal Correio do Colegial* foi encontrado na Biblioteca Pública Epiphânio Dória (BPED). Ainda assim, cabe salientar a escassez de trabalhos que examinem fenômenos históricos com base em jornais escolares, entre eles sobre a Segunda Guerra Mundial.

Após a escolha da fonte, fez-se necessário adentrar o mundo da pesquisa acerca dos jornais como fonte. Barros (2019) estabelece as características gerais definidoras do conceito de periódico levando em conta a periodicidade. Contudo, destaco - para além dos efeitos de materialidade e circulação do periódico -, o entendimento do jornal como uma “fonte realista” que, para o autor, implicaria necessariamente na sua falsa neutralidade. Tendo esse entendimento como “norte”, é possível apreender a partir da análise do *Correio do Colegial* de que forma se dava o cotidiano escolar e compreender os ideais, receios e anseios que emanavam daquela sociedade marcada pelos ideais positivistas, pela ditadura do Estado Novo e, posteriormente, pelos horrores da Segunda Guerra Mundial.

Sendo assim, por se tratar de um espaço de lutas sociais e de interesses políticos demonstrados a partir de discursos indissociáveis da realidade, eles se tornam uma fonte relevante para o historiador. Segundo o pesquisador:

Sem que seja preciso dar como exemplo o caso mais óbvio e gritante de manipulações e distorções, não há nada de neutro na mais simples escolha encaminhada pelo jornal acerca do que informar, de quando informar, de como informar (Barros, 2019, p. 189).

Barros (2023) discute que o jornal deve ser compreendido a partir do seu local de produção considerando dimensões políticas, sociais e econômicas que perpassam a realidade dos produtores e leitores. O autor chama atenção para a importância do olhar crítico a fim de desvendar o discurso ideológico trazido pelos impressos não só de tempos remotos, mas do presente. O jornal é reflexo da sociedade em que foi produzido, mas também influencia na construção dela, revelando determinados aspectos sociais em detrimento de outros. Dessa forma, é possível visualizar a interação entre sociedade e impresso, o que o torna uma importante fonte no sentido de revelar cenários da realidade de um passado.

Compreender o jornal como um veículo passivo e neutro de informação, mas também como um sistema capaz de produzir e difundir discursos e instaurar um processo de comunicação que nada tem de neutro, é fundamental para termos a devida consciência da função dos jornais como agentes e instrumentos capazes de interferir na história (Barros, 2023).

Diante do exposto, este artigo identifica de que modo os torpedeamentos impactaram nas representações e visões de mundo dos estudantes do EJA e de que modo elas eram publicadas no jornal escolar repercutindo na forma como os estudantes projetam, criam, forjam realidades e são influenciados pelos acontecimentos, tomando como base o Correio do Colegial com o objetivo de “desvendar” seu viés ideológico e observar “através da névoa” de que modo uma dada realidade histórica era vivenciada e interpretada.

O EDUCANDÁRIO JACKSON DE FIGUEIREDO E O CORREIO DO COLEGIAL

Para que se possa analisar os discursos do jornal escolar, é preciso, num primeiro momento, discutir quem eram os sujeitos que administravam a instituição, quais as suas vinculações políticas, preceitos, influências tidas ao longo de suas trajetórias, bem como de qual modo constituiu-se a referida instituição que abrigou o Correio do Colegial e de qual forma sua identidade foi composta. O EJF foi nomeado em homenagem ao pensador e filósofo Jackson de Figueiredo Martins, jornalista, poeta e bacharel em direito nascido no ano de 1891, símbolo do pensamento católico no Brasil (Guaraná, 1925).

O Correio do Colegial é fruto de uma escola particular que funcionava sob regime de internato e externato na cidade de Aracaju, fundada em 1º de fevereiro de 1938 por Benedito e Judite de Oliveira. A instituição ofertava uma educação tradicional com uma disciplina rigorosa que mantinha seu status e fama, sendo divulgado nos jornais da cidade e visto como um novo empreendimento cultural, símbolo da nova ordem. Utilizavam de sistemas de recompensa nos quadros de honra para os estudantes que demonstravam bom comportamento e primavam pelo rigor em seu ensino. Seus discentes eram pertencentes a uma classe social privilegiada economicamente, advinda de várias partes de Sergipe, da qual faziam parte comerciantes, funcionários públicos e juízes (Pimentel, 2014).

Na sua inauguração, o nome escolhido pelo então responsável pelo ensino religioso para o educandário, Monsenhor Vilas Boas, foi elogiado no Centro Dom Vital de Sergipe (Pimen-

tel, 2014). A escolha revela o caráter católico de seus dirigentes, bem como o rumo professante da instituição, incorporada a partir do zelo pela formação moral dos discentes para além da disciplina, concebendo a formação de bons cristãos. Sendo assim, a produção do jornal enquanto um esforço de integração de sujeitos individuais e coletivos tornava-se conveniente não só para o exercício da escrita e intercruzamento entre as instituições de ensino, mas como instrumento de promoção dos ideais civilizatórios postos pela classe política e intelectual a partir de concepções de nação e do povo brasileiro.

A instituição funcionou inicialmente num antigo prédio na Praça Olímpio Campos, como internato masculino e, posteriormente, abriu a modalidade de instrução primária mista de semi-internato, externato e pensionistas ao Atheneu Sergipense³ e à Escola de Comércio Conselheiro Orlando (Correio do Colegial, Ano II, N.º 9, agosto de 1939, p. 5) até que passou a ser patrimônio do Estado de Sergipe através do Decreto n.º 5.013 de 29 de maio de 1981 sob administração do então governador Augusto do Prado Franco (1979-1982) e do Secretário de Estado da Educação e Cultura, Antônio Carlos Valadares devido a avançada idade de seus antigos proprietários.

Tendo em vista esse cenário de abertura de escolas particulares em Aracaju num período de ditadura varguista e próximo ao início dos conflitos da Segunda Guerra Mundial, é preciso pensar as questões estudantis numa dimensão sociopolítica mais ampla. Cunha e Silva (2020) discutem as relações entre a política

3 Ver tese "O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)" (Alves, 2005).

e a educação a partir dos jornais *Pétalas Infantil* (1945-1952) em Santa Catarina, desde as reformas educativas mostradas até a adoração a políticos e inserção dos discentes nos temas que diziam respeito à Segunda Guerra Mundial. No jornal, é mencionada uma exposição de material nazista e noticiado o ataque nazista na costa brasileira, levando a uma série de medidas protetivas e de ataques aos colegas de turma com sobrenomes estrangeiros.

De modo similar ocorreu em Aracaju, de acordo com Trindade (2014), a perseguição a estrangeiros constituiu-se a partir das acusações de espionagem nos periódicos e teve força na sociedade sergipana, ainda que houvesse por trás do discurso a tentativa governamental de legitimar a guerra e o sentimento nacionalista. Sendo assim, é possível inferir que o contexto de produção estadonovista (1937- 1945) repercutiu de modo significativo nas páginas dos jornais escolares e marcou um modo de ver o mundo num cenário de forte intervenção governamental, tensões políticas globais e recrudescimento do nacionalismo. Nesse âmbito vejamos a seguir o escrito de um discente do EJJ no *Correio do Colegial*:

Todos os sabados, das 11 às 12, os alunos houverem essa hora de tanta significação. As mestras relatam-lhes os fatos mais célebres da história pátria, ressaltando às figuras de cidadãos que souberam e sabem elevar este torrão brasileiro, afim dos educados imitarem seus grandes feitos (*Correio do Colegial*, Ano VI, N.º 41, março de 1943, p. 4).

O trecho exposto do jornal *Correio do Colegial* evidencia comportamentos do alunado perante as imposições da escola e seus preceitos a partir das práticas educativas. A escolha e nor-

malização do ato de ouvir um programa do governo com viés patriótico dirigido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) na instituição escolar, ao passo que se estuda a história de heróis nacionais, não é por acaso, sendo dotada de uma construção ideológica.

No trecho fica evidente a onda nacionalista que imperava na época de sua produção, revelando estruturas de funcionamento da sociedade a partir de construções simbólicas que se tornam arquétipos a serem internalizados pelos discentes. A escolha de ouvir o programa no espaço escolar e de estudar a história da pátria aponta para o grau de aceitação e concordância com os discursos ali proferidos e mostra um hábil aparato para incutir nos mais jovens o sentimento de necessidade de proteção da nação e internalização do pertencimento nacional em meio a coletividade.

Esse mecanismo visava, entre outros objetivos, manter a proximidade com a Guerra para além do aumento dos preços do mercado. Ferraz (2005) argumenta que o regime do Estado Novo buscou constituir um “front interno” com o objetivo de mobilização do cidadão comum pela defesa do país e aumento da produção. A intenção ao aproximar as notícias e mazelas trazidas pelo conflito era legitimar as privações econômicas e a maior exploração do trabalhador, para que fossem vistas como parte “inevitável” do esforço de guerra. Na citação a seguir é possível observar a intersecção entre a Guerra do Paraguai e a Segunda Guerra Mundial, bem como o papel do discurso bélico e da propaganda de guerra nesses cenários:

Acesa ia a guerra entre o Brasil e o Paraguai, o fóra possível evitar a calamidade. Os bríos da pátria tinham sido

ultrajados pelo ditador paraguaio Francisco Solano Lopes. D. Pedro II, o imperador brasileiro, de ânimo pacífico, de índole magnânima, sentiu que o destino o povo exigia o tremendo sacrifício. Não havia outro rumo a seguir. Se o Brasil não reagisse de armas na mão à afronta que sofreu, vendo seu solo invadido inopinadamente pelas forças de Lopes, que tingiram de sangue esta generosa terra, nossa pátria daria uma triste prova de covardia. Era preciso lutar! Era de mister enfrentar a arrogância do opressor da gente paraguaia, do homem que desejava estender seu domínio sobre o augusto solo brasileiro. Do Amazonas ao Rio Grande, todos se ergueram para cumprir o dever de honra (Correio do Colegial, Ano VI, N.º 41, abril de 1943, p. 1).

A aproximação trazida pelo excerto com a Guerra do Paraguai, evento tido até então como de grande triunfo nacional, cujas mazelas só foram amplamente difundidas por Chiavenatto (1979), tem como ideia central a aproximação entre o sentimento de vitória e a idealização da memória dos seus heróis para o cotidiano dos discentes, demonstrando assim, de que forma a construção da identidade nacional é tema comum aos projetos políticos brasileiros, embora só a escrita da história consagre os mitos (Cainelli, 2004).

É necessário notar de que modo Solano Lopes é retratado, a ele são atribuídas as características desprezíveis, descrito enquanto homem intolerante e opressor, imagem similar a imposta a Hitler. Nesse período, tal estratégia era bastante difundida entre os meios de comunicação, sendo aliada ao discurso que coloca a guerra como única saída possível “para

evitar a calamidade” como forma de buscar justificá-la, inserindo também a importância do cumprimento do dever de honra, similarmente ao que foi feito com os nazistas no excerto a seguir:

Em 1914, quando rebentou a 1ª guerra mundial em que outros países foram incomodados pelos escarnificadores nazistas, foi o Brasil também privado de sua liberdade, nos oceanos tranquilos que banham a ex- “Ilha de Vera Cruz”. O Brasil compartilhando com os países aliados, declarou guerra a Alemanha, e, durante 4 longos anos de barbaridade, ele nada sofreu, graças a grande inteligência do Marechal Hermes da Fonseca. Em 1918, terminando essa fase, de mortandade foi feito as pases aos países agredidos pelos nazis. Durante 20 anos, a Alemanha preparou o exército, marinha e aviação, aumentou sua indústria bélica e começou a educar as crianças para a morte. Hitler sendo chefe nazista, julgou-se com direito de ser adorado como um deus. Já em 1938, estando ela, a Alemanha, bem fortalecida, tratou de maltratar a religião Cristã. Os bárbaros nazistas, prepararam campos, aonde concentraram o clero e povos de nacionalidade diferente. Foi quando estourou a 2ª guerra mundial (Correio do Colegial, Ano VI, N.º 41, abril de 1943. p. 2).

A demonização do inimigo é uma estratégia amplamente difundida independente da vinculação do discurso transmitido. No caso dos “eixistas”, eles eram colocados nos jornais como “bárbaros”, “escarificadores”, enquanto a Polônia, por exemplo, era vista como um país indefeso (Correio do Colegial, Ano VI,

N.º 45, agosto de 1943). O recorte propõe uma perspectiva macro da Segunda Guerra Mundial, de modo que ela é vista como uma continuação da Grande Guerra, colocando os nazistas como únicos responsáveis pela tragédia desde o princípio.

Assim, a intervenção seria justificável para impedir as mazelas arquitetadas por Hitler, acusado de ser adorado como um deus e de perseguir cristãos, ainda que no Brasil também houvesse um líder sendo venerado. A perseguição a cristãos causava um forte apelo num país majoritariamente católico como o Brasil, onde impera a ideia de que o senso moral, a caridade e a bondade estão necessariamente vinculadas a uma religião. No caso dos estudantes do EJM, houve um choque ainda maior por se tratar de uma escola com preceitos advindos do cristianismo, protegidos pelos “heróis”, aliados mencionados no jornal pelo aluno Raimundo Reis Ferreira:

A guerra é a maior catástrofe para a humanidade. Faz 5 anos que os totalitários declaravam guerra a um indefeso país — a Polónia; em pouco tempo conquistaram este país. Países europeus vendo seu irmão escravizado barbaramente pelos nazistas, e amantes da liberdade, declaravam guerra também aos alemães. Com seu poderio, Hitler conseguiu tomar outros países como seja: a França, a Tchecoslováquia a Noruega e muitos outros. Lutando com denodo, contra os atos selvagens de Hitler, estão as grandes nações aliadas que, podemos dizer, foram elas que sustentaram, e estão sustentando, a guerra no mundo. Graças, devemos dar, as figuras briosas de: Roosevelt, Winston Churchill, Getúlio Vargas, Stalin, Timochenko, estes homens que querem ver o mundo liberto e em

plena paz. Envolvido nesta guerra, acha-se o nosso idolatrado Brasil que já perdeu 20 e tantos navios, em suas próprias águas, pelos bárbaros germânicos, que os torpedearam traiçoeiramente. Nesses navios, foram-se muitos homens, mulheres e crianças. E os que conseguiram sobreviver foram recolhidos as casas de misericórdia. Em todos êste transe os brasileiros viram, mesmo vendo a morte ante os olhos, como se estivessem a ver o padrão da liberdade, a tremeluzir no céu azul do Brasil, êste torrão que foi, é, e será o país dos heróis! (Correio do Colegial, Ano VI, N.º 45, agosto de 1943, p. 2).

O ex-discente, Raimundo Reis Silveira, refere-se aos nazifascistas como totalitários e à Polônia como país indefeso, bem como os atos tidos por Hitler como selvageria, um contraponto ao que é falado sobre Roosevelt, Churchill, Vargas, Stalin e Timochenco, que são vistos como defensores da liberdade e paz, tomando para eles o posto de heróis dos seus povos enquanto os civis estavam em campo de batalha. Existe uma visão forjada de solidariedade e benfeitoria para com os Aliados, principalmente após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, de modo que as nações aliadas estariam “sacrificando-se” em nome da liberdade e da paz mundial.

Dentro desse cenário, conforme Maynard, A. e Maynard, D. (2019), os ataques na costa Sergipana foram arquitetados pela Kriegsmarine, tendo como estratégia o comprometimento do abastecimento das nações Aliadas. Aracaju foi uma das cidades da América do Sul que mais sentiu os efeitos da Guerra devido ao contato dos civis com a tragédia vivenciada nas suas praias. As manobras do U-507, aproximaram a América Latina dos

campos de batalha, trazendo a Guerra para as praias e modificando a ideia de distanciamento e europeização da Guerra.

E, assim, invadida por boatos de todo tipo, tocada pela tragédia sem precedentes na história local e pela expectativa dos ataques se repetirem, a capital sergipana viveu dias de tensão. E os inimigos, antes inexistentes, começaram a ser vistos em quase todos os cantos. Daí a afirmação de que era preciso apontar os “inimigos do Brasil” em todos os lugares, inclusive nos bondes, clubes e cafés da capital. (Maynard, A.; Maynard, D., 2019, p. 7).

A lembrança dos torpedamentos na costa sergipana nas páginas do periódico apela para o senso de justiça e para a esperança na construção de um país pronto para receber seus soldados, aqueles que lutaram pela nação, como heróis. Contudo, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), amplamente defendida nos escritos, (Correio do Colegial, Ano VI, N.º 55, novembro de 1944) foi fortemente impactada pelos horrores da guerra. Após o conagraçamento militar tido no pós- guerra, a memória social da FEB modificou-se e adquiriu novos significados, sendo associada ao Regime Militar e alvo de disputas de narrativas (Flores, 2020). Ademais, a memória dos sobreviventes foi moldada com base na desconfiança e no patriotismo, como se pode ver a seguir no relato do discente Valdemar Santos:

Quinta-columistas são estes traidores brasileiros que preferem morrer e derramar seu sangue pela pátria que não é sua, pela terra que nem o viu nascer. São estes que deixando de obedecer ao seu governo, obedecem cegamente a um governo estranho, Debaleivos, meus irmãos e amigos, pelos aliados, os que conhecem a razão, porque a vossa pátria também a eles já se aliaram. Vejamos que

a grande potência russa estava aliada a Alemanha mas, conhecendo que a razão estava contrária, desfez o laço, declarando guerra àquela que quer ser a rainha do mundo. Ainda neste tempo o nosso continente estava em paz, livre deste negro manto de guerra. Hoje porém, já o Brasil compreendeu que não deve ficar neutro, mas agir, para deste modo derrubar o tirano, cortar-lhe o fio de espada perante o mundo. Amigos, roguemos para que o Dr. Getúlio Vargas possa com seu heroísmo, acabar com os quinta-colunistas, para que a nossa nação marche sem tropeçar, em coisa alguma, firme e com galhardia (Correio do Colegial, Ano V, N.º 36, agosto de 1942, p. 2).

Além de retratar a Alemanha disposta a ser “a rainha do mundo”, devendo ser disciplinada pelos países Aliados, um ponto de destaque do trecho é a menção aos estrangeiros que teriam auxiliado o submarino alemão U-507 a torpedear o litoral brasileiro como “quinta-colunistas”, termo cunhado durante a Guerra Civil Espanhola e utilizado no contexto da Guerra para designar traidores e espiões existentes da nação que os recebeu. Para os discentes, os Aliados, enquanto grupo dotado de razão, deveriam “derrubar o tirano” (Hitler) e, assim, Vargas como herói deveria acabar com esses “quinta-colunistas” e salvar a nação. Esse discurso é construído a partir das necessidades postas naquele cenário, sendo os estudantes parte do “front interno” a ser averiguado a partir da ótica da História Cultural, permitindo “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990, p. 16-17). Compreendendo assim os jornais como uma prática cultural que perpassou diferentes espaços e

tempos. Através disso, é possível pensar na construção das memórias e convicções durante o período, quais eram as vivências e medos da realidade observada.

Uma das missões do combatente do “front interno” era a atenção e vigilância contra os possíveis espiões e sabotadores do esforço de guerra nacional. Alemães, italianos, japoneses e seus descendentes tornaram-se suspeitos e indignos de confiança para a população. Foram obrigados a portar salvo-conduto especial para se locomover pelas cidades e tornaram-se alvos constantes de denúncias, muitas vezes infundadas, motivadas por rixas internas, preconceitos e até mesmo cobiça (Ferraz, 2005). Essa população também era privada de falar sua língua materna em público de acordo com o Decreto-Lei N.º 4.166 de 11 de março de 1942, e no caso de Aracaju, muitos tiveram seus estabelecimentos comerciais depredados em face ao que se buscava constituir enquanto nação e às figuras escolhidas para retratá-la, por outro lado exaltava-se os chamados heróis nacionais como o Duque de Caxias. Vejamos a seguir a palestra do estudante Damionor Ribeiro:

Caxias, é um grande vulto da nossa história. Foi sua espada Quem melhor serviu o Brasil. Bom, agil, toda harmonia e dedicação. Morreu cumprindo com o seu dever. Assim como ele, vemos muitos outros brasileiros Que, por saberem cumprir com os seus deveres, são verdadeiras lâmpadas que alumiam o caminho por onde havemos de seguir. Procuremos imitá-los, e caminharemos por veredas amplas e largas. Nós, pequeninos soldados do Jackson, cumpriremos com as nossas obrigações e deste modo estaremos nos aproximando dos vultos que inda

hoje, nos honram, e engrandecem a nossa Pátria (Correio do Colegial, Ano VI, N.º 50, maio de 1944, p. 3).

O uso de heróis nacionais e dos seus feitos nos jornais estudantis consta como uma forma de apoio ao recrutamento militar, onde desde cedo começava a ser moldado o imaginário bélico e cívico dos alunos, uma referência ao que era considerado como o papel dos cidadãos brasileiros na guerra em nome de um “bem maior”, visto que o próprio impresso reconhece o “caráter perverso do conflito” (Correio do Colegial, Ano VI, N.º 45, agosto de 1943, p.1), de modo que os estudantes se colocavam como “pequenos soldados”. A narrativa se impõe como uma forma de legitimar o alistamento, as vidas perdidas e o capital financeiro depositado ao criar a necessidade de envolvimento da população civil, em quem foi internalizada a esperança de reconhecimento do heroísmo. Outros detalhes do cotidiano da escola foram apresentados por Pimentel:

No pátio, os alunos da escola eram recebidos por seus professores, que os colocavam em forma, para o hasteamento da Bandeira Nacional. Momento de se postar, em reverência a um símbolo que se queria sagrado. A posição, o olhar, o canto do Hino Nacional ou à Bandeira por alunos e alunas uniformizados (as) eram maneiras de inscrever em seus corpos o sentimento, que então considerava-se esgarçado e mesmo inexistente de pertencimento a uma Nação, a transfiguração da Pátria em corpo (Pimentel, 2014, p. 70).

As representações heroicas acabavam por incutir no imaginário daqueles estudantes a importância do serviço à nação, de

modo que numa situação de guerra eles também poderiam ser “heróis” e cumprir o seu papel social. Essa idealização da criação de um “salvador da nação”, que morre como herói ou volta ovacionado pelos seus feitos, romantiza inconscientemente o alistamento militar e reproduz a ideia no imaginário dos mais jovens, forjando nessa juventude um senso de justiça além de uma consciência moral e cívica. Tais representações compõem a formação cultural de uma sociedade, que se vê ancorada em ideais militarizados e assim, passam a retratar a realidade de igual modo (Chartier, 1990).

[...] como todas as relações, incluindo as que designamos por relações econômicas ou sociais, se organizam de acordo com lógicas que põem em jogo, em acto, os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais, logo as representações constitutivas daquilo que poderá ser denominado uma cultura, é comum ao conjunto de uma sociedade ou própria de um determinado grupo (Chartier, 1990, p. 61).

Sendo assim, diante das análises empreendidas e das notícias publicadas no Correio do Colegial é possível compreender de que modo a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial refletiu nos escritos dos estudantes do Educandário Jackson de Figueiredo e assim notar como o apelo a ideais patrióticos foi vivenciado na escola a partir do fortalecimento das cerimônias cívicas e da heroicização das conquistas militares com a exaltação de heróis em prol da defesa da pátria.

Com a entrada do país no prélio após o ataque, a imprensa comercial passou a noticiar a Guerra, e assim, os discentes

passaram a retratar no periódico suas representações acerca do conflito e figuras envolvidas neles, bem como as condutas incorporadas a partir dele. Esse ideal reafirmava o sentimento nacional a fim de obter o recrutamento de meninos que sonhavam em se tornar heróis mesmo depois dos horrores da Primeira Grande Guerra, que propiciou um enfraquecimento do recrutamento voluntário. Para tal, as estratégias do Estado Novo e dos regimes fascistas residiam na aversão a alteridade e construção de um sentimento de justiça que justificasse as barbaridades que estavam ocorrendo no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, o trabalho propôs uma contribuição ao alargar o leque das fontes e narrativas a serem exploradas sobre a Segunda Guerra Mundial em Sergipe com o ponto de vista dos discentes, ampliando assim os atores e perspectivas de um evento histórico que repercutiu no cotidiano da população. O jornal se mostrou uma ferramenta rica para discutir eventos de grande magnitude no cenário escolar e perceber como os estudantes vivenciam cenários de caos social, como guerras e pandemias, possibilitando refletir nosso próprio tempo.

Em vista disso, identificou-se representações da Segunda Guerra Mundial em Aracaju/SE, a partir do jornal escolar Correio do Colegial. As análises demonstram efetiva aproximação dos discentes com a Guerra e com as narrativas bélicas causadas pelos torpedeamentos dos navios mercantes no litoral brasileiro, conferindo um caráter belicista às narrativas postas no periódico. Foi possível averiguar de que forma eles “vilaniza-

vam” os membros do Eixo, de modo que personificavam a Guerra na figura de Hitler enquanto exaltava o regime controverso de Vargas. Também é notório, a partir de suas influências, a importância dos jornais e aproximações políticas do então diretor Benedito Alves.

Para além do presente trabalho, ainda se tem muito a ser analisado no *Correio do Colegial*, desde a sua materialidade até as práticas pedagógicas e discursos transmitidos ao longo de diversos contextos históricos, por ser uma fonte extensa e rica, carece de múltiplas interpretações e análises que abarquem novos cenários e questões. Desse modo, haverá uma grande contribuição para o estudo de fenômenos históricos e de que modo eles repercutiram no imaginário estudantil da sociedade aracaçuana em meados do século XX.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA PÚBLICA EPIPHANIO DÓRIA (Sergipe). *Jornal Correio do Colegial*, Aracaju/SE: Ano II, N.º 9, ago. 1939.

BIBLIOTECA PÚBLICA EPIPHANIO DÓRIA (Sergipe). *Jornal Correio do Colegial*, Aracaju/SE: Ano V, N.º 36, ago. 1942.

BIBLIOTECA PÚBLICA EPIPHANIO DÓRIA (Sergipe). *Jornal Correio do Colegial*, Aracaju/SE: Ano VI, N.º 41, abr. 1943.

BIBLIOTECA PÚBLICA EPIPHANIO DÓRIA (Sergipe). *Jornal Correio do Colegial*, Aracaju/SE: Ano VI, N.º 45, ago. 1943.

BIBLIOTECA PÚBLICA EPIPHANIO DÓRIA (Sergipe). *Jornal Correio do Colegial*, Aracaju/SE: Ano VI, N.º 50, maio. 1944.

BIBLIOTECA PÚBLICA EPIPHANIO DÓRIA (Sergipe). *Jornal Correio do Colegial*, Aracaju/SE: Ano VI, N.º 55, nov. 1944.

ALFLEN, Mara Inês. *Jornal Escolar: um herói do Brasil nas páginas do Correio do Colegial (Sergipe, 1938-1959)*. Monografia (Licenciatura

em História) - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 58.p, setembro-2023.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)**. São Paulo. 2005. 318p.

BARROS, José D' Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ, 2019.

BARROS, José D' Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ, 2023.

CAINELLI, Marlene. A construção dos heróis e a memória nacional entre os não-letrados. **História & Ensino**, Londrina, v.10, p.5-19, out.2004.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHIAVENATTO, Júlio José. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai**. 2 Edição. Rio de Janeiro: Braziliense, 1979. 374 pp.

CUNHA, MARIA TERESA SANTOS; SILVA, Cristiani Bereta da. Jornais escolares: arautos de ensinamentos patrióticos e pacifistas (Santa Catarina/Brasil/1940-1960). Sarmiento. **Revista Galego-Portuguesa de História da Educação**, 24, 127-159. Disponível em: <https://doi.org/10.17979/srgphe.2020.24.0.7131>.

DOMINGOS, Dáleth Monte. **O enfeite ao laço do trono: a representação histórico-feminina no Jornal Correio do Colegial (1938-1960)**. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, p. 29. 2023.

FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2005.

FLORES, Rodrigo Musto. **Força Expedicionária Brasileira: da militarização da memória aos usos políticos do passado**. Revista Temáticas, Campinas, 28 (56): 167- 184, ago-dez.2020.

GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. **Dicionário biobibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925.

MAYNARD, A. S. C; MAYNARD, Dilton C. S. Segunda Guerra Mundial: notas sobre o cotidiano de Aracaju após o ataque do U-507 (1942-1945). **Boletim do Tempo Presente**, v. 1, p. 58-69, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/11705>

PIMENTEL, Carmen Regina de Carvalho. **Instruir e educar**: práticas de formação no Colégio “Jackson de Figueiredo” (1938-1980). Dissertação. Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão/SE. 2014.214p.

SANTOS, Amanda Marques dos. O Jornal A Cruzada em Sergipe e a Igreja Católica: A questão social no período republicano. **Revista Eletrônica História em reflexão**. V.13, n.26, p.7-22. jul.-dez. 2019. Dourados, MS.

SILVA JUNIOR, José Roberto da Silva; SOARES, Alessandra Silveira Borghetti. Sergipe na Segunda Guerra Mundial: um breve histórico do impacto e influência da guerra no território sergipano. **Boletim do Tempo Presente**, Aracaju, n.13, 2019, p. 17-36, Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente>.

SOUZA, Josefa Eliana. O “Correio do colegial” (1938-1972) e as representações sobre saúde e higiene. In: **Anais** do Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, VIII, 2010, São Luís.

TRINDADE, Mônica Porto Apenburg. Sob suspeita: o combate aos estrangeiros em Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial (1942). **Revista Boletim Historiar**, Sergipe. n. 04 jul./ago. 2014, p.45-61.

Escola Normal

Orgão mensal dos alunos do
Grupo Escolar "Carlos Gomes"
Diretor = Epitácio Bittencourt
Gerentes = Estanislau Paserni
Reporteres = H. Ramos e P. Acórd
Ano - II
Imprimir 30 de Maio de 1942

Carmelita Fontes
(3º classico)

Será o reflexo desta luz po-
tente na continua estru-
ção da coisa antiga.

Não temas d' ser a verda-
de: preferê-a sempre à men-
tra: aquela nos faz coçar
porque é dura profiri-las: esta
nos deixa uma sensação
ridícula do que é capaz uma
alma mesquinha que se deixa
vencer por uma tendên-
cia inferior do homem.

Se grande, estudante, se
forte! Tu que és hoje uma
centelha, uma parte, seras
amanhã uma farol, o al cer-
ce da construção moral de
tua Pátria!

Sobre Música

Será realizada no próxi-
mo dia 9, quarta-feira, a pri-
meira conferência da série
que fazemos realizar no In-
stituto Histórico e Geográ-
fico de Sergipe, conforme
anunciamos na quinta pa-
gina.

Será proferida pelo co-
nhecido e estimadíssimo
meatre Dr. Felte Bezerra,
que falara aos meços sergi-
pianos, a respeito da música
sergipana.

Serão apresentadas ao
público culto de nossa
terra, no próximo mês de
dezembro, duas grandes
óperas, pelo elenco do
TEATRO DO COLÉGIO
ESTADUAL DE SERGI-
PE, recentemente eriado
pela professora Maria
Thesis Nunes, elenco es-
te, que conta com os mais
destacados cartazes do
nosso meio.

"OS PALHAÇOS"

Ópera dramática em dois
atos, livreto e música de
Ruggiero Leoncavallo.

"MADAME BUTTER- FLY"

Ópera em dois
atos, livreto de Illica e
Giacosa, música de Gi-
acomo Puccini; ambas tra-
duzidas para o português.

Estas apresentações,
não serão feitas como tan-
to desejávamos no Audi-
tório do Colegio Estadu-
al, no em
trabalhand
guir o Cin
ria por um
adaptável
estes pois a
espacioso, a
requisitos
pazes de a
sas necessi
Para es
ções, o cas
Colégio Est
gipe conta
sima colab
toridades e
res, e dos
e discente
tal; como t
logas estu
hia, para o
no dia 5 ú
ca do todo
cessário, o
lington No
desta gran
estudantil.
TRO DO
TADUAL

var-nos a apreciar a mais
bela das artes.

Que todos os Estudantes
do Colegio Estadual e
amantes da musica compa-
racem a Casa de Straps no
próximos dia 9, e-o que espe-
ramos.



O dia 11 de maio

COLEGA EST
COOPER
NOSSO G
SELI DEV
SOMENTE
PODERA
GUMA CO

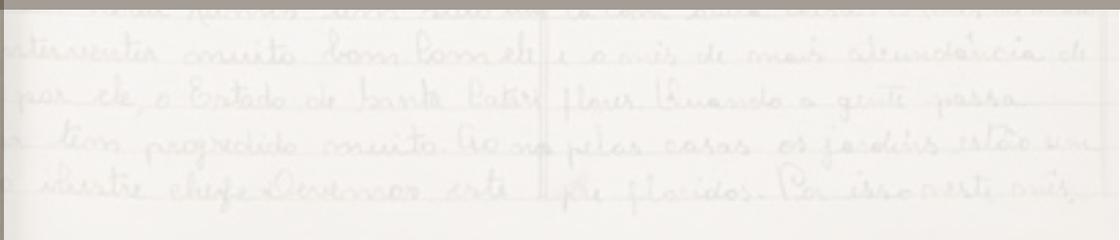
Este grupo de trabalho
muito obrigado a
Senhoras, senhoras
nael administrat
obras em mesre b
com a missão es
de pela terra bo
Seu escorço de
ti Grupo, este
gratidão se ou
timado chefe

O dia 11 de maio
de maio foi comemorado
pasade maio um aniversário
de governo de Sr. Marechal
de Sr. Marechal tem sido um
interessante muito bom
por ele, o Estado de Santa
tem progredido muito
este chefe devemos este

(2)

INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS, DISCIPLINAS E INTELLECTUAIS DA EDUCAÇÃO





FRAGMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR: MATIZES DE THÉTIS NUNES COMO DIRIGENTE DO ATHENEU SERGIPENSE (1951-1955)

ADRIANA DE ANDRADE SANTOS

INTRODUÇÃO

No século XIX, o cargo de direção era eminentemente masculino. Todavia, com a criação dos grupos escolares¹, as portas desse ramo se abriram para o sexo feminino. Segundo Penteadó e Neto (2012, p. 88), foi por meio do § 2º, art. 55, do Decreto nº 518/1898 que a mulher teve “permissão para assumi-lo na hierarquia administrativa da Instrução Pública Paulista”.

1 Para saber mais sobre os grupos escolares em Sergipe ler, entre outros: Azevedo (2011); Santos (2014); Oliveira, J., Oliveira, R. e Costa (2024).

O referido decreto previa que quando não fosse possível reunir no mesmo prédio as escolas de ambos os sexos, poderia o grupo escolar ser dividido em duas seções (uma masculina e outra feminina), sendo confiada a direção da seção feminina a uma professora (São Paulo, 1898). Conquanto, para que tal feito se realizasse, fazia-se imprescindível “que as construções tivessem a capacidade de reunir escolas para os dois sexos. Nesse caso, poderiam ser abrangidas, em prédios diferentes, a seção masculina e a seção feminina, cuja direção poderia ser assumida por uma mulher” (Penteado; Neto, 2012, p. 88).

Rosa Fátima de Souza (1998) em *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)* reitera a importância do diretor na organização dos grupos escolares paulistas, sendo ele o cabeça, elemento-chave e fundamental para a organização da escola graduada; interlocutor da escola com a administração do ensino, nomeado pelo governo e escolhido entre os professores.

Fato semelhante ocorreu com Maria Thetis Nunes, nomeada por meio do decreto de 15 de dezembro de 1951 pelo governador Arnaldo Garcez (1951-1955), tornou-se a primeira diretora mulher a assumir a direção do Atheneu Sergipense (1951-1955), período considerado nacional-desenvolvimentista (1946-1964), no qual “refletiam o movimento e a expansão industrial, dentro dos moldes do capital internacional” (Gallindo; Andreotti, 2012, p. 136). Esses autores partilham do entendimento de administração como um fenômeno geral por se fazer presente “na organização e domínio do modo de produção de várias sociedades desde a antiguidade” (Gallindo; Andreotti, 2012, p. 136).

No entanto, na visão desses autores, a administração se tornou mais explícita e estruturante, submersa ao modelo de produção capitalista pelo fato deste ter como objetivo a acumulação de capital, desencadeando assim “a sistematizada exploração máxima da força de trabalho e o controle rigoroso do capital” (Gallindo; Andreotti, 2012, p. 136).

Ademais, o dirigente escolar ocupou nesse período uma posição hierarquicamente constituída, também assumiu um papel de comando dentro da concepção da administração empresarial. Entretanto, o diretor tinha que subordinar-se à legislação vigente, cumprindo com as políticas públicas de estado, “fixando sua ação na área administrativa e não pedagógica” (Gallindo; Andreotti, 2012, p. 140). Dito isto, intenta-se com este artigo ilustrar matizes da trajetória de Thetis Nunes como dirigente do Atheneu Sergipense por meio da análise de correspondências expedidas e recebidas por essa instituição educacional.

MATIZES DE THETIS NUNES COMO DIRIGENTE DO ATHENEU SERGIPENSE (1951-1955)

Ao final de 1870, o então diretor geral da Instrução Pública, Manuel Luiz Azevedo d'Araújo organizou o Regulamento Orgânico que criou a principal Casa de Educação Secundária do Estado de Sergipe – O Atheneu Sergipense², da qual, também foi o primeiro diretor (1870). Várias foram as denominações assumidas pela instituição ao longo dos seus 153 anos de fundação:

2 Para saber mais acerca da história do Atheneu Sergipense, sugere-se a leitura de: Alves (2005) e Alves, Oliveira e Costa (2021).

Atheneu Sergipense (1870), Lyceu Secundário de Sergipe (1881), Escola Normal de Dois Graus (1882), Atheneu Sergipense (1890), Atheneu Pedro II (1925), Atheneu Sergipense (1938), Colégio de Sergipe (1942), Colégio Estadual de Sergipe (1943), Colégio Estadual Atheneu Sergipense (1970) [...] (Alves, 2005, p. 81-82).

Sendo Atheneu Sergipense a mais utilizada (1870, 1890, 1938). Desde que passou a ser Centro de Excelência em 2003, atende por Colégio Estadual Atheneu Sergipense. Inclusive diversos foram os intelectuais que assumiram a direção do Atheneu Sergipense: Vigário José Luiz d’Azevedo (1871-1874); Aristides da Silveira Fontes (1916); Jucundino de Souza Andrade (1921); Abdias Bezerra (1922-1923); Alcebíades Correia Paes (1923); Leandro Diniz de Faro Dantas (1926); João Andrade Carvalho (1932-1935); Joaquim Vieira Sobral (1935-1941); Feltre Bezerra (1941-1942); Dr. José Augusto da Rocha Lima (1942-1944); João Alfredo Montes (1946-1947); Maria Thetis Nunes (1951-1955), “considerada a melhor Diretora do Colégio Estadual de Sergipe”, conforme documento do Serviço Nacional de Informações (SNI, 1976). Vale frisar que a segunda mulher a assumir a direção do Atheneu Sergipense foi Rosália Bispo dos Santos³ em 1965.

Nesse bojo, de forma sucinta e por meio das fontes (Correspondências Expedidas e Recebidas pela Instituição) proponho ilustrar as realizações que levaram Thetis Nunes a ser considerada a melhor Diretora do Atheneu Sergipense. Designada pelo governador Arnaldo Rollemberg Garcez para assumir o cargo,

3 Para saber mais a respeito da trajetória de Rosália Bispo dos Santos na educação sergipana (1960-1991), ler Maciel (2016).

iniciou suas funções em 17 de dezembro de 1951. Mal assumiu a direção, ao adentrar-se o ano de 1952, teve que prestar contas ao Departamento de Educação das atividades desenvolvidas pela gestão anterior, na pessoa do professor Joaquim Vieira Sobral. Diga-se de passagem, figura importantíssima na vida de Thetis Nunes, foi seu mestre no ensino secundário⁴ e posteriormente colega de profissão (ensino secundário e superior).

Em um relatório datilografado de quatro laudas, a gestora iniciou o documento expondo a situação do edifício recém-construído, porém inacabado. Em seu parecer, o prédio necessitava de adaptações para atender ao total de 841 alunos matriculados para o ano letivo de 1952, nos cursos ginásial e colegial. Alunos estes que necessitavam urgentemente de uma área coberta, na qual pudessem recrear. Até onde as fontes em mãos revelam, problema não sanado pela gestora.

Gravíssimo problema para época, eram as práticas de educação física realizadas de forma desordenada e em plena rua, na qual se expunha as figuras das moças “fato que deu margem a inúmeras reclamações, não só por parte da Inspetoria Federal através de ofícios encaminhados à Diretoria passada, como de pais de alunas, pois as moças estavam sujeitas aos ditos de quem passasse pela rua” de acordo com o Livro de Correspondências (Cemas, 1952, p. 9). Ideologicamente cabia a mulher brasileira na década de 50 do século XX, a moral e os bons costumes. Eram preparadas para “maternidade, casamento e dedicação ao lar” (Bassanezi, 2007, p. 609).

4 Para saber mais sobre os professores de Thetis Nunes, ler, entre outros: Santos (1999) e Oliveira (2017).

Isto posto, como solução imediata a gestora propôs o aproveitamento do campo de esportes Adolfo Rolemberg. Assim, passaram-se dias, incontáveis foram os pedidos da dirigente aos órgãos responsáveis para sanar este problema, como nada era feito, propôs, em 1953, que fosse feita a muragem e o aterro parcial do terreno lateral da instituição de ensino. Também lhe preocupava o quadro de profissionais desse segmento, que contava com 20 pessoas extranumerárias mensalistas, designadas, contratadas, médicos e professor. Grosso modo, quase todos sem nenhum curso de especialização, conforme o Livro de Correspondências (Cemas, 1952). Daí sugeria Thetis Nunes que, além do professor, houvesse também um assistente especializado na área.

Dito isto, constatou-se que durante a gestão de Thetis Nunes tanto alunos, como profissionais da casa, deslocaram-se para o Rio de Janeiro a fim de especializarem-se na Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD). Foi o caso dos monitores Luiz Barbosa e José Carlos Freire Calazans, e do aluno José Sotero Filho que cursava a 2ª série do curso científico contemplado por uma bolsa de estudos.

No que concerne ao quadro docente em geral, o documento revela que na visão de Thetis Nunes, os professores se encontravam sobrecarregados, com turmas em excesso, tendo em vista que faltavam lentes para assumir determinadas disciplinas. Devido ao alto custo de vida da época esses profissionais se viam obrigados a desdobrarem-se para cumprir com o orçamento doméstico. Para tanto, diante da situação, a dirigente propunha a criação de um quadro de professores extranumerários igualmente o existente no Colégio da Bahia, preenchido por meio

de concurso. Atuavam na instituição “professores catedráticos (efetivo e substituto), contratados e designados” (Santos, 2021, p. 100). Dos quais sublinho alguns catedráticos a exemplo:

Alberto Bragança de Azevedo; Augusto Pereira de Azevedo; Dalva Linhares; Dr. José Rollemberg Leite; Francisco Portugal Cajueiro; Felte Bezerra; Gentil Tavares da Mota; Gonçalo Rollemberg Leite; João Alfredo Montes; João Evangelista Cajueiro; João Batista Perez Garcia Moreno; Joaquim Vieira Sobral; José Augusto da Rocha Lima; José Barreto Fontes; José Olinó de Lima Neto; Lucilo da Costa Pinto; Manuel Franco Freire; Manuel Ribeiro; Maria Thetis Nunes; Napoleão Agelio de Oliveira Dóres; Pe. José de Araújo Mendonça e Virgínio Santana (Santos, 2021, p. 109).

Notabiliza-se que, o que mais preocupava e demandou esforços à Thetis Nunes foi a biblioteca escolar por se encontrar desorganizada, sem um salão adequado, sem método de catalogação, fichário e nem plano para aquisição de novos livros de leitura. Na concepção dela, a Biblioteca escolar em 1953, já contava com “melhores exemplares para empréstimo ao estudante pobre, *facilitando assim* o estudo, tendo em conta o alto nível de vida” de acordo com o Livro de Correspondências (Cemas, 1953, grifo do autor).

No decurso de sua gestão, após conclusão do salão destinado à Biblioteca foi realizada uma reorganização total neste setor que passou a exercer sua real finalidade. Constatou-se também que inúmeras foram as solicitações quanto a aquisição de materiais permanentes, como livros, revistas e outras publicações

destinadas à biblioteca. Com muita diligência e persistência, Thetis Nunes pôs em funcionamento o salão destinado a Biblioteca, também conseguiu adquirir novos livros e catalogá-los por número de registro e classificação, nome do autor e título das mais variadas obras (poemas, enciclopédias, orações, didáticos, ensaios, anais, dentre outras). Convém cintilar a importância de tal documento aos pesquisadores das áreas das exatas e humanas (História, Geografia, Língua Portuguesa, Literatura, Religião, Filosofia, Química, Física) interessados em pesquisar sobre os compêndios adotados pela instituição no período estudado.

Por fim, a criação do auditório-teatro do Atheneu Sergipense, foi a “menina dos olhos” de Thetis Nunes, sua construção se deu por meio do Decreto n.º 206, de 02 de junho de 1953, que liberou a verba de dois milhões e oitocentos e um mil cruzeiros (Cr\$ 2.801.000,00). Tamanho foi o contentamento da dirigente que por ocasião da inauguração proferiu as seguintes palavras:

Este auditório é o triunfo da Esperança. A esperança de sua construção é longínqua, muitos o sonharam. A realidade, porém, só hoje temos, graças à ousadia e ao espírito empreendedor do governador Arnaldo Garcez. Data do início do seu governo, o sonho da construção do auditório, sonho exposto à Congregação do Colégio Estadual de Sergipe e entusiasticamente recebido, havendo de logo apaixonados dela sobretudo os professores Manuel Ribeiro e Felte Bezerra [...] (Nunes, 1997 *apud* Santos, 1999, p. 31).

O auditório era anexo a escola, sendo encarregado, de administrá-lo, por decreto governamental uma comissão de membros da congregação do Atheneu Sergipense.

CONSIDERAÇÕES

Conclui-se que, ao acompanhar as transformações da sociedade, a administração do sistema escolar foi constituindo-se e modificando-se. De acordo com Penteado e Neto (2012), foi com a criação dos grupos escolares na Primeira República que se instituiu o cargo e a função de diretor de escola. Neste período, as instituições escolares reproduziam suas formas de organização; pregava-se o discurso que era voltado para toda a sociedade, no entanto, seu atendimento quanto à estrutura de classes era diferenciado.

Outrossim, o quadro da gestão escolar no Brasil, nos dias hodiernos, encontra-se em inércia, visto que, mesmo com a exigência de aprovação em concurso público para ocupar os mais variados cargos no magistério, são recorrentes as nomeações de dirigentes escolares por meio de indicações políticas contrariando o que prevê a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Acerca de Thetis Nunes, destaco seu engajamento para com a educação brasileira e seu forte senso de liderança, pois liderou com destreza a congregação do Atheneu Sergipense composta de 21 membros do sexo masculino. Inclusive todos célebres intelectuais⁵ que não se deixaram ater as questões de gênero e a respeitavam como líder.

Inúmeras foram as ações da dirigente Thetis Nunes e daqueles que lhes prestaram grandes préstimos durante o período

5 O conceito de intelectual aqui empregado, baseia-se na primeira acepção defendida por (Sirinelli, 2003). Desse modo, entendo-os enquanto produtores, divulgadores e receptores dos produtos culturais da época em voga.

que permaneceu à frente do Atheneu Sergipense: a criação de um Gabinete Dentário, disposição e aparelhamento dos laboratórios de História, Geografia, Física, Química, Desenho e Trabalhos Manuais. Assim como aparelhou, também, as salas de aulas, sala dos professores e direção; providenciou a manutenção do prédio e aquisição de novos materiais para prática de Educação Física e, principalmente, para a Biblioteca, dentre outros.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense**: traços de uma história. Aracaju: ADGRAF, 2005.

ALVES, Eva Maria Siqueira; OLIVEIRA, João Paulo Gama; COSTA, Rosemere Marcedo (Orgs.). **Álbum Atheneu Sergipense**. Aracaju: Códice, 2021.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Celebração do civismo e promoção da educação: o cotidiano ritualizado dos Grupos Escolares de Sergipe no início do século XX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n° 62, p. 93-115, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/RP6qzwb6hV-WdtjYYgtS9MsK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BASSANEZI, Carla. Mulheres os anos dourados. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 607-639.

CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. **Livro de Correspondência**. (1952). Doc. 64FASG1S05. (1953). Doc. 1206FASG1S05.

CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. **Livro de Correspondência**. (1953). Doc. 1206FASG1S05.

GALLINDO, Jussara; ANDREOTTI, Azilde L. A administração escolar no nacional desenvolvimentismo (1946-1964). In: ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, José Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (Orgs.). **História da administração escolar no Brasil**: do diretor ao gestor. Campinas, SP: Alínea, 2012.

MACIEL, Ane Rose de Jesus Santos. **Entre fatos e relatos**: as trajetórias de Carmelita Pinto Fontes e Rosália Bispo dos Santos na educação sergipana (1960- 1991). 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

NUNES, Maria Thetis. Declaração de Maria Thetis Nunes, em entrevista a Maria Nely Santos em (21.12.1997). In: SANTOS, Maria Nely. **Professora Thétis**: uma vida. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; OLIVEIRA, Roselusia Teresa de Moraes; COSTA, Rosemeire Marcedo (Orgs.). **Educação primária**: instituições e práticas educativas em Sergipe no início do século XX. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2024. 290 f.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. Vestígios “dos jovens anos escolares” de uma intelectual brasileira: itinerários da aluna Maria Thetis Nunes no Atheneu Sergipense (1935-1941). **Revista de História e Historiografia da Educação**. Curitiba, Brasil, v. 1, n. 1, p. 174-192, janeiro/abril de 2017.

PENTEADO, Ana Elisa de Arruda; NETO, Luiz Bezerra. As reformas educacionais na primeira república (1889-1930). In: ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, José Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (Orgs.). **História da administração escolar no Brasil**: do diretor ao gestor. Campinas, SP: Alínea, 2012.

SANTOS, Adriana de Andrade Santos. **“Por força das circunstâncias”**: Maria Thétis Nunes na direção do Colégio Estadual de Sergipe (1951-1955). 2021. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Aos pés da águia alada: os grupos escolares e a infância sergipana nos tempos de Graccho Cardoso (1922-1926). **Interfaces Científicas - Educação**, v. 2 n. 3. p. 59-70, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2014v2n3p59-70>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SANTOS, Maria Nely. **Professora Thétis**: uma vida. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.

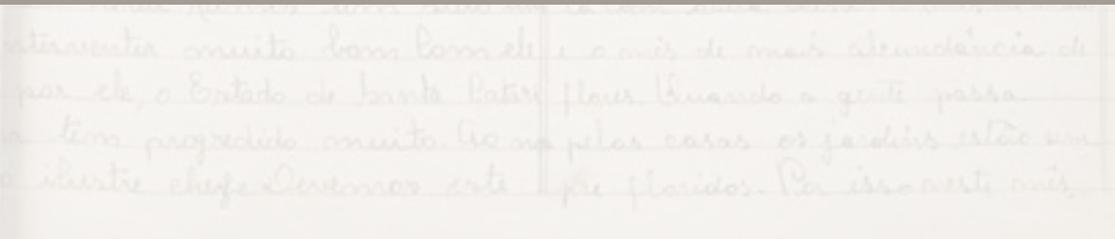
SÃO PAULO. **Decreto nº 518, de 11 de janeiro de 1898**. Aprova e manda observar o regulamento para execução da lei n. 520, de 26 de agosto de 1897. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/>

legislacao/decreto/1898/decreto-518- 11.01.1898.html. Acesso em: 01 de mar. 2021.

SIAN, Sistema de Informações do Arquivo Nacional. **Serviço Nacional de Informações (SNI)**, 1976. Doc. ACE 376/82.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.



GESTÃO FEMININA NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE¹

JUSELICE ALVES ARAUJO DE ALENCAR

INTRODUÇÃO

Com a redemocratização do Brasil, assegurada na Constituição Federal de 1989, as políticas públicas educacionais tomam um novo fôlego, e questões antes esquecidas viraram discussões nacionais, pois “o nó da escola convencional foi desatado: foram percebidos como positivos o horário integral para

1 Artigo apresentado à disciplina “História da Educação, Arquivo e Patrimônio Histórico Educativo” ministrada pelo prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira, no período de 2022.2, no Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS).

os professores, o tempo disponível para o planejamento, a formação continuada [...] o desenvolvimento da capacidade de gestão escolar, com autonomia e participação” (Gomes, 2010. p. 59).

Vale dizer que a educação para todos percorreu um longo período para se estabelecer, “entre os países ditos civilizados, começava-se a oferecer essa condição, durante o transcorrer do século XIX, e nos meados do século XX se cogitou essa possibilidade, nos denominados países subdesenvolvidos”, dentre eles o Brasil (Teixeira, 2005, p. 203). Portanto, a educação para as classes menos abastadas, para as classes populares, para os filhos do povo, nunca foi ofertada sem a insistência, sem a luta daqueles que dela precisavam ou sentiam a necessidade de melhorar de vida. Conseqüentemente, o caminho que a educação pública percorreu e a gestão das escolas de educação básica para se configurar no modelo que temos hoje só se estabeleceu com o advento da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional n.º 9394/96.

E, nesse sentido, o presente artigo objetiva problematizar os variados conceitos de gestão democrática escolar, contrapondo com o conceito de administração escolar para, em seguida, analisar o conceito “as três culturas da escola” de Agustín Escolano Benito (2017).

ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS

No Brasil, a administração escolar percorreu todos os períodos da história da educação, iniciando com a educação jesuítica, e concluindo com a chamada Nova República, de 1984, até os dias atuais (Andreotti; Lombardi; Minto, 2013).

As ideias que orientaram a administração escolar, antes de ser concebida como gestão democrática do ensino público, que somente foi assegurada com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional n.º 9694/96, foram baseadas nos pressupostos da abordagem Clássica da Administração, composta de duas correntes que se desenvolveram no início do século XX, muito embora com contextos diferentes. São eles: nos Estados Unidos, a Escola de Administração Científica, com seu principal expoente Frederick Winslow Taylor; na França, a Teoria Clássica, do teórico Henri Fayol. A principal característica dessas escolas, segundo Chiavenato (2003, p. 48), é que “a primeira abordagem desenvolveu uma teoria administrativa com ênfase nas tarefas, enquanto a segunda a ênfase estava na estrutura”.

Essas correntes deram o tom no tocante aos contextos históricos sobre administração. A administração escolar, segundo Sander (2007, p. 21), configurava-se em “memórias, relatórios e descrições de caráter subjetivo, normativo, assistemático e legalista”; e somente com o Manifesto dos Pioneiros da Educação, essa pauta começa a aparecer, e quatro teóricos se destacam com produções literárias versando sobre a temática Administração Escolar, são eles: Antonio Arruda Carneiro Leão (1945), José Querino Ribeiro (1986), Manoel Bergstrom Lourenço Filho (2007) e Anísio Spínola Teixeira (1997).

Para Leão (1945, p. 158), “a administração da educação começa a inspirar-se na organização inteligente das companhias, das empresas, das associações industriais ou comerciais bem aparelhadas”, assim o autor situa a administração escolar no Fayolismo e, nessa dimensão, o Diretor escolar é a figura central, visto que é quem “dirige o trabalho modelador de outras

vidas, ajuda a progredir, mental e moralmente a comunidade inteira. É o líder, condutor educacional de sua gente, o árbitro nos assuntos de educação” (Leão, 1945, p. 158).

Ribeiro (1986) defende cinco princípios da administração escolar, que podem ser percebidos na filosofia pedagógica do movimento da Escola Nova. Segue-os: Liberdade, Responsabilidade, Unidade, Economia e Flexibilidade (Ribeiro, 1986, p. 50-56).

Assim, o autor utiliza, segundo Drabach e Mousquer (2009), a teoria da Administração Científica de Taylor e a Teoria Clássica de Fayol para construir a sua teoria de Administração Escolar.

Lourenço Filho (2007) afirma que as teorias clássicas da administração, o Taylorismo e o Fayolismo, julgam os indivíduos que exercem funções administrativas ou de coordenação como algo sem importância no processo e, conseqüentemente, são pessoas, segundo as teorias clássicas da administração, que não agregam valor e nem contribuem no processo decisório que pode levar ao sucesso de uma instituição escolar. Para o autor,

uma decisão administrativa, bem fundamentada para certo nível funcional, poderá perder tal caráter em outro. As expectativas de um plano de mais baixo em relação a outro, ou inversamente, podem ser bastante diferenciadas, como variados serão certos efeitos que as condições sociais de trabalho produzam sobre as pessoas, como pessoas participantes de um *grupo solidário*, não simplesmente elementos que se distribuem tarefas dispersas (Lourenço Filho, 2007, p. 55).

Para o autor, gerir processos educacionais é antes reconhecer o valor das pessoas, investir nas condições de trabalho, ten-

do em vista que todos são corresponsáveis pelo sucesso ou pelos resultados não tão bons que acaso a escola apresente como resultado da sua ação pedagógica. Vai para além de fazer juízo de valor, entre o que deu certo ou não durante o desenvolvimento do trabalho, antes buscar entender por que o grupo ou o indivíduo não conseguiu executar a tarefa.

Teixeira (1997, p. 153) defende mudanças na estrutura das escolas, visto que o que era antes oferecido a “uma pequena parcela da população, a elite, agora a escola é para todos” e ressalta que não se trata apenas para todos, mas de que “todos aprendam”. Atitude essa que se refletirá na administração escolar, “a administração deve conseguir uma organização de eficiência uniforme da escola, para todos os alunos — *organização e eficiência em massa*” (Teixeira, 1997, p. 166). Fica clara a preocupação de Anísio Teixeira com a qualidade do ensino, com a formação dos professores, com a expansão dos sistemas escolares, onde muitas vezes nas regiões mais carentes um mesmo professor administra a escola, a regência de classe, distribui lanche, faz a limpeza da sala etc. Diante disso, a administração escolar para Teixeira vai requerer uma nova maneira de fazê-la,

[...] em educação, o alvo supremo é o educando a que tudo mais está subordinado; na empresa, o alvo supremo é o produto material [...], a humanização do trabalho é a correção do processo do trabalho, na educação o processo é absolutamente humano[...]. São, assim, as duas administrações polarmente opostas (Teixeira, 1964, p. 15).

Com essa mudança de pensamento em torno da administração escolar, a legislação educacional, através da Lei de Dire-

trizes e Bases da Educação Nacional n.º 4.024 de 1961, no artigo 42, definia, pela primeira vez, que o Diretor da escola deveria ser educador qualificado, definição dada pelo Conselho Federal de Educação (CFE), no Parecer n.º 93/62. Permanecendo assim até sair a “Reforma do Ensino Superior com a Lei n.º 5.540 de 1968, que determinou a formação do administrador escolar”. Essa determinação foi regulamentada pelo “Parecer n.º 252/69, aprovado no dia 05/03/1969, e pela Resolução n.º 02/69, que ordenava sobre a estrutura, o funcionamento e os mínimos curriculares do curso de Pedagogia exigidos para a formação de Diretor de Escola” (Clark; Nascimento; Silva, 2013, p. 162).

Segundo Cortina (1999), com a promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional n.º 5.692 de 1971, o cargo de Diretor de Grupo Escolar foi extinto e criado o de Diretor de Escola. Carneiro (2015) indica que “o horizonte deste conceito de gestão é o da construção da cidadania [...] em contraponto à ideia de subalternidade [...], na ideologia da burocracia, o eixo é a hierarquia autoritária, na gestão democrática é substituída pela construção da hegemonia da vontade comum” (Carneiro, 2015, p. 71). Portanto, a exigência para o profissional da educação que se coloca como um gestor escolar, segundo esse autor, será necessário seguir doze passos:

Liderar — mais do que conduzir pessoas, é necessário gostar de lidar com elas; **Dialogar** — mais do que falar, é necessário ouvir com atenção e paciência; **Propor** — mais do que transmitir, é necessário criar formas de fazer convergir ideias e intencionalidades; **Planejar** — mais do que sequenciar ações, é necessário desocultar consequências possíveis; **Coordenar** — mais do que ordenar, é necessário

buscar consensos e convergências; **Articular** — mais do que impor comando, é necessário propor parcerias; **Delegar** — mais do que descentralizar a gestão, é necessário potencializar e valorizar os espaços de decisão; **Captar** — mais do que controlar as situações do dia a dia, é necessário fazer uma leitura adequada do contexto e dos atores com as suas representações sociais e projetos de vida; **Envolver** — mais do que multiplicar os assistentes, assessores e colaboradores da burocracia administrativa, é necessário motivar as pessoas, valorizando suas formas de participação; **Distribuir** — mais do que repassar tarefas, é necessário recriar rotas possíveis na direção da construção de uma inteligência coletiva; **Ressignificar** — mais do que substituir os trajetos individuais, é necessário atualizar os projetos institucionais; e **Avaliar** — mais do que julgar condutas, no exercício do arbítrio do poder, é necessário estimular a visão da totalidade, sob a iluminação dos princípios e fins da educação, nos termos do Título II, artigos 2º e 3º da LDB 9394/96 (Carneiro, 2015, p. 72-73, grifos nossos).

A Administração Escolar adquire, a partir dessa perspectiva, um novo olhar, uma nova roupagem e passa a ser objeto de atenção dos governantes, dos sindicatos de professores, de associação ligadas à educação, visto que o “processo de democratização das escolas está imbricado na redemocratização do nosso país, e isso se refletiu na luta por eleições direta para diretores de escolas entre as décadas de 1980 e 1990” (Carneiro, 2015, p. 287). Hoje, pode-se afirmar que a compreensão do conceito de gestão democrática do ensino público passou por uma evolução,

tem um outro entendimento que envolve, para além da escolha por eleição de diretores, um conjunto de elementos constitutivos da gestão educacional, dentre os quais podem-se destacar: “- governo descentralizado e colegiado; - autonomia financeira e pedagógica; - participação de diferentes segmentos na escolha da direção, a saber: professores, alunos, pais ou responsáveis, funcionários, representantes da comunidade” (Carneiro, 2015, p. 288).

Portanto, não podemos conceber administração escolar sem considerar os elementos constitutivos elencados acima, visto que o modelo sociopolítico do nosso país se fundamenta através desses pilares. Dessa forma, se as escolas reproduzem o reflexo da sociedade, os princípios que regem uma democracia precisam fazer parte também do modelo de administração pública escolar.

AS QUATRO PROFESSORAS GESTORAS DO CODAP

Assim, a forma como foi encaminhada a gestão do Ginásio de Aplicação, atualmente Colégio de Aplicação, durante o marco temporal que pretendo investigar com mais profundidade durante o percurso do doutoramento, muito se dará à luz das leis das diretrizes educacionais que regiam o ensino no país e se destacavam em cada período.

O estudo sobre as práticas de gestão escolar das professoras gestoras, a partir do marco inicial da pesquisa, 1959, ano da fundação do Colégio de Aplicação, será iniciado pela gestora fundadora, a professora Rosália Bispo dos Santos; da sua sucessora, a segunda gestora, a professora Lindalva Cardoso Dantas; e após as ações das últimas professoras gestoras, quais sejam, as

professoras Terezinha Belém Carvalho Teles, e a professora Iara Mendes Freire, cuja função foi exercida por mais de dez anos, encerrando o seu mandato em 1989, o que justifica o marco final desta pesquisa.

O interesse é refletir sobre a atuação dessas mulheres: a professora Rosália Bispo dos Santos, que atuou como gestora fundadora, a partir de 1959 ao início do ano de 1964, quando chamou para si toda a responsabilidade de dar forma à instituição que despertava o interesse da sociedade sergipana e, para além disso, assumiu o serviço de orientação educacional, ao tempo que ministrava aulas de Francês, Educação Física e Português (Acervo do CEMDAP – Documentos da década de 1960 – pacotilha 91); e a sua sucessora, a professora Lindalva Cardoso Dantas, que assumiu os destinos do Ginásio de Aplicação, em 1965, onde permaneceu até o ano de 1968, quando o colégio passou a fazer parte da estrutura da Universidade Federal de Sergipe. Continuando o trabalho implantado pela sua antecessora, fundou o serviço de orientação educacional e de assistência social e, para além disso, assumiu regência de classe, ministrando aulas de Ciências (Acervo do CEMDAP – Documentos da década de 1960- pacotilha 91).

Além das já citadas, também faz parte da reflexão a professora Terezinha Belém Carvalho Teles, que exerceu o cargo do ano de 1974 a 1979, chegando para atuar como professora a convite de Dom Luciano, quando ainda cursava o 3º ano de faculdade. A professora Terezinha enfrentou durante o seu mandato várias dificuldades, dentre algumas, a possibilidade de o colégio extinguir suas atividades, além das dificuldades financeiras que a escola enfrentava, visto que não tinha autonomia financeira,

dependia da reitoria da universidade (Acervo do CEMDAP – Atas de reuniões de pais e mestres – 1976-1986 – pacotilha 60). Também faz parte deste estudo a professora Iara Mendes Freire, que atuou do ano de 1980 ao final do ano de 1989. As fontes indicam que, no início do ano de 1990, ainda exercia a função, chegou no GA para lecionar a convite da professora Lindalva, no ano de 1967, foi Coordenadora da área de Ciências, eleita várias vezes, enfrentou uma eleição para sair vencedora e ser a gestora do CODAP e conseguiu incluir o CODAP como órgão suplementar da UFS (Acervo do CEMDAP – Atas das reuniões do Conselho Técnico (1980-1989 – pacotilhas 08 e 13).

Assim, esse estudo levanta as seguintes questões: Quais as ações, as experiências e os desafios enfrentados pelas professoras? Quais as suas redes de sociabilidade? Como elas ganharam o respeito dos alunos, dos colegas professores, dos funcionários, dos pais dos alunos, da comunidade, em uma escola em que o acesso dos estratos sociais mais pobres não era comum? A legislação vigente de cada período influenciou positivamente ou ao contrário, dificultou a administração das professoras gestoras?

O CODAP, instituição onde as professoras exerceram primeiramente o magistério, e logo em seguida passaram a ser gestoras escolares, segundo Conceição (2023), foi fundado em 1959, inicialmente chamado de Ginásio de Aplicação, e tinha como objetivo servir de campo de estágio aos alunos da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, a partir do Decreto-lei n.º 9.053 de 12 de março de 1946 e, no ano de 1966, foi autorizado a ofertar o segundo ciclo ginásial, passando a ser denominado de Colégio de Aplicação, pois “ o antigo Ginásio de Aplicação, hoje

denominado de Colégio de Aplicação (CODAP), foi criado pela Sociedade Sergipana de Cultura, presidida pelo padre Luciano José Cabral Duarte” (Martires, 2016, p. 197). E ainda no ano de 1968, quando a Universidade Federal de Sergipe foi fundada, o Colégio e a Faculdade de Filosofia foram incorporados à estrutura funcional da UFS (Conceição, 2023).

CULTURA ESCOLAR

Segundo Escolano Benito (2017, p. 119), entende-se por Cultura Escolar “como conjunto de práticas e discursos que regulam a vida das instituições de educação formal e a profissão docente”, portanto, “a nova história cultural recriou a imagem da escola como centro de produção de cultura, e não como uma instituição gregária e reprodutora das formas culturais estabelecidas” (Benito, 2017, p. 120). Assim, a cultura como prática escolar e a experiência como método de aprendizagem nos remetem ao empirismo como uma condição essencial para a produção de aprendizagens significativas. O passado nos ensina que, apesar das tentativas de silenciar a prática empírica e cultural dos professores, considerada por alguns como ingênua, e das tentativas de normatizar o modelo docente, a cultura dessa prática subestimada continua a sobreviver. Isso nos fortalece na compreensão de que a práxis escolar é, em si, um currículo e são “normas” que continuarão a ser aceitas. O livro “A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia”, de Agustín Escolano Benito, traz a questão do conhecimento humano baseado nas experiências vividas, como condição de também ser capaz de produzir aprendizagens significativas, pois

em todos os tempos, os pragmatistas ou os empiristas – assim como Lourenço Filho denominava os educadores inovadores – ensaiaram novas formas de ação, umas fecundas, outras desastrosas, porém todas orientadas para o progresso [...], o que nasceu primeiramente [...] foi a arte empírica, não a ciência (Benito, 2017, p. 51).

Dessa maneira, mediante o conceito das três culturas (empírica, acadêmica/científica e política), imbricada no âmbito da escola, no caso específico do Colégio de Aplicação, perpassaram na prática da gestão escolar das professoras, mesmo que imperceptível, uma vez que as práticas sociais e os fazeres comportamentais no exercício de alguma função, e especificamente da função docente, assim se apresentam:

[...] as práticas não são ações neutras, mas criações socio-culturais dotadas de significado e de discurso. Nutrem-se de memórias que são portadoras de um sentido cultural definido e contribuem para o desenvolvimento da profissionalidade dos docentes (Benito, 2017, p. 168).

Vale conceituar “as três culturas da escola”, segundo Escolano Benito, para dessa maneira perceber se a história que se fez entre os muros do CODAP/UFS, entre os anos 1959 e 1989, não foi somente aquela que foi produzida explicitamente. Em vista disso, segue:

Cultura Empírica: a primeira dessas culturas, deve, ser vista, sobretudo, embora não exclusivamente, sob uma perspectiva etno-histórica, por meio dos registros hoje

guardados pelos museus e centros de memória da educação, estabelecimentos cada vez mais disseminados por todo o mundo. Vozes e escritas, ícones e objetos [...] símbolos de uma cultura que é necessário desvendar, para entender os “silêncios” da memória histórica, o logos que governa a gramática interna da escola, o intrincado e labiríntico conjunto de dispositivos e rotinas, que se impõem como práticas ordinárias, nessa já secular instituição que é a escola.

Cultura Política: está ligada à linguagem e às práticas geradas nas grandes burocracias que administram os sistemas educativos, desde sua criação e ao longo de seu desenvolvimento nos dois últimos séculos. Todo o jargão por meio do qual se veicula a linguagem das normas (estruturas, dispositivos de governo e controle, reformas, inovações curriculares e didáticas, relações com os atores do sistema)

Cultura Acadêmica: é o produto da reflexão discursiva e da investigação sobre o universo escolar. Está vinculada ao desenvolvimento do chamado conhecimento especializado e legitimado. Embora tenha existido praticamente desde que apareceram as primeiras escolas nas sociedades do mundo antigo, ela se ressignificou [...], no contexto histórico da época contemporânea (Benito, 2017, p. 122-123, grifos nossos).

Apesar das tentativas de silenciar a prática empírica e cultural dos(as) professores(as) que, por vezes, são consideradas práticas ingênuas, além das tentativas de normatizar o modelo de professor(a), ainda assim a cultura da prática, tão subestimada está sobrevivendo, isso nos indica que a práxis escolar também é currículo, são “normas” que continuarão sendo aceitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isto posto, e com a escolha da metodologia tomando como base a história cultural, foi-me útil para a “compreensão das histórias do cotidiano, da história política, das memórias, [...], das instituições públicas e privadas, dos indivíduos, biografias, história de experiências, registro de tradições culturais, dentre outras” (Alberti, 2004, p. 25). Dessa forma, permite-me ainda seguir as lembranças, e apropriar-me da rotina que as professoras vivenciaram dentro do COPAD/UFS. Todo arcabouço da história cultural traz inúmeras possibilidades para o campo da História da Educação, visto que são incontáveis os objetos de estudos que têm a condição de serem analisados à luz da metodologia em pauta. O teórico Antoine Prost (1998), ao dizer das contribuições da história para a cultura, traz-nos que essa maneira de contar a história indo buscar as respostas nos fatos cotidianos, ou nos fatos que consideramos corriqueiros ou banais, passam a ganhar espaço e aos poucos se apresenta como a forma mais humanizada do tempo presente de produzir a história; a contemporaneidade se volta a partir da metodologia da história cultural para o que talvez seja considerado menos importante, ou que atribuímos pouco valor para responder as questões históricas.

Portanto, a abordagem metodológica em discussão será o caminho para entender as ações, os desafios, as experiências vivenciadas pelas professoras gestoras de uma das mais importantes instituições escolares da capital do estado de Sergipe, no primeiro quartel do século XX.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. 1. ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

ANDREOTTI, Azilde Lina; LOMBARDI, José Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (org.). **História da administração escolar no Brasil**: do diretor ao gestor. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2013.

BENITO, Agustín Escolano. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. 1. ed. Campinas: Editora Alínea, 2017.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Atas das reuniões do Conselho Técnico de 1980-1989**. (Pacotilhas 08).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Atas das reuniões do Conselho Técnico de 1980-1989**. (Pacotilhas 13).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Atas de reuniões de pais e mestres de 1976-1986**. (Pacotilha 60).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Documentos da década de 1960**. (Pacotilha 91).

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CLARK, Jorge Uilson; NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus; SILVA, Romeu Adriano da. A administração Escolar no período do Governo Militar (1964-1984). In: ANDREOTTI, A. L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L. W. (org.) **História da Administração Escolar no Brasil**: do diretor ao gestor. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2013.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Aspectos da fundação e do processo de “Reconhecimento” do Ginásio de Aplicação revelados em remanescentes documentais no acervo do Cemdap. In: PAULILO, André Luiz; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; CAMPELO, Lorena de Olivei-

ra Souza (org.). **A pesquisa em Acervos da Escola e da Educação**. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2023.

CORTINA, Roseana Leite. **Burocracia e Educação**: o diretor de escola no Estado de São Paulo. São Paulo: UNESP, 1999.

DRABACH, Neila Pedrotti; MOUSQUER. Maria Elizabete Londero. Dos primeiros escritos sobre Administração Escolar no Brasil aos escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.2, pp.258-285, jul./dez., 2009.

GOMES, Candido Alberto. **Darcy Ribeiro**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

LEÃO, Antônio Carneiro. **Introdução à Administração Escolar**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. **Organização e Administração Escolar**: curso básico. 8. ed. Brasília: INEP/MEC, 2007.

MARTIRES, José Genivaldo. **"Flagrando a vida"**: trajetória de Ligia Pina - professora, literatura e acadêmica (1925-2014). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

PROST, Antoine. Social e Cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre, SIRIN.

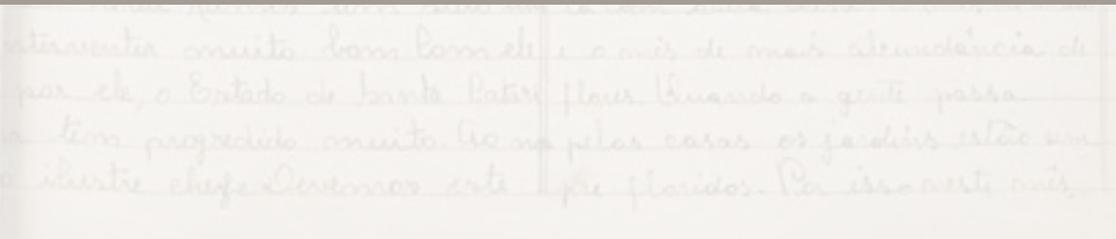
RIBEIRO, José Quirino. **Ensaio de uma teoria da Administração Escolar**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

SANDER, Benno. A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória de sua construção. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, n. 03, p. 421-447, set./dez., 2007.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **A educação e a crise brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação para a Democracia**: introdução à administração escolar. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. Natureza e função da Administração Escolar. **Cadernos de Administração Escolar**, n.1. Salvador: ANPAE, 1964.



CURSO DE PREPARAÇÃO DE ECONOMIA DOMÉSTICA RURAL EM MARUIM, SERGIPE (1949-1973)

JANYNE ROSSANA BARBOSA PEREIRA
JOAQUIM TAVARES DA CONCEIÇÃO

INTRODUÇÃO

Esta comunicação tem como objeto de estudo o curso de preparação de economia doméstica rural da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José (APMASJ), instituição voltada ao acolhimento de crianças e adolescentes pobres no município de Maruim, estado de Sergipe. A instituição foi fundada em 19 de março de 1949 sob a iniciativa da Professora Josilda de Mello Dantas¹, com o objetivo de manter o “catecismo

1 A professora Josilda de Mello Dantas formou-se no magistério no Colégio Nossa Senhora de Lourdes em 1937 e, retornando à cidade natal, Maruim, começa a liderar o

São José, desta cidade, e ampliação de oportuno serviço social, com o propósito de elevar a posição social da criança pobre, reconhecendo-a como um ser humano que é” (Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, 1949-1977, p. 1).

A Associação de Proteção a Menores Abandonados São José acolhia crianças a partir dos seis anos de idade de ambos os sexos na escola primária, e adolescentes e jovens, do sexo feminino, a partir dos 14 anos de idade, no curso de preparação de economia doméstica rural. As adolescentes e jovens assistidas, por meio da ação voltada para habilidades domésticas e para a administração do lar, permaneciam na instituição 34 horas semanais, conforme preconizava a Estrutura Curricular do Ensino Agrícola (Lemos, 1970).

No acervo da instituição, foram identificados documentos a partir de 1954 que estabelecem uma conexão com o antigo Colégio Agrícola Benjamin Constant² e a Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura (Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, 1954). Esta relação consolidou-se como unidade do curso de preparação de economia doméstica rural, conferindo à instituição um caráter educacional mais abrangente. Essa ampliação de escopo da instituição incluiu não apenas a ênfase na alfabetização exercida pela escola primária, que também existia na APMASJ, mas também a introdução do ensino de habilidades práticas domésticas voltadas para adolescentes do sexo feminino.

maior grupo de catequese do município, localizado no bairro São José. Inicia um curso de primeiros pontos de bordado para meninas e jovens na Casa de Nazaré, “célula” do que em 1949 torna-se Associação de Proteção a menores abandonados São José.

2 Atualmente o Colégio Agrícola Benjamin Constant denomina-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).

Ao analisar as fontes documentais, é possível compreender com mais abrangência a ação educativa da APMASJ voltada para as adolescentes e jovens em situação de pobreza. Como fonte de estudo, utilizaremos o relatório das atividades realizadas pelo Centro de Economia Doméstica Rural São José no primeiro semestre de 1967.

Segundo a fonte documental entre o Centro de Preparação de economia doméstica rural e o Colégio Agrícola Benjamin Constant, o objetivo do núcleo era de “estabelecer valores e ideais de educação, como subsídio ao nosso centro. Não temos outros intuítos, senão, os de soerguimento da nossa Pátria, pelo levantamento de seus filhos” (Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, 1967, p. 43). O Centro, vinculado à Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, foi estruturado para proporcionar uma educação doméstica e prática às jovens alunas. No contexto histórico e educacional de Sergipe, a educação feminina passou por diversas fases, conforme analisado por Nunes (1984).

O período da passagem do século XIX para o século XX em Sergipe foi marcado pela fundação de várias instituições educacionais que visavam a escolarização feminina, tanto públicas quanto particulares. Dentre elas, destaca-se a Escola Normal Feminina, que funcionou em prédio próprio a partir de 1911 (Freitas, 2003) e se tornou uma referência no estado para a formação de professoras primárias, destacando-se na educação e na capacitação profissional das mulheres sergipanas; e o Colégio Atheneu Sergipense, instituição fundada em 1870, que embora só tenha iniciado matrículas a alunas na segunda metade do século XX, sobressaiu-se como instituição modelo de ensino secundário (Freitas, 2003).

O presente artigo analisa a educação feminina na Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, com foco no curso de economia doméstica rural oferecido a meninas a partir de 14 anos na cidade de Maruim, Sergipe. Ao estudar outras instituições similares de acolhimento a meninas pobres, é possível realizar uma comparação das práticas pedagógicas empregadas. Nesta conjuntura, esta pesquisa busca dialogar não só com estudos sobre instituições voltadas à educação feminina, mas àquelas que acolhiam meninas e jovens em situação de pobreza. Para isso, foram selecionadas três instituições no mesmo recorte temporal da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José: Oratório Festivo Dom João Bosco; Orfanato de São Cristóvão; e o Colégio Agrícola Benjamin Constant. A análise é fundamentada nos trabalhos das autoras Bonifácio (2014), Santana (2011), Oliveira (2013) e Freitas (2002, 2003).

UMA REVISÃO PRELIMINAR DA LITERATURA

De acordo com Del Priore (1997), existia, no final do século XIX, uma preocupação social em torno da moral das meninas e jovens. Era necessário, segundo os preceitos da época, compelir e limitar os desejos das mulheres. Freitas (2002) corrobora afirmando que a mulher só adquiriu direito à educação pública a partir da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827. No entanto, havia distinções entre o ensino masculino e feminino. Enquanto os meninos tinham aulas de geometria, as meninas tinham aulas de bordado e costura, já que com a modernização da sociedade, houve uma valorização do campo de atuação feminino: o doméstico, pois era necessária a perpetuação do pensamento

existente de higienização da família e de formação de futuros cidadãos. Apesar do direito à educação pública, em Sergipe, o ensino feminino era realizado, em sua maioria, em conventos ou colégios religiosos, dificultando o acesso àquelas meninas que não tinham recursos financeiros para arcar com sua instrução. Nesse cenário, as aulas públicas para meninas em Sergipe surgem em 1831, em quatro cidades do interior do estado, e em 1870 já eram 31 escolas públicas de primeiras letras (Nunes, 1984). Esse crescimento consolidou-se com a criação da Escola normal feminina em 1877, onde jovens sergipanas recebiam formação em magistério, oportunidade única em exercer uma função profissional longe dos afazeres domésticos.

Freitas (2003) afirma que a partir da década 10 do século XX, houve um aumento das matrículas femininas em escolas primárias e normais. A modernização social e econômica dos valores tradicionais era uma necessidade urgente. Com a criação dos grupos escolares, no final do ano de 1920, o acesso à educação feminina aumentou consideravelmente para as meninas e jovens pobres sergipanas. Outras instituições contribuíram para o ingresso desta parcela da população no âmbito escolar. Destacamos o Oratório festivo Dom João Bosco, o Orfanato de São Cristóvão e o Colégio Agrícola Benjamin Constant.

Segundo Bonifácio (2014), o Oratório Festivo Dom João Bosco, fundado em 1914 em homenagem a Dom Bosco, era uma instituição de caráter confessional, católico e filantrópico, que visava abrigar meninas abandonadas. Inicialmente, o objetivo era promover a catequização de meninas pobres e afastá-las dos vícios e da ociosidade. Sob a direção de Genésia Fontes, a instituição oferecia tanto ensino formal quanto informal. Na modalida-

de formal, funcionava como internato e externato, e entre 1928 e 1936 atuou como escola pública isolada mantida pelo Estado, matriculando 50 alunas por ano. Após o fechamento da escola isolada em 1938, o oratório se transformou em externato particular para 100 alunas. Na modalidade informal, atendia a 250 meninas aos domingos e feriados santos. Além das disciplinas obrigatórias conforme a legislação³, as alunas recebiam instrução em religião, música, teoria musical, piano, coral, civilidade, postura, canto orfeônico, ginástica, teatro e trabalhos manuais como corte e costura, bordado e pintura. Também eram ensinadas habilidades domésticas como lavar, cozinhar, passar e engomar.

Em consonância com Santana (2011), o Orfanato de São Cristóvão, fundado em 1911, também tinha como objetivo acolher meninas desvalidas. Em 1922, as irmãs da Imaculada Conceição da Mãe de Deus assumiram a administração devido à necessidade de criação de uma escola. O currículo da instituição priorizava as disciplinas formais, mas também enfatizava os trabalhos domésticos, como bordados, prendas domésticas e cuidados com o lar. A educação era pautada na religiosidade, no cumprimento rigoroso de horários, na aplicação de castigos e em momentos de comemoração (Santana, 2011).

Oliveira (2013), em seu trabalho, expõe que a educação feminina era estimulada pelo Ministério da Agricultura desde 1946. O curso de preparação de economia doméstica rural, criado em 1952 no Colégio Agrícola Benjamin Constant, era voltado

3 O Decreto n.º 17.943 - A, de 12 de outubro de 1927, conhecido também como Código de Menores, consolida as leis de assistência e proteção a menores. Seu artigo 191 determinava que as instituições de abrigo a menores oferecessem “exercícios de leitura, escripta o contas, lições de cousas e desenho, em trabalhos manuaes, gyinnastica e jogos desportivos” (Brasil, 1927).

para preparar as filhas dos trabalhadores agrícolas, ensinando-lhes habilidades práticas necessárias para a vida rural. Este curso visava capacitá-las na gestão eficiente do lar e na economia familiar, promovendo assim a autonomia e o bem-estar das famílias no contexto rural. A clientela era formada por mulheres pobres que aprendiam noções de higiene, floricultura, culinária e vestuário. No final de cada ano letivo, elas expunham os trabalhos produzidos. Os objetivos eram aliviar as misérias econômicas e psicológicas, além de preparar a mulher para ser uma boa gestora de seu próprio lar. O curso também contribuiu para a produção de mão de obra feminina, capacitando aquelas que necessitavam de emprego como babás ou empregadas domésticas (Oliveira, 2013).

Ao cruzar as informações e características das instituições de ensino voltadas para a educação feminina descritas, notamos diferentes abordagens e objetivos que, embora tenham um propósito comum de promover a inclusão e capacitação das meninas e jovens, se distinguem em seus métodos e foco. O Oratório Festivo Dom João Bosco era uma instituição confessional, católica e filantrópica, cujo objetivo principal era abrigar meninas pobres, proporcionando-lhes tanto ensino formal quanto informal. O Orfanato de São Cristóvão também tinha como objetivo acolher meninas desvalidas. A educação era baseada na religiosidade, cumprimento rigoroso de horários, aplicação de castigos e momentos de comemoração, e enfatizavam tanto as disciplinas formais quanto os trabalhos domésticos, como bordados e prendas domésticas.

O Colégio Agrícola Benjamin Constant, com o curso de preparação de economia doméstica rural, tinha um enfoque es-

pecífico na capacitação das filhas de trabalhadores agrícolas. O curso era informal e considerado pelo Ministério da Agricultura como atividade de extensão, atendendo mulheres pobres e ensinando-lhes habilidades práticas necessárias para a vida rural. A clientela aprendia noções de higiene, floricultura, culinária e vestuário e o curso objetivava preparar as mulheres para serem boas gestoras de seus próprios lares, além de capacitá-las para empregos como babás ou empregadas domésticas.

Nessa conjuntura, observa-se que o Centro da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José também era voltado à capacitação prática doméstica das alunas por meio de disciplinas como vestuário, trabalhos manuais, preparo de alimentos, enfermagem e nutrição. Como era uma unidade do Colégio Agrícola Benjamin Constant que funcionava dentro da Associação de Proteção a menores abandonados São José em Maruim, Sergipe, toda a sua estrutura administrativa era ligada ao Colégio situado em São Cristóvão. Portanto, as disciplinas, carga horária e demais atividades pedagógicas eram semelhantes.

No entanto, o centro da APMASJ difere do Oratório Festivo Dom João Bosco e do Orfanato de São Cristóvão, já que estes eram destinados à escola primária, enquanto o centro de economia doméstica rural da APMASJ era voltado para o complemento ginasial. Embora as demais instituições também visassem preparar as meninas e jovens para a vida prática, o Centro de Economia Doméstica Rural São José colocava uma ênfase maior na economia doméstica e nas habilidades rurais, treinando as alunas para se tornarem independentes e capacitadas para contribuir ativamente em suas comunidades, diferenciando-se pelo seu foco específico nas necessidades da vida rural.

Segundo o relatório das atividades realizadas pelo Centro de Economia Doméstica Rural São José no primeiro semestre de 1967, os objetivos do curso de Preparação em Economia Doméstica Rural são abrangentes e visavam não apenas a educação, mas também a emancipação das alunas. A promoção do soerguimento da pátria era um dos pilares fundamentais do programa, com a crença de que a educação é essencial para o progresso nacional. Assim, o curso visava contribuir para o desenvolvimento da nação por meio da formação de futuras cidadãs conscientes e capacitadas, conforme comprova descrição logo no início do relatório:

Os métodos práticos utilizados nas aulas, permitem coordenar a educação doméstica e aperfeiçoar as alunas, valorizando-as, tornando-as aptas para atuar no meio em que vivem, mostrando-lhes a utilidade de cada vez conhecer mais, inculcando-lhes o gosto pelo saber, ajudando-as a descobrir um meio para sua emancipação, e doação consciente de conhecimentos, aos grupos (Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, 1967).

A preparação prática para a vida era preocupação irrefutável no teor do currículo do curso, utilizando métodos práticos que coordenavam a educação doméstica e rural, tornando as alunas aptas, segundo a fonte, para atuarem no meio em que viviam. O curso também visa promover a emancipação e autonomia das jovens, proporcionando-lhes conhecimentos que poderão ser compartilhados conscientemente com os grupos e comunidades em que se inserirem (Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, 1967).

No primeiro semestre de 1967, o curso demonstrou um compromisso contínuo com a capacitação e o desenvolvimento das estudantes, dividindo-se em componentes teóricos e práticos para sua formação. Com um total de 50 alunas matriculadas, o curso foi organizado em três turmas. As aulas eram realizadas de segunda a sexta-feira, das 13h às 16h30, garantindo um período de aprendizado concentrado. Cada turma recebia, semanalmente, uma série de aulas diversificadas que cobriam disciplinas fundamentais para a economia doméstica rural. As disciplinas oferecidas incluíam vestuário, em que as alunas aprendiam sobre confecção e manutenção de roupas; trabalhos manuais, que desenvolviam habilidades práticas e criativas; preparo de alimentos, essencial para a gestão doméstica e a nutrição; enfermagem e puericultura, que forneciam conhecimentos básicos de cuidados de saúde e infantis; e nutrição, para a compreensão e aplicação de práticas alimentares saudáveis.

A metodologia de ensino era prática e orientada para a aplicação real no cotidiano das alunas. As aulas envolviam atividades que coordenavam a educação doméstica com a vida prática. Esta abordagem capacitava as alunas a atuarem no meio em que viviam, valorizando e aperfeiçoando suas habilidades, incutindo-lhes o gosto pelo saber e ajudando-as a descobrir meios para sua emancipação pessoal e profissional. Segundo o Relatório, o curso enfatizava a importância de educar para a vida e pela vida. Assim, encorajava-se as alunas a dedicarem-se às matérias que mais lhes interessavam e, posteriormente, aperfeiçoá-las gradualmente.

Os momentos festivos e comemorativos eram importantes no Centro de preparação de economia doméstica rural São José,

conforme sugere o relatório onde consta a realização da festa pascal, celebrada no dia 1º de maio, envolvendo toda a comunidade. Além disso, no dia 13 de abril, tanto o corpo docente quanto o discente, juntamente à Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, organizaram uma homenagem em celebração ao aniversário natalício da fundadora Josilda de Mello Dantas. Durante essa ocasião, ex-alunas residentes na cidade também contribuíram, oferecendo um almoço especial. As festas de formatura do Curso de preparação de economia doméstica rural São José eram sempre movimentadas, como comprova a Figura 1.

Figura 1- Festa de formatura do Curso de Preparação de economia doméstica rural



Fonte: Acervo da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, atual Escola Municipal São José.

Segundo Freitas (2003), momentos como os relatados no relatório do Centro de preparação de economia doméstica rural São José da APMASJ eram frequentemente publicados na imprensa sergipana da época, principalmente jornais como o *Gazeta de Sergipe* e o *Correio de Aracaju*. Os anúncios e registros das

atividades escolares, destacando os talentos e os trabalhos de alunas de algumas instituições femininas, recebiam destaque nos jornais do período. Esses jornais apresentavam ao público o desempenho acadêmico e artístico das jovens matriculadas nessas instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber a importância e o impacto das instituições voltadas para a educação feminina e o acolhimento de meninas em situação de pobreza social em Sergipe, no período que compreende a passagem do século XIX para o século XX. A análise das práticas pedagógicas e dos currículos implementados por instituições como a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, o Oratório Festivo Dom João Bosco e o Colégio Agrícola Benjamin Constant, revela a ênfase na formação prática e moral das alunas, destacando-se a combinação entre disciplinas formais e trabalhos domésticos.

O curso de Preparação em Economia Doméstica Rural oferecido pela Associação de Proteção a Menores Abandonados São José combinava teoria e prática, visando formar cidadãs conscientes e capazes de contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades e da nação. A comparação com outras instituições similares no mesmo período permitiu identificar tanto semelhanças quanto diferenças nos métodos educativos e nas estratégias de acolhimento. Enquanto o Centro da APMASJ focava na economia doméstica e habilidades rurais, outras instituições combinavam essas práticas com uma formação mais acadêmica e artística. Estes contrastes sublinham a diversidade

de abordagens adotadas para atender às necessidades das alunas e preparar as jovens para diferentes papéis na sociedade.

Este estudo, ao investigar a educação feminina e as estratégias de acolhimento de meninas pobres em Sergipe, contribui para uma compreensão mais ampla do papel dessas instituições na promoção da igualdade de oportunidades e na formação de mulheres preparadas para enfrentar os desafios de suas épocas. Por meio de uma análise histórica e comparativa, evidenciam-se as contribuições destas iniciativas para a sociedade sergipana e para o desenvolvimento das alunas atendidas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MENORES ABANDONADOS SÃO JOSÉ. **Livro de Atas (1949- 1977)**.

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MENORES ABANDONADOS SÃO JOSÉ. **Pasta de Documentos da Escola de Preparação Doméstica Rural (1954)**.

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MENORES ABANDONADOS SÃO JOSÉ. **Pasta de Documentos da Escola de Preparação Doméstica Rural (1967)**: contendo Ofícios entre o Colégio Agrícola Benjamin Constant e a Associação de Proteção, planos de aula, recibos, relatórios de matrícula e conclusão, comunicados e solicitações, relatórios de prestação de contas.

BONIFÁCIO, Nadja Santos. **Acolher, evangelizar e educar**: contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para educação feminina em Aracaju (1914-1952). São Cristóvão: Ed. UFS, 2014.

BRASIL. Decreto nº 17.943 – A de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1927.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**. 2003. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca-digital.unicamp.br/document/?code=vtls000297137>. Acesso em: 25 jun. 2024.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Educando Mulheres em Sergipe, na passagem do século XIX para o século XX: possibilidades e tendências. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: UFRN, 2002. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0509.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

LEMOS, J. M. Santarém. **Estrutura Curricular do Ensino Agrícola de Grau Médio**. 2. ed. Brasília, DF, 1970.

NUNES, Maria Thétis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de educação e cultura do Estado de Sergipe/ Universidade Federal de Sergipe, 1984.

OLIVEIRA, Ana Carla Menezes de. **A trajetória história da formação em economia doméstica na Escola Agrotécnica federal de São Cristóvão (1952-1967)**. 116 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4614>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SANTANA, Josineide Siqueira de. **Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969)**. 149 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4768>. Acesso em: 25 jun. 2024.



Orgão mensal dos alunos do
Grupo Escolar "Carlos Gomes"
Diretor = Epitácio Bittencourt
Gerentes = Estanislau Paserni
Reporteres = H. Ramos e P. Acórd
Ano - II

Imprimir 30 de Maio de 1942



Este grupo labora q
muito algeza o m
Sonari, desija
nael administrata
obras em nesse b
com a missao es
de pela terra bo
Ao escrago de
ti Grupo, este
gratidao se ou
timado chefe

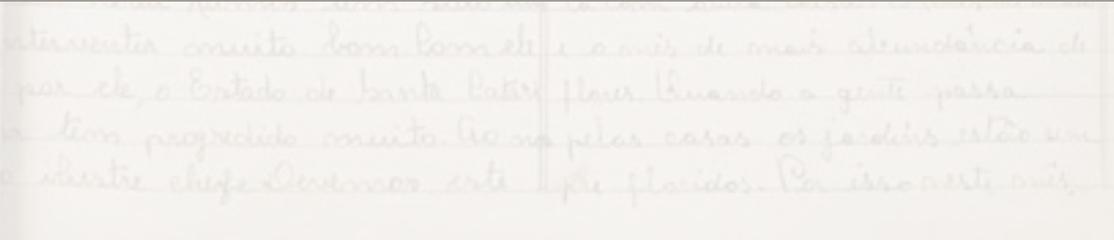
O dia 11 de maio

O dia 11 de maio foi comemorado e
parade maio um aniversário nossa pui
governo de Sr. Nereu Ramos. Flor
Sr. Nereu Ramos tem sido um la com
interessante muito bom bom ele e a mis
por ele, o Estado de Santa Catarina. Flor
tem produzido muito. Ho m pelas
ilustre chefe. Devemos este p

(3)

PATRIMÔNIO EDUCATIVO: ESPAÇOS DE MEMÓRIA, ACERVOS E FONTES





ARQUIVO ESCOLAR E PATRIMÔNIO: A SALVAGUARDA DO ACERVO ESCOLAR DO COLÉGIO ESTADUAL MURILO BRAGA (CEMB)

JULIANA DA CRUZ SANTOS
KAIANE REZENDE BARROS
MARINA MENDONÇA OLIVEIRA
VITÓRIA CARVALHO MARTINS
SIMONE PAIXÃO RODRIGUES

INTRODUÇÃO

O que é um arquivo escolar? Quais as memórias e registros do pretérito da história de uma instituição de ensino foram selecionados pelos agentes do tempo e pelo homem? Talvez esses dois questionamentos estejam sempre presentes entre pesquisadores, visitantes e/ou curiosos que adentram aos arquivos esco-

lares. Muitas das vezes definidos pelo senso comum como um amontoado de papéis velhos, sujos, corroídos por traças. Muitas vezes tal massa documental se mistura aos livros didáticos não utilizados, mapas, fotografias e móveis tomados pela poeira e as intempéries do tempo. Contudo, o arquivo escolar é construído por um conjunto de documentos que dizem respeito a história da escola, a história local e, sobretudo, a história da educação.

Os documentos que compõem os acervos escolares são tomados como fontes por pesquisadores que, em meio a preocupação de escrever a história de seus objetos de estudos, são sensibilizados e tocados pela responsabilidade de organizar e salvaguardar tais espaços. Dentre os pesquisadores que abraçaram essa responsabilidade destacamos em Sergipe Eva Maria Siqueira Alves, Rosemeire Marcedo Costa, João Paulo Gama Oliveira, e Joaquim Tavares da Conceição, docentes da Universidade Federal de Sergipe que coordenaram/am projetos de pesquisa, ensino e extensão que têm como finalidade a salvaguarda dos arquivos de três importantes instituições de ensino do estado de Sergipe: Centro Excelência Atheneu Sergipense; Instituto de Educação Rui Barbosa; e o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe.

As desafiadoras e importantes ações dos projetos desses professores criaram, respectivamente: o Centro de Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) (Alves, 2016; Oliveira, 2023); o Centro de Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa (CIERB) (Costa; Oliveira; Bonifácio, 2022); e o Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CEMDAP) (Conceição, 2022). Essas importantes iniciativas somam-se a vários

outros trabalhos desenvolvidos Brasil (Souza, 2013), como em outros países a fora, por professores e pesquisadores que, certamente, atenderam ao desejo de organizar e salvaguardar a memória e a história educacional.

Desse modo, em diálogo com tais iniciáticas, o presente trabalho tem como objetivo relatar as ações desenvolvidas no projeto “Acervo do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvaguardar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969)”, no período de setembro de 2022 a dezembro de 2023. O projeto tem por objetivo preservar e salvaguardar o patrimônio educativo do Colégio Estadual Murilo Braga (CEMB), instituição de ensino pública do estado de Sergipe, fundada em 1949 na cidade de Itabaiana/SE, agreste sergipano. Para a produção deste texto priorizamos um diálogo com referenciais teóricos do campo da história da educação, em especial, as concepções de patrimônio educativo (Silva, 2020) e de arquivo escolar (Mogarro, 2005).

O conceito de Patrimônio Educativo, aqui entendido como “um conjunto complexo de bens/artefatos, materiais e/ou imateriais resultantes e/ou produzidos em contextos educacionais formais e/ou não formais situados temporal e espacialmente” (Silva, 2020, p. 206), nos ajudou a localizar, identificar e compreender o *corpus* documental produzido pela instituição de ensino, que de algum modo foi preservado e/ou esquecido em armários e estantes do CEMB.

Ao longo da sua história, o CEMB produziu uma variedade de bens materiais e imateriais de valor histórico e cultural significativo para a história da educação de Sergipe. Entre os bens materiais, destacam-se o edifício escolar, que reflete a arquite-

tura e o design educacional da década de 1940, além de documentos históricos, livros didáticos antigos e mobiliário escolar. Esses bens se constituem como patrimônio educativo “resultantes e produzidos” pelo Colégio Estadual Murilo Braga, ao longo de seus 75 anos de existência.

Figura 1 – Fachada do Colégio Estadual Murilo Braga - 2024



Fonte: Acervo particular do Projeto Acervo do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvaguardar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969).

No aspecto imaterial, o patrimônio educativo engloba as práticas pedagógicas adotadas ao longo dos anos, as tradições e eventos escolares, e a memória coletiva dos ex-alunos, professores e demais funcionários que passaram pela instituição. Esse patrimônio é importante para a preservação da história da educação em Itabaiana/SE e para a compreensão da evolução das práticas educacionais na região.

A preservação do patrimônio educativo, especialmente através do acervo documental do Colégio Estadual Murilo Braga, é importante para manter viva a história educacional e cul-

tural não só do povo itabaianense, mas, também do povo das cidades circunvizinhas, que frequentou essa instituição. Os documentos pertencentes ao arquivo do CEMB podem se constituir como janelas para o passado, sendo que, quando analisados podem revelar traços da história da educação local, regional e nacional.

Os arquivos escolares, ainda que não estejam organizados dentro das técnicas arquivísticas, são guardiões do passado educacional do país, pois tem a revelar sobre sujeitos e práticas educativas de uma época. Segundo a pesquisadora Maria João Mogarro (2005):

Os arquivos escolares constituem o repositório das fontes de informação directamente relacionadas com o funcionamento das instituições educativas, o que lhes confere uma importância acrescida nos novos caminhos da investigação em educação, que colocam estas instituições numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenómenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens (Mogarro, 2005, p. 76).

Assim, entendemos que os arquivos escolares são um dos meios possíveis para conhecer o interior da escola, suas particularidades, seus fazeres ordinários, sua organização, suas práticas curriculares, ou seja, a cultura escolar (Julia, 2001), no sentido de um olhar que se direciona para o cotidiano escolar, para seu funcionamento interno. Preservar esses documentos é essencial para garantir que as futuras gerações tenham acesso a um legado de sua história local, fortalecendo a identidade cultural da comunidade e promovendo um senso de continuidade.

Para melhor compreender a importância do patrimônio educativo do CEMB, é necessário perceber a importância dessa instituição escolar na cidade de Itabaiana. Em 1949, a cidade de Itabaiana foi contemplada com a inauguração da Escola Normal Rural Murilo Braga (ENRMB) em conjunto com o Ginásio Estadual de Itabaiana, um marco no interior de Sergipe, tendo em vista a concentração em Aracaju do único Ginásio público, situado no Atheneu Sergipense (Alves; Oliveira; Costa, 2021). Como afirma Costa (2016):

Nesse contexto, a importância da implantação da ENRMB é percebida, pois antes de sua criação, os jovens concludentes do ensino primário, impossibilitados financeiramente de dar continuidade aos estudos na capital sergipana, Aracaju, dedicavam-se a outras atividades, principalmente, às voltadas para a prática agrícola (Costa, 2016, p. 13).

A história da Escola Normal Rural Murilo Braga, depois com suas finalidades e nomenclatura alteradas para Colégio Estadual Murilo Braga, se confunde com a modernidade educacional na região do agreste sergipano, pois a oferta do curso Normal garantiu a formação de professores que atuavam nas escolas primárias da região, em especial nos grupos escolares. Terminada essa breve apresentação, tratamos a seguir do Projeto foco do presente texto.

PROJETO “ACERVO DO COLÉGIO ESTADUAL MURILO BRAGA: INVENTARIAR E SALVAGUARDAR HISTÓRIAS DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL SECUNDÁRIA (1949-1969)”

As instituições escolares ao longo de suas histórias, por meio das atividades desenvolvidas cotidianamente, por seus funcionários administrativos, equipe gestora, professores e alunos, produzem diversos tipos de documentos e registros de caráter administrativo, pedagógico e histórico, exigidos pela administração e pela burocracia que perpassam inclusive seu âmbito pedagógico. Desse modo, as escolas apresentam-se como espaços portadores de fontes de informações fundamentais para formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre elas próprias, as quais permitem a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar e, conseqüentemente, da história da educação. Para Menezes, Silva e Júnior (2005):

O arquivo histórico da escola pode representar uma contribuição de alto valor científico e cultural para a história da educação, a história social, e pode, ainda, ser interligado a outros lugares de memória, como a biblioteca e o museu, que nesta soma constituem o centro de documentação escolar (Menezes; Silva; Júnior, 2005, p. 75).

É notório o lugar vital do arquivo histórico da escola com uma contribuição significativa para a investigação científica e para o enriquecimento cultural na história da educação e da sociedade. O arquivo não só preserva documentos importantes, mas também desempenha um papel central no estabelecimento de ligações

com outros locais de memória, como bibliotecas e museus. Essa colaboração cria um centro abrangente de documentação escolar que fornece percepções sobre o passado educacional e social. Nesse sentido, o acervo documental presente nos arquivos escolar do CEMB compõe o patrimônio educativo da instituição, que muito tem a dizer sobre memória, identidade, cultura e história.

O arquivo escolar mantido no CEMB, ainda que não obedecendo as normas arquivísticas, desempenhou um papel de suma importância na construção e preservação da história, não apenas da própria instituição, mas também do significado histórico da sociedade. Os documentos guardados, arquivados e/ou esquecidos oferecem detalhes para a compreensão do passado e para a reconstrução da memória educacional, como também são elementos fundamentais na construção das identidades individuais e coletivas, registrando as realizações dos indivíduos no contexto escolar.

O acervo escolar, por meio de processos como salvaguarda, higienização e catalogação dos documentos, tem possibilitado a descoberta de uma variedade de registros com conteúdo que proporcionam uma perspectiva de análise acerca das atividades desenvolvidas pela instituição ao longo do tempo. Além disso, possibilita compreender as experiências dos estudantes e funcionários que fizeram parte da comunidade escolar. São documentos significativos para a compreensão do cotidiano da escola e dos sujeitos envolvidos com ela. Ainda assim, esses documentos são mal acomodados e sofrem com o descaso como destaca Menezes, Silva e Júnior (2005):

A memória, como uma imagem construída pelos materiais que estão à nossa disposição, no conjunto de repre-

sentações que povoam nossa consciência atual, em um movimento revelador de profissões e lugares que não mais são ocupados, vem acompanhada, não raras vezes, pelo descaso para com os materiais, suportes documentais (Menezes, Silva e Júnior, 2005, p. 67).

A interseção entre o arquivo e a documentação escolar destaca-se como um elo essencial na preservação e compreensão da história educacional, social e cultural associada ao CEMB. De modo que, por meio desse trabalho de preservação e divulgação, é possível contribuir para a valorização da educação e da cultura. Segundo Vidal (2005), os arquivos escolares vêm ocupando um lugar de destaque no debate da produção no campo da história da educação. Ela explica que:

Relato de experiências de organização de acervos institucionais, narrativas sobre as potencialidades da documentação escolar para a percepção da cultura escolar pretérita (e presente), publicação de inventários e guias de arquivos, elaboração de manuais e reprodução de documentos (digitados e digitalizados) vêm mobilizando investigadores da área, renovando às práticas de pesquisas e suscitando o uso de novo arsenal teórico e metodológico (Vidal, 2005, p. 71).

A autora traz ao debate não só o uso dos documentos como fontes pelos historiadores, mas como estes se mobilizaram para organização dos arquivos que salvaguardaram tais documentos. Dentro desse debate, Felgueiras (2017), explica que os historiadores, na busca de compreender seus objetos de estudos, são toma-

dos pela angústia de salvaguardar as fontes, “investindo energias na sua inventariação, descrição, propostas de estruturação de museus, centros de memória -, ou simples recolha de testemunhos, nos espaços e condições possíveis” (Felgueiras, 2017, p. 156).

Foi dentro dessa perspectiva de preservação e salvaguarda dos arquivos escolares que se iniciou o projeto “Acervo do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvaguardar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969)”. Idealizado pelo professor João Paulo Gama Oliveira, que após participar da criação do CEMAS e tornar-se professor adjunto da Universidade Federal de Sergipe, *Campus* Professor Alberto Carvalho, localizado na cidade de Itabaiana/SE, iniciou mais uma ação de salvaguardar o patrimônio educativo de Sergipe produzido e localizado no Colégio Estadual Murilo Braga. Ao desenvolver, em 2017, o projeto de pesquisa “História da Educação em Sergipe: instituições, sujeitos, impressos e patrimônio educativo”, que teve como objetivo investigar práticas educativas da educação primária e secundária em diferentes localidades de Sergipe, o referido professor teve contato com o arquivo do CEMB, quando buscava localizar documentos sobre os grupos escolares e as escolas secundárias do interior de Sergipe, juntamente com seus patrimônios e impressos. Em 2021, o docente coordenou o Projeto de Iniciação Científica com bolsa PIBIC/CNPq, sobre a história da disciplina de história no Murilo Braga, sendo que a busca por documentos sobre a temática possibilitou os primeiros trabalhos com busca, localização e limpeza de todo material referente à disciplina.

Desde novembro de 2022 o Projeto está sob a coordenação da Profa. Dra. Simone Paixão Rodrigues (DEDI/UFS), contando

com a colaboração do Prof. João Paulo Gama, o Projeto “Acervo do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvaguardar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969)”, realiza-se a partir da parceria com a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura de Sergipe, que por meio do Programa de Estágio Não Obrigatório disponibiliza bolsistas¹, alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Alberto de Carvalho, para a realização do trabalho no acervo.

As atividades do projeto foram iniciadas em 14 de setembro de 2022, por meio de uma reunião para discussão dos objetivos e ações de preservação da memória escolar. Na sequência foi abordado como o Projeto seria desenvolvido, discutindo-se inicialmente o recorte temporal da documentação a ser salva-guardada, tendo como marco inicial o ano de 1949, que corresponde ao ano de fundação da Escola Normal Rural Murilo Braga, e o ano de 1969, diante das mudanças que passa a instituição educacional, inclusive com a oferta do científico.

Devido ao espaço inapropriado do arquivo no CEMB, com presença de agentes agressores (insetos e poeira) e ações inadequadas de armazenamento são visíveis os desgastes dos documentos dentro da instituição. É necessário cuidado com esse material, como por exemplo uma política de conservação, já que a sala que se encontra o arquivo, não tem manutenção, para preservar os documentos. Como discorre a autora:

1 Assim, o trabalho no arquivo do CEMB desdobrou-se em 5 fases: localização, separação, higienização, identificação, descrição, digitação e arquivamento. Vejamos a seguir uma imagem do passo inicial, o qual consiste em localizar os documentos do recorte temporal estabelecido (1949-1969).

Defende que se devem organizar espaços especializados onde se possa recolher, inventariar, descrever, tratar, conservar e devolver às escolas e ao público em geral a herança educativa, como parte integrante e sem dúvida muitíssimo importante da cultura e do estudo das sociedades atuais. Esta atitude implica políticas de preservação articuladas a diferentes níveis, com a criação de instituições compósitas de novo tipo. É nesta última tendência que eu própria me incluo, tendo em conta a realidade portuguesa, o fecho de escolas, venda, reutilização ou reformulação arquitectónica, acompanhado com a desorganização de arquivos, descarte indiscriminado, sem qualquer acompanhamento técnico e conseqüente destruição do corpo da memória histórica. Estes constituem sem dúvida os velhos desafios (Felgueiras, 2017, p. 158).

Figura 2 - Armário da documentação mais antiga do CEMB - 2022



Fonte: Acervo do Projeto Acervo do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvaguardar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969).

Logo após as definições do marco temporal e das atividades que seriam desenvolvidas, iniciou-se a fase de localização, separação e higienização dos documentos localizados nos armários e estantes do arquivo da instituição. As fases de localização e separação aconteceram não só dentro do arquivo escolar, mas em outros armários e estantes que estavam em diferentes espaços da escola. A separação se deu a partir da data do documento. A higienização consistiu na retirada de poeira com o auxílio de um pincel de cerdas macias, além de retirar todos os grampos e cliques existentes. É importante destacar que em todos os processos, as alunas/bolsistas estavam equipadas com luvas, máscaras, toucas e jalecos descartáveis ou de tecidos como pode-se visualizar nas imagens a seguir:

Figura 3 - Higienização da documentação no Projeto do patrimônio CEMB - 2023



Figura 4 - Higienização da documentação no Projeto do patrimônio CEMB - 2023



Fonte: Acervo particular do Projeto Acervo do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969).

Após a finalização do processo de higienização, iniciou-se a fase da descrição da documentação localizada, separada e já higienizada. Esta fase foi a mais longa, pois foi efetuada a descrição em fichas das características externas e internas de cada documento. Por conseguinte, deu-se início à digitação e arquivamento dessas fichas em drive.

Figura 5 – Descrição da Documentação - 2023



Fonte: Acervo particular do Projeto Acervo do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvaguardar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969)

Figura 6 – Descrição da Documentação - 2023



Fonte: Acervo particular do Projeto Acervo do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvaguardar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969).

No primeiro semestre de 2024, teve início a fase de empacotamento, que constituiu em envolver os documentos em papel kraft e barbante, em seguida inserir sua identificação na capa. Por fim, para garantir a sua conservação, os documentos empacotados foram guardados em envelopes ou em caixas de papelão e acondicionados em ambiente mais apropriado, com manutenção periódica. Todas essas ações tiveram como parâmetro inicial o trabalho realizado no CEMAS, inclusive as fichas de identificação. Tal mudança no arquivamento pode ser visualizada na imagem a seguir:

Figura 7 - Documentação separada, identificada, higienizada e descrita - 2024



Figura 8 - Documentação separada, identificada, higienizada e descrita - 2024



Fonte: Acervo particular do Projeto Acervo do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969).

É certo que o interesse individual dos pesquisadores, movidos pelo desejo de escreverem as histórias de seus objetos de estudos, mobilizou e mobiliza trabalhos de organização dos arquivos escolares. Ações, inicialmente isoladas, como essa, aqui apresentada e descrita, com apoio financeiro de instituições de fomento e parceiras, a exemplo de Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, têm sido exemplos grandiosos de salvaguarda do patrimônio educativo das instituições ensino. Assim, almejamos, a continuidade do trabalho iniciado, para que em breve possamos falar do Centro de Memória do Colégio Estadual Murilo Braga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adentrar a um arquivo escolar, não só como pesquisadoras, mas como alunas do curso de Pedagogia que, em meio as diversas atividades curriculares, envolvem-se na dura e árdua tarefa do trabalho arquivístico, permitiu não só conhecer o interior da instituição no tempo presente, mas, especialmente no pretérito. A cada documento localizado, dentre os quais destacamos as fichas dos alunos, o livro de ponto dos professores e demais funcionários nos familiarizávamos com o rito, as normas e sujeitos da escola. A partir da organização provisória, de parte dos documentos do arquivo do Colégio Estadual Murilo Braga, foi possível acessar informações que fornecem percepções sobre o cotidiano escolar, práticas educativas, normas de conduta, características do corpo docente e discente, além da dinâmica e comportamentos observados no ambiente escolar.

Foi perceptível também, que apesar da relevância desses

registros das memórias escolares, o acervo histórico de uma instituição, muita das vezes pode não receber o devido reconhecimento como um elemento significativo nos espaços educacionais, carecendo tanto dos cuidados adequados quanto de um local apropriado para sua preservação.

Diante das noções da importância da preservação, é evidente que o Colégio Estadual Murilo Braga constitui um universo polo de cultura própria construída historicamente, sendo tais práticas parcialmente vislumbradas em alguns dos documentos ali produzidos. Esses configuram-se, na sua diversidade e variedade, como o patrimônio educativo da escola que tem a dizer sobre os valores, as normas, a identidade cultural e social, sobretudo a história da instituição, dos seus sujeitos e dos modos de ser e fazer educação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. A edificação do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, 2(2), 37-50. 2016.

Alves, Eva Maria Siqueira; OLIVEIRA, João Paulo Gama; COSTA, Rosemeire Marcedo. A expansão do ensino secundário em Sergipe (1942-1961). In: PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. (Orgs.). **Implantação e expansão regional do ensino secundário brasileiro**: (volume 1). Campo Grande: Oeste, 2021, v. 1, p. 143-160.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. A preservação do acervo documental do Colégio de Aplicação da UFS e a produção de pesquisas em História da Educação. In: FERRONATO, Cristiano; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Compreensões Historiográficas da Educação Brasileira**. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022, p. 143-159.

COSTA, Rosemeire Marcedo, OLIVEIRA, João Paulo Gama, BONIFÁCIO, Nadja Santos. O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RUI BARBOSA

E SEU ACERVO: primeiras aproximações de um lugar de memória da formação docente em Sergipe. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - SBHE, 11., 2022, São Paulo. **Anais Eletrônicos do XI Congresso Brasileiro de História da Educação** - SBHE. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022. p. 1895-1909.

COSTA, Sylvania Santana. **Histórias contadas e vividas: memórias da Escola Normal Rural Murilo Braga de Itabaiana/Sergipe (1950-1972)**. 206f. Tese (Doutorado em educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2016.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Preservar a herança educativa: desafios, limites e intervenção. In Marques Alves, L., & Pintassilgo, Joaquim, **Investigar, intervir e preservar em História da Educação**. Porto: CITCEM / HISTEDUP. (p. 153-169). 2017.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: Autores Associados, n. 1, p. 9 - 43, jan./ jun. 2001.

MENEZES, Maria Cristina; SILVA, Eva Cristina Leite da; JÚNIOR, Oscar Teixeira. O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história. **Horizontes**, São Paulo, n. 1, p. 67-76, jan./jun. 2005.

Mogarro, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 75-99, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38647/20178> Acesso em 14 jul. 2024.

OLIVEIRA João Paulo Gama. Desafios políticos para a instalação e manutenção do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (2005-2019). In: André Luiz Paulilo; Joaquim Tavares da Conceição; Lorena de Oliveira Souza Campello. (Org.). **A Pesquisa em acervos da escola e da educação**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2023, p. 183-206.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; ALVES, Eva Maria Siqueira; COSTA, Rosemeire Marcedo; FONSECA; Simone da Silva. Fontes e acervos na escrita da história de uma instituição educacional: o lugar do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**.

Aracaju, v. 2, n. 50, p. 423-450.2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/rihgse/article/view/14585>. Acesso em: 26 jun. 2023.

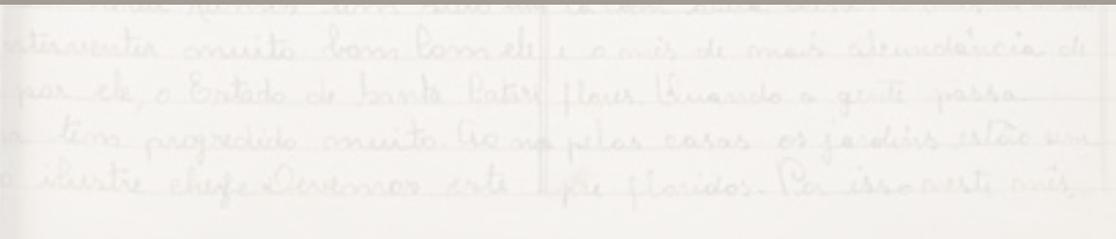
SILVA, Cristiani Bereta da. Patrimônio educativo. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 205-209.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013. p. 199-221. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013199>. Acesso em: 2 ago. 2024.

VIDAL, Diana Gonçalves. Apresentação do dossiê arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 10, p. 71-73, jul./dez, 2005

VIDAL, Diana Gonçalves. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização. In: ALVES, Luís Alberto Marques; PINTASSILGO, Joaquim (coord.). **Investigar, intervir e preservar em história da educação**. Porto: CITCEM, 2017.p. 45-62.





A ORGANIZAÇÃO FÍSICA DOS DOCUMENTOS PERMANENTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS (CODAP)

ANNE EMILIE SOUZA DE ALMEIDA CABRAL

INTRODUÇÃO

No início dos anos 2000 propagou-se o interesse de diversos historiadores da educação em conhecer a cultura escolar das instituições educativas. Ao desenvolver esses trabalhos, os pesquisadores se depararam com uma problemática: o acesso aos documentos escolares. Existiam antigas instituições onde seus arquivos não estavam preservados e muitos deles se confundiam com o depósito da escola, o que acarretava a guarda dos documentos junto com outros objetos que não correspondiam à documentação histórica das instituições educacionais.

A situação do arquivo do Colégio de Aplicação não era diferente visto que sua organização possuía uma lógica que não atendia aos preceitos da arquivologia, pois seus documentos estavam ordenados conforme uma regra pessoal, ou seja, a lógica organizacional correspondia aos aspectos que uma pessoa (funcionário) achasse que fosse melhor empreendida.

O Colégio de Aplicação (CODAP) foi criado em 1959, sendo denominado primeiramente Ginásio de Aplicação, com o objetivo de ser um local de estágio para os estudantes da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FAFI), funcionando nos primórdios no interior da referida faculdade. Em 1965 o Ginásio foi autorizado a ofertar o curso colegial, o que resultou a mudança de denominação do então Ginásio de Aplicação. Com a fundação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), o Colégio de Aplicação foi incorporado à Universidade. Em 1981 ele muda para o novo campus universitário, passando a funcionar na didática III e em 1994 ganha um edifício próprio.

O CODAP tem 65 anos de existência e alguns dos seus registros que revelam sua história encontravam-se no arquivo do colégio ou em outros espaços da escola. Diante disso, em 2013, iniciou-se um trabalho de salvaguarda documental coordenado pelo professor Joaquim Tavares da Conceição. Em 2016 foi criado o Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação-UFS (CEMDAP).

Em 2019 começou mais um trabalho de organização intelectual dos documentos de arquivo do Colégio de Aplicação. Nesse estabelecimento, os documentos não seguiam uma sistemática de organização, então buscou-se desenvolver um trabalho de arranjo documental que seguisse os preceitos da Arquivologia.

A ação com a organização documental envolveu a classificação dos documentos em fundos e a ordenação dos documentos em cada subfunção e atividade documental, tal processo é entendido como arranjo documental¹.

O arranjo é uma operação ao mesmo tempo intelectual e material: deve-se organizar os documentos uns em relação aos outros; as séries, umas relações as outras; os fundos, uns em relação aos outros, dar número de identificação dos documentos; colocá-los em pastas, caixas ou latas, ordená-los nas estantes (Belloto, 2006, p. 139).

O trabalho com arranjo documental abrange dois tipos de ações: a intelectual e a física. As ações intelectuais consistem em um estudo histórico da instituição, das suas funções, uma “prospecção arqueológica”² do que se quer arranjar. Tal trabalho envolve um conhecimento, ainda superficial, dos elementos presentes no arquivo. Fez-se também a identificação dos documentos, segundo o princípio da proveniência, criação de um plano de classificação e em seguida a locação dos documentos nas suas funções e séries documentais.

Todas essas etapas foram executadas para que se criasse um Plano de Classificação. Segundo Gonçalves (1998), a classificação é uma condição, um instrumento que torna possível compreen-

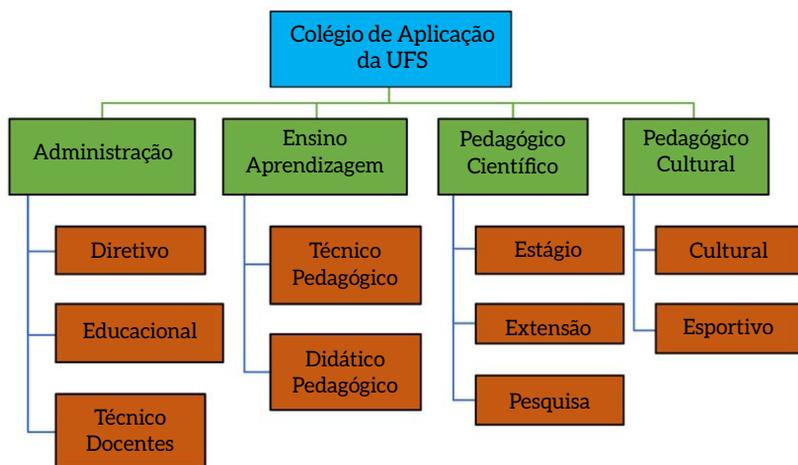
1 Renato Sousa (2006) denota que alguns teóricos buscam diferenciar o termo “classificação” do termo “arranjo”. Classificação para a documentação de caráter corrente e intermediário e arranjo para documentos permanentes (históricos). Porém, Sousa (2006) demonstra que tanto um como o outro desenvolvem a mesma operação. Portanto não deve haver diferenciação entre os conceitos.

2 Termo abordado por Heloísa Belloto (2006).

der o que são os documentos do acervo e quais ações essa documentação retrata. O Plano de Classificação pode ser estrutural ou funcional. O estrutural busca organizar os documentos de acordo com o organograma da instituição, já o funcional procura compreender as atividades executadas para uma determinada função.

No caso do Colégio de Aplicação, optou-se pelo plano de classificação funcional, nele estão contidas as funções, subfunções e atividades da instituição. Como o nome sugere, o Plano de Classificação serve para classificar, categorizar os documentos do acervo. Esse plano surge a partir de um estudo sobre a legislação da instituição que, no caso do Colégio de Aplicação, foram analisados os regimentos da instituição e as normas legais da universidade, concomitantemente, realizou-se a identificação dos documentos (Cabral, 2023).

Figura 1- Tabela de Classificação



Fonte: Cabral, 2023.

Cada subfunção do plano de classificação possui suas respectivas atividades e cada atividade está inserida à sua série documental o qual consiste em tipos documentais, diante disso, cada documento analisado foi classificado de acordo com a atividade e função que foi produzido.

No início de 2023 foi finalizada uma parte da ação intelectual do arranjo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação e publicado um inventário com toda a documentação em sua respectiva função. Para a organização intelectual do acervo do CEMDAP, inicialmente foram identificados os documentos e analisadas as funções e as atividades para que esses documentos foram produzidos, posteriormente os mesmos foram alocados em suas respectivas funções e atividades. A finalização dessa primeira etapa da organização intelectual mostrou a necessidade de começar a organização física do acervo com o objetivo de obter o acesso à informação em tempo hábil.

METODOLOGIA: A ORGANIZAÇÃO FÍSICA DOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Renato Barbosa de Sousa (2006) destaca que a classificação dos documentos reflete o contexto epistemológico da época. Atualmente vivemos um contexto na história da educação no Brasil que busca preservar e conservar os acervos escolares com o intuito de compreender a cultura e a identidade das instituições educativas. De acordo com a Arquivologia, há princípios que precisam ser considerados como, por exemplo, os da proveniência, ou seja, os documentos precisam ter sua origem no mesmo órgão produtor. Outro é o respeito ao fundo em que a

ordem original deveria ser sempre mantida, mas existem casos em que essa ordem não aconteceu e por isso a necessidade de uma intervenção.

Isso ocorreu no acervo do CEMDAP, onde não havia uma ordem original, mas sim uma lógica de organização que não auxiliava no processo de acesso à informação. Desta forma, tornou-se necessária uma organização que seguisse os preceitos arquivísticos. Para essa organização, houve o trabalho de classificação e ordenação dos documentos, ou seja, uma organização intelectual e física.

Sousa (2006) denota que diferentes teóricos definem ambos os conceitos de maneiras diversas. O primeiro autor que ele aborda é Esteban Navarro, que critica a falta de uma normalização terminológica, existe uma confusão nos conceitos de classificação, ordenação e instalação (Esteban Navarro, 995, 74 apud Sousa, 2006, p. 134). A instalação consiste na colocação dos documentos nas unidades de acondicionamento mais adequadas para cada tipo de suporte e a identificação de seu lugar no depósito, reproduzindo fisicamente o resultado da ação intelectual de classificar (Sousa, 2006, p. 135).

Outros autores que Renato Sousa aborda são Coutureu e Rosseau (Rousseau e Couture, 1998, p. 49 apud Sousa, 2006, p. 123) afirma que esses estudiosos destacam três aspectos no processo do trabalho de definição do arranjo: uma puramente intelectual (seleção do quadro de divisão dos documentos), a segunda ao mesmo tempo intelectual e material (ordenação dos documentos) e a última somente material (escrita dos códigos). O terceiro autor comentado por Renato Sousa (2006) é Martín-Pozuelos Campillos:

Martín-Pozuelos Campillos percebe a ordenação como um conjunto incluído em um outro que é a classificação e como complemento imprescindível daquele (Campillos, 1995, p. 92-93 apud Sousa, 2006, p. 135) Dessa forma, essas duas operações (classificação e ordenação) são intimamente relacionadas, uma sem a outra não teria sentido ou, ao menos, todo o sentido necessário para o desenvolvimento claro da função organização, entendida como a intenção de dar uma ordem na forma e no conteúdo do conjunto de informação contida no arquivo e a realização material posterior de tal ordem (Sousa, 2006, p. 136).

E, por fim, Renato Sousa (2006) comenta sobre Luiz Carlos Lopes, que destaca que não se deve confundir a classificação intelectual da ordenação física, pois a primeira envolve uma operação mental, mas a segunda é organização dos documentos fisicamente, dentro dos seus grupos e subgrupos. (Lopes, 2000, p. 304 apud Sousa, 2006, p. 136)

Apesar dos diferentes posicionamentos apresentados por Renato Sousa (2006) com relação à terminologia, este trabalho optou pela organização intelectual dos processos que usamos na classificação que, neste caso, ocorreu com a criação do Plano de Classificação e posterior análise dos documentos postos em suas referidas classes bem como a organização física, que é a ordenação dos conjuntos de documentos alocados em suas devidas atividades, subfunções e funções. Gonçalves destaca que ambos os trabalhos, classificação e ordenação, são essenciais tanto para a compreensão dos documentos de arquivo como para o seu acesso:

Sem a classificação, fica nebulosa a característica que torna os documentos de arquivo peculiares e diferenciados em relação aos demais documentos: a organicidade. Nenhum documento de arquivo pode ser plenamente compreendido isoladamente e fora dos quadros gerais de sua produção - ou, expresso de outra forma, sem o estabelecimento de seus vínculos orgânicos. Por consequência, a classificação torna-se condição para a compreensão plena dos documentos de arquivo - tanto a perspectiva de quem os organiza como de quem os consulta. De outro lado, o acesso bem-sucedido à documentação está associado, entre outros fatores sua localização rápida e precisa, algo que depende da conveniente ordenação dos documentos. (Gonçalves, 1998, p. 13-14)

Para a execução da organização física do acervo do CEM-DAP houve o auxílio do desenvolvimento da bolsa Apoio Técnico à Pesquisa - AT (Quota) - 1ª, que iniciou o processo de ordenação que se refere à colocação dos documentos organizados intelectualmente em pacotilhas, caixas de arquivos devidamente etiquetadas e postas no armário segundo os critérios estabelecidos no Plano de Classificação. Todo esse trabalho da organização física consiste no que se denomina ordenação.

A atividade de organização física, de acordo com o inventário produzido, envolveu um trabalho que visa aprimorar o acesso às informações do acervo do CEMDAP. Assim, o objetivo foi organizar fisicamente os documentos presentes no inventário do acervo do Centro visto que, anteriormente, já havia uma realização intelectual do arranjo documental. Para isso, o trabalho desenvolveu algumas etapas/atividades:

- Análise do Inventário do CEMDAP e compreensão das funções, subfunções, atividades e tipos documentais. É importante ressaltar que nesse momento o responsável pela organização precisa compreender quais as funções e subfunções bem como as atividades, seguindo a ordem e a sistemática presentes no inventário para evitar trocas ou perda da ordem em que devem se encontrar o documento.
- Separação dos tipos documentais por função, subfunção e atividades e séries documentais correspondentes. Separa-se porque no processo de organização intelectual os documentos ainda estavam mesclados com os tipos documentais com função diferenciada, ao colocar os documentos que tinham a mesma atividade, conseqüente a mesma função e subfunção poderá observar o conjunto das séries documentais.
- Codificação dos documentos do acervo de acordo com a sua atividade, subfunção e função. Cada documento possui um código de notação, isso permite sua fácil identificação e localização. Esse código é criado no momento da organização intelectual, quando os documentos são identificados. No caso do CEMDAP, o código desses documentos contém a identificação, a função, subfunção, atividade, tipo documental, numeração e pacotilha.
- Guarda dos documentos em pacotilhas específicas e caixas de arquivo. Cada série documental foi guardada embalada em papel madeira e enlaçada com barbante de algodão. Em seguida, cada pacotilha era acondicionada em caixas arquivo.

- Postagem de etiquetas em cada caixa onde estão os documentos. Nas etiquetas estão presentes a identificação do órgão produtor do documento, a função, subfunção, atividade e os códigos de notação.
- Organização nos armários do CEMDAP. Cada armário possui as séries documentais referentes a determinada função.

Figura 1 - Armário do Arquivo do Colégio de Aplicação (2019)



Figura 2 - Ordenação dos documentos no CEMDAP (2024)



Fonte: Imagem da autora

Na Figura 1 é possível perceber como antes os documentos estavam alocados no arquivo do Colégio, caixas, envelopes com documentos, amontoados uns sobre os outros. A Figura 2 demonstra uma padronização e forma de organização que busca atender os princípios arquivísticos. A ordenação dos documen-

tos no CEMDAP está possibilitando o acesso de maneira exequível e de rápida localização, obedecendo então a Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527, 18/11/2011). Foram organizadas até o momento mais de vinte pacotilhas totalizando quatro mil documentos, todos esses postos em pacotilhas e colocadas em caixas etiquetadas as quais constam a função, subfunção, atividade e o código de notificação. Com isso, o acesso à informação é facilitado devido a sua localização.

Figura 3 - Etiqueta na caixa dos documentos acondicionados



Etiqueta na caixa dos documentos acondicionados. A etiqueta contém informações sobre o setor, descrição do conteúdo, data-limite, código de classificação, temporalidade e contatos.

SETOR: UFS/CODAP/CEMDAP	
FUNÇÃO: Ensino, Aperfeiçoamento	
SUBFUNÇÃO: Técnica, pedagógica	
ATIVIDADE: Desenvolver as atividades profissionais para os órgãos competentes	
DOCUMENTOS: anexo, comunicação interna e diário de classe	
Código pacotilha 01: 02.02.17.01.1991.1.1 até 02.02.17.02.1998.16.1	
Código do Diário de classe: 02.02.17.05.1981-2 até 02.02.17.03.1988.43.2	
DATA - LIMITES	1970-2000
COD. CLASSIFICAÇÃO	02.02.17 CAIXA 01
TEMPORALIDADE	Franquia 01 a 02
Cidade: Petrópolis - RJ	
TEL: (24) 2237-8636	
PETRÓPOLIS - RJ - FAX: (24) 2237-0158	

Fonte: Imagem da autora

O trabalho envolveu estudantes de iniciação científica da Educação Básica do Colégio de Aplicação (CNPq/EM), estudantes de iniciação científica da graduação (Pibic/UFS/CNPq), estudantes de pós-graduação – mestrado e doutorado (PPGED/UFS), integrando um trabalho em conjunto desses níveis de formação.

Vale ressaltar que os estudantes tiveram orientações, primeiramente sobre o inventário do acervo do CEMDAP bem como a execução das alocações dos trabalhos fisicamente ordenados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização do arquivo do CEMDAP ainda está em andamento, mas já é perceptível que suas ações têm refletido na busca de fontes por pesquisadores da área. Além disso, o Centro tem contribuído para a preservação da massa documental como também o seu fácil acesso.

Todo esforço veio através de um conjunto que envolve estudo, pesquisa e ação direta na documentação presente no arquivo do Colégio. Para a realização dessas ações foi necessário conhecer a história da instituição, as leis normativas que regulamentavam as funções do Colégio de Aplicação, a criação do Plano de Classificação, a identificação dos documentos segundo o princípio de Proveniência, a classificação dos documentos e a sua ordenação atual.

É mister destacar que essas ações não se encerraram, outros aspectos envolvem o trabalho de arquivo como a higienização dos documentos, a constante revisão da organização e a classificação dos novos documentos históricos que se encontram no CEMDAP. Por isso a necessidade de desenvolver políticas que atendam as demandas que se apresentam no cotidiano no Centro de Memória do Colégio de Aplicação.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Anne Emílie Almeida. **Organização do arquivo escolar do Colégio de Aplicação da UFS**: preservação do patrimônio histórico e educacional e potencialidades para a escrita da história da educação. 2023. 178f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

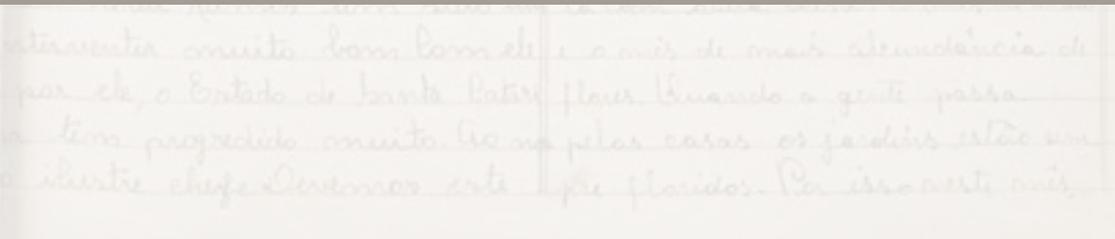
BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 15 de jun. 2019.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Classificação de documentos arquivísticos**: trajetória de um conceito. Arquivística.net, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 120-142, 2006. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net>>. Acesso em: 30 set. 2008.





DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE PESQUISAS EDUCACIONAIS NO ACERVO DOCUMENTAL DO DEDC-XII¹-UNEB

JOSENI PEREIRA MEIRA REIS

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990 houve uma ampliação das investigações que tomam como tema e como objeto de estudo os arquivos escolares. Alguns desses estudos contribuíram para a criação e implantação do Centro de Memória da instituição investigada, como foi, por exemplo, o estudo de Chamon e Nascimento (2011) e Alves (2016). Entende-se que a escola como instância formativa possui características específicas,

1 Departamento de Educação, Campus XII, Universidade do Estado da Bahia.

definidas por modos, práticas e rituais que produzem uma cultura própria, materializados nos objetos que compõem o universo escolar (documentos, imagens, festas). Como destacou a pesquisadora portuguesa, Maria João Mogarro, essas produções materiais constituem a diversidade e a variedade do “patrimônio educativo de cada instituição” (Mogarro, 2005, p. 105). Portanto, investigar e refletir sobre esse patrimônio permite compreender os processos educativos e as relações dos sujeitos neles envolvidos.

Nesse sentido, este relato de pesquisa apresenta e problematiza os levantamentos, ainda iniciais, feitos no acervo do Departamento de Educação do Campus XII - Universidade do Estado da Bahia (DEDC - XII - UNEB), assim como apresenta os desafios no processo de organização para a implantação de um Centro de Memória da Educação. Apresenta, também, as possibilidades de pesquisas a partir das fontes que compõem o referido acervo. Pode-se dizer que as fontes são as matérias-primas que o pesquisador mobiliza para a produção da sua investigação, ou seja, “são vestígios, testemunhos que respondem - como podem e por um número limitado de fatos - às perguntas que lhes são apresentadas” (Ragazzini, 2001, p. 2). Sabe-se que a fonte é uma “construção do historiador”, na medida em que ele atribui sentidos e valores a essa representação, sendo, portanto, uma parte da operação historiográfica.

O Departamento foi criado, originalmente, como Faculdade de Educação de Guanambi - FAEG pelo Decreto n.º 2.636, de 04 de agosto de 1989, posteriormente integrada à UNEB (Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, 2020). O curso de Licenciatura em Pedagogia, implantado em 1991,

teve como fundamento o atendimento à demanda por profissional com formação superior para atuar na Educação Básica da região. Deve-se considerar o pioneirismo da FAEG como instituição pública na formação de professores em nível universitário em Guanambi e região. Ao longo dos 34 anos de existência, o curso de Pedagogia tem contribuído significativamente para o ensino, a pesquisa e a extensão. Em 1997 a FAEG torna-se Departamento de Educação – DEDC - XII da UNEB, atualmente oferta cursos de graduação regular², sendo dois cursos de licenciatura: Pedagogia, Educação Física, e quatro cursos de bacharelado: Administração, Educação Física, Enfermagem e Direito.

A linha de Estudos e Pesquisa em Memória, História, Gênero, Identidade e Cultura Escrita, vinculada ao NEPE (Núcleo de Estudos e Pesquisas Paulo Freire), existe desde 2013, e desenvolve pesquisas sobre instituições escolares, formação de professores, práticas educativas numa perspectiva histórica, além de ter realizado algumas exposições³, como, por exemplo, “Escritos e imagens da história da educação no Alto Sertão baiano”, em 2013, que objetivou divulgar e dar visibilidade às fontes históricas existentes na região que retratam as práticas educativas que vigoravam/vigoram em espaços escolares e não escolares. A “Exposição Memórias e Histórias: 30 anos do Campus XII” (2021), organizada de

2 O termo regular neste caso se refere a cursos de oferta contínua, o Campus já ofereceu cursos pelo PROESP, Parfor e, mais recentemente, aprovou a oferta especial de uma turma do curso de Licenciatura em Agroecologia.

3 A linha, atualmente, é coordenada pela professora Joseni Meira Reis.

modo virtual⁴, teve como escopo rememorar aspectos da trajetória histórica e instigar futuras ações de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidas pelo Campus XII. A terceira, a exposição “Da FAEG à UNEB: 32 anos vestindo a camisa da Pedagogia” (2023), com a exibição de 60 camisas que foram utilizadas como uniformes pelas turmas, teve, também, camisas de projetos de extensão e outros eventos realizados pelo curso ao longo de três décadas.

Nesse sentido, recolher, preservar e salvaguardar documentos que permitem compreender a história da educação do/no Campus XII, é relevante porque possibilita também a construção e o fortalecimento de um sentimento de pertencimento. Assim, ao compreender que os acervos históricos merecem ser conservados porque neles e por meio deles preservamos e atualizamos a nossa memória (Meneses, 1999), passa-se a atribuir a eles sentidos que favoreçam a sua preservação. Isso os torna, realmente, como um “lugar de memória”, depositário de um patrimônio cultural. De acordo com o historiador francês Pierre Nora (1993), os lugares de memória guardam fragmentos de uma história que já não existe, sendo, portanto, espaços privilegiados de suporte para a construção de uma identidade coletiva.

Esse projeto insere-se na perspectiva da História Cultural e da História da Educação quando propõe a ampliação das fontes, dos objetos e dos sujeitos de pesquisas (Burke, 1991), ao abordar a problemática da cultura material da escola. A Histó-

4 O link da exposição <http://dedc12.uneb.br/index.php/30-anos-do-campus/#/lightbox&slide=1>.

ria Cultural nos lembra que a escrita da história não é um encadeamento de verdades, mas uma narrativa feita a partir das fontes consultadas (Pesavento, 2005). Esse entendimento nos ajuda a ver o trabalho com o recolhimento e inventário das fontes como um conjunto de fatores e ações que torna possível a constituição de um espaço destinado a pensar a educação ao longo dos tempos e espaços, assim como a participação dos sujeitos nos processos educativos. Além disso, essa abordagem coloca a possibilidade de se olhar para os documentos, os materiais da cultura escolar e os lugares de memória como objetos para a pesquisa histórica.

O conceito de cultura escolar é relevante para o desenvolvimento das pesquisas, visto que a documentação produzida pelas instituições escolares se refere às práticas cotidianas dessas instâncias. No Brasil, a partir da década de 1990, a temática da cultura escolar emergiu com bastante força no campo da História da Educação. Nessa produção se destacam estudiosos como Diana Vidal (2005), Rosa Fátima de Souza (2007), Faria Filho (2002, 2004) entre outros que desenvolveram suas pesquisas voltadas para as vivências e práticas que envolvem o cotidiano da escola. Conforme evidencia Faria Filho, a cultura escolar “permite articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa, os elementos-chave que compõem o fenômeno educativo tais como: os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares” (Faria Filho, 2002, p. 17).

Para o francês Jean-Claude Forquin (1993), a expressão cultura escolar refere-se ao “conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos selecionados, organizados, ‘normalizados’, ‘rotini-

zados', sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas" (Forquin, 1993, p. 167). Assim, o pesquisador francês ressalta o aspecto seletivo da cultura escolar no que tange às questões cognitivas no processo de construção do conhecimento.

Para o espanhol Antonio Viñao Frago, a cultura escolar é vista numa perspectiva antropológica que compreende:

[...] 'conjunto de aspectos institucionalizados' – incluye prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos – la historia cotidiana de hacer escolar –objetos materiales – función, uso, el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición... –, y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas (Frago, 1995, p. 68-69).

O trabalho de inventariar, digitalizar, catalogar os documentais que se encontram no Campus XII, bem como outros que venham a ser incorporados nesse processo por meio de doações e de seleção nos remete para a afirmação de Michel de Certeau (2002) quando diz:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em 'documentos' certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto (Certeau, 2002, p. 81).

Na primeira fase da pesquisa, recolhem-se, selecionam-se e identificam-se documentos que se encontravam dispersos pelo Campus XII, como, por exemplo, sala do NEPE⁵, na direção, na biblioteca e no “arquivo morto”. Neste processo enfrentam-se alguns desafios e dificuldades no trabalho com as fontes. As fotos a seguir mostram um dos espaços em que estava guardado um acervo de fitas de VHS.

Figura 1 e 2 – Fotos do acervo das fitas VHS



Fonte: Foto do material da pesquisa, 20/02/2024.

5 Nesta sala encontram-se alguns dos materiais (fitas VHS, cassetes, projetos e relatórios de pesquisas e outros documentos que foram produzidos pelo antigo grupo de Pesquisa em Memória e História). O referido grupo foi coordenado pela professora Kátia Montalvão e funcionou até 2013.

As fotos foram feitas em um dos depósitos da instituição que serve para guardar materiais de uso contínuo, a exemplo de materiais de limpeza, cadeiras e outros tantos materiais. Neste espaço estava armazenado num arquivo um acervo de fitas VHS que pertencia à biblioteca do Campus. O acervo audiovisual de 211 fitas relativas a filmes educativos, cursos de formação para professores da educação básica, eventos (palestras, seminários) que ocorreram no Campus XII e projetos de extensão realizados por estudantes do curso de Pedagogia. Como a fita de VHS se tornou um recurso tecnológico com pouca ou quase nenhuma utilização, fez-se necessário buscar um espaço para acomodar o acervo. Geralmente, esses acervos sem utilização são depositados em locais sem as condições adequadas para manter e preservar as fontes. Vale lembrar que parte deste acervo são registros audiovisuais de atividades de ensino, pesquisa e extensão que aconteceram no Campus XII- UNEB.

No processo de manuseio, catalogação e organização do material enfrentam-se outros desafios, como, por exemplo, a falta de um espaço adequado para realização do trabalho, sobretudo a falta de espaço para organizar e acondicionar adequadamente o acervo. A sala em que se realiza o trabalho é uma sala coletiva que atende, também, a outras demandas de grupos de estudos e pesquisas. Portanto, a falta de espaço físico é um dos desafios vivenciados nas instituições públicas, a falta de uma sala com condições adequadas para acomodar o acervo, que favoreça o acesso e a consulta aos documentos. Outro desafio, enfrentado ainda, é a forma como a comunidade acadêmica e a escolar vê os acervos documentais, são

considerados como um “amontoado de papéis e coisas velhas que ocupam espaço, acumulam poeira e servem, ainda, para a proliferação dos cupins”. Alguns funcionários das instituições defendem a necessidade de digitalizar a documentação e incinerar os suportes materiais, justificam, sobretudo, pela falta do espaço físico. Entende-se que guardar toda a produção material feita pela instituição torna-se inviável, mas minimamente, tem-se que utilizar critérios para selecionar e categorizar o que vai ser preservado.

COMO SE CONSTITUEM O ACERVO E AS PESQUISAS QUE SURGEM A PARTIR DOS SEUS DADOS

Essa fase será mais extensa. A seguir, identificam-se os materiais que foram encontrados. No processo de organização, manuseio e sistematização do acervo conta-se com o apoio de estudantes do curso de Pedagogia, na condição de bolsistas de Iniciação Científica (IC) pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado da Bahia (FAPESB) e estudantes voluntários, além de estudantes que desenvolvem Trabalho de Conclusão de Curso a partir do referido acervo.

As fontes documentais identificadas que resistiram às intempéries, no Campus XII, são provenientes do antigo grupo de estudos em memória, da biblioteca, da direção e do “arquivo morto”. Entre as fontes documentais encontradas existem 04 álbuns de fotografias com capa de veludo da formatura das primeiras turmas do curso de Pedagogia, fichas de leitores da biblioteca, projetos e relatórios de pesquisas que foram desenvolvidos pelo grupo, além de reprodução de fotos escolares que

foram utilizadas numa exposição. Um conjunto de 21 fitas de VHS (vídeo) que foi produzido pelo grupo de estudos já mencionado, essas produções tratam de aspectos históricos, políticos, culturais e educacionais da região, como, por exemplo: entrevistas com professoras aposentadas, pessoas da comunidade envolvidas com a produção e preservação da história de Guanambi e região, exposição, atividades realizadas na Fundação Joaquim Dias Guimarães⁶, entre outros. Apenas 4 dessas fitas, que tratam dos aspectos educacionais da cidade de Guanambi, foram transcritas pela monitora durante a pesquisa de Iniciação Científica. Todo este material tem relevância porque em alguma medida ele nos informa sobre as práticas educativas, avaliativas e formativas que ocorreram no Campus XII. Portanto, ele nos diz da história da educação no Departamento em Guanambi, na Bahia e, também, no Brasil.

Nesse processo, recebeu, também, doações de acervos particulares, objetos da cultura material escolar que informam sobre práticas educativas, trajetórias de antigos professores, alunos egressos e outros.

O quadro a seguir apresenta de forma panorâmica quais pesquisas foram e estão sendo realizadas a partir do acervo do Campus XII.

6 A Fundação Joaquim Dias Guimarães foi criada em 1994 com a finalidade de resgatar, preservar e pesquisar aspectos históricos, culturais e folclóricos do município de Guanambi. O seu museu possui um acervo vasto (objetos materiais da cultura local, documentos e outros) que foi ampliado ao longo dos anos por doações de muitos colaboradores. Disponível em: <https://blogdolatinha.blogspot.com/2017/05/o-acervo-historico-da-fundacao-joaquim.html>

Quadro 1- Pesquisas a partir do acervo documental do Campus XII

Título	Ano	Tipo de Pesquisa	Atual ou Concluída
Fontes para a História da Educação: inventário e organização de um acervo	2022-2023	Iniciação Científica FAPESB	Concluída
Biblioteca do DEDC-XII UNEB: circulação e consulta do acervo pelos estudantes do curso de Pedagogia no período de 1991-2000	2022-2023	Iniciação Científica FAPESB	Concluída
Centro de Memória da educação: o que informam as pesquisas realizadas nas últimas décadas	2022-2023	Iniciação Científica (Voluntária)	Concluída
A cultura material escolar como fontes para a História da Educação: inventário e organização de um acervo	2023-2024	Iniciação Científica FAPESB	Em andamento
Fotografia como fonte para a História da Educação: organização e inventário do acervo no Campus XII-UNEB	2023-2024	Iniciação Científica FAPESB	Em andamento

Fonte: Dados da pesquisa

Trata-se de estudos de revisão bibliográfica, como, também, estudos utilizando os dados empíricos do acervo num processo que envolveu, de forma concomitante, o processo de higienização, a organização e a catalogação do material. Os estudos já concluídos foram apresentados na XXVII Jornada de Iniciação Científica da UNEB em 2023, em eventos acadêmicos que ocorreram no Campus XII - UNEB e estão, ainda, aguardando publicação em periódico indexado. Vale destacar que bolsistas da IC que realizaram levantamentos iniciais com essas fontes, já estão desdobrando as temáticas investigadas em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), fato que demonstra como o acervo é profícuo para realização de atividades envolvendo a pesquisa, mas serve, também, conforme mencionado, a atividades voltadas ao ensino e à extensão.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Os dados da pesquisa sistematizados, até o momento, nos informam das potencialidades que residem nos acervos e nas fontes documentais que se encontram amontoadas nos arquivos e gavetas das instituições escolares, no caso, no Campus XII - UNEB. Portanto, basta que o pesquisador, munido de seus referenciais teóricos, saiba problematizá-los e questioná-los; necessário, também, ater-se às lacunas, faltas, bem como aos não ditos da documentação.

As fontes documentais informam sobre as práticas pedagógicas presentes no cotidiano da escola, as ações e os fazeres ordinários (Certeau, 1994) dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, na maioria das vezes não tomados como documentos, visto que essas fontes revelam e permitem compreender, através de olhares indiciários (Ginzburg, 1989), aspectos da escola não apreendidos e que existiram num determinado tempo e lugar. No considerado arquivo “morto” do Campus XII pode-se constatar que parte considerável da documentação referente à antiga FAEG se perdeu. Em conversas informais, os funcionários relataram que parte da documentação foi destruída pela ação dos cupins, como também pela falta de espaço físico, o que levou, ao longo do tempo, gestores a descartarem papéis que não consideravam importantes, isso sem mencionar a devolução ao órgão do Estado de objetos (recursos tecnológicos ultrapassados e materiais em desuso) que fazem parte da cultura material escolar, como, por exemplo, mimeógrafos, projetor de imagens, entre outros. Diante dessa situação, considera-se relevante e urgente a criação de um espaço específico para

acomodar adequadamente essa documentação. Pensa-se num espaço que não se restrinja a ação de guardar e preservar fontes documentais, mas que seja, sobretudo, um espaço dinâmico de diálogo que sirva para atividade de estudos, pesquisas e extensão a partir das problematizações entre o passado e o presente.

No processo de recuperar, conservar as diversas e variadas fontes documentais que tratam da cultura escolar, é importante contar com os recursos digitais como forma de armazenar e disponibilizar o acesso a essas fontes para um público maior de pessoas. Concomitante a essa prática, deve-se lutar para que não ocorra “o desaparecimento dos objetos originais e que seja sempre mantida a possibilidade de acesso aos textos tais como foram impressos e lidos em sua época” (Chartier, 2002, p. 29).

A salvaguarda e a preservação desse acervo, bem como a sua disponibilização para a pesquisa são uma forma de manter a memória e a história vivas. A guarda e a preservação desses vestígios escolares contribuem para a realização de pesquisas sobre a trajetória histórica dos educandários e, também, sobre as práticas e saberes desenvolvidos no seu interior, ou seja, “muito podem dizer sobre métodos de ensino, disciplina, currículo, saberes escolares, formação de professores” (Lopes; Galvão, 2001, p. 83). Assim, acredita-se que os espaços de memórias da educação têm muito a nos informar sobre a história da educação da cidade, da região, do estado e do país.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eva Maria Serqueira. A Edificação do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. **Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 2, n. 2, p. 37-50, jan./jun. 2016.

BAHIA, **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**, Universidade do Estado da Bahia, DEDC-XII, 2020.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales, 1929-1989. Tradução Nilo Odália. 3ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CHAMON, Carla Simone; NASCIMENTO, Adailson de Oliveira. **Inventário da Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais: 1910-1943**. Belo Horizonte, CEFET. Minas Gerias, 2011.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. (F. M. L. Moretto, trad.). São Paulo, SP: UNESP. 2002.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

COSTA, José Carlos Lelis. O Acervo Histórico da Fundação Joaquim Dias Guimarães na Semana de Museus. Blog do Latinha. Guanambi, Bahia em 14/05/2017. <https://blogdolatinha.blogspot.com/2017/05/o-acervo-historico-da-fundacao-joaquim.html> Acesso em: 10/05/2023.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teóricos-metodológicos de um programa de pesquisas. In: MACEDO, Elisabeth (Orgs.). **Disciplinas e integração curricular**: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; GONÇALVES, Irlen A.; VIDAL, Diana; Paulino, André L. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.1, jan./abr. 2004.

FORQUIN, Jean -Claude. **Escola e Cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRAGO, Antonio Viñao. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas e cuestiones. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.0, set./out./nov./dez. 1995.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblema e sinais**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. DP&A, RJ, 2001.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp; FAPESP, 1999. p. 11-30.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas: preservar a informação, construir a memória. **Revista Pro-Posições**, vol. 16, (46), jan./abr. 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, n° 10, 1993, p.07-28.

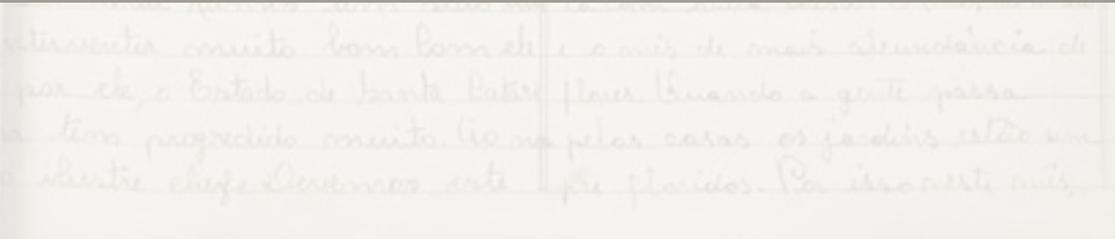
PESAVENTO, Sandra Jathahy. **História & História Cultural**. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar em Revista**, Curitiba, UFPR, n.18, p.13-28, 2001.

SOUZA, Rosa de Fátima. História da cultura material escolar. In: BENCOSTTA, Marcus Levy A. (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

VIDAL, Diana. Dossiê. Arquivos Escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação **Revista Brasileira de História da Educação**, n° 10 jul./dez. 2005.





COLÉGIO TIRADENTES (1961 – 1963): constituição da memória docente

BIANCA S. MARTINS GOMES
RAFAELA MATOS DE SANTANA CRUZ
CRISTIANO FERRONATO

INTRODUÇÃO

O estudo sobre instituições educativas está diretamente atrelado às concepções sobre memória. São estudados os feitos de diferentes indivíduos dentro de um contexto histórico nacional, uma história feita pelos “heróis”. A memória faz-se importante dentro da história das instituições educativas por trabalhar com o fazer histórico de indivíduos dentro do contexto local.

É compreendendo que a história é feita do contexto menor para o macro que é necessário pesquisar e dar voz aos diferentes profissionais que auxiliaram na formação humana dentro

da história local. Por esse motivo, é estritamente necessário ouvir os professores que fizeram parte da memória institucional e auxiliaram na constituição do Colégio.

Para que exista a memória é necessária a existência de um indivíduo. Quando colocado junto a pessoas de um mesmo ambiente ou concepções ideológicas similares, ocorre o desenvolvimento de uma memória coletiva. A memória do “eu” está, por vezes, diretamente ligada à memória do “outro”, por esse motivo é possível lembrar do que foi contado várias vezes, mesmo sem ter sido vivido.

Dessa forma, grupos diferentes carregam histórias diferentes. E é dentro da memória coletiva que a memória individual está localizada, podendo ter diferentes pontos de vista a depender de quem narre. “Cada grupo definido localmente tem sua própria memória, e uma representação do tempo que é somente dele” (Halbwachs, 1990, p. 106).

O desenvolvimento da pesquisa envolvendo a memória e os atores das instituições escolares se dá primeiramente através da busca de fontes. Fontes históricas são quaisquer vestígios que apontam as ações do homem no mundo. No caso desta pesquisa, as fontes irão auxiliar na reconstituição histórica e compreensão dos processos educativos que envolvem os docentes do Colégio Tiradentes, objeto do presente trabalho.

Os documentos não são neutros por sofrerem a influência do período e de quem o faz. Por isso não são comprovantes, mas fornecem meios do historiador analisar criticamente o que está sendo estudado. Através das fontes é possível interpretar os acontecimentos sociais, culturais e econômicos do momento a ser estudado. Sendo a análise crítica parte indispensável do ca-

minho metodológico, as fontes utilizadas nessa pesquisa são os regimentos internos da escola, fotos e relatórios de verificação para funcionamento do colégio e jornais.

O acesso aos documentos se deu através da busca no Memorial de Sergipe localizado na Orla de Atalaia em Aracaju/SE. Poucos documentos estavam disponíveis, levando apenas dois dias a catalogação e escaneamento das fontes necessárias.

Para separação das fontes, foi selecionado o período de 1961, ano de criação do Colégio Tiradentes, à 1963, momento em que foi instaurado os cursos técnicos em Contabilidade e Administração. Dessa forma, após dois anos de criação é possível perceber os aspectos iniciais da cultura que se forma na instituição.

O projeto de pesquisa que envolve este artigo ainda está em fase inicial. Contudo, para esse trabalho o objetivo é o de averiguar a memória dos docentes no Colégio Tiradentes entre 1961 e 1963.

Toda escola merece ter sua história contada, diante disso a proposta do trabalho não é exaltar a instituição e seus feitos, mas salvaguardar a memória dos profissionais que muito fizeram pelos alunos e Colégio. Além de contribuir para o campo da cultura escolar dentro da História da Educação de Sergipe.

Além disso, este artigo apresenta os detalhes iniciais de uma pesquisa de doutoramento que vem sendo desenvolvida através do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT) e dentro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (GPHEN/UNIT).

DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Para que o debate seja iniciado, é necessária a compreensão da legislação que fomentava as escolas na época. O Colégio Tiradentes tinha como embasamento legislativo a Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei n.º 8.529 de 2 de janeiro de 1946) e Ensino Secundário (Decreto-lei n.º 4.244 de 9 de abril de 1942). Contudo, para discorrer acerca do ensino primário, o enfoque se dará no Decreto-lei n.º 8.347 de 10 de dezembro de 1945, que retificou algumas informações da Lei Orgânica de 1942.

As atividades do Ginásio Tiradentes tiveram início em 1962. O colégio fundado por Jouberto Uchôa de Mendonça foi instituído por meio do Diário Oficial do Estado de Sergipe, n.º 14.379 de 2 de dezembro de 1961 através dos estatutos da Sociedade Mantenedora Tiradentes.

A primeira sede do Ginásio tomou espaço na Rua Laranjeiras, n.º 567, no centro de Aracaju/SE, sendo inaugurada oficialmente no dia 21 de abril de 1962. Para início, 22 professores foram contratados lecionando diferentes matérias, como: Matemática, Latim, Desenho, Português, Canto Orfeônico, Ciências Naturais, Economia Doméstica, História (Geral, do Brasil e da América Regis), Educação Física, Inglês, Geografia e Francês, cumprindo os requisitos da Lei Orgânica de 1942.

Figura 1 - Diário Oficial do Estado de Sergipe

ESTATUTOS DA SOCIEDADE MANTENEDORA DO GINÁSIO "TIRADENTES".	Quantidade que pertença ou venha a pertencer à sociedade, só poderá ser levantada com a assinatura do Diretor do Ensino.
<p align="center">Capítulo I</p> <p align="center">Da Sociedade e seus fins</p>	<p align="center">Capítulo III</p> <p align="center">Do órgão de Ensino</p>
<p>Art. 01º — Fica constituída nesta data a Sociedade Tiradentes de Cultura, mantenedora do Ginásio "TIRADENTES", pessoa jurídica de direito privado, fundada em 15 de outubro de 1961, com sede e fórum na cidade de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, no Brasil.</p>	<p>Art. 07º — Todos os direitos e deveres dos diversos órgãos de ensino do Ginásio e Escola serão fixados no regulamento interno de acordo com a constituição com Técnica de Comércio na Legislação Federal e Estadual vigentes.</p>
<p>Parágrafo Único — Cantoneira e sede social de 1º de Janeiro a 31 de dezembro de cada ano civil.</p>	<p align="center">Capítulo IV</p> <p align="center">Do Patrimônio</p>
<p>Art. 02º — A Sociedade cujo nome de natureza inicial, não tem por finalidade:</p>	<p>Art. 08º — O Patrimônio será assim constituído:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) — Dinheiro, móveis e imóveis; b) — Donativos; c) — Quaisquer títulos ou valores que venha a adquirir ou receber.
<p>a) — Organizar e manter um Ginásio em regime de estatuto para preparação em humanidades do primeiro grau, dentro das normas estabelecidas pelo Ministério de Educação e Cultura, pelo Instituto de Instrução Seccional da Diretoria do Ensino Secundário;</p>	<p>Art. 09º — A receita orçamentária consistirá:</p>
<p>b) — manter um Curso Primário eficiente e atender regularmente a todos os alunos que sege o ensino primário do Estado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> a) — Prestação das contribuições e cotizações permitidas pela Diretoria do Ensino Secundário; b) — Donativo, sem caráter obrigatório.
<p>Art. 03º — Os membros da Sociedade Mantenedora, representam a sociedade, legalmente pelas eleições realizadas na própria Sociedade.</p>	<p align="center">Capítulo V</p> <p align="center">Disposições Transitórias</p>
<p align="center">Capítulo II</p> <p align="center">Da Administração</p>	<p>Art. 10º — Os professores empregados cuja relação for encaminhada ao Ministério da Educação e Cultura por intermédio da Instrução Seccional do Ensino Secundário de Aracaju com o pedido de inspeção preliminar, tem seus direitos adquiridos como professor do estabelecimento, enquanto tem servirem ao Estado.</p>
<p>Art. 04º — A Sociedade será administrada por um Diretor de Ensino.</p>	<p>Aracaju, 15 de outubro de 1961.</p>
<p>Art. 05º — Compete ao Diretor de Ensino:</p>	<p>Prof. Jenuvia Uchôa de Mendonça Sócio — Diretor de Ensino</p>
<p>a) — Organizar imediatamente na sede do Ginásio a reunião dos pais, responsável ou tutores, pelos alunos matriculados no Ginásio.</p>	<p>Sr. Estel David de Menezes Fócio — Diretor Auxiliar (Reg. n. 1121 — 1 — 1)</p>
<p>b) — Organizar todo trabalho escolar e receber os alunos matriculados no curso escolar, sendo representante legal do Ginásio perante a Diretoria do Ensino Secundário.</p>	
<p>c) — Ter em sua toda a responsabilidade e supervisão da Sociedade.</p>	
<p>d) — Promover a arrecadação das rendas da Sociedade.</p>	
<p>e) — Promover a Admissão do Corpo Docente e Funcionários.</p>	
<p>Art. 06º — Toda e qualquer</p>	

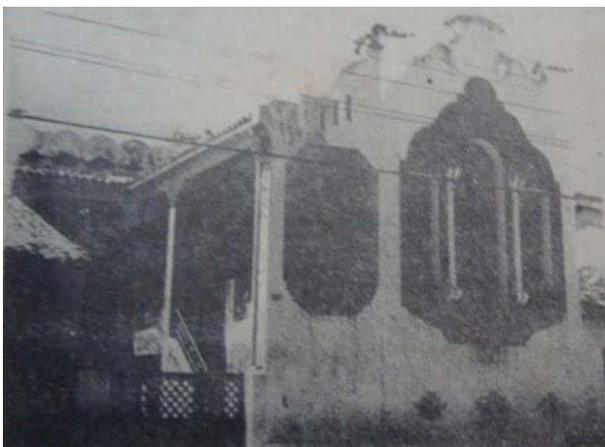
Fonte: Regimento Interno do Colégio Tiradentes, 1961. Acervo do Memorial de Sergipe.

Figura 2 – Lista de primeiros professores

Adelci Figueiredo Santos Geografia Geral e Geografia do Brasil, Regia nº F. 6.978	José Maria Rodrigues Santos Médico Ass. de Ed. Física, Regis. nº 20
Cândida Viana Ribeiro (Candoca) Canto Orfônico, Regia. nº D. 0.232;	Leão Magno Brasil Matemática - Regis. D. 35.128;
Cecília Teixeira Desenho, Regis. nº D.18.884;	Lúcia Viana Ribeiro Inglês, Regis. nº L.F.F.
Duclerc Chaves Português, Regis. nº D.31.834;	M^o do Carmo de Melo Maynard Português, Regis. nº F.34086;
Edilberto Reis Cunha Educação Física, Regis. nº EF. 0.954;	M^o Emília Nunes de Andrade Economia Doméstica e Trabalhos Manuais, Regis. nº D. 34.630;
Elódia Caldas Barros Francês, Regis. nº F. 10.306;	Maria Olga de Andrade Ciências Naturais, Regis. nº 33.259;
Elze do Prado Barreto Desenho, Regis. nº D.29.943;	Padre Fernando Medeiros Religião
Félix d'Ávila Educação Física, Regis. nº EF.3.742;	Raimundo Aritiquiba Lobão Matemática, Regis. I. E. S.;
José Antônio da Costa Melo Latim, Regis. nº F.7.255	Renato Valois das Chagas Inglês, Regis. nº D. 35.135;
José Carlos de Sousa Francês, Regis. nº D.19.654;	Rosilda Barreto Economia Doméstica, Regis. nº "o";
José Joaquim d'Ávila Melo Desenho, Regis. nº L.E.S.;	Vilma Santana História Geral, História do Brasil e História da América Regis. Nº F. 10.205.

Fonte: Silva, 2023, p. 94.

Figura 3 – Casa da primeira sede do Colégio Tiradentes, 1962.



Fonte: Blog Aracaju Antiga, publicado em jun./2010. Disponível em: <https://aracajuantiga.blogspot.com/2010/06/colégio-tiradentes.html> Acesso em: 08/05/2024.

O ingresso na instituição ginásial acontecia através de exames de admissão: provas escritas de Português (orais também), Matemática, História do Brasil e Geografia do Brasil. A prova de Português era de caráter eliminatório. Houve 86 inscritos no primeiro exame geral de admissão do Colégio Tiradentes realizado nos dias 1, 4, 5 e 6 de dezembro de 1962. A comissão Examinadora foi constituída por Raimundo Aritiquiba Lobão, Dueclere Chaves, Vanda Santana Marcena, Ana Maria Vieira do Nascimento e Leão Magno Brasil, professores da instituição.

O Decreto-lei de 1945 estabeleceu a divisão do ensino secundário entre ginásio e colégio. Portanto, seria denominada como ginásio os estabelecimentos que ministrassem o curso do primeiro ciclo e colégio os locais que além do curso de ginásio, ministrassem aulas dos cursos de segundo ciclo.

A partir disso podemos compreender a mudança no nome da instituição, que na formação era ginásio, mas um ano após o início das aulas foi alterado para Colégio Tiradentes. O Colégio iniciou as atividades ministrando aulas do infantil, pré-primário, primário e pedagógico. Os cursos técnicos em Administração e Contabilidade foram criados em 1963.

De acordo com o Quadro Geral de Matrículas da 1ª época, documento de março de 1962, o Colégio Tiradentes teve 257 alunos matriculados para o primeiro ciclo no período diurno. No noturno, havia 52 matriculados.

O Pedagógico matriculou 22 alunos e o Técnico em Contabilidade 57, ambos no período noturno. Além do primeiro e segundo ciclos, o Colégio tinha o Infantil e Primário, tendo 11 e 90 matriculados, respectivamente, ambos no período diurno.

Os documentos utilizados para pesquisa constituem parte da memória oficial da instituição. Os regimentos e relatórios de verificação são, obviamente, representações do período em que foram elaborados, com regras que formaram a cultura escolar e as responsabilidades envolvendo corpo docente, discente e todas as partes que constroem a escola. Observa-se os agentes que formaram o Colégio Tiradentes inicialmente, alunos, professores e diretor que criam o ritmo inicial para as atividades.

Através desses documentos é possível compreender o conceito de cultura escolar com base em Santos (2021):

(...) resultado de interesses e objetivos – a princípio pedagógicos e seletivos – se configura como mais um elemento da cultura escolar, no qual diferentes agentes e entidades estiveram ligados, implicando assim, o funcionamento e organização da escola (Santos, 2021, p. 31).

Apesar do trabalho mencionado acima comentar sobre o regime dos preparatórios, entende-se que as diferentes estruturas ajudam a construir a cultura escolar, como as festas e a pluralidade cultural que parte do corpo docente e discente, que se forma a partir do contato nas disciplinas e ao longo do ano escolar.

A Lei Orgânica de 1962 afirma que os professores devem receber formação em cursos apropriados, em regra do ensino superior. Dessa forma, a remuneração deve ser adequada para a formação, a ser paga pontualmente.

De acordo com o Relatório de Verificação para Funcionamento do Colégio Tiradentes no ano de 1962, é possível observar que cada docente recebia de acordo com a quantidade de aulas ministradas.

Figura 4 - Quadro de remuneração do corpo docente, 1962

Ordem	Nome do Professor	Disciplina	Remuneração
1	Duclero Chaves	Português	Cr\$ - 3.250,00
2	Manoel José Cardoso	"	" 2.600,00
3	Maria do Carmo M. Maynard	"	" 7.150,00
4	Maria Herminia Caldas	" Latim	" 13.000,00
5	Elodia Caldas Barros	Francês	" 13300,00
6	José Carlos de Souza	"	" 1.300,00
7	Leônia Vianna Ribeiro	Inglês	" 2.600,00
8	Raimundo Aritiquiba Lobão	Matemática	" 14.300,00
9	Felix d'Ávila	Ciências	" 4.550,00
10	José Gama Moreira	"	" 3.900,00
11	Oceílida Oliveira Wiltshire	Geografia	" 1.950,00
12	Elisete Batista Nogueira	" Hist.	" 6.500,00
13	Maria Lígia Madureira Pina	"	" 8.450,00
14	Yvanda Santana Marceus	"	" 5.850,00
15	Cecília Teixeira	Desenho	" 1.950,00
16	Elise do Prado Barreto	"	" 2.600,00
17	José Joaquim d'Ávila	" Matem.	" 9.100,00
18	Oceílida Vianna Ribeiro	E. Artística	" 4.550,00
19	Jouberto Uchôa de Mendonça	E. Cívica	" 4.550,00
20	Maria Edna de Barros	E. Física	" 2.800,00
21	Feres Pires Wynne	"	" 3.900,00

Aracaju, 3 de março de 1.962

GINÁSIO TIRADENTES
Jouberto Uchôa
 DIRETOR

Fonte: 1º Relatório de Inspeção de 1962 do "Ginásio Tiradentes". Acervo do Memorial de Sergipe.

O fator que mais chama atenção na remuneração é que não há distinção de sexo quanto a remuneração. Os primeiros professores foram convidados a se juntarem ao corpo docente pelo diretor Jouberto Uchôa. Alguns eram egressos das escolas normais e outros eram certificados pela Companhia de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), bem como estudantes ou graduados da Faculdade de Filosofia de Sergipe ou formados por instituições de ensino superior no país.

A utilização das Leis Orgânicas é um exemplo de como a história macro está interligada à micro-história, adentrando, assim, a categoria de análise do contexto histórico e circunstâncias que envolveram a criação do Colégio Tiradentes (Nosella; Buffa, 2013).

Nos anos de 1960 o Brasil ainda vivia o momento de construção da identidade brasileira, utilizando a educação como fonte de fortalecer o sentimento de “pátria” na juventude, distanciando dos aspectos coloniais. Uma das formas de atingir esse objetivo e “(...) convencer que a escola era o lugar ideal para educar as crianças” (Ferronato; Batista; Gomes, 2020, p. 78) foi através das festas escolares, um meio de estabelecer a confiança da sociedade nas instituições de ensino e, também, fortalecer as histórias referentes aos “heróis da pátria”.

De acordo com os autores citados anteriormente, as festas escolares podem ter diferentes objetivos a depender da estrutura em que se encontram e do conteúdo a ser ministrado. São momentos de enaltecer características do período e criar um processo de ritualização (férias, exames, visitas e culto à pátria).

O Colégio Tiradentes celebrou as mais diferentes datas, como é possível observar nas imagens abaixo:

Figura 5 – Festa de aniversário do Ginásio Tiradentes (s/d)



Fonte: Barreto (2012).

Figura 6 – Festa no dia de Tiradentes, 1963.



Fonte: Barreto (2012).

O patrono da instituição era, obviamente, Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, envolvido na Inconfidência Mineira. Por isso, o dia era amplamente comemorado na escola. Na imagem acima é possível observar o professor de Música Eribaldo Gleison Prata, professor João Bosco Seabra e o baterista Carlos Alberto Souza.

Figura 7 – Casamento Matuto em festejo de São João (s/d)



Fonte: Barreto (2012).

Figura 8 – Desfile após Missa de Páscoa, 1964



Fonte: Barreto (2012).

É através das festas escolares que as instituições educativas desenvolvem tradições que permeiam a sociedade, fomentando a cultura, tanto local, quanto nacional; “(...) as festas foram pensadas dentro de uma relação de cultura nacional e educação urbana” (Ferronato; Batista; Gomes, 2020, p. 83).

As questões acima expostas exemplificam a formação da cultura escolar do Colégio Tiradentes, definido por Julia (2001) como:

(...) a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses conhecimentos (Julia, 2001, p. 10).

Definem-se datas e momentos que são considerados importantes, tanto para a instituição, como historicamente, para

que seja criada uma atmosfera de celebração, no caso das festas escolares. É uma das formas de se criar cultura dentro de uma instituição, mas que será alterada com o decorrer dos anos e dos diferentes alunos e professores que por ali passam. A cultura escolar é formada através da interferência dos mais diversos autores sociais num mesmo local.

CONCLUSÕES

O estudo da cultura escolar envolve os mais diferentes aspectos, nesse artigo, observamos as estruturas disponíveis nos documentos oficiais que constituíram a cultura escolar do Colégio Tiradentes no período de 1961 a 1963, junto à memória docente.

A cultura escolar sergipana está em constante transformação. As relações entre docentes e discentes junto às práticas auxilia nesse processo em busca da identidade escolar, em que cada escola possui sua particularidade. Dessa forma, compreende-se como cultura escolar os regimentos que moldam formalmente a instituição, junto a festas que dão o tom ao que deve ser ou não comemorado.

Esse artigo é constituído pelo cruzamento entre a macro e micro-história, de forma a assimilar como a legislação brasileira é capaz de interferir no funcionamento escolar ao mesmo tempo em que essa escola forma seu regimento e, por consequente, sua cultura também pautada nas Leis Orgânicas.

Como já mencionado, essas são apenas as considerações iniciais que envolvem uma pesquisa de doutoramento que vêm sendo desenvolvida na Universidade Tiradentes. Portanto, pre-

tende-se construir uma pesquisa ainda mais ampla que leve em consideração à função dos docentes no contexto da Instituição e do estado de Sergipe.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas**: introdução aos seus usos historiográficos / José D'Assunção Barros. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BARRETO, Luiz Antônio. **Jouberto Uchôa de Mendonça**: vida & experiência. / Luiz Antônio Barreto. – Aracaju: Ed. Diário Oficial, 2012.

BLOG ARACAJU ANTIGA. Publicado em jun./2010. Disponível em: <https://aracajuantigga.blogspot.com/2010/06/colégio-tiradentes.html> Acesso em: 08/05/2024.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei Nº 4.244, de 9 de abril de 1942**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 09 maio 2024.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei Nº 8.347, de 10 de dezembro de 1945**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442> . Acesso em: 09 maio 2024.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei Nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442> . Acesso em: 09 maio 2024.

COLÉGIO TIRADENTES. **1º Relatório de Inspeção de 1962 do “Ginásio Tiradentes”**. Acervo do Memorial de Sergipe.

FERRONATO, Cristiano; BATISTA, Patrícia; GOMES, Bianca S. Martins. Educação em Sergipe no início do século XX: uma leitura a partir das comemorações escolares. Revista @ mbienteeducação. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 13, n. 1, p. 76-91 jan./abr. 2020.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução

de: La mémoire collective. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf . Acesso em: 03/08/2023.

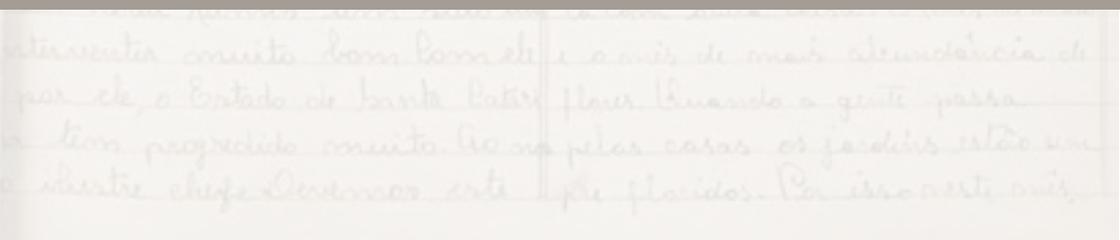
JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4918528/mod_resource/content/1/JULIA%20Domini que_A%20cultura%20escolar%20como%20objeto%20hist%C3%B3rico.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4918528/mod_resource/content/1/JULIA%20Domini%20que%20A%20cultura%20escolar%20como%20objeto%20hist%C3%B3rico.pdf). Acesso em: 08/05/2024.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar** / Paolo Nosella, Ester Buffa. - - Campinas, SP: Editora Alínea, 2013. 2ª edição.

SANTOS, Maria Edna. **“EXAMES GERAES DE PREPARATORIOS”**: cultura escolar do ensino secundário sergipano (1839-1934) / Maria Edna Santos; orientadora Silvana Aparecida Bretas. - São Cristóvão, SE, 2021. 350f. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14930/2/MARIA_EDNA_SANTOS.pdf. Acesso em: 06/08/2024.

SILVA, Indayane Gomes da. **Temos orgulho de estudar nesse colégio: práticas educativas, memória e arquitetura escolar no ginásio e colégio Tiradentes de Sergipe (1962- 1967)** / Indayane Gome da Silva; orientação [de] Prof. Dr. Cristiano Ferronato - Aracaju/ SE: UNIT, 2023.





ASPECTOS DO PERFIL DISCENTE DO GRUPO ESCOLAR RURAL JOSÉ ROLLEMBERG LEITE (1954-1974)

ANDREZA CRISTINA DA SILVA ANDRADE

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar aspectos do perfil discente do Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite extraídos dos registros civis dos alunos do ensino primário, matriculados no marco temporal compreendido entre 1954 e 1974. Este estudo é parte de uma pesquisa de doutoramento em curso, cujo objetivo principal é estabelecer compreensões sobre a história do Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite dentro do contexto da campanha nacional de ampliação do ensino primário rural e do processo de expansão urbana de Aracaju, entre as décadas de 1950 e 1970.

O Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite (GERJRL) foi criado em 07 de novembro de 1953, por meio do Decreto n.º 244,

do governador de Sergipe na época, Arnaldo Rollemberg Garcez. Essa unidade de ensino é mantida pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (Seduc). Está localizada na Rua Natal, s/n.º, no bairro José Conrado de Araújo, na cidade de Aracaju/SE. Em 26 de março de 1974, o citado estabelecimento de ensino foi transformado de Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite em Escola de 1º Grau José Rollemberg Leite, por meio do Decreto n.º 2.779, do então governador do estado de Sergipe, Paulo Barreto de Menezes (Sergipe, 1974). A partir do Decreto n.º 14.438/1994, foi transformado em Escola de 1º e 2º Graus José Rollemberg Leite. Desde 2017, quando passou a oferecer o ensino médio integral, teve sua denominação alterada novamente, quando se tornou Centro de Excelência José Rollemberg Leite (CEJRL), mediante o Decreto n.º 30.881/2017 (Sergipe, 1994, 2017).

Esse grupo escolar foi criado a fim de atender à população carente do Conjunto Agamenon Magalhães, primeiro conjunto habitacional de Aracaju, construído na década de 1950 para reassentar a população das comunidades chamadas “Ilha das Cobras” e “Curral”, que ocupavam irregularmente a região central da capital sergipana (Loureiro, 1983).

A mencionada instituição foi fundada com parte dos recursos da Campanha Nacional de Ampliação do Ensino Primário e do Ensino Rural, que vigorou no Brasil entre as décadas de 1940 e 1970. O processo de expansão das escolas primárias brasileiras foi financiado pelo governo federal, em parceria com os governos estaduais, órgãos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do governo dos Estados Unidos da América, que creditavam à educação a responsabilidade por promover

o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Os acordos Brasil- Estados Unidos da América foram os que mais influenciaram a política educacional do Brasil entre 1930 e 1970. Convênios semelhantes também foram firmados em outros países da América Latina (Siqueira; Teixeira, 2018).

Para compreender os aspectos históricos relativos à institucionalização, funcionamento e perfil discente do Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite, ao longo das duas primeiras décadas de fundação, foram utilizados como principais fontes de pesquisa os documentos depositados no arquivo permanente da própria instituição, os quais compõem o seu patrimônio histórico educacional, formado principalmente por livros de atas de promoções, livros de ponto, livros de atas de reuniões pedagógicas, correspondências, dossiês estudantis, dentre outros. Os arquivos escolares são fontes de informações imprescindíveis para pesquisas, interpretações e análises sobre a história das próprias instituições e sobre a História da Educação (Furtado, 2011).

Nessa direção, apresentaremos aqui parte dos resultados obtidos com base na análise dos dossiês estudantis sob a perspectiva de patrimônio histórico educacional, do período compreendido entre 1954 e 1974, depositados no arquivo do GERJRL. Os dossiês são um conjunto de diferentes tipos documentais em suporte de papel, relativos à vida escolar do aluno desde o seu ingresso na instituição até a sua saída. Os dossiês são compostos por certidões de nascimento, fichas de matrícula, históricos escolares, declarações e outros documentos (Almeida, 2021). Os dossiês também podem ser chamados de pastas de alunos ou prontuários de alunos.

Os dossiês estudantis são uma potente fonte de pesquisa para o campo da história da educação. No estado de Sergipe, podem ser tomados como exemplos do uso dos dossiês estudantis, neste campo, os estudos de Melo e Conceição (2021), que traçaram o perfil estudantil do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, no período de 1959 a 1968, e a tese de doutorado de Almeida (2021), que mapeou o perfil estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, no marco temporal de 1969 a 1981. As duas investigações utilizaram como fontes principais os dossiês depositados no Centro de Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (Cemdap).

Dentre os diversos tipos documentais que compõem os dossiês estudantis, a certidão de nascimento ou registro civil de nascimento é uma das principais fontes de onde podem ser extraídos diversos dados importantes para a construção do perfil estudantil, a exemplo do local e ano de nascimento, filiação, sexo e cor da pele. Diante dessas possibilidades, apresentaremos neste estudo aspectos do perfil estudantil do Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite, de 1954 a 1974, a partir da análise dos registros civis depositados nos dossiês dos estudantes desse período.

Para além da história da educação, o registro civil desde a época do império já foi motivo de grandes debates na história do Brasil, uma vez que se trata de um documento potente para análises históricas, tendo sido, por exemplo, utilizado como fonte para estudos populacionais de trajetórias coletivas de negros após abolição no estado do Rio de Janeiro (Costa, 2016).

O registro civil no Brasil Império era feito pela Igreja Católica, que tinha a função notarial, funcionando como um “braço

burocrático do estado”. Nessa época, os registros civis de nascimento eram lavrados após o sacramento do batismo, o que significa dizer que os não católicos não eram registrados (Silva, 2019).

Somente com a vinda da família real para o Brasil e com a chegada de diversos estrangeiros não católicos, tornou-se necessário registrar as pessoas naturais, ou seja, os nascidos no Brasil, e contar o número de aportados no país. O primeiro censo só foi realizado quase 30 anos após a independência do Brasil, e os registros civis de nascimentos e óbitos estavam associados ao recenseamento (Souza, G., 2019). Apesar das tentativas do imperador Dom Pedro II para instituir um registro civil laico, a exemplo do que ocorreu por meio do Decreto n.º 9.886, de 7 de março de 1888, que colocava em prática o registro civil sob a responsabilidade do Estado e, mesmo após a Proclamação da República, a disputa entre a Igreja Católica e o Estado Brasileiro em relação ao registro civil continuou por algum tempo (Costa, 2016).

O registro era feito à mão, por vários autores e sem um padrão definido, e esses fatores colocavam em dúvida as informações dos registros civis, sendo, por isso, ignoradas pelos recenseadores. Apesar de no decreto anteriormente mencionado estarem descritas as informações que deveriam constar no registro civil, como pode ser observado a seguir, essas regras não eram respeitadas.

1º) O dia, o mês, ano e lugar do nascimento, e a hora certa ou aproximada; 2º) O sexo do recém-nascido; 3º) O fato de ser gêmeo; 4º) A declaração de ser legítimo, ilegítimo ou exposto; 5º) Os nomes e sobrenomes que forem ou hou-

verem de ser postos na criança; 6º) A declaração de que nasceu morta, ou morreu no ato ou logo depois do parto; 7º) A ordem de filiação de outros irmãos do mesmo nome, que existam ou tenham existido; 8º) Os nomes, sobrenomes e apelidos dos pais; naturalidade, condição e profissão destes; a paróquia ou lugar onde casaram e o domicílio ou residência atual; 9º) Os nomes e sobrenomes de seus avós paternos e maternos; 10º) Os nomes sobrenomes, apelidos, domicílio ou residência atual do padrinho, da madrinha e de duas testemunhas, pelo menos, assim como a profissão destas e a daquele, se o recém-nascido já for batizado (Costa, 2016, p. 122).

Somente a partir do Decreto nº 18.542, de 24 de dezembro de 1928, o registro civil foi reformulado e a informação sobre a “cor da pele” passou a ser obrigatória nos registros civis de nascimento. Anteriormente a esse decreto, a “cor da pele” ora aparecia, ora não aparecia nos mencionados documentos. No período pós-abolição, nos registros eclesiásticos, por exemplo, não aparecia (Costa, 2016).

A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em seus artigos 29 ao 115, versa especificamente sobre o registro civil de pessoas naturais. Essa lei vigora até os dias atuais (Silva, 2019).

Ante o exposto, a certidão de nascimento, ou registro civil de nascimento, presente nos dossiês estudantis, constitui uma fonte profícua para pesquisas relativas ao perfil discente das instituições de ensino.

METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizou a metodologia de análise de documentos históricos ancorada nos princípios da Nova História Cultural e, sobremaneira, nos referenciais teóricos da história da educação relativos a arquivos e acervos, patrimônio histórico educacional. Tem como principais referências os estudos de Souza (2013), Possamai (2012), Vidal e Paulilo (2020), Menezes (2014) e Silva e Orlando (2019), que deram destaque ao patrimônio histórico educativo dentro da área da História da Educação, por acreditarem ser esse um elemento importante da cultura do Brasil e que carece de apoio de políticas públicas e do engajamento da sociedade para a sua preservação e difusão. O patrimônio histórico educacional deve ser pensado como uma construção histórica, social e cultural e, por esta razão, requer problematizações (Possamai, 2012).

Não obstante às diversas pesquisas no campo da História da Educação, os arquivos e acervos, com raras exceções, praticamente não são vistos por nossa sociedade como um patrimônio cultural, posto que as entidades responsáveis não os reconhecem como tal. Os prédios históricos geralmente são tombados e considerados como patrimônio cultural. No entanto, para o poder público, os acervos desses prédios não compõem o patrimônio e por esta razão, não compõem esse patrimônio, motivo pelo qual são encontrados deteriorando-se nos locais mais inusitados, quando não são descartados (Menezes, 2014).

A primeira fase da pesquisa foi localizar e contar os dossiês estudantis existentes no arquivo do CEJRL pertencentes aos estudantes do ensino primário, no marco temporal compreendido

entre 1954 e 1974. Foram contabilizados 17.895 dossiês ao todo, depositados no arquivo da instituição em tela; porém, os dossiês de interesse para este estudo somaram apenas 673 unidades.

Na segunda fase da pesquisa foram cadastrados e digitalizados os 673 dossiês além dos 6.664 documentos que os compunham, em banco de dados eletrônico por meio de um sistema computacional criado especialmente para esta pesquisa. As imagens dos documentos foram armazenadas no *Google Drive*.

A partir do cadastro dos dados mencionados anteriormente, foram gerados diversos tipos de relatórios com informações extraídas dos diversos tipos documentais dos dossiês. No que se refere às certidões de nascimento, foram gerados relatórios com informações quanto à cor da pele, local e data de nascimento, sexo, idade de acesso à escola, dentre outras, que, quando cotejadas com outras fontes de pesquisa, contribuíram para a construção do perfil dos estudantes do Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite no período estudado.

Os trabalhos de Melo e Conceição (2021) e Almeida (2021) também utilizaram as certidões de nascimento constantes nos dossiês estudantis, como documento auxiliar na construção do perfil discente do Ginásio de Aplicação da UFS. Os documentos utilizados pelos pesquisadores mencionados são parte do patrimônio histórico educacional do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe depositado no Cemdap.

Ainda que tenham sido produzidos diversos eventos, dossiês, artigos, livros e revistas revelando os novos olhares lançados sobre a escola e sua cultura em diversas partes do mundo, no Brasil, mesmo seguindo essa tendência mundial de crescentes pesquisas sobre o patrimônio educacional, as investigações com esse fim são

ainda incipientes, o que revela, desta forma, a necessidade de um esforço conjunto de diversos setores da sociedade brasileira para preservar nosso patrimônio educacional (Silva; Orlando, 2019).

RESULTADOS

Nos 673 dossiês foram encontradas 583 certidões de nascimento, e nos 90 restantes não foram encontradas certidões de nascimento.

O modelo das certidões de nascimento variou ao longo do tempo investigado, não só de acordo com o estado de origem, mas também de acordo com a maneira como eram assentados os dados no mesmo modelo de certidão. Na maioria das certidões de Sergipe as informações se resumiram a: número do livro de assentos do nascimento, nome, sexo, cor, data, hora, local, nome do pai, nome da mãe, nome dos avós paternos e avós maternos, nome do declarante, testemunhas, a data do registro, um campo de observações, carimbo do cartório, local e data do registro e assinatura do responsável pela confecção e emissão do documento. Nas certidões sergipanas, apesar de não haver campo próprio para registro da profissão dos pais, algumas vezes apareceu a informação logo após o nome dos genitores. Nas certidões do estado de Alagoas, além dos campos supramencionados, também apareceram a profissão dos pais e o endereço. Desta forma, não foi possível mapear as profissões e os endereços de forma eficiente utilizando-se deste tipo documental, sendo, para isso, necessário analisar os documentos. Algumas certidões traziam em seu cabeçalho a antiga denominação do Brasil: “República dos Estados Unidos do Brasil”.

No tocante à “cor da pele”, encontrou-se esse dado em 526 certidões investigadas, e em 57 delas, não foi identificada essa informação. A cor da pele que predominou nos 526 dossiês foi “morena”, que apareceu 268 vezes, seguida da cor “parda”, com 148 ocorrências; a cor “branca” apareceu 96 vezes, e “preta”, 14 vezes. A cor da pele pode dar indícios da trajetória social dos estudantes matriculados na instituição. Como fora dito, o conjunto Agamenon Magalhães, onde estava localizado o Grupo Escolar Rural Rollemberg Leite, foi construído prioritariamente para pessoas pobres que habitavam de forma irregular as áreas que margeavam o centro de Aracaju. De acordo com dados do IBGE, a maior parte da população brasileira no período estudado era formada por pessoas negras e pardas.

Conceição (2015), em seu trabalho intitulado “Perfil dos alunos internos no ensino profissional agrícola federal mantido pelo Ministério da Agricultura em Sergipe (1934-1967)”, também utilizou a cor da pele descrita no livro de *Matrícula do Aprendizado Agrícola de Sergipe* (1938) para auxiliar na construção do perfil dos estudantes daquela instituição. De modo semelhante ao GERJRL, a instituição estudada por Conceição era voltada para atender às camadas mais pobres, e os seus estudantes, em sua maioria, eram de origem negra. O pesquisador encontrou nos registros 170 internos de origem negra, 111 dos quais eram “morenos”, 49 “pretos” e 10 “pardos”. Apenas 40 internos foram declarados como “brancos”.

De outra parte, no Ginásio de Aplicação da UFS, entre as décadas de 1960 e 1980, Almeida (2021) e Melo e Conceição (2021) identificaram que a maioria dos estudantes era branco e que uma minoria tinha as cores de pele morena e parda. Isto

denota que o Ginásio de Aplicação, em seus primeiros anos de funcionamento, recebia os filhos das camadas mais ricas da sociedade aracajuana. Considerando a cor da pele descrita no registro civil de nascimento, é válido resgatar brevemente como se deu a inserção desse dado nos documentos oficiais dos cidadãos brasileiros, o que permitiu categorizá-los de acordo com a sua cor nas estatísticas oficiais.

Ao longo dos séculos XIX e XX, os debates científicos e políticos em torno da questão da “raça” estiveram muito presentes na sociedade europeia e brasileira, na tentativa de explicar as alteridades entre os diferentes grupos de pessoas.

Para Petruccelli (2013), o modo como os diversos segmentos da sociedade é classificado em relação à percepção das características físicas condiciona a trajetória de vida de cada indivíduo e pode gerar como consequências estigmas e desvantagens para uns e capital social para outros. A partir do primeiro recenseamento do Brasil, realizado em 1872, estabeleceu-se oficialmente um sistema de classificação da cor no país, com a utilização das seguintes categorias: branco, preto, pardo e caboclo. Na operação censitária, que distinguia a população segundo sua condição civil em livres e escravos, os primeiros se autotransclassificavam quanto à cor, e os últimos eram classificados pelos seus donos (Petruccelli, 2013).

No recenseamento de 1890, o termo “pardo” foi substituído por “mestiço”, numa demonstração de grande influência das teorias racistas de branqueamento da população por meio da diluição do sangue negro no cruzamento com os contingentes migratórios brancos, que levaria ao gradual desaparecimento da população negra (Camargo, 2010).

Nos recenseamentos de 1900 e 1920 não foi incluída a classificação racial, e o censo previsto para 1910 não foi realizado. Em 1930, mais uma vez, não houve levantamento censitário por conta da situação política do país. Em 1940 foi retomada a série de recenseamento. Nesse ano, foi incorporada a categoria “amarela” na classificação para incluir os imigrantes japoneses que chegaram ao país entre os anos de 1908 e 1929. No censo demográfico de 1940, aceitavam-se como respostas à classificação racial os termos branco, preto e amarelo. O termo pardo ou outro que se referisse à mestiçagem não apareceu, denotando que houve uma mudança de perspectiva, pois o que se valorizava não eram mais os tipos raciais originários, mas sim a ‘cor’, isto é, as tonalidades de pele (Camargo, 2010).

Nos censos demográficos de 1950 e 1960 foi reincorporado o grupo pardo à categorização de cor como unidade de coleta e análise. Essas operações foram as primeiras que, nas instruções de preenchimento, orientaram explicitamente a respeitar a resposta da pessoa recenseada, constituindo a primeira referência explícita ao princípio de autodeclaração.

A categoria “morena”, que mais apareceu nas certidões de nascimento dos alunos do GERJRL, embora tenha sido utilizada nos documentos oficiais, para Osorio (2013), era destituída de significado étnico-racial e remetia apenas a uma caracterização neutra de aparência cromática na qual podem se ver incluídas pessoas portadoras de variadas identidades. É mais um termo cunhado sob a égide do racismo estabelecido ao longo da história brasileira, na tentativa de branquear a população predominantemente negra por meio da mestiçagem, o que colocava a raça negra como inferior a branca. Como se

observa no excerto a seguir, a categoria “morena” é a negação da negritude:

Morena é tanto uma categoria de negação da negritude quanto a que caracteriza o indivíduo branco bronzeado; há morenos que jamais serão objeto de discriminação racial e aqueles que provavelmente serão. Quando o indivíduo que se identifica moreno se vê obrigado a decidir se é branco ou pardo na classificação do IBGE, provavelmente o faz segundo a nossa cultura racial e leva em consideração suas marcas e outros aspectos – sua situação socioeconômica, por exemplo – classificando-se na categoria discriminada, ou não, depois de um julgamento subjetivo de sua proximidade com o polo branco da escala de cor (Osorio, 2013, p. 98).

Em relação ao sexo dos estudantes, as certidões de nascimento revelaram que 342 deles era do sexo feminino e 341 eram do sexo masculino. Esses dados divergem ligeiramente dos dados do livro de atas de promoções do mesmo período que revelou em outra análise que o número de alunos do sexo masculino era maior que o número de estudantes do sexo feminino. Isso demonstra as fragilidades na documentação escolar e, com isso, a necessidade de cotejar as diferentes fontes na pesquisa. Para Vidal e Paulilo (2020), o documento precisa ser percebido não somente como fonte de informação, mas também como um artefato construído sobre o qual se deve questionar quanto às condições reais de sua produção.

A partir da certidão de nascimento foi possível mapear o local de origem dos estudantes do GERJRL. Quanto à unidade

federativa de origem, a maior frequência foi Sergipe, com 92% dos nascimentos, seguido de Alagoas e Bahia com 3% e 2%, respectivamente. A maioria dos alunos, cerca de 54%, nasceu na cidade de Aracaju e o demais nasceram em outras localidades. A segunda cidade que mais aparece como local de nascimento, com aproximadamente 4%, é a cidade sergipana de Laranjeiras, distante aproximadamente 25km da capital, Aracaju. Além das duas cidades de nascimento anteriormente mencionadas, apareceram mais 73 cidades, 48 das quais são de Sergipe, 10 da Bahia, 1 de Pernambuco, 9 de Alagoas, 1 da Paraíba, 1 do Rio de Janeiro, 1 de São Paulo, 1 do Ceará e 1 do Rio Grande do Norte. Esses dados demonstram que, ao longo do período estudado, houve uma migração das famílias sergipanas para a capital do estado, uma vez que entre as décadas de 1950 e 1970, Aracaju, seguindo a dinâmica de outras capitais do país, passou por um processo de crescimento que atraía as famílias das zonas rurais para a cidade.

No tocante à informação sobre a paternidade, dentre as 583 certidões de nascimento encontradas nos 673 dossiês, em apenas 69 não havia o pai declarado.

As certidões de nascimento são essenciais para a vida da pessoa, haja vista que é o primeiro documento oficial que lhe declara cidadão daquele lugar e traz consigo garantias fundamentais para o exercício da cidadania. Além disso, os dados contidos nos registros civis de nascimento permitem investigações de cunho histórico não só do indivíduo, mas também de agrupamentos, de locais e de instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para estabelecer compreensões históricas sobre o processo de institucionalização e funcionamento do Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite, no marco temporal compreendido entre 1954 e 1974, é importante conhecer o perfil discente da instituição.

Nesse sentido, buscou-se traçar o perfil dos estudantes da época, utilizando como principal fonte de pesquisa 673 dossiês estudantis, considerados parte do patrimônio histórico educacional do GERJRL, depositados no arquivo escolar da própria instituição. Mais especificamente neste estudo, foram explorados 583 registros civis de nascimento que compunham os dossiês analisados.

Os citados registros civis mostraram-se fontes históricas com grande potencial para construção do perfil estudantil do GERJRL, revelando não só aspectos relativos ao nascimento e à trajetória social dos estudantes, como também a capacidade de fomentar debates e problematizações dentro do campo da história da educação. A análise das certidões de nascimento revelou que a maioria dos estudantes do GERJRL eram de origem negra e traziam em seus registros os termos “morena” e “parda”, termos resultantes do processo histórico de tentativas de branqueamento da sociedade brasileira. De acordo com os documentos explorados, a maioria dos alunos do marco temporal em questão era nascida em Aracaju e nas cidades do interior sergipano, e o número de estudantes do sexo feminino foi ligeiramente maior que o número de estudantes do sexo masculino. Em relação à paternidade, a maioria teve pais declarados em suas certidões.

É importante ressaltar que aqui foram apresentados alguns resultados dos dados contidos nos registros de nascimento, ou seja, ainda não foram esgotadas as possibilidades de novas análises e interpretações dos dados das certidões de nascimento dos dossiês analisados para caracterizar o perfil estudantil do GERJRL.

A utilização dos registros civis como fontes para a história da educação reiterou a necessidade de ações e políticas públicas capazes de garantir a preservação dos arquivos escolares e o patrimônio histórico educacional depositados nesses espaços.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo. **Cartografia estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981)**. 2021. 203f. Tese (Doutorado em Educação). PPGED/UFS. São Cristóvão/SE. 2021.

BRASIL, **LEI N.º 6.015 de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015original.htm

BRASIL, Decreto n.º 18.542, de 24 de Dezembro de 1928. Approva o regulamento para execução dos serviços concernentes nos registros publicos estabelecidos pelo Codigo Civil. **Coleção de Leis do Brasil - 1928**, Página 630 Vol. 2 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18542-24-dezembro-1928-518018-norma-pe.html>

BRASIL. Decreto n.º 9.886, de 7 de março de 1888. Manda observar o novo Regulamento para a execução do art. 2.º da Lei n. 1829 de 9 de Setembro de 1870 na parte que estabelece o Registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos, do accôrdo com a autorisação do art. 2.º do Decreto n. 3316 de 11 de Junho do 1887. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1888**, Página 248 Vol. 1 pt. II (Publicação Original).Rio de Janeiro, 1888. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/>

decret/1824-1899/decreto-9886-7-marco-1888- 542304-norma-pe.html

CAMARGO, A. de P. R. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). In: SENRA, N. de C.; CAMARGO, A. de P. R. (Org.).

Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados. Estudos e análises. Documentação e disseminação de informações, n. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Perfil dos alunos internos no ensino profissional agrícola federal mantido pelo Ministério da Agricultura em Sergipe (1934-1967). **Rev. bras. Estud. pedagog. (online)**, Brasília, v. 96, n. 244, p. 596-615, set./dez. 2015.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. O Registro Civil Como Fonte Histórica: Contribuições e Desafios dos Registros Cíveis nos Estudos do Pós-abolição, Rio de Janeiro (1889- 1940). **Veredas da História, [online]**, v. 9, n. 1, 2016, p. 117-139, ISSN 1982-4238.

FURTADO, Alessandra Cristina. Os arquivos escolares e sua documentação: Possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011.

LOUREIRO, Kátia A. S. **A trajetória urbana de Aracaju em tempo de interferir.** Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisas - INEP, 1983.

MELO, Rafaela Cravo de; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. O perfil estudantil do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968).

Uma investigação de fontes seriais do arquivo escolar. **Boletim Historiar**, vol. 08, n. 04. out./dez. 2021, p. 69-92. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>

MENEZES, Maria Cristina. Entre porões e sótãos: O Patrimônio Histórico-Educativo em cena. In: **Linhas**, v. 15, 2014, p. 223-249. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1984723815282014223>.

PETRUCCELLI, José Luis. Raça Identidade, Identificação: abordagem histórica conceitual. In: PETRUCCELLI, José Luis. SABOIA, Ana Lu-

cia. Estudos e Análises. Organizadores. **Características Étnico-raciais da População Classificações e identidades**. Informação Demográfica e Socioeconômica 2. Rio de Janeiro. 2013.

POSSAMAI, Z. R. Patrimônio e História da Educação: aproximações e possibilidades de pesquisa. **Revista História da Educação**. [S.l.]: [s.n.], 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/19976>. Acesso em: 25/07/2024.

OSORIO, Rafael Guerreiro. A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada. In: PETRUCCELLI, José Luis. SABOIA, Ana Lucia. Estudos e Análises. Organizadores. **Características Étnico-raciais da População Classificações e identidades**. Informação Demográfica e Socioeconômica 2. Rio de Janeiro. 2013.

SERGIPE. Decreto-Lei nº 244, de 07 de novembro de 1953. Ato de criação do Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Aracaju, 1953.

SERGIPE. Decreto nº 2.779, de 26 de março de 1974. Ato de transformação em Escola de 1º Grau José Rollemberg Leite. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Aracaju, 1974.

SERGIPE. Decreto nº 14.438, de 16 de março de 1994. Ato de Transformação em Escola de 1º e 2º Graus José Rollemberg Leite. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Aracaju, 1994.

SERGIPE. Decreto nº 30.881, de 19 de outubro de 2017. Transforma em Centro de Excelência José Rollemberg Leite. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Aracaju, 2017.

SILVA, Alexandra Lima da; ORLANDO, Evelyn de Almeida. Memória e patrimônio na história da educação: possibilidades e desafios. **Cader- nos de História da Educação**, v.18, n.2, p.425-444, mai./ago. 2019.

SILVA, Roberta Maria Vieira da. **O direito fundamental ao registro civil e o seu papel como pressuposto básico à inclusão social**. 2019. 58 f. Orientação: Adriano Marteleto Godinho. Monografia (Graduação) - UFPB/DCJ/SANTA RITA. João Pessoa/PB. 2019.

SIQUEIRA, Maryluze Souza Santos; TEIXEIRA, Elaine Aparecida Pereira. A educação rural em Santa Catarina e em Sergipe nas pri-

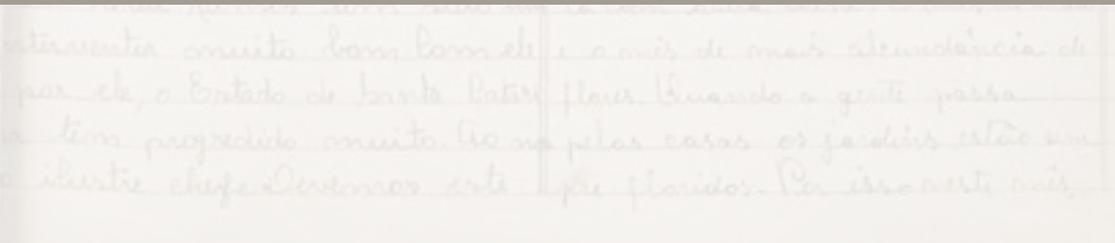
meiras décadas do século XX: perspectivas de João Roberto Moreira e José Antonio Nunes Mendonça. **Anais eletrônicos do III Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação**. Criciúma/SC, 2018.

SOUZA, Guilherme Nogueira de. Análise do sistema de classificação por cor/ raça no Brasil. RELACult - **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. V. 05, ed. especial, artigo nº 1442. mai., 2019. Disponível em: <https://periodicos.clac.org/index.php/relacult/article/view/1442/944>.

SOUZA, Rosa Fátima. Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate. **Linhas**, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013. p. 199 - 221. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1984723814262013199>. Acesso em: 25/07/2024.

VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. Arquivos e Educação: Prática de arquivamento e memória. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 29, n. jan./dez, Rio de Janeiro/RJ. 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/9329>. Acesso em: 20/07/2024.





“MATERIAL FORNECIDO AOS ALUNOS”: BALANCETES DA CAIXA ESCOLAR ANITA CARDOSO¹ – MARUIM/SE (1940 E 1950)

MARÍLIA MARQUES CRUZ SILVA
ACCIOLY JOÃO PAULO GAMA OLIVEIRA

INTRODUÇÃO

O presente texto² tem como objeto de estudo a Caixa Escolar Anita Cardoso, do Grupo Escolar Padre Dantas (GEPD), da cidade de Ma-

- 1 Pouco se sabe sobre Anita Cardoso, exceto que iniciou o trabalho de catecismo na Capela São José (Santos, 2024) e falecera em 18/05/1942 (de acordo com o informe da missa de trinta dias de falecimento de Anita Cardoso). Fontes documentais encontradas no Arquivo Público do Estado de Sergipe, sobre a Caixa Escolar do Grupo Escolar Padre Dantas, denominam a Caixa Escolar da instituição de Anita Cardoso, sugerindo assim, certa influência dessa mulher, embora detalhes sobre sua vida permaneçam escassos.
- 2 Este artigo faz parte de uma seção da dissertação de mestrado, em desenvolvimento junto ao PPGED/UFS, intitulada “Do ensino primário ao secundário: itinerários escolares dos discentes do Grupo Escolar Padre Dantas, Maruim/SE, para o Atheneu Sergipense, Aracaju/SE (1946-1972)”. A dissertação é desenvolvida com Bolsa CAPES.

ruim/SE, tendo como objetivo analisar a função dessa caixa escolar como instrumento de incentivo aos alunos, sem recursos financeiros, a permanecerem na instituição educativa. Ao trazer tal discussão para a presente pesquisa, mostramos, a partir dos balancetes de 1942, 1952, 1953 e 1955, como se dava a movimentação financeira de um grupo escolar que instituiu a caixa como forma de manter os discentes no cotidiano da escola.

De acordo com Souza (1998), os grupos escolares foram uma instituição de ensino que ganharam visibilidade como sinônimo de progresso educacional no final do século XIX e início do XX. Nesse período, o Brasil deixava de ser monarquia e passava a ser República, precisando de modificações estruturais na forma de ensinar, através da pedagogia moderna, que se difundiu com a utilização do Método Intuitivo, com novas tecnologias e diferentes objetos da cultura escolar, e não apenas com as práticas pedagógicas, até então utilizadas, como saber ler, escrever e contar.

DESENVOLVIMENTO

Em Sergipe, o primeiro grupo escolar foi inaugurado em 1911, na capital Aracaju: o Grupo Escolar Modelo.

A criação dessa instituição de ensino primário em Sergipe fez parte do projeto de modernização da instrução pública do país, iniciado nas décadas finais do século XIX, que visava ao combate ao analfabetismo e situava a escolarização da infância como o “alicerce” das colunas do desenvolvimento social e cultural do Brasil (Rodrigues, 2024, p. 24).

Apesar das dificuldades de comunicação, Sergipe, e especialmente Maruim, estavam antenados com as inovações no setor educacional brasileiro. E, em 1935, seguindo o mesmo modelo educacional republicano, foi criado, em 04 de março, o Grupo Escolar Padre Dantas, na cidade de Maruim/SE³.

No período que estava se planejando, em Maruim, a implantação do ensino seriado, em algumas capitais do país já eclodiam as manifestações que fizeram nascer o Movimento da Escola Nova, o qual tinha como propósito promover a renovação do ensino. De acordo com Vidal (2003), esse movimento publicou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, que objetivava uma escola pública, gratuita, mista, laica e obrigatória. Esta proposta foi liderada pelos reformadores educacionais, tais como Fernando de Azevedo (1894-1967), Anísio Teixeira (1900-1971), Lourenço Filho (1897-1970), dentre outros.

Dentre as diversas renovações que o movimento escolanovista trouxe para o ensino, principalmente para o primário, a exemplo da orientação didática para o ensino público e formação de professores, ocorreu a criação das instituições auxiliares, dentre elas, a caixa escolar (Souza, 2008). Conforme Luz e Anjos:

A caixa escolar foi e ainda é – de fato, sua história chega até nossos dias – um mecanismo de financiamento da educação de alunos pobres ou, como diríamos no presente, em situação de vulnerabilidade social. Ventilada ainda em fins do Império como uma estratégia que po-

3 O município de Maruim está localizado na região do Vale do Cotinguiba, no estado de Sergipe, distante 30 km da capital Aracaju. Foi emancipado da Vila de Santo Amaro das Brotas em 05 de maio de 1854 (Silva, 2020, p. 30).

deria criar condições de exequibilidade da escolarização do estudante pobre, fornecendo-lhe roupas e materiais escolares, por exemplo, teve largo emprego ao longo do período republicano, mantendo-se em funcionamento, no presente, em muitos estados brasileiros (Luz; Anjos, 2022, p. 176).

O instituto da caixa escolar surgiu na França, por volta de 1800, e foi implantado, no Brasil, pelo ministro imperial Carlos Leôncio da Silva de Carvalho, no final do século XIX. Mesmo sendo pensado ainda no Império, foi efetivado na República, com os Grupos Escolares (Carvalho; Bernardo, 2012).

A Constituição Federal de 1946, a que estava em vigor no período dos balancetes analisados, em seu artigo 172, traz uma preocupação com a assistência educacional dos mais necessitados: “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar”.

Já o decreto-lei 8.529, de 2 de janeiro de 1946 – a Lei Orgânica do Ensino Primário – em seu título V, que trata da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, dispõe no artigo 39 “o ensino primário é gratuito, o que não exclui a organização de caixas escolares a que concorram segundo seus recursos, famílias dos alunos” (grifo nosso); já no art. 40 conta: “A organização do funcionamento e aplicação dos recursos caixas escolares serão estabelecidas regulamento próprio”.

Em se tratando da legislação sergipana, o decreto n.º 630, de 24 de abril de 1916, convertido na lei n.º 703, de 18 de julho de 1916, deu regulamentação à Instrução Pública do Estado, e trouxe, em seu texto, o instituto da caixa escolar. O capítulo XV,

intitulado “Das caixas escolares”, traz em seu artigo 250 que as caixas escolares “são instituições creadas com o fim de fomentar e impulsionar a frequencia das escolas, sendo a sua organização obrigatória no Grupos e facultativa nas escolas isoladas”.

O decreto n.º 25, de 03 de fevereiro de 1935, que dá novo regulamento à instrução pública do Estado, é silente em relação à caixa escolar. Já o decreto n.º 262, de 31 de outubro de 1945, que regulamenta as atividades docentes e administrativas nos Grupos Escolares, em seu artigo 45, define que “a Caixa Escolar terá o objetivo de facilitar à criança a sua condição de escolar, fornecendo-lhe, na medida de suas possibilidades, vestuário, merenda, livros, etc...”. Rosa Fátima de Souza situa o ensino primário em São Paulo nesse recorte histórico e afirma:

Entre as décadas de 1930 e de 1960, o Departamento de Educação de São Paulo buscou incentivar a implantação das instituições auxiliares nas escolas primárias. As instituições de assistência social – caixa escolar, Associação de Pais e Mestres e Gabinete Dentário foram as mais bem sucedidas, pois auxiliavam diretamente os alunos na escola (Souza, 2008, p. 81, grifo nosso).

Desta forma, percebe-se a importância dessa instituição nos grupos escolares, com a finalidade de manter o funcionamento das entidades educativas também em meados do século XX. No entanto, sua criação, no GEPD, só se deu após sete anos de fundação desse estabelecimento escolar.

Em visita ao Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes), na busca por mais informações para a dissertação em desenvolvimento, descobrimos, no fundo Educação, um arquivo sobre

“Caixas Escolares de Grupos Escolares do interior do Estado”, e acabamos encontrando, organizadamente, e ainda lacrados, balancetes do GEPD, datados de 1942, 1952, 1953 e 1955.

Como o tema central da dissertação é discorrer sobre o itinerário de alunos de um grupo escolar e, levando em consideração que a caixa escolar teve um papel fundamental para manter discentes, com poucos recursos financeiros, no ensino primário, resolvemos explorar os documentos ali localizados.

Tal como ocorria em outros Estados, a exemplo de Santa Catarina, como mostrou Selia Ana Zonin (2017), em sua dissertação de mestrado intitulada “A caixa escolar na escolarização da infância catarinense (1938-1945)”, em Sergipe, as caixas escolares foram um importante mecanismo de financiamento da atividade escolar. Estas eram formalmente instituições civis destinadas a amparar a infância pobre. No GEPD, a caixa escolar teve os seus recursos servidos para a aquisição e distribuição de livros e outros utensílios necessários ao ensino, ajudando a diminuir as dificuldades para as crianças de famílias pobres frequentarem a escola.

Com base em um estudo feito por Alana Luz e Juarez Anjos (2022), há poucos trabalhos, na historiografia educacional brasileira, sobre a caixa escolar. De acordo com o levantamento realizado por eles, foram encontradas, no período de 2012 a 2021, apenas 12 trabalhos que tratam sobre caixa escolar, sendo 7 dissertações, 1 tese e 4 artigos. Desses estudos, apenas 1 é da região Nordeste, mais precisamente do estado do Ceará.

Em Sergipe, a Caixa Escolar “Anita Cardoso” foi criada no ano de 1942, conforme informado por Horácio Hora Couto, em relatório do Boletim de Inspeção Escolar realizado em 4 de ju-

nho de 1948. Ao responder à pergunta sobre "instituições auxiliares da obra educativa", ele informou sobre a boa organização da referida caixa escolar, "com um saldo de cr\$ 3.374,00, criada pelo então diretor Alcides Pereira", conforme figura a seguir.

Figura 1 - Termo de Inspeção GEPD (1948)

Instituições auxiliares da obra educativa? *A muito bem organizada caixa escolar com um saldo cr\$ 3.374,00, sob a denominação Anita Cardoso, criada pelo então diretor da Alcides Pereira em 7.1942*

Fonte: BRSEAPES E^o 1098

Para corroborar com essa informação da criação da caixa escolar, em julho de 1942, foi encontrado, também no Apes, os balancetes a partir do mês e ano referidos, conforme figura abaixo.

Figura 2 - Balancete da Caixa Escolar Anita Cardoso - GEPD (1942)

Caixa Escolar Grupo Escolar		"Anita Cardoso" do "Padre Dantas"	
Folho	Receita	Folho	Despesa
Contribuições diversas	188\$000	Saldo para o mês de agosto	188\$000
Deposito	Receita	Deposito	Despesa
Saldo do mês de julho	115\$000	Aquisição de material para	75\$000
Contribuições	133\$000	ambulações da Caixa	8\$000
		Medicamentos	218\$000
	321\$000	Saldo para o mês setembro	321\$000
Setembro	Receita	Setembro	Despesa
Saldo do mês de agosto	239\$000	Fornecimento de livros	24\$000
Contribuições	97\$500	e facadas	12\$300
	336\$500	Fornecimento	271\$200
		Saldo para o mês outubro	336\$500
Outubro	Receita	Outubro	Despesa
Saldo do mês anterior	294\$200	Aquisição de livros para o	16\$000
Contribuições	133\$000	fornecimento da Caixa	37\$000
	427\$200	Fornecimento	28\$00
		Fornecimento de livros	311\$560
	427\$200	Saldo para novembro	427\$200
Novembro	Receita	Novembro	Despesa
Saldo do mês anterior	371\$700	Fornecimento de livros	28\$200
Contribuições	58\$700	Saldo para 1942	1002\$200
Recebido da escola	419\$600		1002\$200
	1400\$000		

Fonte: BRSEAPES E2 138.

Observa-se, na figura anterior, que em julho, mês de criação, não houve despesa, e o saldo para agosto era de 188 cruzeiros, igual ao da receita, advindos de contribuições diversas. Em relação ao ano da sua fundação, e fazendo um comparativo com o quadro a seguir, sob o número total de matrículas, baseado nos termos de inspeção, verifica-se que, no ano de 1942, foram matriculados 218 alunos. Já no ano de 1947, esse número passou para 354, e, em ordem crescente, chegou a 443, no ano de 1953.

Quadro 1 - Matrículas do GEPD - 1936 a 1953

Ano	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Matrículas Total
1936	120	95	215
1937	142	101	243
1940	128	93	221
1942	120	98	218
1947	184	170	354
1948	227	193	420
1952	246	215	461
1953	235	208	443

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados fornecidos nos Termos de Inspeção do GEPD de 1936 a 1953 (acervo do Apes).

Desta forma, com base no quadro anterior, pode-se perceber que a quantidade de discentes praticamente dobrou, coincidentemente, ou não, após a criação da caixa escolar, e, também, provavelmente, através de outros meios que a escola utilizava para aumentar e/ou manter a frequência de alunos na instituição de ensino.

Carvalho e Bernardo (2012), em estudo sobre a Lei Bueno Brandão, legislação concernente à caixa escolar do estado de

Minas Gerais, em 1911, encontraram relatórios de final de ano, produzidos pelos diretores dos grupos, sobre matrícula e frequência escolares: “(...) verificamos a recorrente menção desse instituto nessa parte do relatório – matrícula e frequência, denotando a ligação direta que existia entre a assiduidade esperada para o ano letivo e o bom funcionamento da Caixa Escolar” (Carvalho; Bernardo, 2012, p. 146).

Partindo para análise dos balancetes da Caixa Escolar “Anita Cardoso”, o segundo deles, que foi encontrado, datado de 03 de março de 1952, informa as despesas e as receitas, a tesoureira responsável pela escrituração, Maria Alice Dias de Souza, e a assinatura do diretor da escola, Alcides Pereira. Com ressalva para o balancete de 1942, que estava transcrito em apenas uma folha e escrito a próprio punho, os balancetes de 1952, 1953 e 1955, estavam salvaguardados em folhas avulsas, e foram escritos, também a próprio punho, em papel pautado, conforme figura a seguir.

Figura 3 – Balancete da Caixa Escolar Anita Cardoso do GEPD – 3 de março de 1952

Débito		Crédito	
Material escolar fornecido, valor em 88	74,00	Salário para 10 dias (Salário depositado em 08 de março)	458,00
Salário da professora	15,00	Salário da professora	537,00
Salário da professora	97,00	Salário da professora	487,00
Salário da professora	224,00	Salário da professora	66,00
Salário da professora	8,00	Salário da professora	67,00
Salário da professora	10,00		
Total	512,00	Total	2.065,00

Assinatura da Caixa Escolar Anita Cardoso do GEPD - 3 de março de 1952
 Assinatura:
 Maria Alice Dias de Souza
 Alcides Pereira

Fonte: BRSEAPES E²139.

Como se percebe na figura anterior, a caixa escolar tinha sócios efetivos como também recebia verba dos próprios alunos, provavelmente dos que possuíam uma condição financeira melhor. Havia, também, crédito em caixa e saldo depositado no Banco de Crédito Popular, que durante os anos de 1952 e 1953, permaneceu o mesmo valor de 438 cruzeiros. Outra forma também de constituir crédito era com vendas de alguns itens, como consta “Resultado de armarinho de 1951”, e numa exposição que foi realizada, provavelmente com o objetivo de angariar fundos.

Em contraponto ao crédito, existiam as despesas da caixa, sendo o fim para que foi criada. O primeiro item era em relação à compra de material escolar fornecido aos alunos. Houve também pagamento de serviço autofalante, para fazer divulgação da exposição que foi realizada para angariar fundos; pagamento a pessoas físicas, pela compra de materiais, e tinta para realização de trabalhos manuais, além da aquisição de um livro ao cobrador.

Ao analisar os nove balancetes de 1952, percebe-se que em todos se encontram as mesmas informações sobre saldo de depósito no Banco de Crédito Popular, sobre o dinheiro que tinha em caixa, e os depósitos feitos pelos sócios efetivos e alunos sócios. Em relação às despesas de 1952, também se repetiu, ao longo do ano, débito com material escolar a ser fornecido aos alunos e pagamento ao cobrador. Também foram feitos gastos com medicamentos, compra de uma série “Pátria Brasileira”, dos 2º anos, e aquisição de doces para alunos nas festas da Semana da Pátria. Esses elementos nos ajudam a compreender aspectos da “cultura escolar”, como os livros que eram utilizados, e mesmo o que acontecia na chamada “Semana da Pátria”, na qual, para

novo modelo educacional varguista. Nesse período, já vigorava no Brasil o Estado Novo, tendo as crianças adquirido certa centralidade na retórica da educação, que as consideravam promessa de uma nação suprema e base para um futuro promissor (Zonin, 2017).

As festas cívicas, como o desfile de 7 de setembro, por exemplo, as exposições realizadas no final período letivo, nos grupos, com os trabalhos manuais confeccionados pelos alunos, ao longo do ano, eram uma forma de dar visibilidade e fazer propaganda da escola. As exposições, nesse caso, tinham dois objetivos: angariar fundos para a caixa com a venda dos objetos, e, mostrar à população o trabalho desenvolvido pela entidade educacional.

Vejamos a seguir imagem do balancete de 1955:

Figura 5 - Balancete da Caixa Escolar do GEPD - novembro de 1955

Balancete da Caixa Escolar "Santa Barbara", referente ao mês de novembro de 1955

Receitas		Despesas	
Saldo em caixa	190,00	Prêmio de aplicação a curto prazo	300,00
Depositos	25,00	Despesas com alunos	200,00
Depositos	100,00	Despesas com livros	200,00
Depositos	200,00	Despesas com materiais	200,00
Depositos	200,00	Despesas com outros	100,00
Depositos	5.329,00		
Total	6.024,00	Total	1.000,00
		Saldo em caixa para o mês de março	5.224,00

Assinatura: M. Moreira
 Assinatura: M. Moreira

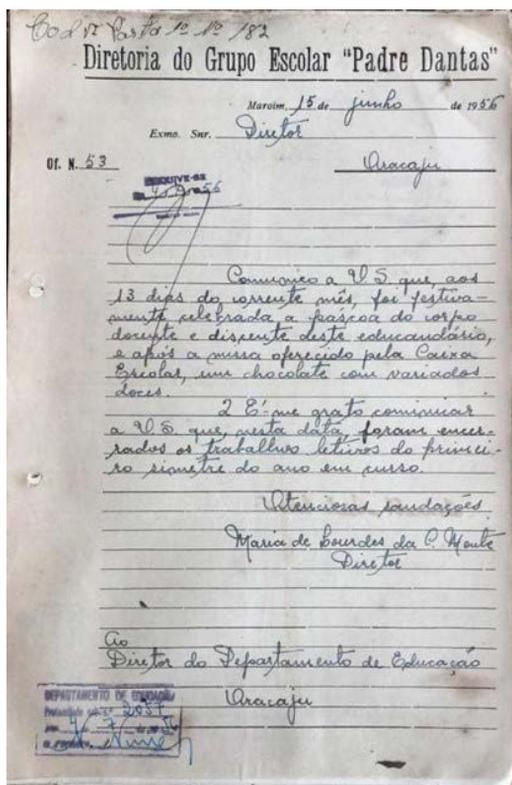
Fonte: BRSEAPES E²139.

Conforme figura anterior, do balancete de novembro de 1955, outra forma de arrecadação de receita era com eventos esporádicos, a exemplo do concurso da Rainha dos Estudantes “em benefício da caixa”, no qual foi arrecado 5.259 cruzeiros. Em contraponto, a rainha recebeu 300 cruzeiros, e foram distribuídos 365 cruzeiros aos alunos, como “Prêmios de aplicação e comportamento”. Conforme Souza:

Em realidade, as comemorações cívicas, as festas escolares e práticas como o escotismo, o orfeão infantil, o culto ao pavilhão nacional, a entrega do primeiro livro, a distribuição de prêmios e diplomas, contribuíram para a disseminação de ideias, valores e representações sociais ligadas à constituição da nacionalidade (...) e ao reconhecimento do valor social e cultural da escola (Souza, 2008, p. 69, grifo nosso).

Outra fonte encontrada no Arquivo Público do Estado de Sergipe sobre a Caixa Escolar Anita Cardoso, foi um ofício enviado ao Diretor do Departamento de Educação, pela então diretora do GEPE, Maria de Lourdes da Costa Monte, conforme figura a seguir.

Figura 6 – Ofício da diretora do GEPD ao Diretor do Departamento de Educação (1956)



Fonte: BRSEAPES E²139.

Como encerramento dos trabalhos letivos do primeiro semestre, foi celebrada no dia 13 de junho de 1956, a Páscoa do corpo docente e discente do GEPD, com uma missa, e, após a celebração, foi oferecido, pela caixa escolar “um chocolate com variados doces”. A fonte possibilita repensar a “cultura escolar” primária no interior de Sergipe, atentos a aspectos como o calendário escolar e encerramento do primeiro semestre, mas

também como aconteciam as festas, o que era servido e a maneira como a caixa escolar era utilizada. Possivelmente, eram momentos que toda a comunidade educativa estava envolvida e mesmo a sociedade local, sendo a escola um dos poucos espaços de sociabilidade em cidades pequenas do Brasil, como é o caso de Maruim/SE. Pensando com Escolano Benito:

A função desempenhada pelos metódicos e rigorosos sistemas cronológicos do cotidiano da escola, principalmente os horários da jornada e o calendário do ano letivo (...) passou a fazer parte dos códigos de sociabilidade guardados pelos sujeitos, com fidelidade e persistência (Benito, 2017, p. 194)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, com base nas fontes analisadas, temos uma pequena amostra de como funcionavam as caixas escolares implementadas pelos grupos escolares no interior do Brasil. A preocupação em preparar a população, desse período da história do país (décadas de 1940 e 1950), fez com que o governo criasse institutos que atraíssem os alunos pobres para a escola, como forma de cumprimento da obrigatoriedade escolar, proposta em lei, na busca por manter a população mais carente nos bancos escolares.

Esse foi o caso da Caixa Escolar “Anita Cardoso”, do Grupo Escolar Padre Dantas, da cidade de Maruim/SE, que contava com o apoio da própria instituição educacional, por meio dos familiares de alguns discentes, do governo e da sociedade local, financiando objetos e fornecendo materiais aos alunos, neces-

sários para a manutenção das práticas escolares, como também de ritos escolares como desfiles e festas. Estudos futuros poderão trazer mais verticalização sobre a Caixa Escolar “Anita Cardoso”, como também possíveis trabalhos comparativos sobre as caixas escolares em instituições educativas estaduais de Sergipe, do Brasil e mesmo de outros países, como é o caso da França, nação da qual surge a proposta educativa. Quiçá possamos pensar em mecanismos da transnacionalização da caixa escolar.

FONTES

Fontes Orais

Entrevista concedida a outros pesquisadores:

SANTOS, Joana dos. 2024. Entrevistadora Janyne Rossana Barbosa Pereira. Maruim/SE, 08/03/2024.

Legislação

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946a. Disponível em: [Constituição46 \(planalto.gov.br\)](http://Constituição46(planalto.gov.br))

BRASIL. **Decreto-lei 8.529, de 2 de janeiro de 1946b**. Lei Orgânica do Ensino Primário. Acesso em: 22 de junho de 2024.

SERGIPE. **Decreto nº 25, de 03 de fevereiro de 1935**. Novo regulamento à instrução pública do Estado. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

SERGIPE. **Decreto nº 262, de 31 de outubro de 1945**. Regulamenta as atividades docentes e administrativas nos Grupos Escolares. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

SERGIPE. **Lei nº 703, de 18 de julho de 1916**. Regulamenta a Instrução Pública do Estado. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

SERGIPE. **Balancetes da Caixa Escolar Anita Cardoso**, 1942. BRSEAPES E² 138.

SERGIPE. **Balancetes da Caixa Escolar Anita Cardoso**, 1952. BRSEAPES E² 139.

SERGIPE. **Balancetes da Caixa Escolar Anita Cardoso**, 1953. BRSEAPES E² 139.

SERGIPE. **Balancetes da Caixa Escolar Anita Cardoso**, 1955. BRSEAPES E² 139.

SERGIPE. Horácio Hora Couto. **Boletim de Inspeção Escolar do Grupo Escolar Padre Dantas**, 04 de maio de 1948. APES E⁶ 1098.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosana Areal de; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. Caixa escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-158, set. 2011/fev. 2012.

BENITO, Augustin Escolano. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Tradução e revisão técnica Heloísa Helena Pimenta Rocha, Vera Lúcia Gaspar da Silva. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

LUZ, Alana Souza; ANJOS, Juarez Tuchinski dos. A caixa escolar na historiografia brasileira recente (2011-2021). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 17, n. 39, maio/ago. 2022. <http://dx.doi.org/10.20500/rce.v17i39.49558>

RODRIGUES, Simone Paixão. Grupo Escolar Modelo. In: OLIVEIRA, João Paulo Gama; OLIVEIRA, Roselusia Teresa de Moraes; COSTA, Rosemeire Marcedo (Orgs.). **Educação primária: instituições e práticas educativas em Sergipe no início do século XX**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2024. pp. 24-29.

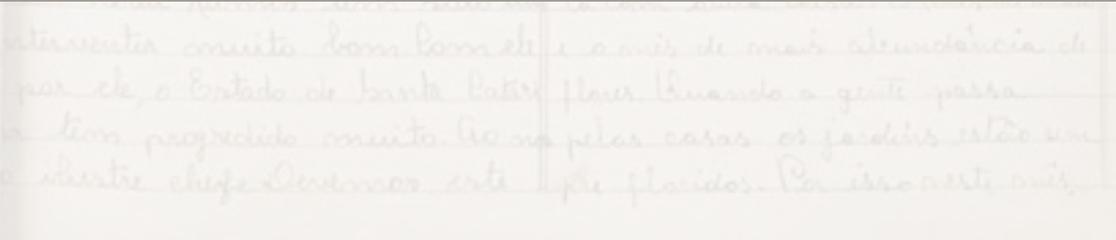
SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Inventário Cultural de Maruim**. 2.ed. Maruim: Colorgraf Serviços Gráficos, 2020.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta, FIGUEIREDO, Luciano e GREIVAS, Cynthia (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. pp. 497-517.

ZONIN, Selia Ana. **A caixa escolar na escolarização da infância catarinense (1938-1945)**. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado de Santa Catarina: Florianópolis, 2017.



HISTÓRIAS DE ESCOLAS E PATRIMÔNIO ESCOLAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

VIRNA FABIOLA FERREIRA SANTOS

INTRODUÇÃO

Neste texto, revisamos a literatura especializada sobre a história e o patrimônio escolar, buscando subsídios para atender a investigação sobre o patrimônio do Colégio Estadual Dr. Manoel Luiz. O trabalho principal, do qual este artigo faz parte, é a dissertação de mestrado intitulada “Um percurso pela história e patrimônio do Colégio Estadual Dr. Manoel Luiz (Aracaju/SE): memórias da escola num site com realidade virtual.”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ensino de História, sediado na Universidade Federal de Sergipe, no biênio 2023 a 2025. Assim o objetivo deste texto é apresentar uma revisão de literatura com base nos descrito-

res “Patrimônio escolar”, “Ensino de história” e “Grupo escolar”. Com este levantamento bibliográfico procuramos compreender esta área do campo de pesquisa em História da Educação, assim, este esforço, auxiliou como início para o desenvolvimento da pesquisa. Esta pesquisa se justifica como instrumento para percepção de elementos que se repetem em vários estudos, evolução das pesquisas acerca dos temas e os referenciais teóricos utilizados.

METODOLOGIA

Iniciamos fazendo um levantamento entre agosto e novembro de 2023. Fizemos consultas na base de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (BDTD/CAPES), selecionando textos sob os seguintes critérios: teses e dissertações produzidas nas áreas de História, História da Educação e Ensino de História e outras afins, selecionadas a partir da presença dos indexadores “patrimônio escolar”, “grupo escolar” e “ensino de História” como descritores fundamentais. Primeiramente, foi executada a análise de títulos dos trabalhos elencados no banco de dados para listar produções que atendessem ao tema da pesquisa que está sendo executada; assim, foi criado um rol a partir de uma triagem, etapa vista como importante para o levantamento bibliográfico da investigação desenvolvida. Posteriormente, os trabalhos escolhidos foram lidos e analisados como veremos neste artigo.

RESULTADOS

O grupo escolar foi uma forma de organização escolar que surgiu no Brasil no final do século XIX e se consolidou ao longo do século XX visando modernizar e racionalizar o Ensino Primário, conforme Souza (2014). Essa forma de organização escolar foi objeto de diversos estudos acadêmicos que buscaram compreender suas características, origens, influências, desafios e transformações ao longo do tempo. Para isso, foi realizada uma busca no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) com o descritor “grupo escolar” e foram selecionados os trabalhos que se enquadravam nessa temática. A busca abrangeu o período de 2000 a 2022, e foi encontrado um total de 297 trabalhos, sendo que 46 deles foram publicados na forma de tese e 251 ganharam a forma de dissertação, trabalhos publicados em diversas instituições e programas de pós-graduação no país.

O tema grupo escolar tem despertado o interesse de muitos pesquisadores da área da Educação, que buscam compreender a sua história, o seu significado e o seu impacto na sociedade brasileira. Refinando a busca no banco de dados¹ que criamos, percebemos 172 trabalhos acadêmicos, com 20 teses e 44 dissertações que continham o descritor “grupo escolar” na sua abordagem principal relacionadas e outros trabalhos que faziam referência ao processo de escolarização em vários locais do

1 Banco de dados pessoal criado no programa Access como fase de reconhecimento da área de pesquisa, baseado nas buscas no banco de informações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (BDTD/CAPES).

país. Outras categorias de análise também foram observadas na constituição dos títulos desses trabalhos, tais como: “identidade nacional”, “memória”, “ditadura militar”, “ideias republicanas”, “cultura escolar”, “prática docente”, “ensino de música”, “arquitetura” dessas instituições, “ensino de matemática”, e títulos com temáticas que não contemplavam, de nenhuma forma, os temas pertinentes a esta pesquisa.

A análise dos dados revela que houve um crescimento significativo da produção acadêmica sobre o grupo escolar a partir de meados da década de 2000, atingindo seu pico em 2012, com 25 trabalhos. A partir de então, observa-se uma tendência de queda no número de trabalhos, chegando a 9 trabalhos em 2022. Esse comportamento pode estar relacionado com a consolidação do campo de pesquisa sobre o grupo escolar, que já abordou diversas dimensões e aspectos dessa forma de organização escolar, bem como com a emergência de novos temas e problemas na área da história da educação.

Os trabalhos encontrados abrangem diferentes recortes temporais, espaciais, temáticos e metodológicos, revelando a riqueza e a diversidade das pesquisas sobre o grupo escolar no Brasil. Entre os temas mais frequentes, destacam-se: as origens e as influências do modelo grupo escolar; as características arquitetônicas, pedagógicas e administrativas dos grupos escolares; os sujeitos envolvidos na constituição e no funcionamento dos grupos escolares (professores, alunos, diretores, inspetores etc.); as relações entre os grupos escolares e os contextos socioculturais e políticos nos quais estavam inseridos; as transformações e os desafios enfrentados pelos grupos escolares ao longo do tempo e as memórias e as representações sobre os grupos escolares.

Com relação ao segundo descritor essencial para a pesquisa, foram encontradas 14 dissertações, das quais 03 são com a temática “patrimônio escolar”, as demais são sobre temas como “memória escolar”, “atuação docente”, “formação de professores”, “educação integral”, “educação patrimonial” e outros temas que não contemplam o descritor pesquisado. Das 07 teses encontradas com esse mesmo descritor, somente 03 tratam, especificamente, de patrimônio escolar. As outras 04 tratam de temas como “educação ambiental”, “políticas públicas” e “memória docente”. O período em que esses trabalhos foram feitos está entre os anos de 2007 e 2022.

O patrimônio escolar² pode ser composto por prédios, móveis, equipamentos, documentos, livros, fotografias, objetos, símbolos, memórias, saberes, valores, tradições e manifestações artísticas que fazem parte da vida escolar. A importância do patrimônio escolar na educação está relacionada à valorização da diversidade cultural, à preservação da memória coletiva, à construção da cidadania e ao desenvolvimento do sentimento de pertencimento.

Outra averiguação foi feita em teses e dissertações que abordam o “ensino de história e a história da escola” no Brasil. Foi realizada mais uma busca no catálogo da CAPES utilizando os descritores “ensino de história e história da escola” de forma cruzada, nas áreas de História, Ensino, Serviço Social e Planeja-

2 “O adjetivo escolar é restritivo e implica a exclusão de processos, práticas e materialidades educativas para além das escolas. O uso do termo no plural – patrimônios escolares – chama a atenção para os bens materiais e imateriais, não somente para o tombamento dos edifícios, mas para a necessidade de proteção do acervo documental, museológico e bibliográfico e, por que não, dos modos de fazer e praticar o ensino. Mas, ainda assim, o foco é a escola” (Souza, 2013, p. 211).

mento Educacional. A escolha desses descritores se deve ao fato de que o termo “ensino de história” é muito amplo e abrange uma grande quantidade de trabalhos acadêmicos, cerca de 4.880 no total, sendo 2.861 somente nos últimos cinco anos (2019 a 2023). Assim, a combinação dos dois descritores permitiu uma seleção mais específica e relevante para o tema proposto e mais exequível. A busca resultou em um total de 131 trabalhos, sendo 15 teses e 116 dissertações, produzidos entre 2016 e 2023.

Em primeiro lugar, nota-se que há uma predominância de dissertações sobre teses, o que indica um maior interesse e desenvolvimento da pesquisa na área de mestrado do que na de doutorado. Em segundo lugar, verifica-se que há uma variação no número de trabalhos por ano, sendo que os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 apresentam os maiores valores, enquanto os anos de 2016, 2017 e 2018 apresentam os menores. Isso pode sugerir uma maior produção acadêmica sobre o tema nos anos mais recentes, possivelmente relacionada a fatores políticos, sociais e educacionais que afetam o ensino de história e a história da escola no Brasil. Em terceiro lugar, destaca-se que o ano de 2022 foi o que teve o maior número absoluto de trabalhos, com um total de 46, sendo 04 teses e 42 dissertações. Isso pode refletir uma maior demanda e oferta de programas de pós-graduação na área, bem como uma maior maturidade e consolidação das pesquisas realizadas.

No banco de dados pessoal criado a partir deste esforço de pesquisa e refinação, temos 16 trabalhos listados, mas 04 foram excluídos deste estudo por não se mostrarem relevantes no momento da pesquisa. Foram eles uma dissertação sobre escolarização que não estava disponível para publicação, um trabalho

do mesmo gênero sobre patrimônio escolar que não possui divulgação autorizada e dois trabalhos sobre ensino de história e história de escola que também estavam ainda indisponíveis. Depois de uma nova filtragem para este artigo de revisão bibliográfica, chegamos ao número de 11 trabalhos, contendo 02 teses, uma tratando sobre “escolarização” e a outra sobre “patrimônio escolar”, e 09 dissertações, 05 com a temática “escolarização”, 03 sobre “patrimônio escolar”, 01 sobre ensino de história e história de escola. Esses trabalhos foram selecionados por contemplarem temas pertinentes a esta investigação e por serem mais próximos da proposta investigativa.

Quadro 1 - Trabalhos selecionados

Autores pesquisados	Ano de defesa	Descriptor	Tipo de trabalho acadêmico
Costa, Júlio	2022	Escolarização	tese
Freitas	2020	Patrimônio escolar	dissertação
Gomes	2022	Escolarização	dissertação
Inocêncio	2022	Escolarização	dissertação
Morais	2015	Escolarização	dissertação
Oliveira, Fabiana	2015	Patrimônio escolar	tese
Oliveira, Mariana	2022	Escolarização	dissertação
Pereira	2016	Patrimônio escolar	dissertação
Quadros	2016	Patrimônio escolar	dissertação
Silva, Francisca	2022	Escolarização	dissertação
Vacca	2021	Ensino de História	dissertação

Fonte: Banco de dados pessoal da autora, baseado na BDTD/CAPES.

DISCUSSÃO

Pelo que descrevemos anteriormente, podemos constatar que as teses e dissertações possuem relevância, abordando questões como escolarização, patrimônio escolar e ensino de história e história de escola. O texto de Morais (2022), por exemplo, enfrenta o problema de modo original, com estrutura clara e dentro das expectativas, ao expor um trabalho que investiga por que o governo estadual criou um grupo escolar em Poconé (MT), um município que não cumpria as normas para essa modalidade escolar, considerando sua situação populacional, cultural e educacional.

Podemos perceber o estudo do processo de escolarização também no texto de Inocêncio (2022), intitulado “Grupo Escolar Carlota Barreira: uma “obra benemérita” na cidade de Areia-PB (1968 - 1973)”. A autora investiga o processo de criação do Grupo Escolar Carlota Barreira e seu papel socioeducativo na cidade de Areia, na Paraíba, no período de 1968 a 1973, a partir de uma perspectiva materialista histórico-dialética. A pesquisa documental foi o método utilizado para coletar e analisar os dados, que incluíram documentos oficiais, fotografias, jornais, revistas, livros, entre outros. A autora se fundamentou nos escritos de Saviani, 2019; Marília, 2019; Germano, 2011 apud Inocêncio (2022) entre outros, para consolidar sua investigação. O trabalho contribui para o conhecimento da história da educação na Paraíba e da sua cultura escolar.

No que diz respeito aos objetos, notamos a presença dominante de grupo escolar, como é demonstrado nos trabalhos de Gomes (2022), cuja pesquisa se intitula “Grupo Escolar Coelho

Rodrigues: Um Estudo Histórico Sobre a Cultura Escolar Primária na Cidade de Picos/PI (1954-1971)”; de Silva, F. (2022), com seu escrito “Histórias e Memórias do Grupo Escolar Padre Cícero de Juazeiro do Norte – Ceará (1927-1939)”; de Oliveira (2022), na dissertação “Grupo Escolar Padre Efrem: Culturas e Práticas (Vacaria/RS - 1922-1950)”, e de Costa (2022), na tese “Entre o prescrito e o realizado no Grupo Escolar Yolanda Jovino Vaz (1961-1971)”. Por outro lado, percebemos que o tema história da escola no ensino de História foi pouco explorado pelos trabalhos.

Na análise da dissertação de Oliveira (2022), intitulada “Grupo Escolar Padre Efrem: culturas e práticas (Vacaria/RS - 1922-1950)”, constata-se que a autora se propõe a investigar como foram representadas as culturas e as práticas escolares do primeiro grupo escolar do município de Vacaria, no Rio Grande do Sul, a partir da análise de fontes documentais, no período de 1922 a 1950. Para isso, ela utiliza o conceito de cultura no plural, seguindo a perspectiva de Peter Burke (2008 apud Oliveira, 2022), e o conceito de escolarização, entendido como processo de transmissão de conhecimentos, valores e normas dentro da instituição escolar.

Em Silva (2022), identifica-se o propósito de estudar o desenvolvimento da educação em Juazeiro do Norte, dialogando com sua história e compreendendo sua contribuição para os cearenses. Para isso, toma como objeto de análise o Grupo Escolar Padre Cícero, uma instituição de Ensino Primário criada em 1927, no contexto do ideário republicano e da valorização da figura do padre Cícero. Procura executar sua investigação a partir das histórias e memórias dos sujeitos que integraram o grupo escolar e dos documentos que registram sua existência,

além de responder como se deram as práticas e os processos de escolarização no Grupo Escolar Padre Cícero entre os anos de 1927 e 1939. Como já constatado em outros trabalhos, utiliza a metodologia da história oral e documental.

Em termos teóricos, os trabalhos apresentam a História Cultural ao abordarem a noção de patrimônio educativo. Esse quadro teórico é recorrente nos trabalhos lidos, o que confere atenção para os estudiosos se aventurarem nas pesquisas desse campo. Exemplos da riqueza dos textos está em Oliveira (2022), Silva (2022), Freitas (2020) e Pereira (2016). Eles descrevem seus objetos buscando transmitir o debate teórico sobre os conceitos de “patrimônio cultural” e “patrimônio educacional”.

Podemos perceber isso no trabalho “Da Doxa ao Logos: Problematizando o Ensino de História e a Educação Patrimonial a partir da escola”, de autoria de Jeferson Luiz Freitas. Os usos feitos pelo autor envolvem a utilização das categorias patrimônio escolar, educação patrimonial e lugar de memória, como evidenciado no quadro teórico. O autor recorre a análises de Antônio Viñao Frago e Agustín Escolano Benito para aproximar o olhar do objeto de pesquisa, especialmente através da categoria patrimônio cultural escolar. Além disso, incorpora as reflexões de Paulo Freire para aprofundar a perspectiva de considerar estudantes e professores como sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. O quadro teórico também menciona Pierre Nora, especialmente suas reflexões sobre lugares de memória.

Em termos procedimentais, os trabalhos apresentam um constante uso da história oral e documental, como apresentado em Costa (2022), na sua tese “Entre o prescrito e o realizado no Grupo Escolar Yolanda Jovino Vaz (1961-1971)”, que tem como

percurso metodológico a História Oral (HO), a revisão documental e a iconografia. O referencial teórico é elaborado a partir dos princípios da *École des Annales*, destacando a importância da História Oral e seus gêneros narrativos. A ênfase recai na compreensão da cultura escolar e nas mudanças ocorridas com o declínio dos grupos escolares, especialmente após a promulgação da Constituição de 1967.

Destacamos também Gomes (2022), com seu trabalho intitulado “Grupo Escolar Coelho Rodrigues: um estudo histórico sobre a cultura escolar primária na cidade de Picos/PI (1954-1971)”, em que há a utilização do método histórico qualitativo e da História Oral. O autor utiliza como referencial teórico a Nova História Cultural e a História das Instituições Escolares, bem como o método da História Oral, para examinar a organização e a cultura material da escola, descrever aspectos do cotidiano escolar baseados na memória dos agentes sociais da instituição e compreender o desenvolvimento do Ensino Primário na escola. O autor conclui que a escola foi um espaço de interação social, econômica e cultural que influenciou e foi influenciado pela história da cidade e do estado.

Já o texto de Oliveira (2015), na tese “Patrimônio escolar: para além da arquitetura, a materialidade do patrimônio histórico nas escolas paulistas”, apresenta-se relevante no que diz respeito à noção de patrimônio escolar, salientando a importância que deve ser dada tanto ao prédio quanto ao conjunto do acervo da instituição (mobiliário, documentos, equipamentos, livros, materiais didáticos etc.). A grande questão da autora é em torno da preservação e importância que tem que se dar ao conjunto de documentos e ao acervo que compõem a escola da

mesma forma que se valoriza seu prédio, sua estrutura física. Isso porque escola diz respeito tanto à edificação arquitetônica quanto ao papel que ela desempenha. O estudo trata das iniciativas para a preservação do patrimônio escolar em São Paulo e cita instituições no Brasil, na Europa e nas Américas com a mesma proposta de preservação desse tipo de acervo.

Em Vacca (2021), o trabalho é intitulado “Nova Prata: história local, educação patrimonial e ensino de História” e se torna relevante sob o ponto de vista da aplicação dos conceitos de História Local e Educação Patrimonial. Neste trabalho, o autor analisa como a História Local, a Educação Patrimonial e o Ensino de História se relacionam e se complementam. Ele argumenta que essas temáticas, quando trabalhadas de forma integrada na escola, podem contribuir para a formação de um pensamento histórico, crítico, criativo e reflexivo que leva em conta a realidade contextual dos estudantes. O objetivo geral é estimular o ensino de história a partir da valorização da história local e do patrimônio cultural de Nova Prata, buscando desenvolver a identidade e as memórias dos estudantes. Como objetivos específicos, pretende fomentar uma educação cidadã que reconheça a diversidade cultural e a importância da identidade local, bem como apoiar a formação continuada dos professores de História do Ensino Fundamental, oferecendo subsídios para integrar a história local e o patrimônio cultural às suas práticas pedagógicas. O produto proposto é uma dissertação para um Mestrado Profissional com a elaboração de uma oficina voltada para a formação docente no âmbito da Educação Patrimonial.

Alguns textos podem não ser relevantes para esta pesquisa, pois, além de apresentarem erros ortográficos e de concor-

dância, não mostram objetividade ao exporem a questão norteadora, nem respondem às expectativas ao apresentarem as evidências das várias questões levantadas na introdução dos seus trabalhos. Acreditamos não serem necessários para o trabalho em curso. Não oferecem algo novo e nem informações consistentes. Por isso não serão citados neste artigo. Alguns trabalhos não estavam disponíveis e nem autorizados para publicação; procuramos em bancos de dados dos repositórios das instituições de origem, mas continuamos sem acesso.

No que diz respeito às contribuições destes resultados para a construção da nossa pesquisa, ressaltamos o texto de Quadros (2016), “A minha escola também tem história: uma proposta de ensino de história através do patrimônio com turmas do 6º ano do ensino fundamental final da Escola Estadual de Educação Básica Fernando Gomes (Porto Alegre/RS)”; tal dissertação foi inserida no banco de dados por sugestão do orientador. Inicialmente ela não foi selecionada na busca na BDTD/CAPES, mas, diante da sua importância para o desenvolvimento da dissertação, pela proposta para o ensino de história a partir do patrimônio da escola, foi incorporada na revisão de literatura. Cabe mencionar também Pereira (2016), com seu estudo “Ensino de história e o ofício do historiador: a investigação do processo de patrimonialização do espaço físico da Escola Estadual Professor Olinto de Oliveira (Porto Alegre/RS) com alunos e alunas do 6º ano do ensino fundamental”, trabalho de conclusão que apresenta, descreve e avalia um projeto de exposição em execução no ambiente escolar com autoria coletiva dos alunos e alunas do 6º ano do ensino fundamental. Esse produto é interessante como exemplo para o desenvolvimento do produto que será

proposto nesta pesquisa. Também a pesquisa de Inocêncio (2022), “Grupo Escolar Carlota Barreira: uma “obra benemerita” na cidade de Areia-PB (1968-1973)”, apresenta um importante referencial teórico que trata de cultura escolar, além do método de pesquisa documental, que se mostrou relevante para a execução do trabalho em curso.

Outros trabalhos que devem ser evidenciados é a dissertação de Silva (2022), que também oferece contribuição para a pesquisa sobre os grupos escolares, especialmente os fundados no ano de 1920, quando essa forma de instituição educativa se expandiu. Uma perspectiva interessante que merece atenção também é sobre a noção de patrimônio escolar apresentada por Oliveira (2015), que aborda que o prédio e o acervo da instituição devem ser valorizados igualmente no estudo sobre instituições educativas. Outro trabalho que reforça a pesquisa sobre as instituições escolares, em particular os grupos escolares, é o de Oliveira (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como anunciamos na introdução, buscamos dar respostas às questões sobre os descritores “grupo escolar”, “patrimônio escolar” e “ensino de história/ história de escola”. Ao final deste texto, pensamos ter reunido evidências para afirmar que a literatura sobre esse campo da história do processo de escolarização no Brasil é caracterizada pela investigação de temas como educação patrimonial, cultura escolar, atuação docente, história de escola e memória escolar. Tais temas são predominantemente explorados sob o ponto de vista da História Cultural.

Esta revisão foi essencial, pois nos permitiu tomar decisões sobre os aspectos que influenciam na elaboração da nossa investigação. Estamos certos de que as melhores opções para investigar quais habilidades podem se desenvolver nos estudantes ao aprenderem a história e o patrimônio da escola são o uso da História Cultural, História Oral e Local, bem como dos conceitos de patrimônio escolar, cultura escolar e patrimônio cultural. Pretende-se definir e descrever o objeto de pesquisa buscando ser claro e objetivo na apresentação, nas questões formuladas e nos objetivos traçados, evitando divagar e não responder ao problema proposto no início do trabalho.

Após esta etapa, podemos, enfim, apresentar os elementos centrais da nossa pesquisa, objetivando desenvolver habilidades que estimulem e proporcionem um maior contato dos alunos com a história e o patrimônio da escola, ressignificando a visão que estes têm da instituição escolar.

Assim acreditamos que esta revisão de literatura tenha relevância na composição deste estudo do patrimônio educativo do Colégio Estadual Dr. Manuel Luiz, pois fornece uma visão do campo de pesquisa sobre patrimônio escolar e ensino de História em outras regiões do Brasil. Mesmo se tratando de um breve recorte criado para dar sustentação ao trabalho de pesquisa (a respeito do patrimônio da citada escola), propõe-se em ser mais uma contribuição para esta área de investigação.

REFERÊNCIAS

COSTA, Julio Resende. **Entre o prescrito e o realizado no Grupo Escolar Yolanda Jovino Vaz (1961-1971)**. 2022. 532 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

FREITAS, Jeferson Luiz. **Da Doxa ao Logos**: Problematizando o Ensino de História e a Educação Patrimonial a partir da Escola. 2020. 374 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

GOMES, Danila da Silva Nascimento. **Grupo Escolar Coelho Rodrigues**: Um Estudo Histórico Sobre a Cultura Escolar Primária na Cidade de Picos/PI (1954- 1971). 2022. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, 2022.

INOCÊNCIO, Yasmim Maria Dias dos Santos. **Grupo Escolar Carlota Barreira**: Uma “Obra Benemérita” na Cidade de AREIA-PB (1968-1973). 2022. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022.

MORAIS, Josiana Antônia Proença Amaral de. **O Grupo Escolar de Poconé-MT (1912-1922)**: Na Contramão da Escola Modelar. 2022. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2022.

OLIVEIRA, Fabiana Valeck de. **Patrimônio escolar**: para além da arquitetura, a materialidade do patrimônio histórico nas escolas paulistas. 2015. 156 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Mariana Lisboa de. **Grupo Escolar Padre Efrem**: Culturas e Práticas (Vacaria/RS - 1922-1950). 2022. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2022.

PEREIRA, Leandro Balejos. **Ensino de história e o ofício do historiador**: a investigação do processo de patrimonialização do espaço físico da Escola Estadual Professor Olintho de Oliveira (Porto Alegre/RS) com alunos e alunas do 6º ano do ensino fundamental. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

QUADROS, Adriana de Souza. **A Minha Escola também tem História**: Uma Proposta de Ensino de História através do Patrimônio com turmas do 6º Ano do Ensino Fundamental Final da Escola Estadual de Educação Básica Fernando Gomes (Porto Alegre/RS). 2016. 98 f. Dis-

sertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SILVA, Francisca Simere Gomes Leocadio Figueiredo. **Histórias e Memórias do Grupo Escolar Padre Cícero de Juazeiro do Norte – Ceará (1927-1939)**. 2022. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2022.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da Educação e da Civilização: Origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O Legado Educacional do século XIX**. 3. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2014. p. 33-79.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 199-221, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013199/2539>. Acesso em: 21 jun. 2024.

VACCA, Cassiano Miglia. **Nova Prata: História Local, Educação Patrimonial e Ensino de História**. 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021.



AUTORES

Aaron Sena Cerqueira Reis

Doutor em Educação; Professor Adjunto do Departamento de História da UFS; E- mail: aaronsena@academico.ufs.br

Adriana de Andrade Santos

Licenciada em Pedagogia e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação: sujeitos, patrimônio e práticas educativas (HESCOLAR/UFS/CNPq/UFS). Professora de educação infantil, bem como de Jovens e Adultos pela Secretaria Municipal da Educação de Aracaju.

Andreza Cristina da Silva Andrade

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Membro do Grupo de Pesquisas em História da Educação: Memórias, Sujeitos e Práticas Educativas (GEPHED). e-mail: andrezacs.andrade@gmail.com

Anne Emilie Souza de Almeida Cabral

Doutora em Educação, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), graduada em Pedagogia pela mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa Memórias, Sujeitos, Saberes e Práticas Educativas. anneemiliecabral@gmail.com

Ana Márcia Barbosa dos Santos Santana

Professora de Língua Portuguesa do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe(CODAP/UFS). Membro do Grupo de Pesquisa HESCOLAR-História da Educação: sujeitos, patrimônio e práticas educativas. Desenvolve pesquisas no campo da História da Educação sobre impressos estudantis, cultura escolar e instituições escolares. E-mail: anamarcia_se@yahoo.com.br

Bianca S. Martins Gomes

Doutoranda em Educação; Universidade Tiradentes; Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (GPHEN); e-mail: b.martinsgomess@gmail.com;

Cristiano Ferronato

Doutor em Educação; Universidade Tiradentes; Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (GPHEN); e-mail: cristiano.jesus@souunit.com.br.

Dáleth Monte Domingos

Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Email: daleth.m.d@gmail.com

Douglas Lima da Costa

Doutorando em Educação – PPGED – Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação: sujeitos, patrimônio e práticas educativas - HESCOLAR (UFS/CNPq). Bolsista CAPES.

Janyne Rossana Barbosa Pereira

Graduada em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Tiradentes (2002), com Especialização em Magistério Superior pela Universidade Tiradentes (2006); mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: bmemórias, sujeitos, saberes e práticas educativas - GEPHED/UFS. E mail: Janyne- barbosa@hotmail.com

Joaquim Tavares da Conceição

Doutor em História Social, UFBA (2012), Pós-doutor em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com bolsa de Pós- Doutorado Sênior do CNPq (2022). Mestre em Educação - UFS (2007), Graduado em História - UFS (1993), Bacharel em Direito UNIT (1996), Especialização em Direito Processual (UFSC). Professor Titular da Universidade Federal de Sergipe com atuação no Colégio de Aplicação, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED-UFS) e no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História. Líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS). E mail: joaquimcodapufs@gmail.com

João Paulo Gama Oliveira

Doutor e Mestre em Educação. Graduado em História Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho, com Bolsa de Pós-Doutorado Júnior (PDJ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(CNPq) (2021-2022). Professor Adjunto da Universidade Federal de Sergipe com atuação no Departamento de Educação (DEDI), no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED). Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação: sujeitos, patrimônio e práticas educativas - HESCOLAR (UFS/CNPq). Email: profjoaopaulogama@gmail.com

Joseni Pereira Meira Reis

Licenciada em Pedagogia e História, possui Mestrado e Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG, professora adjunta do Campus XII-UNEB- Guanambi. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura Escrita da FaE-UFMG e o do Grupo de Estudos e Pesquisa Paulo Freire - NEPE- Campus XII- UNEB

Juselice Alves Araujo de Alencar

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (Gephed/CNPq/UFS). Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Tobias Barreto/SE. E-mail: tuca-alencar@hotmail.com.

Juliana da Cruz Santos

Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal de Sergipe - Campus Universitário Professor Alberto Carvalho. Bolsista/ SEDUC no Colégio Estadual Murilo Braga, atuando no projeto "Acervo Do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salva-

guardar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969)". E- mail: judacruzsanos@gmail.com

Kaiane Rezende Barros

Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal de Sergipe - Campus Universitário Professor Alberto Carvalho. Bolsista/ SEDUC no Colégio Estadual Murilo Braga, atuando no projeto "Acervo Do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969)". E- mail: kaianerezende32@gmail.com

Lisiane Sias Manke

Professora do Departamento de História e do Programa de Pós- -graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. É líder do Grupo de Pesquisa Heduca - História e Educação: textos, escritas e leituras (CNPQ). Tem interesse em temáticas relacionadas à História do Ensino de História, Cultura Escrita, História da Leitura e do Livro, Didática da História e Ensino de História. E-mail: lisianemanke@yahoo.com.br

Luana de Santos Jesus

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Bolsista Fapitec. Integra o Grupo de Pesquisa História da Educação: sujeitos, patrimônio e práticas educativas (HESCOLAR/UFS/CNPQ). Contato: luanaufsmestrado@gmail.com

Mara Inês Alflen

Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Com atuação no Projeto "Jornais

estudantis em Sergipe: práticas discentes pela ótica dos secundaristas (1870-1959)”, como bolsista de Iniciação Científica FAPERGS (2022-2023).

Marília Marques Cruz Silva Accioly

Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa História da Educação: sujeitos, patrimônio e práticas educativas - HESCOLAR (UFS/CNPq). Email: mariliamaccioly.adv@outlook.com

Marina Mendonça Oliveira

Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal de Sergipe - Campus Universitário Professor Alberto Carvalho. Bolsista/ SEDUC no Colégio Estadual Murilo Braga, atuando no projeto “Acervo Do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969)”. E- mail: marina_ol_mendonca@hotmail.com

Rafaela Matos de Santana Cruz

Doutoranda em Educação; Universidade Tiradentes; Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (GPHEN); e-mail: rafinhamattos0116@gmail.com

Reginaldo Paulo Giassi

Doutorando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu). E-mail: reginaldo.giassi@gmail.com

Simone Paixão Rodrigues

Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe - Campus Universitário Professor Alberto Carvalho. Coordenadora do projeto “Acervo do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvaguardar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969)”. Membro do Grupo de Pesquisa HESCOLAR – História da Educação : sujeitos, patrimônio r práticas educativas. E-mail: simonepaixao10@gmail.com

Suelen Maria Andrade Santos

Licenciada em História e Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), e integrante do Grupo de Pesquisa HESCOLAR. Contato: suelenm136@gmail.com

Valéria Costa Moraes de Santana

Mestre do PPGED da Universidade Federal de Sergipe, professora da educação básica SEDUC/SE, gestora escolar SEMED/AJU, membro do grupo de pesquisa HESCOLAR, valeriacmsantana@gmail.com

Virna Fabíola Ferreira Santos

Licenciada em História (UFS), professora da rede Pública do Estado de Sergipe, mestranda no Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe (PROFHISTÓRIA-UFS). E-mail: virnaferr@hotmail.com

Vitória Carvalho Martins

Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal de Sergipe - Campus Universitário Professor Alberto Carvalho. Bolsista/ SEDUC no Colégio Estadual Murilo Braga, atuando no projeto "Acervo Do Colégio Estadual Murilo Braga: inventariar e salvar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969)". E- mail: v.carvalhomartin@gmail.com

Vitória Lídia Silva dos Santos

Acadêmica em licenciatura plena em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bolsista PIBIC/CNPq do projeto de pesquisa "Os jornais estudantis em Sergipe (1874-1959): práticas educativas pela ótica dos discentes do secundário", voluntária no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CE-MAS) e integrante do Grupo de Pesquisa HESCOLAR. Contato: vitorialidia782@gmail.com

HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA:
impressos, instituições,
disciplinas e patrimônio educativo

Organizadores:

João Paulo Gama Oliveira

Luana de Jesus Santos

Marília Marques Cruz Silva Accioly

Vitória Lídia Silva dos Santos

ISBN:

978-85-8413-562-2



Criação Editora

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes

Christina Bielinski Ramalho

Fábio Alves dos Santos

Gilvan Rodrigues dos Santos

Ítalo de Melo Ramalho

Jorge Carvalho do Nascimento

José Afonso do Nascimento

José Eduardo Franco

José Rodorval Ramalho

Justino Alves Lima

Luiz Eduardo Oliveira

Martin Hadsell do Nascimento

Rita de Cácia Santos Souza

